



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

TRABALHO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA PSICODINÂMICA DE
CHRISTOPHE DEJOURS: UMA INVESTIGAÇÃO METATEÓRICA E HISTÓRICA

Luciano Alvarenga Montalvão

Natal, 2021

Luciano Alvarenga Montalvão

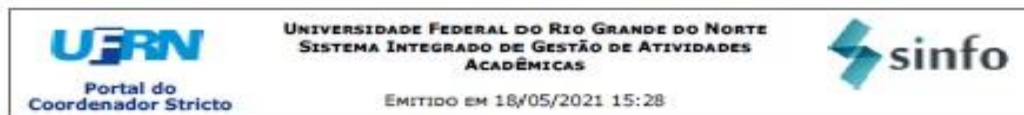
TRABALHO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA PSICODINÂMICA DE
CHRISTOPHE DEJOURS: UMA INVESTIGAÇÃO METATEÓRICA E HISTÓRICA

Tese elaborada sob orientação do Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Natal, 2021

18/05/2021

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS

EMITIDO EM 18/05/2021 15:28

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **LUCIANO ALVARENGA MONTALVÃO** foi aprovado(a) na DEFESA de TESE em DOUTORADO EM PSICOLOGIA/PPGPSI/CCHLA - NATAL do Curso de DOUTORADO, no dia 14 de Maio de 2021 às 14:00, no(a) Videoconferência, UFRN, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

Doutor (a) **JORGE TARCISIO DA ROCHA FALCAO**
(Presidente)

Doutor (a) **FLAVIO FERNANDES FONTES**
(Externo ao Programa)

LILIAM DEISY GHIZONI
(Externa à Instituição)

Doutor (a) **JONNY JAVIER OREJUELA GOMEZ**
(Externo à Instituição)

Doutor (a) **EMÍLIO PERES FACAS**
(Externo à Instituição)

A sua TESE intitulou-se:

TRABALHO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA PSICODINÂMICA DE CHRISTOPHE DEJOURS: UMA INVESTIGAÇÃO METATEÓRICA E HISTÓRICA

Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca nem vale como outorga de grau de DOUTORADO, de acordo com o definido na Resolução 197/2013-CONSEPE.

Natal, 18 de Maio de 2021.

ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA
COORDENADOR(A) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2021 - UFRN - sigaa05-producao.info.ufrn.br.sigaa05-producao

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte
UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes –
CCHLA

Montalvão, Luciano Alvarenga.

Trabalho e centralidade do na psicodinâmica de Christophe Dejours: uma investigação metateórica e histórica / Luciano Alvarenga Montalvão. - 2021. 318f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Magnólia Bezerra Mendes.

1. Clínicas do Trabalho - Tese. 2. Psicodinâmica do Trabalho - Tese. 3. Pesquisa Teórica - Tese. 4. Categoria Trabalho - Tese. 5. Centralidade do Trabalho - Tese. I. Falcão, Jorge Tarcísio da Rocha. II. Mendes, Ana Magnólia Bezerra. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9

*Aos meus avós,
Rubens e Lázara.*

Era ele que erguia casas
 Onde antes só havia chão.
 Como um pássaro sem asas
 Ele subia com as casas
 Que lhe brotavam da mão.
 Mas tudo desconhecia
 De sua grande missão:
 Não sabia, por exemplo
 Que a casa de um homem é um
 templo
 Um templo sem religião
 Como tampouco sabia
 Que a casa que ele fazia
 Sendo a sua liberdade
 Era a sua escravidão.

De fato, como podia
 Um operário em construção
 Compreender por que um
 tijolo
 Valia mais do que um pão?
 Tijolos ele empilhava
 Com pá, cimento e esquadria
 Quanto ao pão, ele o comia...
 Mas fosse comer tijolo!
 E assim o operário ia
 Com suor e com cimento
 Erguendo uma casa aqui
 Adiante um apartamento
 Além uma igreja, à frente
 Um quartel e uma prisão:
 Prisão de que sofreria
 Não fosse, eventualmente
 Um operário em construção

Mas ele desconhecia
 Esse fato extraordinário:
 Que o operário faz a coisa
 E a coisa faz o operário.

De forma que, certo dia
 À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 - Garrafa, prato, facão -
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção.
 Olhou em torno: gamela
 Banco, enxerga, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem o fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia
 Exercer a profissão.

[...]

E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:
 Notou que sua marmita
 Era o prato do patrão
 Que sua cerveja preta
 Era o uísque do patrão
 Que seu macacão de
 zuarte
 Era o terno do patrão
 Que o casebre onde
 morava
 Era a mansão do patrão

Que seus dois pés
 andarilhos
 Eram as rodas do patrão
 Que a dureza do seu dia
 Era a noite do patrão
 Que sua imensa fadiga
 Era amiga do patrão.
 E o operário disse: Não!
 E o operário fez-se forte
 Na sua resolução.

O operário em construção
- Vinícius de Moraes

Agradecimentos

À minha Jordanna, companheira das horas, fino retrato de beleza e alegria. Sorriso solto, sorriso largo. Em você eu me largo e até respiro. Acredita? Eu acredito. Acredito no amor que me acalma sono, na mão apertada que de tão forte faz até doer. Na dor que esvazia no seu leito de rio. Eu rio, eu me deleito. Sem você meu mundo seria vazio. Muito obrigado por existir.

À minha mãe, pelo apoio irrestrito e a luta incansável. Essa é sua, mãe! Uma vez você me pediu um diploma, já estou te dando três.

Ao meu pai, pela inspiração na prática docente.

À minha irmã Juliana, pelo carinho, cuidado e preocupação.

Aos meus mestres, Pedro Bendassolli, Ana Magnólia e Jorge Falcão. Pedro, sempre inquieto, provocador. Me marcou a primeira vez que nos encontramos e você quis saber de mim, quem eu era, o que eu buscava ali, como estava sendo minha adaptação à cidade. Ana Magnólia, uma verdadeira inspiração e uma grande entusiasta do meu trabalho, sempre me fazendo levantar a cabeça e olhar pra frente. Jorge é Jorge, todo mundo sabe como ele é, basta abrir a boca que a gente se derrete por inteiro. Quando eu crescer, quero ser Jorge.

Aos meus queridos amigos do GEPET, grupo de pesquisa verdadeiramente cooperativo. Aqui todo mundo vibra com o sucesso de todo mundo, cada vitória é celebrada e compartilhada por todos. Um beijo no coração de cada um, em especial de Matheus, Juliana, Joeder e Alessandra.

Aos meus amigos fiéis: Larissa, Thales e Gabriel. Amo vocês, vocês são muito especiais!

Aos meus grandes interlocutores: Fernando Lacerda, Tiago, Magno, Paulo Winícius, Fernanda e Samuel.

Ao Instituto Federal de Goiás (IFG), pelas licenças concedidas e pelo apoio institucional à qualificação do seu quadro de servidores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela verdadeira acolhida e por me proporcionar os “encontros” necessários à minha formação humana e acadêmica.

Aos membros da banca examinadora, agradeço imensamente a disponibilidade em contribuir com o meu trabalho e a minha formação. Cada um de vocês tem o meu respeito e admiração: Flávio Fernandes Fontes, Emílio Peres Facas, Liliam Deisy Ghizoni e Johnny Javier Orejuela Gómez.

Sumário

Apresentação.....	13
Introdução	17
Capítulo 1 – A Pesquisa Teórica e Conceitual como Método de Investigação em Psicologia.....	32
1.1 As pesquisa teórica e conceitual: fundamentos e conceitos	32
1.2 Procedimentos de investigação teórica e conceitual	35
1.3 Método de análise conceitual: a metateoria das ciências humanas e sociais	46
1.4 Reequilibrar o triângulo epistêmico da psicologia.....	51
Capítulo 2 – Uma Breve História da Psicodinâmica do Trabalho	55
2.1 Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho	56
2.2 Condições sociais, econômicas e políticas da emergência da psicodinâmica do trabalho na França	74
2.3 Aspectos institucionais e biográficos do fundador da psicodinâmica do trabalho.....	87
Capítulo 3 - A Dimensão Psicoeconômica do Trabalho	98
3.1 A Organização do Trabalho e a Organização Científica do Trabalho	100
3.2 Insatisfação quanto ao conteúdo do trabalho e carga psíquica de trabalho.....	104
3.3 Sofrimento e estratégias de defesa contra o sofrimento	110
3.4 Descompensação psicossomática e economia pulsional	118
3.5 Sublimação e saídas pulsionais satisfatórias	128
Capítulo 4 – O Trabalho como Experiência do Real	138
4.1 Crítica às abordagens do Fator Humano	140
4.2 Trabalho prescrito, trabalho real e real do trabalho	146
4.3 Fracasso, sofrimento e transgressão	154
4.4 Inteligência astuciosa, engenhosidade e corpopropriação	158
4.5 Atividade subjetivante e trabalho do psiquismo	166
4.6 A avaliação (im)possível do trabalho.....	171
4.7 Trabalho vivo e o trabalhar	177
Capítulo 5 – O Trabalho como Mediador na Conquista da Identidade e Saúde.....	182
5.1 A conquista da identidade e o paradoxo da dupla centralidade	183
5.2 A psicodinâmica do reconhecimento	188
5.3 Negação do reconhecimento e alienação	196

5.4 A saúde como um ideal a ser conquistado	201
Capítulo 6 – O Trabalho como Mediador das Relações Sociais e Políticas	207
6.1 Banalização da injustiça social e sofrimento ético.....	208
6.2 Servidão voluntária e dominação simbólica.....	219
6.3 Relações sociais de sexo e clínica do trabalho	224
6.4 Novas patologias e o suicídio no trabalho.....	232
6.5 Violência social e violência no trabalho	242
6.6 Deontologia do fazer e do viver juntos	249
6.7 Centralidade do trabalho e emancipação.....	257
Capítulo 7 – Para uma Crítica da Clínica Psicodinâmica do Trabalho.....	265
7.1 Uma clínica do trabalho sem trabalho.....	266
7.2 Tradição compreensiva e perspectiva gnosiológica	274
7.3 Um sujeito, mas qual sujeito?	278
7.4 Centralidade do trabalho, mas qual centralidade?.....	283
7.5 Conciliar o inconciliável?.....	288
Considerações Finais	292
Referências.....	294
Apêndice A	311
Apêndice B.....	317

Resumo

A psicodinâmica do trabalho é uma abordagem teórico-metodológica fundada na França em meados dos anos 1980 pelo médico e psicanalista Christophe Dejours. Trazendo referências da ergonomia, da psicanálise, da filosofia e da teoria social, Dejours se esforçou para desenvolver um corpo de conhecimento novo capaz de ressignificar a relação entre trabalho, subjetividade e adoecimento. Com uma história absolutamente entrelaçada à da psicopatologia do trabalho francesa, a psicodinâmica de Dejours apresenta categorias originais – tais como a *normalidade*, a *dupla centralidade*, as *estratégias defensivas* – entretanto, carece de um aprofundamento teórico a respeito do seu conceito mais importante: o conceito de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa em tela assumiu a tarefa de investigar os conceitos de *trabalho* e *centralidade do trabalho* ao longo da constituição e desenvolvimento da psicodinâmica do trabalho a partir de seus referenciais teóricos, epistemológicos e ontológicos e também por meio dos movimentos histórico, político, econômico e social que atravessam a criação, consolidação e difusão da referida abordagem. Trata-se de uma pesquisa metateórica compreendida como um processo de investigação de teorias e conceitos a partir de seus fundamentos lógicos, ontológicos e epistemológicos. Objetiva-se contribuir com um campo emergente denominado *clínicas do trabalho* e com as pesquisas e práticas em psicologia do trabalho, assumindo um posicionamento crítico perante a teoria e um compromisso político frente a realidade dos trabalhadores.

Palavras-Chave: clínicas do trabalho; psicodinâmica do trabalho; pesquisa teórica; categoria trabalho; centralidade do trabalho

Résumé

La psychodynamique du travail est une approche théorico-méthodologique fondée en France au milieu des années 1980 par le médecin et psychanalyste Christophe Dejours. Apportant des références de l'ergonomie, de la psychanalyse, de la philosophie et de la théorie sociale, Dejours s'est efforcé de développer un nouveau corpus de connaissances capable de recadrer la relation entre travail, subjectivité et maladie. Avec une histoire absolument liée à celle de la psychopathologie du travail française, la psychodynamique de Dejours présente des catégories originales - comme la normalité, la double centralité, les stratégies défensives - mais elle manque d'approfondissement théorique sur son concept le plus important: le concept de travail. Dans ce sens, la recherche en question a assumé la tâche d'investiguer les concepts de travail et de centralité du travail tout au long de la constitution et du développement de la psychodynamique du travail à partir de ses références théoriques, épistémologiques et ontologiques et aussi à travers les aspects historiques, politiques, économiques et sociaux qui passent par la création, la consolidation et la diffusion de cette approche. Il s'agit d'une recherche méta-théorique comprise comme un processus d'investigation des théories et des concepts à partir de leurs fondements logiques, ontologiques et épistémologiques. Il vise à contribuer à un domaine émergent appelé "clinique du travail" ainsi qu'à la recherche et à la pratique de la psychologie du travail, en adoptant une position critique vis-à-vis de la théorie et un engagement politique envers la réalité des travailleurs.

Mots-clés: cliniques du travail; psychodynamique du travail; recherche théorique; catégorie travail; centralité du travail

Resumen

La psicodinámica del trabajo es un enfoque teórico-metodológico fundado en Francia a mediados de los 80 por el médico y psicoanalista Christophe Dejours. Con referencias de la ergonomía, el psicoanálisis, la filosofía y la teoría social, Dejours se esforzó por desarrollar un nuevo cuerpo de conocimientos capaz de replantear la relación entre trabajo, subjetividad y enfermedad. Con una historia absolutamente entrelazada con la de la psicopatología del trabajo francesa, la psicodinámica de Dejours presenta categorías originales -como la normalidad, la doble centralidad, las estrategias defensivas-, sin embargo, carece de una profundización teórica sobre su concepto más importante: el concepto de trabajo. En este sentido, la investigación en cuestión se dio a la tarea de investigar los conceptos de trabajo y centralidad del trabajo a lo largo de la constitución y desarrollo de la psicodinámica del trabajo desde sus referentes teóricos, epistemológicos y ontológicos y también a través de los movimientos históricos, políticos, económicos y sociales que atraviesan la creación, consolidación y difusión de este enfoque. Es una investigación metateórica entendida como un proceso de investigación de teorías y conceptos a partir de sus fundamentos lógicos, ontológicos y epistemológicos. El objetivo es contribuir a un campo emergente denominado clínicas de trabajo y a la investigación y prácticas en psicología ocupacional, asumiendo una posición crítica frente a la teoría y un compromiso político con la realidad de los trabajadores.

Palabras clave: clínicas de trabajo; psicodinámica del trabajo; investigación teórica; categoría de trabajo; centralidad del trabajo.

Apresentação

No dia 29 de novembro de 2016 eu tomava café da manhã em um *hostel*, em Ponta Negra, e acompanhava incrédulo, pela televisão, as notícias da queda do avião da Chapecoense, que vitimou 71 pessoas. Eu havia ido até Natal-RN, para participar da última etapa do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Hoje, mais de quatro anos depois, quando escrevo as últimas linhas desta tese, 25 aviões da Chapecoense caem todos os dias¹, também por negligência e omissão, e já não ficamos tão incrédulos quanto antes. Essa tese foi escrita durante uma pandemia, ou pelo menos a sua maior parte. Com pessoas morrendo, uns perdendo entes queridos, outros perdendo seus empregos. E todos nós perdemos enquanto sociedade e humanidade.

Esse apontamento inicial se faz necessário, não apenas pela minha afetação enquanto pesquisador, mas pelos impactos imediatos e futuros da pandemia da Covid-19 no nosso objeto geral: o trabalho. É possível e até provável que as relações de trabalho e o próprio “trabalhar” sejam radical e irreversivelmente afetados pela pandemia, seja por uma grave crise do capitalismo que se anuncia ou pela celeridade colérica das organizações do trabalho em promover mudanças para assegurar os seus lucros. De qualquer forma, a pandemia do novo coronavírus colocou em evidência as questões do trabalho, fomentando intensos debates sobre diversos temas, tais como: o teletrabalho, o *home office*, a saúde mental no trabalho, a dupla jornada das mulheres, o papel dos sindicatos, entre outros.

¹ Considerando a média móvel de óbitos reportada em 14/03/2021, de 1.832 mortes por dia, referente aos últimos sete dias.

Meu interesse pelas questões do trabalho começa muito cedo: em primeiro lugar, como trabalhador, no *call center*, aos 18 anos, sentindo na pele as injunções da organização do trabalho no cumprimento das metas e na pressão por produtividade; em seguida, como militante político-partidário, tentando compreender a sociedade capitalista e as suas contradições a partir dos legados de Marx e Engels; mais recentemente, como servidor técnico-administrativo de uma instituição de educação profissional, compartilhando o cotidiano com aqueles que se preparam para o mundo do trabalho; e, como professor, no ensino superior privado, formando diretamente jovens e adultos, a maioria deles de origem pobre, em busca de uma “carreira” ou uma colocação melhor no “mercado”. Essa ligação com a temática do trabalho se transformou em um compromisso no momento em que resolvi me dedicar à carreira acadêmica: desde então deixei de ser apenas um entusiasta e passei a ser um pesquisador do trabalho.

No mestrado em Educação, desenvolvi uma pesquisa sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a história e a dualidade das políticas públicas de qualificação para o trabalho no Brasil. No doutorado, em um movimento de reconciliação com a Psicologia, escolhi a psicodinâmica do trabalho como objeto de pesquisa. A ideia inicial era propor algum tipo de aproximação entre a abordagem clínica do trabalho, de Dejours, e a teoria social de Marx. Meu primeiro contato com a psicodinâmica do trabalho se deu na graduação em Psicologia, por volta de 2010. O reencontro com Dejours no doutorado foi bastante pragmático: tratava-se de encontrar uma abordagem que fosse acessível aos trabalhadores e palatável às empresas

À medida que fui me aprofundando nos estudos dejourianos, uma coisa se tornou evidente: não havia clareza o suficiente sobre o que é o trabalho nessa perspectiva teórica. Na melhor das hipóteses, existia uma polissemia acerca do conceito de trabalho. E, na pior das hipóteses, uma grande confusão conceitual. Me incomodava, particularmente, a forma como os pesquisadores

brasileiros operavam a psicodinâmica do trabalho: sua obsessão no binômio prazer-sofrimento deixava de lado o mais importante a ser investigado: o trabalho. Me inquietava, de que maneira, a autointitulada Clínica do trabalho poderia prescindir de um debate profícuo e profundo sobre o “ser” do trabalho. E foi assim que nasceu esse projeto de pesquisa, da necessidade imperiosa de se realizar uma investigação sobre o conceito de trabalho na Clínica psicodinâmica do trabalho. Certamente é uma pesquisa que não tem nenhuma – ou quase nenhuma – relevância para os trabalhadores e trabalhadoras organizados, mas que deve ter grande impacto entre pesquisadores e pesquisadoras que utilizam a psicodinâmica do trabalho como abordagem teórico-metodológica no contexto das organizações.

Nas páginas que se seguem você encontrará uma análise minuciosa da obra de Dejours, desde os seus primeiros escritos, da década de 1980, quando se situava no campo da psicopatologia do trabalho, até as publicações mais recentes, onde adota a terminologia trabalho vivo. Foram acessados mais 100 artigos, mais de uma dúzia de livros, em quatro idiomas diferentes, sendo a maior parte da bibliografia consultada na língua vernácula do autor, o francês. Na medida em que o acesso foi possível, tentei ler o que Dejours leu, buscando reconstruir, a partir das referências bibliográficas do próprio autor, a gênese da sua construção teórico-conceitual. Na mesma medida, tentei recuperar um pouco da trajetória pessoal e profissional do autor, de modo a tentar capturar um pouco das suas inquietações. No geral, ao longo da tese, quem fala é o próprio Dejours: foi esmiuçando a sua obra que buscamos elucidar a construção do conceito de trabalho ao longo do seu desenvolvimento teórico. Por esse motivo, a maior parte do texto é escrito em terceira pessoa; apenas em um segundo momento, tendo já alcançado uma compreensão da totalidade da obra (não do todo), permitimo-nos falar em primeira pessoa, abrindo o caminho para uma agenda de pesquisa

frente às inúmeras fissuras encontradas na teoria. O texto que se segue é inédito, grande parte dessas obras sequer chegou a ser traduzida para o português. Boa leitura!

Introdução

Essa tese tem como objetivo contribuir com as formulações teóricas e os delineamentos práticos de um campo emergente denominado *clínicas do trabalho* (Lhuillier 2006; Bendassoli & Soboll, 2011), em particular com a clínica psicodinâmica do trabalho. Por meio da pesquisa teórico-conceitual – de natureza metateórica e histórica – pretendeu-se colocar no cerne da investigação “os fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos” (Oliveira Filho, 1973, p. 268) da referida abordagem. Para tanto, elegeu-se o conceito de trabalho – conceito basilar da psicodinâmica do trabalho – como objeto de pesquisa, o qual foi examinado no curso do desenvolvimento teórico e histórico da disciplina.

A psicodinâmica do trabalho foi idealizada pelo médico e psicanalista francês Christophe Dejours. Em 1980, o autor publicou o livro *Travail, Usure Mentale – essai de psychopathologie du travail*², onde esboça os fundamentos da sua clínica do trabalho, a qual ganhará, efetivamente, a denominação de “psicodinâmica do trabalho” no *Addendum* publicado na segunda edição francesa da obra, de 1993. Transitando entre a ergonomia e a psicanálise, entre a filosofia e a teoria social, Dejours tenta construir um modelo teórico-metodológico capaz de representar os “efeitos penosos da organização do trabalho” sobre o psiquismo humano, capturados ao longo de anos de experiência clínica em diversos cenários e contextos de trabalho (Dejours, 1980/1992, p. 41; 1993/2011a)

Ainda se situando no campo da psicopatologia do trabalho, Dejours já identificava como elemento central da sua clínica “o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento

² A obra seminal de Dejours foi traduzida pela primeira vez no Brasil no ano de 1987, a partir dos esforços da ergonomista Leda Leal Ferreira, com o título: *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Já o Addendum* teórico, onde o autor revisita determinados pressupostos da sua obra, só foi publicado no Brasil no ano de 2004, como primeiro capítulo da coletânea organizada por Selma Lancman e Laerte Sznelman *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* e, até a atualidade – não obstante sua importância teórico-metodológica – não vem sendo incorporado às reedições brasileiras de *A loucura do trabalho*.

psíquico” (Dejours, 1993/2011a, p. 49). No entanto, as transformações históricas das situações de trabalho – e, conseqüentemente, das formas de adoecimento a ele relacionadas – fizeram com que o autor buscasse um novo olhar sobre a organização do trabalho, o que o conduziu a um novo objeto de investigação e a um conjunto de pressupostos que vão demarcar a sua desagregação em relação à psicopatologia do trabalho francesa.

Para Dejours (1994/1999b, p. 17), a clássica psicopatologia do trabalho francesa não poderia ultrapassar, senão, o estágio de uma “clínica das doenças mentais do trabalho”. Fundada sobre bases mecanicistas, assumia a organização do trabalho como causa e a doença mental como o efeito, atribuindo aos sujeitos e coletivos um papel de passividade diante de uma organização do trabalho rígida, monolítica e imutável. Anteriormente compreendida como “um dado preexistente ao encontro do homem com o seu trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p. 60), a organização do trabalho será reconhecida, a partir de então, pelo seu caráter dinâmico, o que de fato resulta de um processo intersubjetivo por meio do qual os trabalhadores e trabalhadoras constituem uma dinâmica de interações próprias às situações de trabalho enquanto lugar de produção de significados e construção de relações sociais.

Ao mesmo tempo em que é retirado da posição de passividade frente à organização do trabalho, o sujeito também é absolvido da sentença condenatória à doença mental descompensada frente aos efeitos deletérios do trabalho. Se, mediante os constrangimentos da organização do trabalho a maioria dos trabalhadores permanece produzindo, a *normalidade* é que aparece como um enigma à nascente psicodinâmica do trabalho. Ao redirecionar seu olhar da patologia à normalidade, Dejours elege *o sofrimento no trabalho e as defesas contra o sofrimento* como objetos de investigação e análise da psicodinâmica do trabalho. Todavia, esclarece o autor que a normalidade nada tem a ver com um estágio de conforto ou comodidade, pelo contrário, reflete

um equilíbrio instável e precário que se situa entre os extremos da saúde e da doença mental caracterizada. Como alude o autor, trata-se de uma *normalidade sofrente*, pois indica um estágio de luta permanente contra o sofrimento, inerente a todo e qualquer trabalho humano (Dejours, 1980/1992; 1993/2011a).

Outro ponto de cisão importante da psicodinâmica do trabalho em relação à psicopatologia do trabalho, é o papel amplo e estruturante do trabalho, não apenas do ponto de vista do psiquismo mas também das relações sociais. Para Dejours, o trabalho não produz apenas sofrimento, mas também prazer, não provoca apenas o imobilismo da doença mental, mas também a mobilização subjetiva, a capacidade de criação e ação. Em última análise, é o trabalho também responsável pela constituição da identidade do sujeito e pelos seus múltiplos processos de subjetivação. Na última década, em particular, Dejours tem defendido também a tese da centralidade do trabalho – que circunscreve desde a centralidade epistemológica até a centralidade política do trabalho (Dejours, 1993/2011a; 2009/2012e; 2017a).

De acordo com Mendes (2007, p. 34-35), o desenvolvimento teórico-metodológico da psicodinâmica do trabalho de Dejours se dá em três fases: uma primeira fase, ainda sob o domínio da psicopatologia do trabalho, marcada pela investigação das origens do sofrimento psíquico – no confronto do sujeito com a organização taylorizada do trabalho – e do papel das estratégias defensivas (individuais e coletivas) elaboradas para atenuá-lo. Essa fase tem como referência a obra “*A loucura do trabalho*”, publicada em 1980; uma segunda fase, a partir da década de 90, marcada pelas publicações do *Addendum*, em 1993, e “*O fator humano*”, em 1995. Nessa fase, Dejours enfatiza, não apenas, a sua ruptura com a psicopatologia do trabalho, mas também as possibilidades de transformação do sofrimento em prazer no trabalho, e o desenvolvimento de novas metodologias de escuta e de ação potencialmente capazes de modificar a organização do

trabalho; na terceira fase, o autor irá investigar os processos de subjetivação por meio do trabalho em coanálise com as patologias sócio-psíquicas emergentes do contexto de recrudescimento neoliberal e consolidação do gerencialismo nas organizações. Nessa fase – que se inicia ainda no final da década de 1990, duas obras são importantes: *A banalização da injustiça social (1998)* e *A avaliação do trabalho submetido à prova do real (2003)*.

O *continuum* desenvolvimento teórico da psicodinâmica do trabalho até a atualidade nos permite indicar mais duas etapas no seu processo de constituição e consolidação enquanto abordagem clínica do trabalho: a partir de 2009, com a publicação de *Trabalho Vivo - Trabalho e sexualidade (tomo 1)* e *Trabalho e emancipação (tomo 2)*, título que consideramos ser a obra maturidade de Dejours. No tomo 1, o autor busca agregar à psicanálise freudiana uma teoria do corpo, visto que, nas suas próprias palavras “não há sofrimento sem um corpo capaz de experimentá-lo” (Dejours, 2009/2012e, p. 25). E, no confronto entre a psicanálise e a teoria social, Dejours enuncia o seu novo mote teórico, o paradoxo da dupla centralidade: o psiquismo humano se constitui a partir de uma dupla centralidade em que de um lado figura o trabalho e do outro a sexualidade. No tomo 2, Dejours apresenta também uma nova tese, o caráter deontológico do trabalho humano, qual seja, seu “papel determinante na elaboração das relações de civilidade graças às quais os indivíduos conseguem viver e agir juntos” (Dejours, 2009/2012d, p. 26).

Em um quinto e mais recente momento da sua trajetória, Dejours parece indicar uma reaproximação às suas bases fundamentais na psicopatologia do trabalho. No recém-publicado “Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos”, embora enfatize que a psicopatologia do trabalho nada mais é do que uma parte da psicodinâmica do trabalho, o autor demonstra flexibilizar a sua própria metodologia de investigação e ação – a qual, por décadas, foi apresentada como o grande diferencial da sua abordagem. Ao indicar o consultório como um novo *lócus* de escuta e

perscrutação do sofrimento psíquico e da doença laboral, Dejours supera anos de ortodoxia em que o substrato de suas formulações teóricas sobre o trabalho, via de regra, era a vivência e a perlaboração dos trabalhadores organizados em coletivos. Temos, por fim, uma clínica do trabalho que pode ser praticada, tanto no terreno das empresas, instituições e organizações – sejam elas públicas ou privadas – como também nos consultórios (Dejours, 1993/2011a; 2017a).

Como adverte Dejours, “a psicodinâmica do trabalho é antes de tudo uma práxis” (Dejours, 1993/2011a, p. 67). Tendo como fonte primária as investigações clínicas, as pesquisas de campo, vez ou outra, como reconhece o próprio autor no *Addendum*, a psicodinâmica do trabalho se esquivou de suas questões teóricas elementares. A própria definição do que é trabalho – e a recente invocação da centralidade do trabalho – são pressupostos que ainda aparecem de forma difusa na teoria, abrindo caminho para uma investigação teórico-conceitual que alcance as bases filosófica, ontológica e epistemológica da psicodinâmica dejouriana. Desde as primeiras formulações de Dejours, percebe-se suficiente clareza e convicção acerca dos impactos do trabalho sobre o aparelho psíquico, clareza esta que não se repete na delimitação do conceito de trabalho.

Uma primeira definição do que é o trabalho na obra de Dejours advém da sua matriz ergonômica. Afirma o autor que o trabalho “é a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p.78). Em outra obra o autor escreve: “Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo” (Dejours, 2003/2008, p. 39). Com o desenvolvimento da tecnologia, das teorias e técnicas de gestão, a organização do trabalho se transformou em uma totalidade tão complexa, tão dotada de normas e prescrições, que se torna impossível executar o trabalho com eficiência frente às exigências e limitações impostas pela própria organização do trabalho. Ampliou-se o hiato, “o intervalo irredutível” entre a tarefa (prescrita) e a atividade (real), discrepância que é fonte

inesgotável de sofrimento para os sujeitos que trabalham (Dejours, 1995/2005b, 2003/2008, 2009/2012e).

Nesse sentido, o trabalho é tudo que o sujeito coloca de si (do seu corpo, da sua inteligência, do seu engajamento, da sua subjetividade) para preencher o hiato entre o prescrito e o efetivo, para vencer as resistências do real do trabalho. Nas palavras do Dejours, (2004b, p.38):

[...] o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o «trabalhar», isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais).

Outra compreensão corrente na psicodinâmica do trabalho – e que promove o encontro da ergonomia com a psicanálise – é a análise do trabalho do ponto de vista da sua importância na economia psíquica. Para Dejours, o trabalho é uma ferramenta importante para a canalização das energias pulsionais (interiores) e para a descarga das excitações provenientes do mundo exterior. Dessa forma, o trabalho pode se tornar fatigante ou equilibrante, na medida em que é capaz de dar vazão ou não à carga psíquica do sujeito. Afirma o autor que “em se tratando de carga psíquica, o perigo principal é o do subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, o que ocasiona uma retenção da energia pulsional, o que constitui precisamente a carga psíquica de trabalho”³ (Dejours, 1980/2009a, p. 24; Dejours et al., 1984/1993).

Na esteira da economia psíquica, e também seguindo os preceitos da psicanálise, Dejours aponta o trabalho como uma importante atividade sublimatória. Na metapsicologia freudiana, a

³ Os conceitos de *economia psíquica* e *energia pulsional* são oriundos da metapsicologia freudiana. Já o conceito de carga psíquica vem da ergonomia e é apresentado por Wisner (1984, p.13) como os “níveis de conflito no interior da representação consciente ou inconsciente das relações entre as pessoas (ego) e a situação (no caso, a organização do trabalho)”. Temos aqui uma conceituação de trabalho que almeja fazer o pretendido encontro proposto pelo autor entre a ergonomia e a psicanálise.

sublimação consiste na renúncia à satisfação sexual e no direcionamento da energia psíquica para objetos não sexualizados e de valor social – movimento pulsional fundamental ao processo civilizatório, ao estabelecimento da cultura e à normalidade do sujeito (Amaral et al., 2017). Na concepção de Dejours, a sublimação constitui um importante mecanismo de preservação do psiquismo, o qual pode ser efetivado também por meio do trabalho. Todavia, a Organização Científica do Trabalho, bem como novas formas reestruturadas de organização do trabalho, oferecem as condições para que o sujeito realize o recurso subjetivo à sublimação por meio do trabalho, de modo que tal impedimento só pode contribuir para o caminho do sofrimento patogênico (Amaral et al., 2017; Dejours, 1982/1993; 2013).

Como se percebe, para a psicodinâmica do trabalho, trabalhar é muito mais do que produzir, é trabalhar sobre si, sobre o próprio psiquismo, sobre a subjetividade. Aqui temos uma possível e importante compreensão acerca do papel do trabalho na psicodinâmica de Dejours: a sua relação com a constituição subjetiva e o desenvolvimento da identidade do sujeito que trabalha. Nas palavras de Dejours (2004b, p. 30), “o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo [...] O trabalho constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma”. Complementa ainda o autor que o trabalho “sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada” (Dejours, 2004b; 2009/2012e).

Para Dejours e Deranty (2010), o processo de ampliação da subjetividade por meio do trabalho se dá em dois níveis: no nível individual, por meio do trabalho de produção (*poiesis*), onde o sujeito experimenta o “real do trabalho” o qual, usualmente, lhe aparece na forma de fracasso. Nos esforços de vencer as resistências do real, o sujeito vê-se obrigado a desenvolver soluções criativas, empregar sua inteligência, suas habilidades, suas percepções e a sua

sensibilidade. Através da experimentação do fracasso e do empenho para superá-lo, as capacidades do corpo e da subjetividade são expandidas, de modo que se pode afirmar que “o trabalho sobre o mundo também oferece um trabalho criativo da subjetividade sobre ela mesma” (Dejours & Deranty, 2010, p. 172); no nível social, por meio das relações de reconhecimento baseadas no saber-fazer do trabalhador, na sua inteligência astuciosa (*métis*), na qualidade da relação que ele mantém com o real do trabalho, reconhecimento este que só pode ser dado pelos seus pares de ofício, aqueles que também vivenciam aquela atividade. Esses dois processos interdependentes, a recompensa simbólica proporcionada mediante o reconhecimento pelos pares e o engajamento do sujeito (do corpo ao psiquismo) para enfrentar do real trabalho – que se apresenta como representação do real do mundo, da vida – constituem fonte importante de aprimoramento da subjetividade e desenvolvimento da identidade (Dejours & Deranty, 2010, pp. 170 -172).

Supõe-se, até o presente momento, qual o papel do trabalho na constituição da subjetividade, isto é, “o que a subjetividade deve ao trabalho” (Dejours, 2004b, p. 30). Adiante, no curso do seu desenvolvimento teórico, Dejours inverte o questionamento: o que deve o trabalho à subjetividade? É aqui que se torna pertinente o conceito de trabalho do psiquismo. Também com referência à psicanálise, Dejours resgata o conceito freudiano de *Arbeit* (trabalho), o qual pode fazer referência ao trabalho do sonho, ao trabalho de interpretação, ao trabalho do luto, do recalçamento, da cultura, ao trabalho de perlaboração, dentre outras significações. Para Dejours, o *Arbeit* corresponde ao trabalho interno do psiquismo sobre ele mesmo, ou seja, ao remanejamento da subjetividade essencial ao enfrentamento de novas tarefas, novos desafios no trabalho (Dejours, 2009/2012d, p. 193).

Para o autor, o trabalho de produção (*poiesis*) e o trabalho do psiquismo (*Arbeit*) são complementares: um é prolongamento do outro. Ao passo que a experiência do trabalho ordinário

(*poiesis*) garante a ampliação da subjetividade, é por meio do trabalho do psiquismo (*Arbeit*) que o sujeito garantirá a aquisição de novas habilidades, competências e de um saber-fazer singular a ser empregado no trabalho (Dejours, 2009/2012d).

Explicita o autor que:

Ademais, ocorre mesmo que, devido ao insucesso dos resultados, eu não consiga dormir. Tenho insônias, sonho, são pesadelos sobre meu trabalho. Pois bem, isso também é parte integrante do trabalho! É impossível demonstrar que é necessário sonhar com o seu trabalho para tornar-se hábil, adquirir destreza. Incorporar a matéria do seu trabalho, isso implica ser por ele tomado até mesmo em sonho. E é graças a todo esse trabalho interno que se obtém esta familiaridade com a tarefa. O trabalho do sonho é a parte interna do remanejamento da personalidade que impõem os constrangimentos e o real do trabalho àquele que apresenta esta qualidade: a obstinação em prosseguir ante o insucesso. Encontrar soluções, inventar novos caminhos, isso passa por uma transformação de si, profunda. O trabalho não cessa no ateliê, na fábrica ou no hospital. Ele coloniza toda a subjetividade” (Dejours, 2009/2012d, pp. 50-51).

Por intermédio do exposto é que caminhamos, em conjunto com o desenvolvimento teórico do autor – desde suas origens na psicopatologia até a psicodinâmica do trabalho – para o que o Dejours chama de “trabalho vivo”. Para uma teoria do trabalho vivo, o trabalho não é mera atividade de produção, não é mera relação salarial, não é simplesmente condição de sobrevivência ou fonte de adoecimento. O trabalho é toda essa atividade complexa que envolve do corpo ao psiquismo, do saber-fazer à subjetividade, da experiência do fracasso ao desenvolvimento da identidade. Para uma teoria do trabalho vivo, o trabalho é: gerador de sofrimento, mas também de prazer e reconhecimento; atividade sublimatória e meio indispensável à economia do psiquismo; atividade subjetivante e mobilizador de toda a subjetividade; é trabalho de produção, mas é também trabalho do psiquismo; e ainda, como veremos, é o trabalho central à organização da vida em sociedade (Dejours, 2010; 2009/2012d; 2009/2012e).

Desde “A banalização da injustiça social” (1998) Dejours vem amadurecendo a sua compreensão sobre a centralidade do trabalho não apenas na organização do psiquismo, mas também da vida em sociedade, a qual somente será consolidada com a publicação de “Trabalho Vivo” (2009). Para o autor, o trabalho é central: em relação à saúde do sujeito; no que tange às relações sociais de gênero; na produção do conhecimento sobre o mundo; e no seu papel estruturante da economia, da política e da vida na cidade (Dejours, 1998/2007a; 2009/2012d; 2009/2012e; 2017a).

Em “Trabalho vivo: Trabalho e emancipação”, Dejours afirma que a centralidade epistemológica do trabalho vem caminhando ao encontro da centralidade política do trabalho. Segundo o autor, a cada dia torna-se mais notável que a divisão social do trabalho e a fragmentação imposta pela nova racionalidade produtiva não ficam restritas aos locais de trabalho, mas transcendem para a vida social e para a organização da sociedade. Nesse sentido, torna-se necessário pensar o trabalho não apenas como o trabalho alienado, determinante do sofrimento e da despersonalização do trabalhador, mas também como atividade potencialmente orientadora de uma ação política coletiva que fomente a emancipação humana (Dejours, 2009/2012e).

Não há trabalho sem cooperação, afirma Dejours. E isso conduz à atividade deôntica como condição fundamental para que o trabalho humano possa assumir um potencial para a emancipação. Por atividade deôntica, compreende-se a atividade de produzir regras de ofício para que o trabalho funcione. Mas esse simples ato só pode ser efetivado pelos trabalhadores em conjunto – no *tête-à-tête*, no ombro a ombro – e por meio dos espaços coletivos de discussão e deliberação, de modo que essas regras de trabalho – a princípio técnicas – assumam uma dimensão social irreduzível. Trabalhar não é apenas produzir, é também aprender a viver juntos. (Dejours, 2009/2012e).

E, ao enfrentarem em conjunto o real do trabalho e uma organização do trabalho que limita a cooperação e os espaços coletivos de deliberação, a atividade deôntica torna-se eminentemente política. Assim, o trabalho pode ser central à “regeneração” ou à “deserção” do político. Vejamos:

Afirmar que o trabalho em certas formas de organização do trabalho constitui um poder regenerador do político é também dizer que outras formas de organização do trabalho constituem de fato métodos de governança capazes de prejudicar também na esfera do político [...] Em razão de seu impacto sobre a mobilização e a desmobilização da vontade de agir dos trabalhadores, a organização do trabalho pertence, quer queira quer não, à ordem do político, para o melhor e o pior!” (Dejours, 2009/2012e, p. 192)

Se a organização do trabalho tem uma dimensão política que lhe é própria e pode provocar nos trabalhadores a afeição ou desafeição pelo político, depreende-se que o trabalhar “é todo ele político” (Dejours, 2009/2012e, p. 170). Se, por um lado, a organização da sociedade fornece as bases morais e os valores sociais que se reproduzem no trabalho e nas relações entre os trabalhadores, é necessário também pensar o caminho inverso: em que medida a organização do trabalho e o trabalho enquanto atividade deôntica podem contribuir para a produção de relações sociais e políticas potencialmente transformadoras, no âmbito geral da sociedade. É o caminho proposto pelo autor, ao apontar o trabalho como categoria mediadora da emancipação.

Se, até aqui, limitou-se a apresentar de forma descritiva e cronológica as diversas acepções da categoria trabalho na psicodinâmica do trabalho, ao longo da tese pretende-se captar os movimentos teóricos e históricos que conduziram Dejours à tão amplas – e por vezes contraditórias – formulações acerca do trabalho humano. Nesse sentido, o objetivo geral dessa tese será: investigar o desenvolvimento dos conceitos de *trabalho* e *centralidade do trabalho* ao longo da constituição e desenvolvimento da clínica psicodinâmica do trabalho a partir de suas bases teóricas, ontológicas e epistemológicas, e também por meio dos movimentos histórico, político, econômico e social que atravessam a criação, consolidação e difusão da referida abordagem.

Como metodologia de investigação elegemos a pesquisa teórico-conceitual, que compreende um processo de investigação sistemática que visa à produção de um conhecimento científico novo a partir do exame minucioso das teorias e conceitos já existentes. A análise proposta se dará em três níveis, conforme modelo apresentado por Laurenti (2012): em primeiro lugar, situar os conceitos de trabalho e centralidade do trabalho em uma rede conceitual ampla sem a qual é impossível apreender os conceitos investigados; em segundo lugar, referenciar os conceitos de trabalho e centralidade do trabalho na obra de Dejours a partir de seus compromissos (e contradições) filosóficos, epistemológicos, ontológicos, éticos, estéticos e políticos; e, finalmente, investigar o contexto histórico, social, econômico, político e biográfico que circunscrevem a emergência da teoria analisada e a trama conceitual investigada (Laurenti, 2012).

Para tanto, essa tese será dividida em sete capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*A Pesquisa Teórica e Conceitual como Método de Investigação em Psicologia*”, se pretende apresentar a metodologia de pesquisa desenvolvida ao longo da investigação: o que é uma pesquisa teórico-conceitual, para que serve, quais as suas ferramentas de análise, qual a sua importância para o campo *psi*, porque é fundamental alcançar o nível metateórico, quais resistências se apresentam para o trabalho teórico na academia e na prática profissional, quais as possibilidades estão colocadas no horizonte de reequilíbrio do triângulo epistêmico da psicologia. Ainda neste capítulo, é apresentado um levantamento geral da obra de Christophe Dejours, apontando os dispositivos metodológicos utilizados para analisá-la como uma totalidade.

No capítulo dois, intitulado “*Uma Breve História da Psicodinâmica do Trabalho*,” pretende-se percorrer o caminho que conduziu Dejours da psicopatologia do trabalho à psicodinâmica do trabalho. A história da psicodinâmica do trabalho é, sem dúvida, a história da psicopatologia do trabalho francesa: de um longo percurso que vai desde os intensos debates acerca

da etiologia da doença mental até a constatação dos efeitos patológicos do trabalho ou mesmo do seu potencial terapêutico. A história de ambas, por sua parte, se entrelaça com a história da França no século XX: os efeitos devastadores das duas guerras mundiais, a pretensa modernização taylorista, a efervescência política e cultural, a reestruturação produtiva, a neoliberalização. Por fim, a história da psicodinâmica do trabalho é também a história do seu criador, e das instituições que fomentaram a disciplina no seu nascedouro.

A partir do capítulo três, intitulado “*A Dimensão Psicoeconômica do Trabalho*”, passaremos à reconstituição metateórica dos conceitos de trabalho e centralidade do trabalho na psicodinâmica do trabalho, conforme objetivo central desta tese. Tendo como referência, principalmente, os escritos de Dejours da década de 1980 até a metade dos anos 1990 – e a sua interlocução com a psicanálise e a psicossomática – procura-se demonstrar a predominância de uma concepção de trabalho ligada à economia do psiquismo. Nesse capítulo, a exposição seguirá o seguinte percurso: delimitar o conceito de organização do trabalho e a sua forma de existência no período mencionado – a Organização Científica do Trabalho; debater as noções de carga de trabalho, carga psíquica de trabalho, fadiga e insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico e simbólico do trabalho; delimitar as noções de sofrimento no trabalho e as estratégias coletivas de defesa contra o sofrimento; apresentar a dinâmica pulsional e os riscos de descompensação psíquica e somática relacionados ao trabalho; e, finalmente, debater as saídas sublimatórias possíveis mediante os constrangimentos da organização do trabalho.

No quarto capítulo, intitulado “*O Trabalho como Experiência do Real*”, é apresentado o que Dejours vem chamando de trabalho vivo, o trabalho que se dá por meio da experiência do real. Mais do que um confronto com a tarefa, o trabalho é uma experiência do real, que conduz o sujeito a uma experiência de corporeização do mundo e transformação do próprio mundo subjetivo. Aqui,

o autor transita entre a ergonomia da atividade, a antropologia da técnica, a fenomenologia do corpo, até alcançar o conceito de trabalho vivo em Marx. Nossa análise seguirá o seguinte percurso: crítica às teorias do Fator Humano; o trabalho prescrito, o trabalho real e o real do trabalho; o fracasso, a trapaça e o sofrimento; a inteligência astuciosa e a corporeização; a atividade subjetivante e o trabalho do psiquismo; o trabalho vivo e a crítica aos fundamentos da avaliação do trabalho.

No capítulo 5, intitulado “*O Trabalho como Mediador na Conquista da Identidade e da Saúde*”, pretende-se explorar o papel do trabalho na apropriação do “[...] registro do fazer, para o registro do ser” (Dejours, 2010, p. 53), destacando ainda que para a psicodinâmica do trabalho a identidade é a “armadura” da saúde. Para elucidar o papel mediador do trabalho na construção da identidade, na realização de si mesmo, na luta pelo reconhecimento e na conquista da saúde, iremos percorrer as seguintes temáticas: o conceito de identidade em Dejours e sua interlocução com a psicanálise; o reconhecimento enquanto intermediário da autorrealização do sujeito e constituição da sua identidade por meio das relações intersubjetivas no trabalho; a negação do reconhecimento e o risco de alienação; os conceitos de saúde e normalidade frente às transformações do adoecimento relacionado ao trabalho; o reconhecimento como fundante na conquista da identidade e na transformação do sofrimento em prazer no trabalho.

No sexto capítulo, intitulado “*O Trabalho como Mediador das Relações Sociais e Políticas*”, o trabalho será abordado não apenas na microesfera das organizações, mas no plano geral da sociedade. A partir do conceito de deontologia do fazer, Dejours nos leva a colocar em questão a relação existente entre a produção das regras de ofício, no âmbito da organização do trabalho, e a produção das regras coletivas do viver juntos na sociedade. Nesse capítulo, alguns fenômenos sociais e políticos serão debatidos no sentido de colocar em movimento a teoria

dejouriana e sustentar a centralidade do trabalho na organização da vida na cidade e na sociedade, quais sejam: a violência, o suicídio, a servidão voluntária, as relações sociais de sexo, a banalização da injustiça social.

Como exposto até aqui, a psicodinâmica do trabalho, ao longo da sua constituição enquanto edifício teórico-metodológico, apresenta diversas acepções do conceito de trabalho que, por vezes, aparecem até de forma paradoxal, contradizendo-se não apenas na semântica do que é trabalho, mas também nas concepções de sujeito e de realidade que denotam ou renegam. Para uma abordagem que tem a categoria trabalho como elemento central de suas práticas clínicas, falta suficiente clareza de que trabalho estamos tratando afinal.

Finalmente, no sétimo e último capítulo, intitulado “*Para uma Crítica da Clínica Psicodinâmica do Trabalho*” pretende-se apresentar algumas inconsistências teóricas que constituem verdadeiros paradoxos ontológicos para psicodinâmica do trabalho. São discussões a respeito da sua concepção de sujeito (ou a falta dela), dos seus objetos e objetivos, do seu posicionamento político ou mesmo metodológico. Além disso, demonstra-se que a psicodinâmica de Dejours situa-se no chamado “padrão moderno” de cientificidade, que sustenta um olhar gnosiológico sobre o objeto, produzindo um conhecimento centrado na subjetividade do pesquisador/clínico e não na própria objetividade do real a ser investigado. Ainda nessa linha, pretende-se apontar as contradições inerentes à afirmação da centralidade do trabalho pela psicodinâmica do trabalho, como um fenômeno próprio ao desenvolvimento do capitalismo que reafirma o trabalho estranhado e reduz o indivíduo ao trabalhador, independentemente de suas relações precedentes.

Capítulo 1 – A Pesquisa Teórica e Conceitual como Método de Investigação em Psicologia

Este capítulo é dedicado a apresentar o método de pesquisa da tese e os procedimentos metodológicos empregados no sentido de cumprir os objetivos propostos. Conforme já indicado, o método de investigação adotado é a pesquisa teórico-conceitual e aqui serão apresentados os fundamentos, a pertinência e os entraves ao desenvolvimento dessa modalidade de pesquisa, em particular na psicologia, em que a pluralidade de abordagens e teorias favorece – quando não legitima – a falta de rigor na operação de determinados conceitos e categorias. Ainda que a psicodinâmica do trabalho não seja uma abordagem estritamente psicológica, este capítulo terá como referência os principais autores da pesquisa teórico-conceitual em psicologia, considerando se tratar de uma tese de doutorado em psicologia.

1.1 As pesquisa teórica e conceitual: fundamentos e conceitos

Uma concepção progressista da história das ciências difunde a ideia de que quanto mais um campo do conhecimento avança e se desenvolve, menores seriam os seus problemas e inconsistências, inclusive os de natureza teórica e conceitual. Tal afirmação não se sustenta, sobretudo quando se coloca em discussão o desenvolvimento das ciências psicológicas. No caso da psicologia, quanto mais ela avança enquanto disciplina científica, maior é a sua fragmentação, maior é a pluralidade de olhares sobre o fenômeno humano. Quando se trata dos métodos de pesquisa e da análise do seu objeto – para nós, a *psique* humana – essa diversidade se torna ainda mais explícita: a psicologia, na atualidade, é marcada por um *boom* de estratégias e procedimentos metodológicos que, ao invés de sanar as suas questões elementares, têm provocado ainda mais

confusão conceitual, alimentando as divergências entre as diferentes abordagens (Laurenti et al. , 2016).

Em 1958, Wittgenstein fez uma afirmação assertiva ao declarar que “existem na psicologia métodos experimentais e confusão conceitual”, análise esta que foi atualizada, de forma igualmente precisa, por Laurenti *et al* (2016, p.7) que afirma que “na psicologia há métodos experimentais e não experimentais, e ainda muita confusão conceitual”. Da mais rigorosa pesquisa baseada em análise de dados por meio de estatística inferencial até o mais “transgressor” dos métodos qualitativos pós-estruturalistas, todos parecem estar em débito com a investigação teórica e conceitual. Seja por negação, negligência, ou princípio, a pouca atenção dedicada a este tipo de pesquisa faz com que a psicologia contemporânea, por vezes, se situe entre o ecletismo teórico e o vazio conceitual.

Em artigo de 2015, Fontes e Falcão sintetizam as principais demandas de um campo crítico que vem se formando em torno da pesquisa teórico-conceitual em psicologia: em primeiro lugar, é unânime a queixa relativa à falta de incentivo e credibilidade conferida a essa modalidade de pesquisa, tratada como uma subespécie de pesquisa cujo valor científico nunca é equiparado às pesquisas empíricas; em segundo lugar, há uma verdadeira recusa dos psicólogos e pesquisadores em psicologia de se aventurar pelo campo dos debates filosófico e epistemológicos, substituído, usualmente, pelos debates operacionais e metodológicos. Como consequência desse culto ao empirismo – que triunfa tanto nos programas de pós-graduação como nas publicações da área – caminham-se para uma psicologia que sobrevaloriza as questões do método em detrimento da discussão teórica e conceitual (Fontes & Falcão, 2015).

Concordamos com Fontes e Falcão (2015) de que a investigação teórico-conceitual é parte fundamental do método científico. Mais do que isso, afirmamos que qualquer pesquisa científica

se torna estéril se não for precedida por questionamentos ontológicos (*o que é o ser/realidade antes de como conhecê-lo*) e epistemológicos (quais as *bases filosóficas e a natureza* dos nossos operadores teóricos e categorias de análise). A noção do que é ciência na modernidade, ainda calcada no positivismo, inverte essa lógica: uma teoria, para que tenha validade e legitimidade, precisa ser testada de acordo com um determinado método canônico, pouco importando a substância dos seus conceitos e categorias. É o que Danziger (2002) chamou de *metodolatria*, uma visão estreita e mecânica do método científico acompanhada, por suposto, de uma certa aversão à especulação teórica e filosófica.

Mas, afinal, o que é uma pesquisa teórico-conceitual? Qual a sua importância na atualidade? Qual o seu papel na atual conjuntura das pesquisas e práticas em psicologia? Na definição de Laurenti et al. (2016, p. 8) a pesquisa teórico-conceitual pode ser compreendida como “a investigação de teorias e conceitos psicológicos”. Trata-se, segundo os autores, de transformar a própria confusão conceitual da psicologia em objeto de pesquisa. Por meio de uma investigação teórico-conceitual é possível colocar em evidência as “ambiguidades, contradições, lacunas, imprecisões, excessos, insuficiências, falácias, contrassensos dos projetos de psicologia” (Laurenti et al., p. 9).

Além disso, ao expor as fissuras e contradições de uma determinada abordagem psicológica, a investigação teórico-conceitual coloca em cheque a adesão cega e obstinada a toda e qualquer teoria, como também o relativismo ontológico e epistemológico de alguns projetos de psicologia, contribuindo para uma postura menos dogmática e anti-eclética dos profissionais, professores e pesquisadores da área. Nas palavras de Laurenti et al. (2016):

Ao contribuir para uma formação menos dogmática e eclética, a pesquisa teórica também ressoa: (i) na atuação acadêmica, uma vez que esse tipo de investigação ajuda o psicólogo acadêmico a despertar de seu “sono dogmático”; (ii) na pesquisa empírica, pois contribui para afastá-la de um empirismo ingênuo,

caracterizado pela mera descrição de dados empíricos com pouca ou nenhuma reflexão teórica; (iii) na prática profissional, porque pode orientar e justificar a escolha das abordagens e das técnicas de intervenção, dando maior sentido e coerência aos resultados obtidos (Laurenti et al., 2016, p.10).

O *padrão moderno* de cientificidade calcado no positivismo e o triunfo do empirismo como ideologia científica dominante são os responsáveis pelo alastramento de uma concepção do método científico tomado como a-histórico, apolítico e antifilosófico. A psicologia, em particular, não somente buscou se emancipar da filosofia, como em certa medida passou a negá-la, projetando-se como uma ciência pragmática voltada para a solução de problemas concretos e imediatos. A pesquisa teórico-conceitual, nesse sentido, tem o importante papel de resgatar a dimensão histórica e as bases filosóficas das teorias, métodos e conceitos em psicologia, não somente para qualificar as práticas de pesquisa, mas também para enfrentar o esvaziamento e a esterilização das ciências psicológicas no cenário atual (Lopes, 2016).

De acordo com Lopes (2016), caberia à pesquisa teórico-conceitual abrir a “caixa-preta” das ciências, isto é, desmistificar aquelas ideias, conceitos, procedimentos e técnicas que se tornaram tacitamente aceitos no interior de uma determinada comunidade científica e, portanto, inquestionáveis. Em alguns casos, destaca o autor, a “caixa-preta” já se transformou em uma “caixa de Pandora”, pois esconde os questionamentos, os impasses e as hesitações que foram deliberadamente relegadas ao esquecimento em prol do avanço a qualquer custo das ciências. Dessa forma, o importante papel da pesquisa teórico-conceitual é “discutir conceitos, contextualizá-los historicamente, situar a teoria em uma tradição mais ampla” sem o temor das consequências de tal problematização (Lopes, 2016, p. 32).

1.2 Procedimentos de investigação teórica e conceitual

Até o momento tem-se tratado de forma indistinta as pesquisas *teórica* e *conceitual* e, de fato, não existe consenso sobre as diferenças e similaridades entre elas. De acordo com Machado et al. (2000):

Investigações conceituais estão intimamente relacionadas às investigações teóricas, mas não devem ser confundidas com elas. **Por um lado, investigações conceituais são sempre relativas a uma teoria particular.** Elas têm como alvo uma teoria assim como as investigações factuais tem como alvo problemas empíricos. Portanto, no mesmo sentido que as investigações factuais não podem ser realizadas na ausência de um problema empírico, **investigações conceituais não podem ser realizadas na ausência de uma teoria.** Por outro lado, precisamente porque as investigações conceituais têm por alvo teorias como objetos de análises, elas não podem ser confundidas com estas. **Uma investigação teórica tem por objeto um domínio empírico** e, em linhas gerais, o teórico [*theoretician*] visa desenvolver um conjunto de princípios que permitirão a qualquer pessoa familiarizada com eles reconstruir relações empíricas relevantes, compreender essas relações, resumi-las de formas econômicas, e, talvez, até mesmo descobrir novas relações; por sua vez, a investigação conceitual tem por objeto o resultado do trabalho do teórico, em particular os conceitos centrais da teoria, seus significados e suas gramáticas (Machado et al. 2000, pp. 22-23, grifo nosso).

Considerando o exposto, depreende-se que deva existir uma nítida e necessária separação entre a pesquisa teórica e a pesquisa conceitual. Para os autores, a pesquisa teórica tem como objeto um domínio empírico e tem por objetivo testar, refinar e/ou reconstruir as relações entre a teoria e o campo empírico. Em certa medida, pela ótica dos autores, a pesquisa teórica confunde-se mesmo com o próprio advento da teoria. A pesquisa conceitual, por sua vez, tem como ponto de partida o trabalho da pesquisa teórica, a partir da qual irá investigar os conceitos nucleares, seus significados e gramáticas. Em resumo, compreendemos que tanto a pesquisa teórica como a pesquisa conceitual têm como alvo as teorias, sendo a primeira destinada a investigar a relação entre os fundamentos teóricos e o domínio empírico e a segunda a investigar a própria constituição interna e a sustentação conceitual de uma teoria.

Considerando o objetivo central desta tese – a investigação dos conceitos de trabalho e centralidade do trabalho em Dejours – adotaremos a terminologia *pesquisa conceitual*, conforme distinção apresentada por Machado et al. (2000). Todavia, é importante ressaltar que uma pesquisa que investiga os conceitos nucleares de uma determinada teoria – a partir de seus referenciais ontológicos, epistemológicos, sua constituição histórica e social – pode e deve suscitar novas relações com o domínio empírico. Ou seja, no nosso entendimento as pesquisas teórica e conceitual são indissociáveis e interdependentes: investigar uma teoria na sua relação com o campo empírico certamente terá desdobramentos em relação à formulação e compreensão dos conceitos; em contrapartida, investigar a construção de um conceito ou uma rede de conceitos no interior de uma teoria, naturalmente impactará a compreensão da própria teoria e, conseqüentemente, sua relação com domínio empírico. Não obstante, como veremos a seguir, para alcançar o estatuto do “ser” na teoria faz-se necessário, ainda, ascender ao nível metateórico.

Uma teoria psicológica pode ser compreendida como um “conjunto de enunciados verbais a respeito de um campo psicológico” (Laurenti & Lopes, 2016, p. 46). Esse conjunto de enunciados compõem uma rede de conceitos que, sendo coerentemente articulados e não contraditórios, fornecem uma explicação para um determinado fenômeno psicológico. À medida que essa trama conceitual na forma de enunciados verbais é sistematizada e transformada em texto, a teoria psicológica passa, portanto, a ser passível de interpretação. Compreende-se, então, que uma pesquisa conceitual em psicologia se refere à análise e interpretação do texto psicológico (Laurenti & Lopes, 2016).

Segundo Laurenti e Lopes (2016), a pesquisa conceitual se dá em três níveis de análise: um nível *sistêmico*, explicitando que um conceito, usualmente, não existe de forma isolada, estando associado a outras categorias e conceitos, constituindo uma rede de relações conceituais;

um nível *filosófico*, buscando apreender as filiações filosóficas, epistemológicas, ontológicas, ética e política de uma determinada trama conceitual; e um nível *historiográfico*, cuja análise deve ser capaz de desvelar o “*Zeitgeist*”, isto é, o espírito da época em que emerge aquele conceito ou teoria. Isso significa que, ao contrário do que conclama o senso comum, a pesquisa conceitual em psicologia não se atém apenas ao conceito, propriamente dito, mas também às visões de mundo, os embates filosóficos, os aspectos culturais, econômicos, sociais, ideológicos, estéticos, dentre outros, que fomentam a história cultural e intelectual das teorias psicológicas.

Já Cruz (2016), vem chamando a atenção para a necessidade de se considerar aspectos biográficos nos processos de investigação teórica e conceitual nas ciências humanas e sociais. Segundo o autor, a investigação dos aspectos biográficos possibilita um novo olhar para uma das problemáticas mais complexas no que concerne à constituição teórico-metodológica das ciências humanas e sociais: a relação entre sujeito e sociedade, entre história individual e história social. Afirma o autor que “a biografia assume um duplo papel de fonte e objeto de pesquisa, uma vez que dela se poderiam abstrair os diferentes modos de representar as relações entre sujeito e contextos sociais, em quadros históricos específicos” (Cruz, 2016, p. 148). Destaca ainda o autor, que o gênero biográfico tem sido inserido progressivamente na nova historiografia das ciências psicológicas, promovendo a revisitação dos grandes projetos de psicologia – como os de Skinner, Freud, Vigotski – em coanálise com a história, a trajetória e os dilemas de seus fundadores, contextualizando o texto em um determinado cenário social, político e cultural (Cruz, 2016).

Ao contrário do que se pode imaginar, a pesquisa conceitual não é refratária às discussões metodológicas, muito pelo contrário, ela dispõe de uma metodologia específica que garante, tanto seu *status* de produção científica independente, quanto a sua importância no desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos e teorias. Como já mencionado, a investigação conceitual decorre de

algumas atitudes fundamentais: interrogar os conceitos e categorias a partir de suas bases filosóficas, epistemológicas e ontológicas; e resgatar a dimensão historiográfica e biográfica da produção teórica e conceitual. *Mas, como fazê-lo?*

A matéria-prima elementar da pesquisa conceitual em psicologia é o texto psicológico: a sistematização das teorias e conceitos em artigos, livros, coletâneas, compêndios, anais, conferências, entrevistas, relatos, revisões, críticas, etc. Isso significa que a pesquisa conceitual se restringe a uma revisão de literatura? Definitivamente não. A pesquisa conceitual apresenta inúmeras possibilidades que extrapolam uma revisão de literatura a respeito de uma temática, autor ou corrente teórica. A pesquisa conceitual atua em outro nível de análise e tem objetivos distintos da revisão de literatura, tais como: revelar diferentes significados acerca de um conceito; resgatar significados originários e genuínos de um conceito; propor novas acepções a respeito de um conceito ou trama conceitual; investigar inconsistências teóricas, conceituais e até o que escapa ao autor ou abordagem; construir e reconstruir novos significados conceituais na inter-relação entre autor, leitor e o próprio texto psicológico (Laurenti & Lopes, 2016).

Não obstante, a revisão de literatura pode e deve ser um excelente ponto de partida para a pesquisa conceitual em psicologia. Resgatar, ordenar, classificar, estabelecer critérios de inclusão e exclusão, avaliar criticamente os textos do acervo, definir ordem de importância para a pesquisa, são passos importantes da *pesquisa de literatura* que irão subsidiar a *revisão de literatura* e, em outro nível, a investigação teórico-conceitual. Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), apresentam uma nova perspectiva acerca da revisão de literatura construída a partir da filosofia hermenêutica, baseada na análise e interpretação da literatura identificada como relevante por meio da pesquisa de literatura, de acordo com os objetivos da revisão. Conforme destacam os autores, a qualidade e

o sucesso do trabalho acadêmico dependem, em grande medida, da qualidade dos processos de revisão da literatura.

O *modus operandi* desenvolvido por Boell e Cecez-Kecmanovic (2014) é baseado nos círculos hermenêuticos, e constitui dois movimentos: o *círculo interno*, de pesquisa e apropriação da literatura; e o *círculo exterior*, de análise e interpretação do texto. A pesquisa de literatura é, em si, um círculo hermenêutico. Ela permite que o pesquisador passe do geral ao particular, identificando publicações relevantes para um tópico, em particular, ou objetivo específico da pesquisa. E, à medida que se inicia a leitura das publicações, é possível delimitar melhor aquilo que se procura e, por conseguinte, refinar os mecanismos de busca e acesso à literatura. O círculo interno tem início com a *pesquisa* da literatura produzida: a definição do campo de pesquisa, a escolha dos operadores de busca, a seleção das plataformas e bases de dados a serem examinadas, a delimitação espaço-temporal da pesquisa, o tipo de documento a ser pesquisado. Realizado o exame da literatura disponível, diferentes métodos podem ser utilizados para *ordenar* os textos encontrados, como relevância para os objetivos da pesquisa, eixos temáticos, data de publicação, número de citações, ou mesmo uma classificação algorítmica. Em seguida, de acordo com os objetivos estabelecidos na revisão, os textos devem ser *selecionados* para a *aquisição e leitura*, analisando marcadores de acesso público, tais como: título, resumo, palavras-chave. Com base nas leituras, é possível *identificar* novas fontes, novos operadores de busca, publicações adicionais citadas, publicações desconhecidas e até novos encadeamentos temáticos. Por fim, o círculo interno deve ser utilizado para *refinar* a pesquisa de literatura, a fim de melhorar a precisão, coerência e adequação do texto examinado com os objetivos da pesquisa (Boell & Cecez-Kecmanovic, 2014).

O círculo exterior tem início a partir da *leitura* das obras selecionadas e adquiridas. Parte-se do pressuposto que o pesquisador é capaz de realizar uma leitura analítica, identificando conceitos-chave, filiações teóricas, interpretações do autor e desdobramentos metodológicos. Após a leitura sistemática do texto, é necessário *mapear* e *classificar* as ideias relevantes, as descobertas do autor e possíveis contribuições para o corpo de conhecimento investigado. Quando o mapeamento tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada, a “geografia” da pesquisa de literatura como parte da revisão e dos objetivos da pesquisa, os textos devem ser classificados seguindo critérios mais específicos, tais como: campo disciplinar, conceitos principais, nível de análise, unidade de análise, método de pesquisa, desenvolvimento histórico, entre outros. Em seguida, uma *avaliação crítica* da literatura pesquisada deve abordar o texto a partir de uma análise mais ampla alcançando o estado da arte, os limites e fragilidades do conhecimento produzido, questionando *como* e *que tipo* de conhecimento é produzido, delimitando suas contribuições para o *corpus* teórico e para a solução de problemas de interesse social. Uma avaliação crítica da literatura produzida demonstra que o conhecimento é incompleto, que determinados fenômenos são esquecidos ou mesmo negligenciados. A partir do mapeamento, classificação e avaliação crítica da literatura, faz-se necessário identificar as lacunas e problemáticas que irão servir como *argumento* e motivação para o *desenvolvimento* de pesquisas futuras. Ao acessar as lacunas e problemas do corpo de conhecimento disponível, o pesquisador é conduzido, invariavelmente, à reformulação do problema de pesquisa e dos objetivos da pesquisa, incorporando questões que podem contribuir com o desenvolvimento efetivo da disciplina investigada. Um problema de pesquisa refinado e os novos objetivos da pesquisa podem, dessa forma, desencadear um novo círculo de pesquisa (Boell & Cecez-Kecmanovic, 2014)

O modelo dos círculos hermenêuticos acima descrito pode ser vislumbrado no esquema que segue:

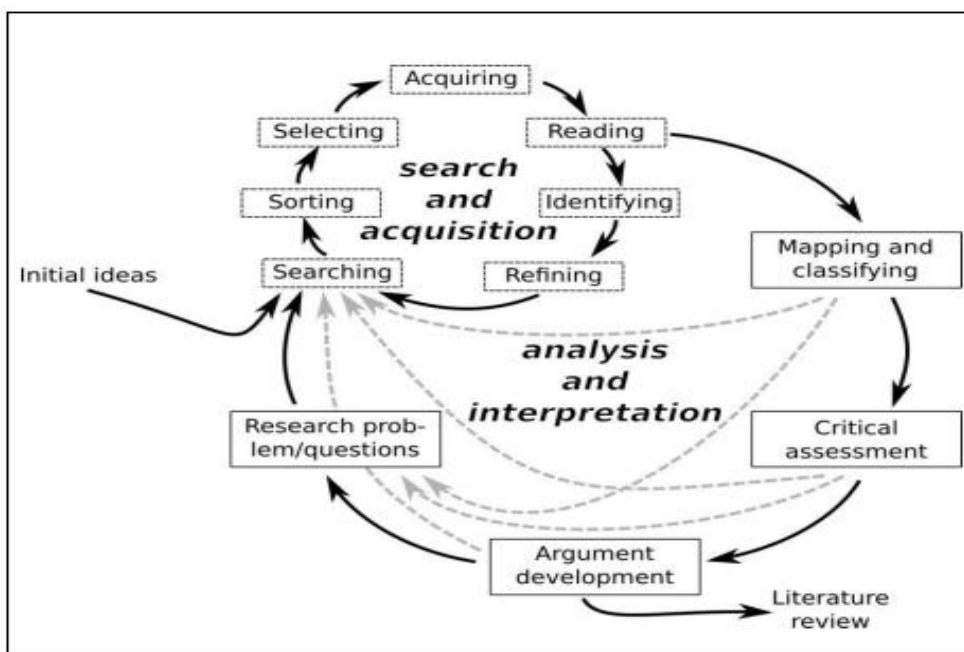


Figura 1 - (Boell & Cecez-Kecmanovic, 2014, p. 264)

A abordagem concebida por Boell e Cecez-Kecmanovic (2014) para a condução das revisões da literatura na perspectiva da filosofia hermenêutica vai ao encontro do modelo metodológico concebido por Laurenti e Lopes (2016) para o desenvolvimento das pesquisas de natureza conceitual em psicologia. O PICT – *Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto* – não tem por objetivo garantir a reprodutibilidade dos resultados da pesquisa, mas sim apresentar ao leitor o itinerário de análise e interpretação do texto psicológico, a matéria-prima da pesquisa conceitual. O PICT é composto por quatro etapas:

- 1) *levantamento dos principais conceitos do texto*: a partir do problema de pesquisa, listar os conceitos principais e secundários presentes no texto analisado. Tentar encontrar, no corpo do texto, definições para os conceitos elencados buscando, nesse momento, maior literalidade possível, atentando-se para a possibilidade de que o autor retome os conceitos

em diferentes momentos do texto, em sentidos diferentes ou acrescidos de novos elementos. É indicado transcrever as definições encontradas, listando página, parágrafo, contexto. É adequado também enumerar os conceitos e indicações que não foram encontrados no texto ou aparecem de forma indefinida;

2) *caracterização das teses do texto*: a partir da estrutura conceitual delineada na etapa anterior, explicitar as ideias defendidas pelo autor do texto em um formato articulado de teses e contraposições, que vai desde a crítica ou incorporação de teses tradicionais (de outros autores) até a elaboração de teses alternativas que possam substituir ou superar as teses tradicionais. Essa etapa permite explicitar o posicionamento do autor em relação aos conceitos investigados, ao campo disciplinar e às filiações teórico-metodológicas.

3) *elaboração de esquemas*: representar na forma de diagramas, esquemas ou figuras a relação entre as teses tradicionais, as críticas do autor e as teses alternativas, de modo a contribuir para uma melhor visualização da estrutura argumentativa do texto analisado e da relação entre conceitos, teorias e doutrinas, bem como para identificar as lacunas e equívocos cometidos pelo autor;

4) *síntese interpretativa*: realizar uma síntese, por escrito, das relações entre os conceitos, as teses e as inconsistências apreendidas nas etapas anteriores. O pesquisador deve se esforçar para redigir um texto com linguagem e estilos próprios, discutindo o texto original e apontando as aproximações e dissensos em relação à apreensão do autor do conceito investigado (Laurenti & Lopes, 2016, p. 55-59)

Laurenti e Lopes (2016) ressaltam que a pesquisa conceitual é uma modalidade genuína de pesquisa pois apresenta delimitações claras quanto a seu escopo, seu objeto, seus objetivos e os níveis de análise. A título de síntese, a pesquisa conceitual tem como objeto o texto psicológico e

seu objetivo é subsidiar uma nova interpretação do texto psicológico a partir da investigação de um conceito ou de uma rede de conceitos de acordo com seus compromissos filosóficos e condicionantes históricos. Tal proposta pode ser executada por meio da interpelação de um conceito em diversos textos de um mesmo autor, de dois ou mais conceitos na obra do autor, ou mesmo buscando estabelecer diálogos entre diferentes autores a partir de um determinado conceito.

Na pesquisa em tela, cujo objetivo central é investigar os conceitos de trabalho e centralidade do trabalho na obra de Christophe Dejours, nosso ponto de partida foi um levantamento geral da obra do autor e a pesquisa da literatura disponível. No site do *Conservatoire National des Arts et Métier* é possível encontrar um inventário das publicações do autor de 1977-2016⁴. Foram contabilizados 24 livros, incluindo obras originais e coletâneas de textos e um total de 297 artigos, incluindo textos originais, traduções e republicações. A partir desse inventário, iniciamos as buscas em bibliotecas públicas, acervos de grupos de pesquisa, acervos pessoais, acervos virtuais, banco de dados de revistas, sebos virtuais, contando sempre com o apoio de uma grande rede de pesquisadores do Brasil e do exterior, principalmente os colegas que construíram, por mais de uma década, o GT de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)⁵. Além disso, uma parte significativa dos artigos do autor foi acessada na revista *Travailler - Revue Internationale de Psychopathologie et*

⁴ Cf: <https://psychanalyse.cnam.fr/recherche/equipe-de-recherche/christophe-dejours-488797.kjsp>

⁵ Na sala do antigo Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB) foi possível localizar, por exemplo, diversos exemplares da revista *Travailler*, a coletânea já esgotada *Plaisir et Souffrance* (1988), os anais do I CIPPT - Congresso Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho (1997), entre outras obras. No acervo pessoal dos professores Ângelo Soares (*Université du Québec à Montréal*) e Maria Amélia Dias Pereira (Faculdade de Medicina - UFG) foi possível encontrar um grande contingente de livros e artigos (digitais e impressos) sem os quais teria sido impossível a execução desse trabalho de pesquisa. Também em um grupo em um aplicativo de mensagens, que reúne pesquisadores brasileiros e latino-americanos filiados ou interessados na psicodinâmica do trabalho, foi possível compartilhar muitos artigos e indicações bibliográficas. A todos que colaboraram, direta ou indiretamente, meu muito obrigado.

Psychodynamique du Travail, revista fundada pelo próprio Dejours no ano de 2001, sendo que alguns números da revista foram acessados de forma física e outros adquiridos virtualmente. Com essa grande rede de apoio, foi possível levantar um significativo contingente de publicações do autor, que estão inventariadas no apêndice A.

A partir do nosso contato prévio com a obra de Dejours e, posteriormente à leitura de Trabalho Vivo (Tomo I e II) – que acreditamos ser a obra de maturidade do autor – elaboramos um modelo de fichamento que foi aplicado a todas as publicações do autor analisadas no escopo da tese. Observando os objetivos da pesquisa e tendo como inspiração o PICT, o modelo de fichamento foi dividido em cinco sessões: 1) *teses primárias*, referente aos conceitos de trabalho e centralidade do trabalho; 2) *teses secundárias*, referente aos conceitos correlatos aos conceitos de trabalho e centralidade do trabalho, tais como: organização do trabalho, sofrimento, estratégias defensivas, identidade, reconhecimento, etc.; 3) *elementos de contexto*, referente ao contexto histórico-social e político da emergência e desenvolvimento da teoria; 4) *elementos de caracterização/ruptura*, referente à definição conceitual da própria psicodinâmica do trabalho e sua relação como campo disciplinar com a psicopatologia do trabalho; 5) *referências ontológicas e epistemológicas*, referente às filiações ou divergências teórico-filosóficas do autor.

À medida que a leitura dos textos foi avançando, foi possível desmembrar as teses primárias em seis categorias, correspondentes às principais concepções de trabalho e centralidade do trabalho identificadas no texto dejouriano, a saber: a) o trabalho do ponto de vista da economia psíquica e somática; b) o trabalho como experiência do real; c) o trabalho como trabalho do psiquismo; d) o trabalho como mediador na conquista da identidade; e) o trabalho como mediador do social e do político; f) o trabalho como mediador das relações sociais de sexo. As concepções de trabalho “b” e “c” foram agrupadas, uma vez que o trabalho de psiquismo (*Arbeit*) não existe

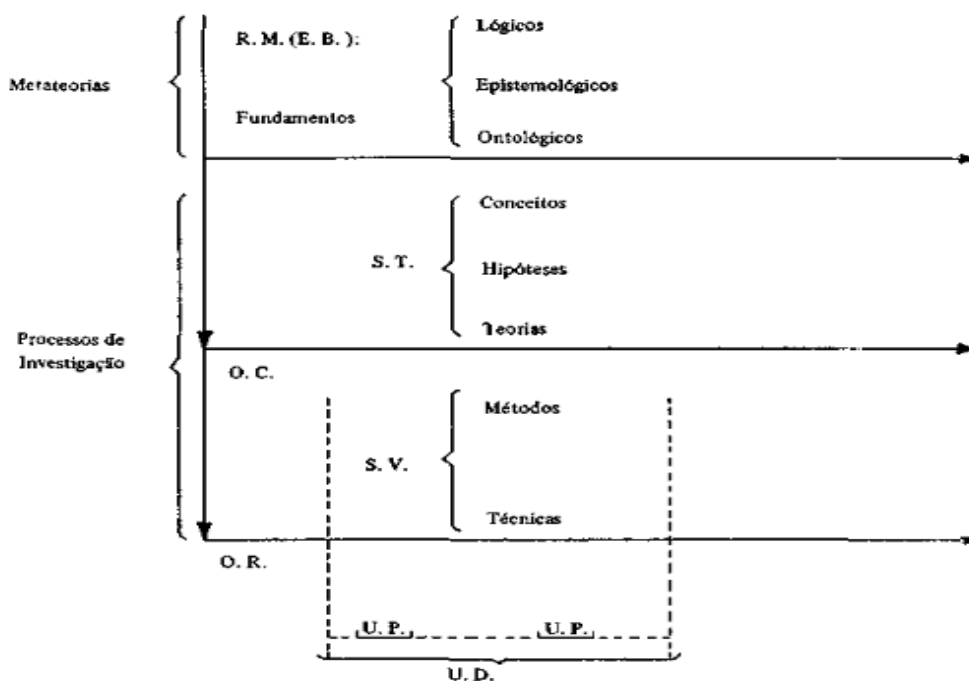
sem a experiência do real por meio do trabalho de produção (*poiesis*), e vice-versa. As concepções de trabalho “e” e “f” também foram agrupadas, uma vez que as relações sociais de sexo compõem o leque mais amplo das relações sociais e políticas, ainda que resguardem certa particularidade na teoria. As quatro categorias resultantes serviram de base para a elaboração dos quatro capítulos teóricos que constituem a espinha dorsal da tese. Em cada um desses capítulos, esforçamo-nos para demonstrar a partir de quais referenciais ontológicos e epistemológicos Dejours constrói as suas concepções de trabalho, o que nos levou a um novo círculo de pesquisas de literatura. Foi possível também, ao longo do desenvolvimento dos capítulos, demonstrar que existe uma relevante historicidade no curso do desenvolvimento do conceito de trabalho na clínica psicodinâmica do trabalho. O modelo de fichamento utilizado na pesquisa conceitual pode ser acessado no apêndice B.

1.3 Método de análise conceitual: a metateoria das ciências humanas e sociais

Os círculos hermenêuticos e o PICT despontam como uma ferramenta valiosa para um momento inicial da pesquisa em que é necessário proceder o levantamento, a descrição, a categorização ou mesmo a confrontação dos conceitos e categorias que serão objeto de pesquisa conceitual. No entanto, ambos os procedimentos parecem insuficientes, em termos de análise, para alcançar os fundamentos “lógicos, epistemológicos e ontológicos” da clínica psicodinâmica do trabalho, o que somente será possível por meio de um subprograma de trabalho denominado de metateoria das ciências humanas e sociais (Oliveira Filho, 1976, p. 264).

De acordo com Oliveira Filho (1976, p. 268), a produção do conhecimento científico sobre a realidade decorre da adequada interação entre os seguintes elementos: *universo de pesquisa*,

sistema tecnológico (métodos e técnicas de pesquisa), *sistema teórico* (hipóteses, conceitos, esquemas conceituais e teorias) e *metateórico* (fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos). Na compreensão do autor, o sistema metateórico, embora imprescindível à atividade científica, constitui parte independente dos processos de investigação propriamente ditos. Vejamos no diagrama abaixo produzido pelo autor:



R. M. : Reconstruções Metodológicas; E. B. : esquemas-bases; S. T. : sistema teórico; S. V. : sistema de verificação; O. R. : objeto real; O. C. : objeto construído; U. P. : universo de pesquisa; U. D. : universo de disciplina.

Figura 2 - (Oliveira Filho, 1976, p. 273)

A metateoria não é parte da pesquisa propriamente dita, mas fornece os subsídios para os processos dialéticos de reconstrução teórica e metodológica nas ciências sociais. Ao se colocar em análise os princípios basilares de “hipóteses, conceitos, teorias, meios e fins da ciência social” cria-se a possibilidade de reelaborar ou reposicionar as propostas de pesquisa e intervenção no âmbito da produção científica. A investigação metateórica visa acessar os *fundamentos* de um determinado campo disciplinar de maneira que não se restrinja à função descritiva e sim crítica, de maneira a

aproximar a metodologia de pesquisa da teoria social que o representa (Oliveira Filho, 1976, p. 270).

Por suposto, uma proposta de pesquisa metateórica determina a necessidade de expor o que se compreende por *fundamento* de uma teoria ou abordagem. Em primeiro lugar, vale destacar que toda teoria constitui um esforço para compreender, ordenar e representar a realidade – seja ela natural ou social. E que parte significativa da problemática da ciência moderna reside no questionamento: *como conhecer a realidade?* Tal indagação conduz a dois caminhos, dois pontos de vista, segundo Ivo Tonet (2013): a perspectiva *gnosiológica* e a perspectiva *ontológica*. Em essência, o que distingue esses dois pontos de vista – quando não os coloca em posições diametralmente opostas – é a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, entre objetividade e subjetividade.

Na perspectiva gnosiológica, o sujeito é o polo regente do processo de conhecimento. Enfatiza-se não somente o caráter ativo do sujeito, mas a premissa de que é ele quem constrói teoricamente o objeto. Nas palavras de Tonet (2013, p. 13) “em vez de o sujeito girar ao redor do objeto [...] aqui é o objeto que gira ao redor do sujeito”. E o sujeito, por sua vez, “é quem colhe os dados, classifica, ordena, organiza, estabelece as relações entre eles e, desse modo, diz o que o objeto é”. Uma perspectiva gnosiológica, na compreensão do autor, assume e legitima a centralidade da subjetividade no processo do conhecimento – ainda que na roupagem da ciência moderna ela esteja blindada por preceitos como a racionalidade, a empiria e a fidedignidade (Tonet, 2013).

Já uma perspectiva ontológica implica a subordinação do sujeito ao objeto, isto é, assumir que no processo de conhecimento o elemento central é o objeto. Aqui “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto”

(Tonet, 2013, p. 14). Desta forma, do ponto de vista ontológico, a primeira pergunta não diz respeito ao conhecer, mas ao ser: *o que é o ser, o que é a realidade?* Explicita o autor que:

Por que essa pergunta deve preceder aquela relativa ao conhecimento? Porque o conhecimento é apenas uma das dimensões do ser social. Ora, se o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade que é o ser social, então sua origem, sua natureza e sua função social só poderão ser apreendidas na medida em que se conhecerem as determinações mais gerais e essenciais deste ser e na medida em que se identificar o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução do ser social como totalidade, ou seja, na práxis social (Tonet, 2013, p. 74)

Ao se buscar responder as questões “o que é o ser”, “o que é a realidade”, fomentam-se as bases para que se torne possível responder às demais questões relativas ao objeto que se pretende conhecer: o que é o objeto; quem é o sujeito do conhecimento, qual a relação entre o sujeito e o objeto, o que é a verdade, quais os critérios de verdade, qual é o caminho para se conhecer o objeto, dentre outras questões (Tonet, 2013). Conforme destaca o autor, todo tratamento de um fenômeno social tem como pressuposto uma concepção prévia do que é a realidade: ou seja, todo conhecimento pressupõe uma ontologia. Nesse sentido, alcançar os *fundamentos* ontológicos de uma teoria científica é apreender “as determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular)” que estão na base dos sistemas teóricos e tecnológicos.

Não obstante a obviedade de que é impossível produzir um conhecimento sobre a realidade sem pressupor o que é a própria realidade, algumas abordagens científicas parecem desconhecer ou mesmo negar os fundamentos ontológicos sobre os quais são construídas as suas teorias, conceitos, métodos e técnicas – quando não se referenciam em ontologias inconciliáveis entre si ou antagônicas. O que defendemos, portanto, é mais do que um resgate ou descrição dos fundamentos ontológicos da psicodinâmica do trabalho de Dejours, mas sim interpelá-la a partir

de uma perspectiva ontológica que seja capaz de apreender as concepções de realidade/ser que estão explícitas, implícitas, ausentes ou paradoxais na referida teoria.

Ao passo que a ontologia se refere à natureza da realidade/ser, a epistemologia refere-se ao processo do conhecer, à construção do conhecimento sobre a realidade/ser. Isso significa dizer que, a depender da forma como se concebe a realidade ou o ser, é possível (ou não) construir um determinado tipo de conhecimento sobre ela, a partir de uma relação específica entre o sujeito e objeto. A título de exemplo, tomemos dois paradigmas teórico-metodológicos notoriamente divergentes: para o paradigma positivista, a realidade é única e objetiva, configurando-se em um conjunto de verdades universais que podem ser conhecidas por meio de medidas e experimentos amplamente replicáveis em diferentes contextos e populações; já no paradigma do construcionismo social, a realidade é múltipla, e um determinado fenômeno é passível de inúmeras interpretações. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído na relação entre sujeito e objeto, ou na relação entre pesquisador e os participantes. Como se pode perceber, uma escolha ontológica se desdobra em um direcionamento epistemológico e, conseqüentemente, metodológico. E, via de regra, as questões retornam ao campo de relação entre sujeito e objeto (realidade/ser) do conhecimento, entre subjetividade e objetividade no processo do conhecer (Hays & Singh, 2012).

A epistemologia das ciências modernas têm conduzido as investigações científicas a dois patamares insatisfatórios: ou a um relativismo, que assume que todo e qualquer conhecimento é fruto de representações, visões de mundo, valores morais, particularidades subjetivas; ou a uma objetividade exacerbada identificada com uma suposta neutralidade, que esvazia o caráter histórico-social da produção do conhecimento, apartando a ciência da sociedade e da política.

Na perspectiva ontológico-epistemológica ora sustentada, assumimos que: a realidade é objetiva, o que não implica necessariamente em neutralidade na produção do conhecimento sobre

ela; que o sujeito cognoscitivo é sim portador de uma subjetividade, de uma visão de mundo, de valores morais e interesses, e que estes influenciam no seu processo de conhecimento. Em resumo, se por um lado o conhecimento é relativo ao sujeito que conhece, a realidade é objetiva e independe do sujeito (Tonet, 1995/2010; 2007, 2013).

1.4 Reequilibrar o triângulo epistêmico da psicologia

Para Machado et al. (2000), o desenvolvimento de todo e qualquer campo científico – independentemente de suas particularidades filosóficas – requer pelo menos três tipos de investigação: factual, teórica e conceitual. Esses três tipos de investigação estão intimamente relacionados e podem ser concebidos como os vértices de um triângulo equilátero que representaria o corpo epistêmico de uma determinada ciência ou disciplina.

Afirmam os autores que:

Investigações factuais produzem os componentes elementares das relações funcionais e teorias, que por sua vez podem ser concebidas como coordenando e animando fatos, como trazendo-os para a vida. Investigações conceituais, por outro lado, checam a inteligibilidade das teorias, explicam seus significados e identificam seus domínios. (Machado et al., 2000, p. 2).

A hipertrofia de qualquer um destes três tipos de investigação coloca em risco o efetivo desenvolvimento científico de um determinado campo do conhecimento. Na psicologia contemporânea, em particular, o triângulo epistêmico apresenta sinais de desequilíbrio, considerando o alargamento expressivo do vértice representado pelas pesquisas factuais/empíricas. “Em outras palavras, o triângulo epistêmico da psicologia parece ter perdido a harmonia porque foi esticado excessivamente em direção aos fatos” (Machado et al., 2000, p. 2).

Segundo Machado et al. (2000) há duas razões fundamentais para a preferência excessiva por investigações factuais na psicologia: a dependência em relação ao método científico como única forma – por suposto – de acessar verdades empíricas e cientificamente válidas; e uma resistência de longa data às incursões de natureza metateórica e filosófica. “São dois lados de uma mesma moeda: um mostra a obsessão da psicologia com o que veio a ser conhecido como ‘o’ método científico, o outro a suspeição de qualquer reivindicação de conhecimento não baseado no método científico” (p. 13). Em quase todos os domínios e abordagens da psicologia, ao longo da sua história, da clínica à social, da psicologia comportamental às teorias cognitivistas, sobressaem-se, por um lado, a abundância experimental e, por outro, a imprecisão categórica-conceitual.

Além da fragmentação do conhecimento psicológico na atualidade e a desagregação da comunidade científica, o desequilíbrio do triângulo epistêmico da psicologia se expressa, notadamente: no excessivo número de publicações de cunho empírico/experimental que extrapolam, em muito, o número de descobertas convincentes e o número de problemas efetivamente resolvidos; na assimetria existente no que tange ao desenvolvimento das tecnologias e metodologias de análise de dados se comparado ao estado rudimentar das estruturas teóricas e conceituais; na especialização artificial do campo *psi* que se alarga em decorrência da fragilidade das investigações teórico-conceituais, o que esconde semelhanças e sustenta o preciosismo das pequenas diferenças; e na distorção e desproporcionalidade dos investimentos – da formação acadêmica à prática de pesquisas – nas práticas e metodologias de coleta de dados em detrimento de discussões e elaborações teórico-conceituais (Machado et al., 2000).

O desequilíbrio notório do triângulo epistêmico da psicologia e a falta de interesse, investimento e formação direcionada para as investigações teórico-conceituais incorrem em outros problemas como a criação e difusão de *falsos positivos* e *falsos negativos*. Trata-se de declarar

“que algumas abordagens dizem ou assumem o que de fato não dizem ou assumem” ou ignorar de forma deliberada alguma contribuição ou solução teórica já fornecida, seja por negligência, incompreensão ou mesmo para acomodar algum interesse ou divergência. Outro tipo de distorção bastante recorrente é a *interpretação parcial* de uma teoria, quando se reivindica uma abordagem apenas com base em um fragmento que lhe é conveniente, ou mesmo quando se refuta a totalidade de uma teoria apenas levando em consideração uma parte dela (Machado et al., 2000, p. 10-11).

Por fim, um outro tipo de distorção teórico-conceitual muito comum é quando se apresentam os conceitos periféricos de uma teoria como se fossem seus conceitos centrais ou, ao contrário, quando os conceitos centrais são relegados a planos secundários na apropriação teórica. Abordagens teóricas bastante reconhecidas e consolidadas no âmbito da psicologia, como o behaviorismo de Skinner, a epistemologia genética de Jean Piaget e a psicanálise freudiana são costumeiramente injuriadas por falsos positivos, falsos negativos, interpretações parciais e/ou distorções teórico-conceituais (Machado et al., 2000).

Ao reivindicar a importância da investigação teórico-conceitual e assumir como tarefa uma pesquisa dessa natureza, esta tese visa contribuir para a reequilibração do triângulo epistêmico da psicologia. No campo das clínicas do trabalho – e da psicodinâmica do trabalho, em particular – é notório o crescimento exponencial das pesquisas empíricas que contemplam um número cada vez maior de categorias profissionais e contextos de trabalho, mas que não são acompanhadas por um profundo e extenso debate acerca dos conceitos, categorias e operadores teóricos. Em termos gerais, no que tange à difusão da psicodinâmica do trabalho no Brasil e no mundo, percebe-se uma carência de investigações cuja proposta seja alcançar os fundamentos ontológicos, epistemológicos e o desenvolvimento dessa abordagem. No caso brasileiro, ousamos afirmar que houve uma apropriação bastante superficial dos fundamentos teóricos e das bases metodológicas

da psicodinâmica do trabalho o que, por vezes, culmina em práticas clínicas controversas e pesquisas contestáveis.

Capítulo 2 – Uma Breve História da Psicodinâmica do Trabalho

O capítulo a seguir será dedicado a examinar o contexto histórico, social, político e econômico de emergência da psicodinâmica do trabalho na França, bem como os aspectos biográficos e institucionais que circunscrevem a trajetória do seu fundador, Christophe Dejours. Conforme ressalta o próprio autor, a psicodinâmica do trabalho surge do confronto entre a antropologia psicanalítica e a ergonomia francófona. Todavia, esse encontro inusitado não acontece em um território neutro. Pelo contrário: será situado, inicialmente, no campo da psicopatologia do trabalho, onde os debates e questionamentos acerca da relação entre trabalho, saúde mental e adoecimento psíquico já se notabilizavam desde a década de 1950.

Do ponto de vista político, os eventos ocorridos na França em maio de 1968 colocaram em evidência a demanda social nascente em relação às condições psicológicas do trabalho e os seus impactos sobre a saúde e a subjetividade dos trabalhadores. Do ponto de vista econômico, as transformações na base técnica e tecnológica no mundo do trabalho e da produção modificaram profundamente os parâmetros a partir dos quais a força de trabalho é gerida e organizada. Do ponto de vista teórico, não sem resistências, a questão da subjetividade e do sofrimento psíquico passam a fazer parte do léxico operário e das reivindicações sindicais, em grande medida impulsionadas pelas pesquisas em Clínica do trabalho.

É nesse cenário que a psicodinâmica do trabalho vai se apresentar como uma clínica do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho e das estratégias de defesa contra o sofrimento. Tendo como referência o modelo psicanalítico do funcionamento psíquico, Dejours vai posicionar a dinâmica defensiva – seja individual ou coletiva – entre a organização do trabalho (como causa) e a doença mental (como efeito), superando, dessa forma, a etiologia causalista predominante até então na psicopatologia do trabalho. Ao propor a *normalidade* (e não mais a doença) como objeto,

a psicodinâmica do trabalho busca trilhar os caminhos para uma perspectiva ampliada capaz de enfocar não apenas os efeitos deletérios, mas também o prazer no trabalho. Trata-se de uma Clínica do trabalho, uma vez que todo o conhecimento produzido está situado no campo das relações laboriosas e uma teoria do trabalho só pode emergir, portanto, dessa epistemologia de campo. Não obstante, o complexo arranjo teórico-metodológico do qual é resultado a psicodinâmica do trabalho só pode ser compreendido, também, fazendo referência à trajetória do autor, seu trânsito como médico, psiquiatra, psicanalista e ergonomista, seus “encontros e desencontros” teóricos e epistemológicos ao longo das últimas quatro décadas (Dejours, 1990/2007f, 1990/2009c, 1993c, 1993/2011a)

2.1 Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho

Travail, Usure mentale, conforme anuncia o próprio subtítulo da obra, é um ensaio de psicopatologia do trabalho. Dejours assim o classifica por compreender que, em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, qualquer análise pautada nos efeitos do trabalho sobre o funcionamento psíquico somente poderia ser situada na esteira da psicopatologia do trabalho. A psicologia do trabalho francesa, não obstante, longe de ser um campo unívoco, emoldurava-se em pluralismos, por vezes, inconciliáveis. Nas palavras de Isabelle Billiard (2002), o que se convencionou chamar de psicopatologia do trabalho “retoma à época das interrogações plurais, indissociáveis dos debates ideológicos e doutrinários que sacudiram a psiquiatria e as transformações pelas quais passa a sociedade francesa à mesma época” (p. 11). Ainda segundo a autora, a nascente psicopatologia do trabalho abarcava um conjunto de questionamentos e práticas inovadoras – entre práticas clínicas, teoria das práticas, terapêutica, expertise e crítica social – que,

ao final da segunda guerra mundial, “une um punhado de psiquiatras militantes tanto quanto os divide” (Billiard, 2002, p. 11).

O termo psicopatologia do trabalho aparece, pela primeira vez, no ano de 1952, em um artigo publicado pelo psiquiatra francês Paul Sivadon na revista *L'Évolution Psychiatrique*. Com efeito, nos anos 1950, na França, as autoridades de saúde se viram alarmadas com o crescimento exponencial dos transtornos mentais, sobretudo nas regiões urbanas e industriais. Por sua vez, a medicina do trabalho e o serviço social das empresas se viram instigados pelos acidentes de trabalho e as novas patologias laborais, cujas causas ainda eram totalmente desconhecidas. O nascimento da psicopatologia do trabalho sob a égide da psiquiatria é, hoje, um fato consumado, conjuntura que não era tão explícita à época. Mas é fato também que essa minoria de “psiquiatras militantes”, na medida em que começa a questionar as instituições asilares, passa a se interessar pelo potencial terapêutico do trabalho nos doentes mentais, dando o primeiro passo em direção ao trabalho real – e os transtornos dele decorrentes – como objeto de pesquisa e investigação (Billiard, 2002).

Antes de avançar em direção à ergoterapia e às diferentes correntes no interior da psicopatologia do trabalho, é necessário retornar alguns anos, mais precisamente ao ano de 1946. Segundo Molinier (2013, p. 26), o questionamento primário da psicopatologia do trabalho – “*O trabalho pode deixar louco?*” – se inscreve em um debate mais amplo que dividiu toda a psiquiatria francesa no pós-segunda guerra. No Colóquio de Bonneval de 1946, organizado por Henry Ey, psiquiatras de diversas matizes teóricas reuniram-se em busca de uma resposta para a questão que mobiliza, ainda nos dias de hoje, toda a psiquiatria: *Qual a etiologia das doenças mentais?* No referido evento, cuja temática foi “O problema da psicogênese das neuroses e psicoses”, três teses foram defendidas: a tese da *organogênese*, defendida pelo próprio Henry Ey; a tese da psicogênese,

defendida pelo psiquiatra e psicanalista Jacques Lacan; e a tese da *sociogênese*, de inspiração marxiana, defendida por Sven Follin e Lucien Bonnafé.

Na abertura do colóquio, Henry Ey defendeu a sua tese intitulada “Os limites da psiquiatria: o problema da psicogênese”, onde apresenta uma tentativa de reconciliação entre as concepções orgânica e dinâmica do funcionamento psíquico. Se, por um lado, ele atribui a origem das doenças mentais a fatores orgânicos, endócrinos, infecciosos e/ou traumáticos – como grande parte da psiquiatria francesa à época – por outro, ele afirma a normalidade como resultado de um funcionamento psíquico “verdadeiro e livre”. Para Ey, a organização do psiquismo consiste em um processo de diferenciação e complexificação do sistema nervoso central que, à medida em que o orgânico vai se subordinando ao psíquico, se consolida como um sistema integrado e hierarquizado de funções superiores. A doença mental, por sua vez, corresponderia a uma desorganização das instâncias superiores do psiquismo ou uma regressão a um estágio anterior do funcionamento mental. Em síntese, a teoria organo-dinâmica de Henri Ey rejeita o que ele afirma como teorias deterministas do psiquismo, como a psicogênese das neuroses e psicoses. E se posiciona a partir de dois princípios, em certa medida contraditórios: “[...] se a psicogênese define a vida psíquica normal, a organogênese define ao contrário a origem da doença mental pela alteração do substrato orgânico” (Billiard, 1996, p. 80, 2002; Nassif, 2005; Molinier, 2013).

De acordo com Billiard (1996, p. 80) “[...] a dinâmica de Ey se refere mais aos movimentos evolutivos e contra evolutivos do desenvolvimento genético do que à dinâmica de afetos e representações proposta pela teoria freudiana”. Lacan, por sua vez, refuta a tese organo-dinâmica de Henry Ey. Tampouco assume uma “psicogênese pura”, concebida como mera causalidade psíquica das doenças mentais. Para o psicanalista, a loucura é um fenômeno do pensamento, constitutiva da dialética do ser. A doença mental não é uma falha de adaptação do sujeito ao

mundo, mas um modo de ser no mundo. A causalidade psíquica existe, mas se trata, segundo Lacan, de uma produção imaginária, de um drama cuja forma e o modo de ação estão fielmente identificados ao conceito de imagem. Para Lacan, o Ego é o componente central de identificação que estrutura a sua imagem a partir do imaginário e da dinâmica libidinal. Dessa forma, a atividade psíquica do sujeito seria, a priori, o lugar e o jogo das formações imaginárias em relação com desejo. Evidentemente, essa imagem do Ego, seus movimentos libidinais e a sua produção fantasmática só podem existir em referência ao Outro. A dissonância entre o Ego e o seu ideal, entre a realidade e o desejo são constitutivas de todos os sujeitos. Todavia, é na tentativa de resolver essas tensões internas, segundo Lacan, que pode emergir a loucura (Billiard, 1996, 2002; Nassif, 2005; Molinier, 2008).

Já Follin e Bonnafé apresentam a tese intitulada “A propósito da psicogênese: estudo crítico do organo-dinamismo de Ey – As bases de uma psiquiatria concreta, ciência original do homem psicopata”. A perspectiva sociogenética dos autores tinha dois pressupostos radicais: superar a controvérsia entre monismo e dualismo em favor de uma concepção dialética; rejeitar a loucura enquanto objeto da psiquiatria, colocando em seu lugar o homem psicopata enquanto um fenômeno social. Inspirados no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e na psicologia concreta de Georges Politzer, Follin e Bonnafé defendem uma psiquiatria concebida como ciência do humano, cujo objeto é nada menos do que o homem no interior de uma estrutura social. A loucura, por sua vez, só pode ser compreendida a partir das relações sociais, dos meios de vida e da história real do “homem psicopata”. A perspectiva da sociogênese, além de resgatar o ser social como objeto da psiquiatria, almeja alcançar o ser humano na totalidade das suas dimensões constitutivas. “Se o homem saudável é, ao mesmo tempo, psíquico e orgânico, o louco necessariamente o é também, e a loucura deve admitir tanto a psicogênese quanto a organogênese. Organismo e psiquismo não

podem ser reduzidos um ao outro, mas são aspectos diferentes de uma única realidade: o fenômeno humano natural” (Billiard, 1996, p. 81).

Conforme destacam Demaegdt, Rolo e Dejours, (2013), os debates ocorridos no Colóquio de Bonneval de 1946 tiveram uma importância significativa e constituem um marco na historiografia da psicopatologia do trabalho. A tese da sociogênese, em particular, vai abrir os caminhos para se pensar o papel do trabalho na composição dos quadros de alienação e adoecimento mental:

Assim, ao final destes dias de Bonneval e em referência à tese da sociogênese das doenças mentais, veremos surgir uma primeira psiquiatria social, onde a alienação mental é considerada como um efeito da alienação social. Ao insistir nos efeitos psicopatológicos do meio, essa abordagem levanta a questão do papel do trabalho como fator patogênico e conduzirá, posteriormente, à emergência da psicopatologia de trabalho. Mas será a partir da experiência da guerra nos asilos e dos constrangimentos provocados por esta situação extrema que o lugar do trabalho em psiquiatria será realmente colocado em questão (Demaegdt, Rolo & Dejours, 2013. p. 2)

Antes mesmo do surgimento da psicopatologia do trabalho, quem se empenhou em repensar o lugar do trabalho na psiquiatria foi o médico catalão Francesc Tosquelles Llauredó – mais conhecido pela sua alcunha francesa, François Tosquelles. Com o golpe de Estado operado pelo general Francisco Franco, Tosquelles – que lutara nas forças de resistência na guerra civil espanhola – foi obrigado a se exilar na França ao final da década de 1930. Em 1941, ele assumiu o serviço de psiquiatria no famoso Hospital Saint-Alban, na região montanhosa de Lozère, hospital por onde passaram nomes como Georges Canguilhem, e que viria a ser dirigido por Lucien Bonnafé. Em uma época onde grande parte da psiquiatria praticava a clinoterapia (cura baseada no repouso no leito), Tosquelles defendia uma terapêutica de fazer trabalhar os doentes e o pessoal dos cuidados para, antes de mais nada, cuidar da instituição. É verdade que a utilização do trabalho

em psiquiatria é tão antiga quanto a própria instituição asilar: na França, a título de exemplo, a aplicação do trabalho aos internos de hospitais psiquiátricos estava prevista desde a Lei dos Alienados, de 1848. A própria Ergoterapia, já era praticada de forma sistemática em outras partes da Europa, particularmente na Alemanha, desde o início do século XX. Mas o ineditismo da proposta de Tosquelles reside na função terapêutica e reestruturante do trabalho como atividade capaz de resgatar o que existe de humano nos asilados e adoecidos (Ruiz et al., 2013).

Tosquelles rejeitava qualquer proposição que transformasse o trabalho dos internos em mecanismo de (re)adaptação social. Não cabe ao trabalho terapêutico tornar o enfermo dócil, produtivo e organizado em seus atos, nem tampouco recolocá-lo no circuito da produção de valor. Afirmava o autor que “o trabalho humano, após ser cuidadosamente desumanizado e tornado anônimo, despersonalizado e despersonalizante, tornou-se uma atividade desafetada e desabusada, inclusive nos Asilos [...]” (Tosquelles, como citado em Ruiz et al., 2013, p. 861). Nesse sentido, a ergoterapia de Tosquelles – cuja base, cabe ressaltar, se fundamenta em uma ontologia marxiana – apresenta o trabalho como um processo de humanização dialética que se enraíza no sujeito e floresce no contexto social. Por meio do trabalho, os homens não apenas se afastam da sua condição de ser natural, como também desenvolvem uma organização social que irá culminar, entre outras coisas, em um sistema de trocas, divisão de tarefas, um sistema simbólico (linguagem) e uma cultura particular. O trabalho terapêutico no hospital psiquiátrico, por sua vez, proporciona aos internos um lugar de atividade, de intercâmbio de posições com os cuidadores, de laço social, de produção de rotinas coletivas e compartilhadas, enfim, de uma nova sociabilidade diametralmente oposta ao que estava estabelecido pela psiquiatria clássica até então (Clot, 2013; Ruiz et al., 2013).

Considerado também um entusiasta da Ergoterapia, Paul Sivadon desenvolveu experiências semelhantes às de Tosquelles, a partir da segunda metade da década de 1940, no Hospital Ville-Évrard, na região de Versalhes, norte da França. A abordagem proposta por Sivadon considerava o trabalho como parte constitutiva da terapêutica no tratamento de doenças mentais. A dinâmica do trabalho, de engajar-se em tarefas concretas, ainda que não fosse precisamente o trabalho real, permitia aos asilados retomar a dimensão humana do “fazer”, do “fabricar”. Segundo seu discípulo, Claude Veil “a abordagem sivadonianna é ancorada em uma prática – uma prática inventiva, ativa, empreendedora, multifacetada, jamais provocatória, mas com frequência inesperada e sempre inovadora, tão firme em seus objetivos quanto flexível em seus itinerários e variada em suas parcerias (Veil, 1997, p. 201). Não por acaso, Sivadon foi capaz de desenvolver mais de trinta modalidades de atividades permanentes em Ville-Évrard que colocavam os internos em um contato útil com o mundo, obtendo grandes êxitos nos processos de ressocialização dos doentes mentais. Seu trabalho terapêutico inovador foi coroado, no ano de 1947, com a criação do primeiro Centro de Tratamento e Readaptação Social (CTRS), projeto de reabilitação social que, até a atualidade, continua a inspirar iniciativas no campo da saúde mental e da terapia ocupacional (Billiard, 2002; Nassif, 2005; Veil, 1997).

Assim como Tosquelles, Sivadon destacava a dimensão ontológica do trabalho:

O trabalho produtivo é próprio do homem. O homem criou o trabalho e o trabalho, progressivamente, criou o homem. O trabalho é uma conduta humana, uma função psicológica. Dos primeiros gestos manuais, prelúdio da desnaturação, às formas complexas de trabalho do período contemporâneo, muitas etapas foram atravessadas. O homem adquiriu as técnicas, forjou as ferramentas, inventou as máquinas; ele aprendeu a organizar o espaço de trabalho do qual a dimensão temporal é parte integrante de várias maneiras (Sivadon & Fernandez-Zoila, 1983, p. 5).

A despeito do caráter constitutivo do trabalho e das suas possibilidades terapêuticas, Sivadon não ignora a realidade das transformações em curso, que conduzem o trabalho a um lugar de atividade potencialmente patogênica e, portanto, objeto da nascente psicopatologia do trabalho. Segundo o autor, o repentino processo de urbanização experimentado por grande parte da população francesa interrompeu o contato do homem com a natureza, modificando seu ritmo de vida e de trabalho. O advento da grande indústria e a mundialização da economia, por sua vez, desorganizaram a relação dos trabalhadores com a matéria-prima e os meios de trabalho, impondo uma organização social que os afasta das atividades do cotidiano, e uma organização do tempo que é peremptoriamente nociva ao funcionamento do psíquico (Sivadon & Fernandez-Zoïla, 1983).

Nesse sentido, de acordo com Sivadon, “a psicopatologia do trabalho seria a descrição e interpretação das modalidades patológicas sobre o plano mental de adaptação do homem no trabalho” (como citado em Veil, 1997, p. 204-205). É importante destacar que a delimitação teórica e conceitual da psicopatologia do trabalho, na perspectiva de Sivadon, se fundamenta em três princípios: no campo das doenças mentais do trabalho a causalidade nunca é linear e unívoca. Com frequência, estamos na presença de determinações complexas na mediação do processo saúde-doença, de modo que é necessário considerar que uma desestabilização pode ser resultado de uma etiologia mista, abarcando tanto fatores ligados ao trabalho como causas externas a ele; em psicopatologia do trabalho, o sintoma pode acometer um sujeito ou um coletivo de forma não específica, sem que seja possível caracterizar uma patologia específica de um determinado contexto laboral, de maneira que é prudente abandonar as famosas tabelas de doenças profissionais; por fim, no campo da psicopatologia do trabalho, não existe uma fronteira fixa entre normalidade e patologia. O limiar entre o funcionamento cotidiano e o conjunto de perturbações que podem criar um estado de desadaptação e descontinuidade é, na prática, banal. Os referidos

pressupostos conduziram Sivadon a pesquisas de natureza clínica e epidemiológica abordando temas como a fadiga, o excesso de trabalho, o esgotamento profissional, as deficiências, a melancolia e as consequências psíquicas dos acidentes de trabalho (Veil, 1997).

Considerado o grande herdeiro do legado de Sivadon, Claude Veil foi seu assistente no hospital de Ville-Évrard, vindo a se tornar também um dos nomes proeminentes da psicopatologia do trabalho francesa. Psiquiatra de formação, Veil era um crítico obstinado das práticas asilares e manicomiais. Junto com outros médicos, e impulsionados pelo recém fundado Sindicato dos Médicos dos Hospitais Psiquiátricos, Veil participou dos debates da reforma psiquiátrica na França a partir de 1945, rejeitando a “psiquiatrização” do social e defendendo uma nova concepção de assistência psiquiátrica. Afirmava o autor que “longe de livrar a sociedade dos indivíduos que se afastam da norma, o psiquiatra revela a imperfeição desta norma” (Veil, como citado em Lhuillier, 2012 p. 11). Veil defendia a indissociabilidade entre prevenção, tratamento e cuidados posteriores, de modo que a sua ruptura com a psiquiatria tradicional vai lhe permitir lançar as bases de novos métodos de intervenção e práticas clínicas que vão aproximá-lo de um campo em formação: a psicopatologia do trabalho (Billiard, 2001; Lhuillier, 2012)

Tal como Sivadon, Claude Veil fez um percurso que vai da psiquiatria social à psicopatologia do trabalho, passando pela medicina do trabalho. Na sua tese de doutoramento, defendida no ano de 1952, Veil denuncia a situação dos trabalhadores das minas de carvão no norte da França. Sua pesquisa de campo chama a atenção pelo título “Fadiga industrial e organização do trabalho: percentual de descanso, ritmo ideal e deterioração somática”, e tenta demonstrar que as tabelas de repouso e os coeficientes de fadiga adotados pela organização do trabalho dos mineiros não leva em consideração a deterioração das funções orgânicas ao longo do tempo de vida e de trabalho. Seu apreço pelas questões relacionadas ao trabalho vai levá-lo a atuar nos serviços de

reclassificação profissional e reintegração social dos sistemas de Seguridade Social, Inspeção do Trabalho e do Gabinete Público de Higiene Social de Paris. Foi ali que Veil iniciou seu percurso com os “trabalhadores incapacitados”, acolhendo todos aqueles que estavam, de uma forma ou de outra, despojados de sua capacidade laboral: os adoecidos, os acidentados, os inválidos, os desempregados, os egressos do sistema prisional, entre outros sujeitos excluídos socialmente. A diversidade das situações encontradas, bem como a frequência dos distúrbios somáticos, psíquicos e sociais desses trabalhadores, leva Claude Veil a iniciar uma campanha pela ampliação da assistência psiquiátrica nos serviços de reclassificação profissional em toda a França (Billiard, 2001; Lhuilier, 2012).

Por meio da *Association de l'Elan Retrouvé* – instituição criada pelo mestre Paul Sivadon no ano de 1948 – Claude Veil pôde atuar em outras duas frentes que tiveram significativa importância para o desenvolvimento e a difusão da psicopatologia do trabalho na França. A primeira é a criação de um espaço de formação dedicado aos médicos, assistentes sociais e demais profissionais que atuavam nos serviços relacionados ao trabalho. O objetivo desses espaços, que ficaram conhecidos como *sessões de psicopatologia do trabalho*, era formar os profissionais em uma abordagem global e dinâmica do sujeito, familiarizando-os com os processos patológicos e de desadaptação ao trabalho, habilitando-os a identificar os sinais de adoecimento de modo a reforçar a cooperação com psiquiatras engajados na construção da psicopatologia do trabalho. Claude Veil acreditava que a maioria dos médicos e psiquiatras, mesmo aqueles que atuavam no interior da indústria ou nos serviços de reclassificação profissional, desconheciam o cotidiano dos trabalhadores, daí a importância da formação *in loco*. Por esse motivo, também, Veil foi o primeiro a defender, no âmbito da psicopatologia do trabalho, a cooperação com outras disciplinas, especialmente com a ergonomia. Outra importante frente de atuação de Claude Veil, também por

meio da *Association de l'Elan Retrouvé*, foi a criação de um serviço de consultas em psicopatologia do trabalho – o primeiro ambulatório do gênero na França – preparado para receber os trabalhadores com transtornos mentais ou somáticos relacionados ao trabalho. Claude Veil perseguia e acreditava no desenvolvimento de uma psiquiatria do trabalho a serviço da saúde dos trabalhadores (Billiard, 2001; Lhuillier, 2012).

Todo o itinerário até então percorrido nos leva à figura proeminente de Louis Le Guillant, sem dúvida o mais importante dentre os notáveis personagens que compõem a trama histórica da psicopatologia do trabalho. Entre 1932 e 1944, Le Guillant foi diretor do hospital psiquiátrico de *La-Charité-sur-Loire*, na região do condado de Borgonha. Em 1940, frente a aproximação das tropas nazistas, Le Guillant tomou a decisão de desinstitucionalizar um grupo de mais ou menos 100 internos do hospital, sobretudo aqueles que apresentavam algum senso de realidade ou gozavam de suporte familiar. Terminada a guerra, foi possível constatar que uma parte significativa desses antigos asilados haviam alcançado uma boa readaptação social, fosse no convívio familiar ou por meio do trabalho. A partir desse evento, Le Guillant enxergou uma nova possibilidade de pensar o trabalho na vida dos sujeitos institucionalizados, diferente da psiquiatria clássica e até mesmo da ergoterapia. Como destacam Zambroni-de-Souza et al. (2009) “No caso da experiência de Le Guillant e os pacientes de *Charité-sur-Loire*, a violência da guerra paradoxalmente proporcionou a saída das condições da outra violência – a do manicômio –, exigindo novos devires” (p. 616).

Le Guillant se tornou, desde então, um crítico da Ergoterapia. Ele acreditava que as práticas experimentais dirigidas por Tosquelles e seus seguidores forjavam um modelo idealizado e distante da realidade – tal qual as comunidades harmoniosas planejadas por Charles Fourier, os famigerados Falanstérios – que no final das contas contribuía ainda mais para a alienação social

dos internos. Ademais, Le Guillant era contra a utilização de trabalho não remunerado dos pacientes dos hospitais psiquiátricos e defendia que o trabalho poderia ser um espaço de desenvolvimento para todos os sujeitos, inclusive aqueles com histórico de transtorno mental. Como um psiquiatra marxista, também fortemente influenciado pelo pensamento de Georges Politzer, Le Guillant defendia a indissociabilidade entre sujeito e sociedade, e a continuidade entre as condições de vida, condições de trabalho e doença mental. Mais que um teórico da psicopatologia do trabalho, Le Guillant foi um militante político, tendo inclusive se filiado ao Partido Comunista Francês. Em 1949, no Hospital de *Villejuif*, em Paris, fundou o segundo Centro de Tratamento e Readaptação Social da França, construindo uma “clínica nova”, direcionada a uma compreensão dialética dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, baseada na história de vida, nos eventos biográficos e nas experiências concretas do sujeito curso do adoecimento (Zambroni-de-Souza & Athayde, 2006; Zambroni-de-Souza et al., 2009).

É por meio desse serviço piloto no Hospital de *Villejuif*, em Paris, e de um convênio estabelecido com a Central Geral dos Trabalhadores da França (CGT), que Le Guillant e outros cinco especialistas – entre eles Jean Bégoïn – conduziram, no ano de 1956, o ensaio clínico que se tornaria um marco na história da psicopatologia do trabalho francesa: a neurose das telefonistas. Em meados da década de 1950, a França experimentava um grande esforço de reconstrução nacional no pós-guerra e a introdução de novos modelos de desenvolvimento e produtividade estabelecidos pelo Plano Marshall. Nos centros urbanos, sobretudo na capital, um projeto de industrialização baseado no taylorismo chegava com toda a força, proletarizando todo tipo de mão-de-obra disponível, especialmente os imigrantes vindos do interior e da zona rural. Com o crescimento das cidades, o setor de serviços dava os seus primeiros passos. O estudo de Le Guillant e colaboradores abarca as consequências psicopatológicas das condições de vida e de trabalho de

um conjunto de mulheres, em sua maioria interioranas, que repentinamente se viram obrigadas a se adaptar uma nova realidade social e laboral, marcada pelo produtivismo e a precarização (Le Guillant et al., 1956/2006; Zambroni-de-Souza & Athayde, 2006).

A originalidade da empreita de Le Guillant e colaboradores consiste, principalmente, na demonstração da incidência da organização do trabalho sobre o processo de adoecimento das telefonistas:

Estas condições são definidas, antes de tudo, por uma diminuição – pelo menos relativa – dos gastos de energia muscular e por uma aceleração correlativa da rapidez dos gestos de trabalho e das “cadências” que, às vezes, implicam um aumento considerável dos esforços de atenção, precisão e velocidade. A “fadiga nervosa” (apesar de ser imperfeita, esta expressão ainda é preferível a outras; por isso será utilizada provisoriamente) daí resultante – ainda, em geral, desconhecida – parece-nos constituir, ao lado de alguns fatores psicológicos, um aspecto essencial da patologia do trabalho moderno (Le Guillant et al., 1956/2006, p. 176).

Outro aspecto relevante do referido ensaio clínico é a descrição de uma categoria nosológica nova, demarcando a existência de umnexo causal entre trabalho e doença mental na perspectiva da sociogênese de Le Guillant. A então denominada “síndrome geral de fadiga nervosa” era caracterizada por quatro conjuntos de sintomas: alterações do humor e do caráter; distúrbios do sono; manifestações somáticas diversas; e a síndrome subjetiva comum da fadiga nervosa. Era comum nos relatos das telefonistas a apresentação de sintomas que afetavam, mutuamente, a vida doméstica e a condição laboral, tais como: sensação de esvaziamento (“cabeça vazia”); irritabilidade constante (“os nervos à flor da pele”); lapsos de memória, esquecimento ou confusão mental; dificuldades para se concentrar, organizar tarefas ou manter a atenção. Com frequência, as telefonistas relatavam problemas conjugais decorrentes do estado permanente de irritabilidade, ou situações constrangedoras como tomar o metrô na direção oposta e só perceber ao final do percurso, ou repetir as expressões profissionais (*scripts*) em momentos totalmente fora

de contexto. A pesquisa clínica ainda constatou, em um grande número de trabalhadoras, sintomas depressivos (com ideação suicida, em muitos casos), abuso de medicamentos, insônia, hipersensibilidade a ruídos, problemas digestivos, problemas circulatórios e até alteração do ciclo menstrual (Le Guillant et al., 1956/2006, pp. 177-182).

O que fica explícito na investigação empreendida por Le Guillant é que a aceleração, o nervosismo e o ritmo desenfreado se tornaram condição indispensável ao modo de funcionamento da organização do trabalho: “Esse nervosismo é mantido pela própria atividade que, ao mesmo tempo, o exige e o cria” (Le Guillant et al., 1956/2006, p. 179). E que essas trabalhadoras desenvolveram uma condição deteriorada de saúde que, antes de serem submetidas àquele modelo de organização do trabalho, elas não tinham: “Anteriormente eram calmas e tímidas; agora tornaram-se nervosas, irritadas e agressivas” (*idem*). Le Guillant conclui, portanto, que a síndrome geral de fadiga nervosa não é uma condição própria das telefonistas, mas sim decorrente de um modelo emergente de organização do trabalho que, como se sabe, viria a se espalhar por toda França:

Com efeito, a síndrome que descrevemos não é certamente específica das telefonistas. Distúrbios semelhantes ocorrem em todos os empregos que exigem, com ou sem fadiga muscular, um ritmo excessivamente rápido de operações, assim como condições de trabalho, do ponto de vista objetivo ou subjetivo, penosas: mecanização dos gestos e monotonia, controle rígido, alteração das relações humanas na empresa, etc. (Le Guillant et al., 1956/2006, p. 187).

Como destaca Dominique Lhuilier, a psicopatologia do trabalho foi, desde as suas origens, guiada por duas questões: “o trabalho pode estar na origem das doenças mentais? Em que condições o trabalho pode ser terapêutico?” (Lhuilier, 2012, p. 11). Longe de esgotar a amplitude da sua história e a sua diversidade teórica, Dejours e Dopler (1985 como citado em Ruiz et al., 2013) apresentam a psicopatologia do trabalho dividida em seis campos: o primeiro campo é o da

desadaptação do homem ao trabalho, desenvolvido por Sivadon, Amiel e Fernandez-Zoila a partir dos anos 1960; o segundo campo, é do *readaptação psíquica dos trabalhadores*, em que se destacam as figuras de Tosquelles e Verbizier; o terceiro campo é do *trabalho como instrumento de reorganização mental*, inaugurado por Sivadon a partir das experiências do CTRS; o quarto campo abarca os estudos sobre *higiene mental no trabalho* e o papel da Liga de Higiene Mental, com destaque para a figura de Claude Veil; o quinto campo é o da *doença ocasionada pelo trabalho*, instituído, principalmente, por Le Guillant e Jean Bégoïn; o sexto campo, encabeçado pelo próprio Dejours, através de uma corrente criada no ano de 1983, cujo nome demarca o seu posicionamento: *Association pour l'ouverture du champ d'investigation psychopathologique* (Ruiz et al., 2013).

De acordo com Dejours, após um período de “sono” de quase duas décadas, as pesquisas em psicopatologia do trabalho foram retomadas ao final da década de 1970, graças a um contexto de intenso incentivo estatal ao desenvolvimento das ciências do trabalho, particularmente, das investigações acerca das condições de trabalho⁶. A tal “abertura do campo de investigação psicopatológico” – defendida pelo autor quase dez anos antes da proposição de uma disciplina autônoma e independente – colocava em cheque alguns pontos basilares da psicopatologia do trabalho: em primeiro lugar, Dejours questionava a utilização do termo psicopatologia para “[...] designar interações ordinárias cujos resultados não são sempre patológicos” (Dejours, 1990/2009c, p. 120); em segundo lugar, chamava atenção o autor que, a literatura produzida até então no campo da psicopatologia do trabalho fazia referência “às doenças mentais mais que aos trabalhadores”, enfocando questões ligadas à readaptação social para o trabalho, à reinserção profissional, à

⁶ Texto de apresentação do *Institut de Psychodynamique du Travail* (IPDT) disponível no site da instituição, assinado por Dejours e datado de 18 de setembro de 2018. Cf: <https://ipdt.fr/index.php/presentation/ipst-historique>

desadaptação ao trabalho perigoso, à inaptidão para determinados postos de trabalho, e deixava de lado os trabalhadores em plena atividade na fábrica, no escritório, na oficina e no campo (Dejours, 1990/2009c, p. 120). Em terceiro lugar, Dejours questionava a dualidade persistente entre o social e o privado no campo da psicopatologia do trabalho. Se é fato incontestado que a doença mental e o sofrimento psíquico só podem pertencer ao domínio da vida privada, também é fato que o trabalho só pode existir como uma atividade fundamentalmente social. Ainda que seja legítima uma psicopatologia do trabalho cuja primazia é dada à esfera privada – do psiquismo, da subjetividade – ela não pode prescindir do social, do coletivo (Dejours, 1990/2009c).

Outra “descoberta” fundamental que irá conduzir à ruptura de Dejours e seu grupo com a psicopatologia do trabalho é o fato de que os trabalhadores não permanecem passivos frente aos constrangimentos e exigências da organização do trabalho. Nas pesquisas clínicas realizadas ao longo da década de 1970, que conduziram à publicação de *Travail, Usure Mentale*, Dejours constatou a existência das estratégias individuais e coletivas de defesa como forma de mitigar o sofrimento e os efeitos deletérios do trabalho sob o imperativo da Organização Científica do Trabalho. Ainda nesta obra, Dejours enuncia a importância do trabalho como fonte potencial de prazer – atividade sublimatória, recurso à economia do psiquismo e meio de autorrealização – o que extrapola o campo da psicopatologia do trabalho. Em resumo, a nova disciplina proposta por Dejours: requalifica a normalidade no lugar da patologia; abandona a passividade frente à organização do trabalho em prol das estratégias de defesa contra o sofrimento; recoloca em cena os trabalhadores em plena atividade, lutando não apenas por melhores condições de trabalho, mas também por um lugar para a subjetividade no trabalho; por fim, rejeita toda e qualquer análise reducionista ou meramente negativista sobre o trabalho, resgatando seu caráter ambivalente como fonte de prazer e sofrimento.

No ano de 1992, Dejours oficializa a ruptura com a psicopatologia do trabalho e a criação da nova disciplina: a psicodinâmica do trabalho. Esse movimento de gestação da psicodinâmica do trabalho é apresentado, de forma sistematizada, no texto de abertura à segunda edição francesa de *Travail, Usure Mentale*, intitulado *Addendum: de la psychopathologie à la psychodynamique*, publicada em 1993. No Addendum teórico, como ficou conhecido o texto, Dejours parte do pressuposto de que a nova disciplina deveria alicerçar-se em uma nova concepção acerca da organização do trabalho. Explicita o autor que:

Este desenvolvimento da *psicopatologia do trabalho* rumo à *psicodinâmica do trabalho* está alicerçado em uma “descoberta” essencial, que é, uma vez mais, tão somente um reconhecimento da realidade das situações concretas: **a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, está em contínuo movimento**. Em outros termos, a estabilidade aparente dessa relação está assentada em um equilíbrio livre e aberto à evolução e às transformações, um equilíbrio dinâmico, em contínuo deslocamento. Quando essa dinâmica se encontra travada ou bloqueada – o que eventualmente ocorre –, a situação pode ser considerada, ao contrário do que supúnhamos inicialmente, extraordinária (Dejours, 1993/2011a, p. 70, grifo nosso)

No ensaio de 1980, Dejours considerava a organização do trabalho como “[...] um conjunto de constrangimentos maciços, monolíticos, inflexíveis, inexoráveis mesmo, com o peso e a rigidez dos minerais”. É verdade, como destaca o autor, que o objeto das suas investigações iniciais era nada menos do que a incrível força do taylorismo. A nascente psicodinâmica do trabalho, por sua vez, tenta demonstrar que os preceitos da organização do trabalho são reinterpretados e reconstruídos pelos trabalhadores, e que a organização prescrita do trabalho nunca será, sequer próxima, da organização real do trabalho. O que leva Dejours a afirmar que: “Todo trabalho é sempre trabalho de concepção” (1993/2011a, p. 78). O trabalho, por definição, é uma atividade humana. O trabalho humano é mobilizado, precisamente, onde a ordem tecnológica e maquinal se mostram insuficientes. Não existe, portanto, trabalho de mera execução, onde o resultado final é exatamente igual ao que estava previsto nas prescrições. Nesse sentido, a organização do trabalho

passa a ser compreendida como espaço de interpretação, invenção, engenhosidade, negociação e, até mesmo, da transgressão (Dejours, 1993/2011a).

A reviravolta ontológica no que concerne à organização do trabalho vai levar Dejours a definir o objeto da psicodinâmica do trabalho como “a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho”, sem perder de vista o núcleo original da sua clínica do trabalho: “o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico” (Dejours, 1993/2011a, p. 59). Convém observar que, desde as suas primeiras formulações, ainda no escopo da psicopatologia do trabalho, Dejours buscava situar a sua abordagem teórica para além da doença mental descompensada. Desse modo, a normalidade dos trabalhadores em atividade é que aparece como enigma central de investigação da psicodinâmica do trabalho: “Normalidade que ocorre, de saída, como equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento” (p. 62). Diferente das ciências aplicadas, o conhecimento produzido pela psicodinâmica se dá no campo, na dinâmica ascendente das situações concretas de trabalho. Como uma *práxis* que, à medida em que produz uma intervenção no campo elabora um conhecimento sistematizado sobre ele (Dejours, 1993/2011a).

Como esclarece Dejours (1993/2011a), a *análise psicodinâmica* que dá nome à disciplina, é uma terminologia proveniente da psicanálise. Ela designa “o estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pela evolução dos conflitos inter e intrassubjetivos” inerentes às situações ordinárias de trabalho (p. 112). Todavia, destaca o autor que, não se trata de uma forma de psicanálise aplicada. Trata-se de “[...] interrogar a psicanálise sobre si mesma a partir das questões levantadas pela clínica do trabalho” (p. 113). Pode-se questionar a utilização do termo *análise psicodinâmica* em uma clínica demasiadamente voltada para o real, ou mesmo interpelar a sua vocação clínica, uma vez que o “centro geométrico” de todas as suas interpretações é organização

do trabalho. No entanto, a manifestação das estratégias defensivas, das astúcias da inteligência e a mobilização subjetiva frente ao real do trabalho, ensejam um espaço psíquico e social que é o *locus* da nascente Clínica do trabalho (Dejours, 1993/2011a).

2.2 Condições sociais, econômicas e políticas da emergência da psicodinâmica do trabalho na França

Como ficou demonstrado, o surgimento da psicodinâmica do trabalho enquanto uma disciplina autônoma e independente está, indiscutivelmente, ligado à história da psicopatologia do trabalho e aos debates em torno da ergoterapia e da psiquiatria social na França. Desta forma, cabe interrogar quais foram as condições sociais, econômicas e políticas que tornaram possível o aparecimento da psicopatologia do trabalho na França e, mais recentemente, da psicodinâmica do trabalho. Sem a pretensão de esgotar sequer os principais acontecimentos da história francesa no último século, é importante ressaltar que quando nos referimos às condições sociais, econômicas e políticas, interessa-nos, particularmente, os impactos da conjuntura no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, o surgimento de uma demanda, seja ela clínica, acadêmica e/ou científica (Billiard, 1996).

A história que convém aqui resgatar começa nos anos imediatamente posteriores à primeira guerra mundial (1914-1918). Com o final do conflito, a França iniciou um processo de modernização da sua indústria com base nas experiências exitosas da produção armamentícia durante a guerra. O modelo da “fábrica nova” – idealizado pelo então ministro da guerra, Albert Thomas, que depois viria a se tornar o primeiro diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – era baseado na produção especializada de mercadorias, na racionalização dos

espaços produtivos e na gestão hierarquizada da produção. Como destaca Billiard (1996, p. 69), a ofensiva pela racionalização iniciada ao final da primeira guerra mundial na França não ficou restrita ao mundo do trabalho e da produção: “Ela se inscreve em um projeto mais amplo visando à racionalização dos espaços sociais”.

É precisamente nesse período histórico, entre o final da década de 1910 e o início dos anos 1920, que a França é invadida pela ideologia gerencial do taylorismo. Segundo Tesi (2008), a economia francesa enfrentava severas dificuldades no pós-guerra, sofrendo com a escassez de produtos e de mão de obra. Esse cenário vai levar os industriários franceses a buscarem uma nova forma de organizar a produção, evitar o desperdício e alcançar o melhor rendimento da força de trabalho mediante um determinado conjunto de ferramentas e o limite da capacidade humana. De acordo com Fridenson (1987), por taylorismo compreende-se: “um conjunto de técnicas de preparação, de medida e controle do trabalho nas oficinas e de pagamento das tarefas então decompostas e uniformizadas, que os profissionais da separação entre concepção e execução do trabalho desenvolvem a partir de escritórios especializados” (p. 1031).

Na França, os grandes responsáveis pela “importação” das ideias tayloristas foram os irmãos André e Édouard Michelin, fundadores da famosa *Manufacture Française des Pneumatiques Michelin*. Em 1912, após entrar em contato com a obra de Frederick Taylor, Édouard Michelin troca correspondências entusiasmadas com o engenheiro norte americano. Tendo obtido boa receptividade do seu interlocutor, Édouard Michelin resolve enviar o sobrinho Marcel Michelin aos Estados Unidos, com a missão de estudar os novos métodos de produção e organização do trabalho desenvolvidos por Taylor. Após o retorno de Marcel Michelin à França, o engenheiro Horace K. Hathaway, braço direito de Taylor, envia um relatório de 11 páginas contendo as principais orientações para a implementação do taylorismo nas indústrias Michelin.

Entre as orientações: estudar o tempo gasto em cada um dos processos, aperfeiçoar as operações de produção e definir padrões de competência a serem seguidos por todos os empregados. A ideia inicial era enviar dois trabalhadores experientes para se capacitarem nos Estados Unidos: um engenheiro mecânico com profunda experiência em técnicas de produção e um operário especializado na fabricação de pneus, responsável por analisar cada etapa do processo de produção. Não tendo sido possível viabilizar o treinamento internacional, no ano seguinte os irmãos Michelin decidem iniciar, em caráter experimental, a aplicação do receituário taylorista em duas fábricas: a pequena unidade de Milltown, em Nova Jersey, e a matriz francesa da companhia em Clermont-Ferrand. Naquele momento, eles contavam apenas com as breves orientações de Hathaway, os relatos de Marcel Michelin da sua missão na América, as leituras das obras de Taylor e a experiência de um famoso engenheiro vindo da Renault (Tesi, 2008).

O sucesso da empreitada foi tão grande que, menos de uma década depois, em 1921, os irmãos André e Édouard constituíram o *Comité Michelin*, um verdadeiro instituto de propaganda dedicado à difusão dos princípios da organização científica do trabalho na França. Com a colaboração de cientistas renomados, o comitê deu início à formação de grupos de engenheiros designados para executar a taylorização do trabalho por todo o país. Com pouco tempo de existência, o Comitê Michelin já havia estabelecido parcerias com as grandes escolas de engenharia da França, sendo uma delas o *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM). Desta forma, o comitê poderia não apenas influenciar a formação dos jovens engenheiros em benefício do método norte americano, como também contribuir na formulação de um modelo de organização científica do trabalho ao estilo francês. Ao longo da década de 1920, o Comitê Michelin organizou centenas de cursos, conferências, *workshops*, facilitou estágios, publicou periódicos, influenciando a formação de toda uma geração de técnicos e engenheiros da indústria

francesa. De acordo com Tesi (2008), a introdução do taylorismo na França apresenta uma característica muito específica: ela reflete o novo papel desempenhado pelo engenheiro na atividade fabril. Com a adoção dos princípios da racionalização científica, o engenheiro passa a ser uma figura central, tanto no controle da produção quanto no controle do trabalho propriamente dito (Tesi, 2008).

Para Fridenson (1987), o taylorismo visa à homogeneização do trabalho, na medida em que estabelece padrões de tempo e de atividade aos quais devem se submeter todos os trabalhadores. Paradoxalmente, estabelece a individualização dos salários em função do desempenho de cada trabalhador. “Portanto, contraditoriamente, impulsiona a ascensão de critérios coletivos e a preservação de uma relação individual com a organização” (p. 1034). Com a organização científica do trabalho, o operário é desencorajado a lançar mão da sua engenhosidade para aperfeiçoar os métodos de trabalho: o trabalhador deve apenas utilizar os métodos, os gestos e as ferramentas que lhe são prescritos. Além da perda da autonomia no processo de trabalho, o taylorismo instaura, paulatinamente, uma nova relação dos trabalhadores com o tempo, não apenas na fábrica, mas também na vida fora do trabalho: “O tempo se torna regular, deve ser ganho e economizado, agora se separa o trabalho da vida” (p. 1035).

Outra conjuntura que marcou a história francesa entre as décadas de 1920 e 1930 foi o retorno ao higienismo como política de saúde e controle social. De acordo com Billiard (1996), no período entre as duas grandes guerras, a higiene pública francesa lançou as bases de uma nova psiquiatria social, desviando seu olhar da pobreza e da ordem social para as questões ligadas à adaptação ao trabalho, ao desgaste físico e às doenças profissionais. No entanto, no início dos anos 1920, o movimento higienista francês ainda se filiava a perspectivas teóricas reacionárias, como a “teoria da degenerescência” e da hereditariedade, e práticas eminentemente conservadoras, como

o combate aos “flagelos sociais” e o urbanismo sanitaria. Somente no decorrer das décadas de 1920 e 1930, sob a influência do pensamento de esquerda, que o movimento higienista vai se voltando para as ações de profilaxia e prevenção, a construção de serviços públicos de assistência social, a criação de serviços médicos nas empresas e a defesa das cadeiras de medicina do trabalho nas escolas de formação médica (Billiard, 1996).

O grande expoente dessa transição – que vai do higienismo puro à uma nova medicina social – é Édouard Toulouse, considerado pioneiro no estabelecimento de práticas em higiene mental, não apenas na França, mas em toda a Europa. A *Ligue d’Hygiène et Prophylaxis Mental*, fundada em dezembro de 1920, preconizava: a prevenção aos transtornos mentais, a melhoria das condições de tratamento dos doentes mentais, a prevenção aos distúrbios mentais na infância e o desenvolvimento da higiene mental nos âmbitos escolar, laboral e social. Por meio da Liga e de suas publicações, Toulouse e seus correligionários procuravam demonstrar a ineficiência do tratamento moral oferecido aos doentes mentais nos asilos e manicômios franceses: baixas taxas de cura, cronificação da doença, indiferenciação dos doentes, abusos e coerção no interior de suas práticas. Toulouse apresentava uma perspectiva teórica, até certo ponto inédita, de afirmar a doença mental como um problema social, de modo que a higiene mental deveria figurar como um novo instrumento de intervenção social e regulação da vida pública, em “tempos convulsos” como foram os anos entre as duas grandes guerras (Billiard, 1996; Campos, 2019, p. 31)

É importante ter clareza que a chegada e a difusão do taylorismo na França e o retorno ao higienismo não são apenas fenômenos contemporâneos, mas também interdependentes. Conforme declara Billiard (1996, p. 70) “[...] a regulamentação da produção e a institucionalização das relações profissionais, engloba a luta contra os flagelos sociais, as políticas de prevenção, e todo um conjunto de medidas e de ações destinadas a promover uma verdadeira higiene social”. Para

Roussin (1988), o regime de racionalização industrial experimentado em toda a Europa ocidental, no período entre guerras, veio acompanhado de um movimento de racionalização médico-sanitário também de influência norte-americana. Na verdade, esclarece o autor que, nos círculos higienistas diretamente ligados às fundações norte-americanas – como a Fundação Rockefeller, por exemplo – a difusão do higienismo sanitarista era apresentado como um pressuposto ao desenvolvimento da economia e da indústria. Ou seja, não é coincidência o surgimento de um projeto de racionalização do trabalho no mesmo momento em que retorna ao debate público, na França, um projeto de “sanitização” dos espaços sociais e dos sistemas de saúde, como uma espécie de direcionamento a um “capitalismo organizador” (Roussin, 1988, p. 13). É nessa conjuntura que, segundo Billiard (1996, p. 71), “a questão social torna-se a questão do trabalho”.

Ao final da década de 1930 e ao longo da primeira metade dos anos 40, a França mobilizou praticamente todo o seu contingente de homens em condições laborais para compor as forças de resistência ao nazifascismo na segunda guerra mundial. A situação extraordinária obrigou a indústria francesa a substituir a mão de obra corrente por novos trabalhadores que, no geral, demandavam algum tipo de adaptação: mulheres sem nenhuma experiência, trabalhadores idosos, pessoas com deficiência e portadores de transtornos mentais. Terminada a guerra, surge um novo problema, que não é mais a questão de como substituir a mão de obra daqueles que foram para o *front*, mas a de como readaptar ao trabalho aqueles homens que retornaram da guerra lesionados, amputados, transplantados, traumatizados ou, ainda, que enfrentaram rupturas significativas nas bases de sua vida social e familiar. Os eventos da guerra trouxeram um novo olhar sobre o problema da (re)adaptação ao trabalho e sobre o lugar do trabalho na vida social, impulsionando, inclusive, a criação dos primeiros Centros de Tratamento de Readaptação Social (CTRS) na França (Billiard, 1996).

A França saiu devastada e muito dividida da segunda guerra mundial, experimentando, nos anos imediatamente posteriores à guerra, um regime político tripartite composto: pelo Partido Comunista Francês, a Seção Francesa da Internacional Operária e o Movimento Republicano Popular. Com a força dessa coalizão e a imposição do plano Marshall, o país iniciou um esforço de reconstrução e um novo projeto de modernização. Com apoio da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e de grande parte da sua base operária, as frações comunista e socialista do governo se engajaram em uma “batalha pela produtividade” (Billiard, 1996, p. 76). O esforço de produtividade, mediado pela ajuda norte-americana, pressupunha a aplicação dos métodos estrangeiros de gestão, principalmente no que tange ao manejo da mão de obra, alçada agora à condição de recursos humanos . Para tornar ainda mais viável a empreitada produtivista, a *Associação francesa pelo crescimento da produtividade* passa a organizar, a partir de 1949, missões de produtividade com destino aos Estados Unidos da América. Entre 1949 e 1953, foram registradas mais de 450 missões de produtividade saídas da França, movimentando mais de 4.000 pessoas, incluindo grandes nomes da história das ciências do trabalho, tais como Jean-Marie Faverge, Suzanne Pacaud, Michel Crozier, Max Pagés, entre outros (Billiard, 1996).

Aparentemente, o esforço missionário e o engajamento estatal – somados aos aportes financeiros do Programa de Recuperação Europeia (Plano Marshall) – foram exitosos no sentido de recobrar a produtividade e garantir uma rápida modernização da economia francesa. Fato é que, a partir de meados da década de 1950, a França iniciou um ciclo de crescimento econômico que trouxe grandes mudanças nas condições materiais de vida e também na organização social, política e cultural do país. Junto com um deslocamento massivo de pessoas do campo em direção à cidade, a base da economia francesa vai se transformando, deixando de ser majoritariamente agrária, consolidando a sua vocação para os setores industrial e de serviços. Na esteira dos anos dourados

do capitalismo, o operariado francês passou a ter acesso facilitado aos bens de consumo duráveis, veículo próprio, habitação, acesso à educação, etc. A França vive um período de relativa estabilidade, com crescimento das taxas de natalidade, queda nas taxas de mortalidade, expansão do ensino superior, pleno emprego, pelo menos até metade da década de 1960 (Sousa, 1999).

No mundo ocidental, a década de 1960 foi um verdadeiro "caldeirão" em termos de efervescência política. Nesses anos, o mundo testemunhou: os primeiros passos da experiência socialista em Cuba; a crise dos mísseis envolvendo Estados Unidos e União Soviética, e o acirramento da guerra fria; a revolução cultural chinesa; novas insurreições anticolonialistas na África e na Ásia; golpes militares e a luta armada na América do Sul; os anos mais sangrentos da Guerra do Vietnã; a primavera de Praga, na antiga Tchecoslováquia; o assassinato de Malcom X e de John F. Kennedy; o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. No campo da cultura e dos costumes, foi possível observar: a invenção da pílula anticoncepcional; o surgimento do movimento feminista e do movimento gay; a difusão do movimento hippie e da contracultura como forma de contraposição ao *American Way Of Life*; na música, a febre do *rock and roll* (com Beatles e Rolling Stones), o tropicalismo; no cinema, a *Nouvelle Vague*, na França, o Cinema Novo, no Brasil, o surrealismo de Luís Buñel, na Espanha.

É nessa conjuntura que, no ano de 1968, mesmo vivendo um período de relativa estabilidade política e econômica, a França vai experimentar uma onda de greves e protestos que marcará para sempre a sua história. O país era governado pelo afamado general Charles de Gaulle, político nacionalista e conservador, um "herói de guerra" que havia chegado ao poder dez anos antes através de uma coalização que fundou a Vª República Francesa. A onda de protestos de 1968 teve início no movimento estudantil: entre janeiro e abril, uma série de manifestações eclodiram nas universidades de Nanterre, Sorbonne, Nantes e Estrasburgo. Os estudantes protestavam contra

a superlotação das universidades, os métodos de ensino arcaicos, a burocratização e centralização do ensino por parte do Estado, a falta de estrutura nos *campi* e as reformas educacionais propostas pelo governo de Charles de Gaulle (Sousa, 1999).

Em 2 de maio, liderados por Daniel Cohn-Bendit – “*Danny le Rouge*” – estudantes da Universidade Paris-Nanterre organizaram uma grande manifestação contra a separação de homens e mulheres nos alojamentos da universidade. A pauta, aparentemente risível, trazia no seu âmago o enfrentamento ao conservadorismo e ao autoritarismo por parte de uma juventude nascida no pós-guerra que clamava por novas práticas sociais e valores culturais. Rapidamente, as manifestações estudantis se espalharam pelas universidades de Paris e, na sequência, de toda a França. Violentemente reprimidos pela polícia, com as suas lideranças sendo presas e ameaçadas de expulsão da universidade, as manifestações ganharam as ruas, recebendo o apoio de parcela significativa da população e da classe trabalhadora organizada. Foram dias de grande convulsão política, com verdadeiras batalhas campais nas ruas e grandes barricadas. Em 18 de maio aconteceu a maior manifestação de 1968, uma grande greve geral que, segundo os historiadores, paralisou mais de dois terços da França. O governo de Charles de Gaulle conseguiu arrefecer o movimento fazendo concessões salariais aos trabalhadores organizados. No entanto, o estrago já havia sido feito: no final de maio, mediante a instabilidade política e social, são convocadas novas eleições na França (Sousa, 1999).

Para Dejours (1998), os eventos de maio de 1968 preservam uma memória nostálgica no imaginário francês, de um período breve, porém extraordinário, de “liberação da palavra” (p. 123). Para aqueles que vivenciaram o período, no entanto, o maio de 1968 pode ter sido apenas um momento de emoção espontaneísta, sem substância política e sem grandes desdobramentos para as gerações futuras. No entanto, destaca o autor que, a geração política de 1968 abriu o caminho

para os debates acerca da subjetividade e do sentido no trabalho. A proliferação das tecnologias de gestão do trabalho e a taylorização da produção, abriram uma fissura da qual emergiram questões como o esvaziamento do sentido do trabalho, o embrutecimento dos trabalhadores, os constrangimentos de tempo, o desgaste físico e mental. Do lado dos sindicatos havia muita desconfiança com relação às pautas relacionadas ao sofrimento e à subjetividade, consideradas pautas individualistas e pequeno-burguesas. Fato é que, nos anos posteriores aos eventos de 1968, a luta operária pela saúde mental foi iniciada, ainda que a sua construção continuasse, por muito tempo, vacilante (Dejours, 1980/1992, 1998).

A chegada dos anos 1970 trouxe o fim de um ciclo de aproximadamente três décadas de expansão e desenvolvimento do capitalismo e, como desdobramento disso, a derrocada do Estado de Bem-Estar Social. Entre o final da segunda guerra mundial e meados dos anos 1970, a maior parte dos países capitalistas do mundo ocidental experimentou uma espécie de “pacto social” que envolvia, de um lado, o compromisso do Estado com a proteção social, o incremento da renda e a concessão de alguns direitos e, por parte dos trabalhadores, a aceitação das formas de produção advindas dos Estados Unidos e a recusa do modelo socialista soviético. Os “trinta anos gloriosos” do século XX e a edificação e manutenção do Estado Providência – como ficou conhecido o *welfare state* na França – só foram possíveis graças a “uma combinação inédita entre democracia liberal, o capitalismo e a seguridade social” (Cassiers, 2005; Merrien, 2010, p. 3).

A crise do capitalismo iniciada em meados dos anos 1970, é marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação taylor-fordista, a queda das taxas de lucro, e a incapacidade do Estado de Bem-Estar Social de suplantar as contradições entre capital e trabalho. Como salienta Giovanni Alves (1999), a própria dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista tende a conduzi-lo, processualmente, à sua própria ruína. As leis tendenciais, os movimentos do capital, o

desenvolvimento das forças produtivas, as práticas concorrenciais e a luta de classes produzem crises que, se tornando insolúveis, prefiguram uma crise estrutural do capitalismo. Como afirma Antunes (2011, p. 12), não se trata de uma crise de conjuntura, uma crise econômica, uma crise em função da volatilidade dos mercados ou da produção. Trata-se de uma “crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente”. Uma vez mais, o remédio para a crise do capitalismo se revela sob a fórmula corrente de reorganizar a produção e sacrificar a força de trabalho: um amplo processo de reestruturação produtiva cujos efeitos se dão nas mais variadas instâncias do trabalho e da vida social (Alves, 1999, 2007; Antunes, 2011).

A reestruturação produtiva do capital compreende um conjunto de transformações nas dimensões objetiva e subjetiva da gestão e organização da força de trabalho cujo objetivo é a restauração das taxas de lucro. Conforme explicita Alves (2007, 2011), a reestruturação capitalista se caracteriza por um extenso processo de mutações tecnológicas, sociais e organizacionais que promovem efetivas transformações na morfologia, na estrutura e na base técnica do processo de produção – em todos os setores da economia, desde a produção agrícola, até a mais complexa atividade industrial. Em termos marxianos, a reestruturação produtiva pode ser definida como: “O movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa [...]” em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor (Alves, 2011, p. 33).

Na virada para os anos 1980, no bojo das transformações no mundo do trabalho e da produção, um projeto de reforma do Estado e austeridade fiscal ganhou corpo no mundo ocidental, impulsionado, principalmente, pelo resgate das ideias liberais nos campos da economia e da vida social. Os ideólogos do novo liberalismo – como Hayek, Friedman, Von Mises, Lipman, Polanyi, organizados na Sociedade de *Mont Pèlerin* desde o ano de 1947 – compreendiam qualquer

interferência do Estado nos mecanismos de funcionamento do mercado como uma grave ameaça às liberdades econômica e política. Todavia, com os anos de bonança no pós-guerra e a aliança bem sucedida entre democracia e capital, consagrada com o *welfare state*, a doutrina neoliberal ficou escanteada por décadas, até ser resgatada em meio a uma longa e profunda recessão, encadeada pela crise estrutural do capitalismo dos anos 1970. Os primeiros laboratórios do neoliberalismo no mundo foram: o Chile, de Pinochet (1973); o Reino Unido, com Margaret Thatcher (1979); e os Estados Unidos, com Ronald Reagan (1981); se expandindo posteriormente para um grande contingente de países das Américas, da Ásia e da Europa, ao longo dos anos 80 e 90, inclusive do leste europeu, com a derrocada da União Soviética (Anderson, 1995).

Para os defensores do neoliberalismo, as raízes da crise econômica estariam no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário que haviam não apenas corroído as bases da acumulação capitalista com as suas pressões salariais, como também vilipendiado o Estado com as suas demandas por direitos sociais. Esses dois processos, em conjunto, teriam destruído os lucros das empresas e desencadeado processos inflacionários que conduziram a uma crise generalizada das economias de mercado. Desta forma, a solução neoliberal seria a seguinte: manter um Estado forte, capaz de suprimir o poder dos sindicatos e controlar os movimentos inflacionários, mas diminuto no sentido dos gastos sociais e da intervenção no mercado. No campo econômico, o neoliberalismo é marcado pela autorregulação do mercado e a constituição de uma doutrina econômica que vai privilegiar o controle inflacionário, a regulação das taxas de câmbio e o pagamento da dívida externa. No campo social, o Estado providência será substituído pelo Estado mínimo, dando fim às políticas sociais compensatórias e entregando grande parte das funções do Estado ao setor privado. No campo do trabalho, observa-se o fim do ciclo virtuoso do taylorismo, onde crescimento econômico era, usualmente, acompanhado pelo aumento do poder

de compra dos trabalhadores. A classe trabalhadora irá experimentar a verdadeira austeridade, não somente em termos de salários, mas também em relação aos direitos conquistados, ao seu poder de organização e à fragmentação do próprio trabalho (Anderson, 1995; Orleán, 2013).

Nas palavras de Anderson (1995) :

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (Anderson, 1995, p. 20).

Na análise de Donzelot (como citado em Ota, 2014), a França viveu uma espécie de “neoliberalismo social”, o que resultou em uma profunda transformação no papel do Estado, antes destinado a mitigar os conflitos entre capital e trabalho, agora designado para suportar uma pretensa coesão social. Se no Estado-Providência se tratava de garantir um espaço de negociação entre as partes antagônicas, a fim de preservar o equilíbrio político e manter o funcionamento do sistema, no neoliberalismo social se procura um princípio de esperança comum, um projeto compartilhado capaz de suprimir o conflito e produzir a coesão social. A nova feição do Estado e o seu papel estratégico na coesão da sociedade trouxeram novas terminologias: o *explorado* tornou-se um *excluído*; a *desigualdade social* transformou-se em *precariedade*; e a *questão social*, progressivamente, é substituída pela temática do *sofrimento social* (Ota, 2014).

A crise estrutural do capitalismo, a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, a agenda neoliberal, todo esse contexto irá fornecer as bases para a emergência e a consolidação de um novo regime de acumulação: a *acumulação flexível*. O regime de acumulação flexível – que surge como um contraponto ao já esgotado padrão taylor-fordista – se apoia na flexibilidade dos processos de

trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. E, evidentemente, surge associado ao novo sistema de regulação política e social. A partir do final dos anos 1970 e início da década de 1980, o regime de acumulação flexível vai engendrar uma nova morfologia do mundo do trabalho: setores inteiramente novos da produção; inovações tecnológicas e organizacionais; crescente hegemonia do setor de serviços; desindustrialização e deslocamento geográfico da produção; desigualdades locais e regionais; fragmentação do processo de produção (Harvey, 2006). Ademais, o novo regime de acumulação flexível, que se projeta até os dias atuais, produz uma nova relação espaço-temporal para os sujeitos que trabalham, constituindo um desafio contemporâneo às abordagens que se ocupam da tríade trabalho-saúde-subjetividade, tal qual a psicodinâmica do trabalho.

2.3 Aspectos institucionais e biográficos do fundador da psicodinâmica do trabalho

Muito se ouve falar na genialidade de Freud, Skinner ou Vigotski, e não se pretende aqui contestar a elevada capacidade de elaboração e sistematização desses destacados teóricos da história da psicologia. Mas o que teria sido de Vygotsky, sem o contexto de efervescência política, científica e cultural pós-Revolução Russa? Quem seria Freud, sem uma sociedade que reprimia e produzia as suas históricas? Quem seria Skinner, sem o pragmatismo e o militarismo norte-americanos? Uma nova abordagem teórico-metodológica só pode emergir em um determinado contexto histórico, social, econômico, cultural, científico, estético e político. Todavia, a criação e o desenvolvimento de uma teoria só pode acontecer a partir do encontro venturoso de um sujeito, em particular, com um contexto específico e, na maioria dos casos, impulsionado por condições institucionais propícias. Nesse sentido, como destaca Cruz (2016), a historiografia da psicologia, bem como as investigações teórico-conceituais, têm chamado cada vez mais atenção para os

aspectos biográficos do autor na composição do cenário que leva à emergência de uma teoria. Os aspectos biográficos, por si só, não explicam nada – sob o risco de incorrer, novamente, na armadilha do gênio individual – mas quando confrontados com o contexto sócio-histórico e as condições institucionais, fornecem uma trilha para se compreender a emergência, consolidação e difusão de um sistema teórico.

Christophe Dejours nasceu em 4 de abril de 1949 em Paris, França, filho de um pai pesquisador e uma mãe médica⁷. Em 1968, aos 18 anos de idade, ingressou na faculdade de medicina, vivenciando já como um estudante os eventos políticos de maio, que marcariam para sempre a sua trajetória acadêmica e profissional. O interesse pela psicanálise aparece muito cedo, declara o autor, tornando-se a grande motivação para a sua escolha da formação médica: “Descobri a psicanálise aos dezesseis anos de idade, como uma certa evidência, como uma revelação sobre o sentido de algumas experiências vividas por mim, oníricas em particular, e às quais eu não dera importância até então [...] Depois fiz meus estudos de medicina com a intenção de me tornar psicanalista”. O interesse pela psicanálise e o mergulho na literatura – nas leituras de Balzac, Flaubert, Stendhal, Dostoievski, Tolstói – ensejam no autor uma inquietação com relação às paixões da alma, um movimento em direção à psique humana.⁸

“Para mim, tudo começa, de fato, em 1968” (Dejours, 2012b, p. 49). Esse não é apenas o ano em que Dejours inicia a sua formação em medicina, perseguindo o desejo de tornar-se psicanalista. 1968 é também o ano em que o autor se vê, pela primeira vez, afetado pelas questões

⁷ Conferir em: <https://www.franceinter.fr/personnes/christophe-dejours#:~:text=Il%20...-.Christophe%20Dejours%20est%20le%20n%C3%A9%204%20avril%201949%20d'un,au%20monde%20de%20l'en%20treprise.>

⁸ Entrevista concedida à Revista Percurso n° 56/57, ano XXIX, Junho/Dezembro. Conferir em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1229&ori=entrev

do trabalho. “Me parece que é ali [em 1968] que se encontra formulada de maneira nova a questão central da alienação [no trabalho]” (p. 49-50). Na concepção de Dejours, para além da caricatura que repousa sobre os eventos de maio de 1968 na França – de um conjunto de manifestações folclóricas e festivas, sem grande envergadura política – o movimento social impulsionado pelos estudantes alcançou as fábricas e o setor público, colocando em evidência os debates sobre o trabalho e a degradação das condições de vida. “E de uma certa maneira, eu me sinto depositário de maio de 68, dessa tentativa de reformas que vai muito além das conquistas salariais negociadas ao final” (p. 52)

Ainda que a questão do trabalho tenha alcançado Dejours desde os eventos de maio de 1968, o seu contato efetivo com a realidade operária só aconteceu na década seguinte, e não foi por meio da militância, mas sim por intermédio da sua formação universitária. E não foi o operário tradicional francês, de renda mediana, que o autor encontrou nas suas primeiras incursões no mundo laboral, e sim o trabalhador imigrante das longínquas periferias de Paris. “Eu descobri os lares dos operários imigrantes nos anos 1970, enquanto eu dava continuidade aos meus estudos de medicina” (2012b, p. 53). Se as organizações sindicais colocavam uma série de dificuldades para qualquer tipo de pesquisa ou intervenção que não pautasse questões declaradamente políticas – como a pauta de saúde, por exemplo – os trabalhadores imigrantes acolhiam e valorizavam as experimentações desses jovens estudantes. “Eu encontrei lá um mundo sobre o qual eu nada sabia” (p.53). Essas primeiras vivências junto aos trabalhadores imigrantes das periferias de Paris são, segundo o autor, o embrião da clínica do trabalho: “A discrepância entre essa realidade e o silêncio da medicina, notadamente da psiquiatria, é o ato de nascimento da Clínica do trabalho” (p. 54)

Entre 1972 e 1973, Dejours se juntou a outros jovens pesquisadores interessados nas questões do trabalho e fundaram uma espécie de grupo informal de pesquisas vocacionado a

investigar a questão do trabalho nas fábricas. “Os grupos militantes não existem mais, mas alguns de nós constituímos um grupo de pesquisa informal, dentre os quais Robert Linhart, Yves e Françoise Durox, Benjamin Coriat” (Dejours, 2012b, p. 60). Essas incursões informais conduziram Dejours, mais uma vez, à questão do trabalho dos imigrantes, agora nas linhas de montagem de automóveis. E, por meio delas, o autor pôde se aproximar das condições de trabalho e da organização do trabalho não somente na indústria automobilística, mas em outros setores – como a indústria química, a indústria de processos – que alguns anos mais tarde iriam compor os relatos da sua obra seminal: “*Travail, Usure Mentale*”. Dejours relata que a experiência junto a esse grupo serviu para reforçar a importância de conhecer a realidade do mundo do trabalho – e produzir conhecimento sobre ela – a partir das pesquisas de campo: “Nós sabemos desde 68 que não podemos mais reivindicar à expertise apartados do campo” (Dejours, 2012b, p. 60).

Também em meados de 1972, Dejours inicia seu trabalho como interno de medicina na prisão de *La Santé*. Na 4ª divisão do presídio, Dejours acompanhava os encarcerados com transtornos mentais, sobretudo aqueles que não podiam conviver com os outros presos⁹. Dessa experiência, Dejours traz relatos curiosos, como por exemplo a engenhosidade que foi obrigado a desenvolver para aplicar uma injeção em um preso reconhecidamente violento e com pavor de agulhas. De fato, a experiência no presídio parece ter sido muito importante para o autor, além de lhe colocar em contato com questões que irão atravessar toda a sua obra, como a doença mental e a violência. “Se lutei pelo reconhecimento da doença mental de que padecem um grande número de presos, eu pude muito cedo constatar também que a loucura é acompanhada da pior das violências” (Dejours, 2012b, p. 105). Em 1974, Dejours conclui a sua formação em medicina e, a partir de então, em conjunto com os seus estudos de especialização em psiquiatria, dá início a uma

⁹ Cf: <https://www.cairn.info/revue-psn-2018-3-page-95.htm>

nova incursão, agora formal, pelo mundo do trabalho. “Paralelamente aos meus estudos de psiquiatria, eu me formo em medicina do trabalho e ergonomia” (p. 62). Complementa ainda o autor: “Eu descubro que os recursos da saúde mental são colocados em jogo no trabalho” (*idem*).

Em 1977, Dejours se junta à equipe do professor Alain Wisner no Laboratório de Ergonomia do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM). Como Dejours, Wisner era médico e vinha, desde muito tempo, contestando os modelos experimentais da ergonomia anglo-saxônica e as suas teses como a fadiga industrial e o fator humano. Com Wisner, Dejours assimila alguns fundamentos da ergonomia da atividade que irão compor as bases da sua Clínica do trabalho, a saber: o hiato entre trabalho prescrito e trabalho real; a pesquisa-ação como método privilegiado de investigação e intervenção; a inteligência operária suscitada na superação dos desafios do real do trabalho. Com Dejours, Wisner é conduzido a repensar o sujeito da ergonomia, tradicionalmente reduzido à figura do operador, ou a um sistema cognitivo habilitado para o tratamento de informações no trabalho. É também provocado em relação à possibilidade de interlocução entre ergonomia e psicopatologia do trabalho. Por sua vez, ambos compartilham uma grande inquietação com relação aos efeitos do taylorismo e das tecnologias de automatização do trabalho sobre a saúde e segurança dos trabalhadores. “Nós começamos, portanto, a estudar a organização prescrita do trabalho, que se materializa em um conjunto de especificações e uma grade muito detalhada de todas as tarefas elementares a serem executadas em cada operação”. Todavia, conforme enfatiza o autor: “Primeira constatação: o trabalho operário, considerado negativamente pela hierarquia, se revela de uma grande complexidade” (Dejours, 2012b, p. 68; Wisner, 1996)

O encontro com a ergonomia e a escuta dos trabalhadores, tanto na sua prática como médico do trabalho quanto nos campos de pesquisa conquistados por intermédio do CNAM, –

particularmente nas indústrias automobilística, química e nuclear – vão fornecer a Dejours as bases teórico-metodológicas para a edificação da sua Clínica do trabalho. Chama a atenção do autor, inicialmente, a recusa dos gestores, técnicos e até mesmo dos sindicatos em acolher qualquer demanda que não fosse objetiva, mensurável, que não tratasse da saúde do corpo ou das condições concretas de trabalho. “Lá, os riscos físicos envolvidos são claramente identificados: os vapores, a pressão, as temperaturas, os gases tóxicos, o barulho. Se essas condições de trabalho nocivas já foram reconhecidas, a questão de suas repercussões ao nível mental, a carga psíquica assim criada permaneceu, por sua vez, sob silêncio” (Dejours, 2012b, p. 62). Paradoxalmente, a queixa dos trabalhadores a respeito de sua situação subjetiva no trabalho não parava de aumentar: “Contudo, bastava lhes escutar para mensurar a sua importância: muitos eram os que se sentiam ‘como pilhas elétricas’, ‘no limite dos nervos’ ” (Dejours, 2012b, p. 62).

Um projeto teórico-clínico que fosse capaz de acessar a subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras e, a partir dela, compreender o próprio trabalho e as suas formas de organização, era a proposta original da nascente Clínica do trabalho. Como salienta Dejours: “É graças à passagem pela subjetividade, pela relação com o real que se experimenta no sofrimento, que é possível ter acesso ao conhecimento da verdadeira condição dos trabalhadores e, em um segundo momento, à verdade do processo de trabalho” (2012b, p. 64). No ano de 1980, ainda se situando no campo da psicopatologia do trabalho, Dejours publica o seu primeiro livro “*Travail, usure mentale*”, onde relata uma série de experiências em diversos contextos de trabalho e introduz os conceitos e categorias que vão ser o alicerce da nova disciplina em gestação. Da ergonomia, traz os conceitos de trabalho prescrito, trabalho real, carga de trabalho, conteúdo ergonômico do trabalho. Da psicanálise, o autor traz os conceitos de mecanismos de defesa, economia psíquica, sintoma, sublimação. Tudo isso muito bem contextualizado na esteira das transformações no mundo do

trabalho – em particular, a virulência do taylorismo – e do esvaziamento da luta política desde 1968. A obra teve grande repercussão na França e, nos anos seguintes, veio a ser traduzida para diversos idiomas. Enquanto muitos teóricos se esquivavam dos aspectos subjetivos do trabalho, Dejours escolhia precisamente o sofrimento e as defesas contra o sofrimento como forma de apreender a organização do trabalho: “De um ponto de vista científico, devemos esclarecer que a análise do sofrimento dos trabalhadores, das estratégias que eles utilizam para enfrentá-lo, permite descrever mais de perto a organização do trabalho” (p. 62). Certifica, desse modo, o autor: “Nosso tema de pesquisa torna-se então: Sofrimento e organização do trabalho” (*idem*).

Em 1981, o candidato do Partido Socialista, François Mitterrand, é eleito presidente da França. Para Dejours, a chegada de um socialista ao poder representou “um momento de esperança” (2012b, p. 74). Mais do que isso, a virada política possibilitou uma abertura significativa do campo e o fomento do Estado nas pesquisas sobre o trabalho. “Todas essas pesquisas até agora um pouco clandestinas e marginalizadas passam a ser apoiadas pelo Estado por fazer emergir uma nova maneira de pensar o trabalho” (*idem*). Esse movimento de abertura, que de certa maneira substituiu o “militantismo”, preponderante nas pesquisas sobre o trabalho até então, mobilizou todos os setores, da academia ao empresariado: “os pesquisadores, os professores foram mobilizados, as empresas abriram as suas portas a fim de aproveitar melhor o trabalho operário, os programas de pesquisa deram prioridade ao trabalho e aos modos de vida ali desenvolvidos” (*idem*). A pesquisa-intervenção sobre o trabalho que anteriormente dependia, na maioria dos casos, de um esforço individual do pesquisador ou da complacência de um gestor no local de trabalho, passou a ser reconhecida pelo Estado e até demandada pelo patronato. Isso foi uma verdadeira mola propulsora para as ciências do trabalho, dentre as quais a Clínica do trabalho.

No bojo dessa onda de estímulos governamentais e institucionais acontece, no ano de 1984, o I Colóquio Nacional de Psicopatologia do Trabalho organizado pelo Ministério da Indústria e da Pesquisa, a Missão Interministerial pela Pesquisa (MIRE), o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e a Sociedade de Ergonomia de Língua Francesa (SELF). Já em 1986, acontece o I Seminário Interdisciplinar de Psicopatologia do Trabalho, a partir de um chamado do MIRE e CNRS que, por meio do Programa Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Tecnologia, o Trabalho, o Emprego e os Modos de vida (PIRTTEM), sob a coordenação de Alain Cottureau, reuniu pesquisadores de diversas disciplinas interessados na Clínica do trabalho. Para Dejours, o referido seminário – que posteriormente lhe renderia a publicação da famosa coletânea “*Plaisir et souffrance dans le travail*” (1988) – foi um momento de colocar à prova e referendar a sua teoria: “onde as teses da Clínica foram criticadas e finalmente reconhecidas pelos pesquisadores de outras disciplinas” (Dejours, 2012b, p. 80). Dejours relata que era sistematicamente questionado pelos colegas da Escola Psicossomática de Paris, e que tanto os psicanalistas quanto os ergonomistas o olhavam com desconfiança. Dessa forma, ao proporcionar o confronto com pesquisadores de outras disciplinas, o Seminário Interdisciplinar serviu como uma “prova de veracidade” (*idem*) para que o autor pudesse seguir com o seu projeto de uma clínica do sujeito no trabalho.

Afirma o autor que:

“A oposição entre o meu trabalho e os defensores da psicossomática era tão viva que este seminário interdisciplinar representou a possibilidade de uma nova validação científica. E devo admitir que essa necessidade de confrontar as conclusões da Clínica, de obter validação dos pesquisadores mais exigentes, habita ainda hoje em mim. Isto é, o alívio [*le soulagement*] que eu senti quando os sociólogos, economistas, historiadores, reunidos por Alain Cottureau, reconheceram a fecundidade da psicodinâmica do trabalho para suas respectivas disciplinas” (Dejours, 2012b, p. 82-84).

Em 1990, Dejourns é nomeado professor titular da cadeira de Psicologia do trabalho do CNAM, herdando o posto de Pierre Goguelin, que se aposentara no ano anterior. O *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) é uma instituição pública, bicentenária, fundada no ano de 1794 com o objetivo de “aperfeiçoar a indústria nacional”. Na atualidade, o CNAM está sob a tutela do *Ministère chargé de l'Enseignement Supérieur* e suas atividades variam desde a pesquisa, a formação acadêmica e profissional, a promoção da ciência e da indústria¹⁰. Não obstante, o fato é que praticamente todas as pesquisas que tomam por objeto o trabalho na França passaram pelo CNAM. Desde as perspectivas mais experimentalistas, como a psicotécnica e a fisiologia do trabalho, até as mais subjetivistas, como a psicodinâmica do trabalho ou a psicossociologia. Passaram pelo CNAM grandes nomes das ciências do trabalho na França, tais como: Henri Fayol, Henri Pierón, Henri Laugier, Jacques Leplat, Camille Soula, René Bizé, Alain Wisner, Damien Cru, entre outros. Com efeito, tudo começa no ano de 1936, com a fundação do *Institut National d'Orientation Professionnelle et d'Etude du Travail* (INEOP) e da revista “*Le Travail humain*”, demarcando a vocação do CNAM para ser o espaço privilegiado de estudos e pesquisas das ciências do homem no trabalho na França (Dejourns, 2012b; Wisner, 1996).

Em janeiro de 1997 acontece o I *Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail* (CIPPT), reunindo mais de 600 pessoas nas imediações do Laboratório de Psicologia do Trabalho do CNAM, no famoso edifício da Rua Gay Lussac. O evento reuniu professores e pesquisadores de toda a França, além de convidados do Canadá, Argentina, Brasil e outros países da Europa. Estavam presentes alguns nomes que já faziam ou viriam a fazer parte da história das ciências do trabalho, tais como: Claude Veil, Adolfo Fernández-Zoïla, Alain Wisner, Antoine Laville, François Daniellou, Catherine Teiger, Pierre Falzon,

¹⁰ Cf: <https://presentation.cnam.fr/histoire-projet/>

Cornelius Castoriadis, Jean-François Chanlat, Max Pagès, François Sigaut, entre outros. Com um tema “Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho”, esse evento foi particularmente importante: em primeiro lugar, porque demarcou a cisão entre a psicodinâmica do trabalho e psicopatologia do trabalho, que embora tenha ocorrido alguns anos antes, nunca havia sido debatida publicamente, entre os pares, conforme manda a tradição francesa; em segundo lugar, porque demarcou a internacionalização da teoria. Mesmo com a repercussão internacional já alcançada com *Travail, Usure Mentale*, agora estávamos falando não mais de uma obra, mas de uma teoria que se difundiu para os quatro cantos do mundo. O Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho (CIPPT) continua a ser realizado até a atualidade, em média a cada dois anos, caminhando para a 11a. edição¹¹.

Ainda no ano de 1997, Dejours tem um novo “encontro” que é significativamente importante para a composição da sua obra. Ao ingressar na *Association Psychanalytique de France*, Dejours passa a ser supervisionado por Jean Laplanche, com quem desenvolveu forte vinculação afetiva e uma interlocução promissora – até a morte de Laplanche, em 2012. “Fui vê-lo porque pensava que ele era um dos melhores ou o melhor conhecedor de Freud”. E complementa Dejours: “E, então, compreendi que ele não era apenas um tradutor e um comentador de Freud, mas um teórico cuja sutileza e precisão me permitiram ultrapassar certas ambivalências que eu mantinha em relação a Freud e outros pensadores, cujos ensinamentos acompanhei nos trinta anos precedentes”¹². Para Dejours, os ensinamentos de Laplanche recolocam a psicanálise no seu lugar de uma teoria da sexualidade humana, uma clínica que é regida pelo primado da sexualidade. A

¹¹ Conferir maiores informações sobre a história do Colóquio, suas edições, programação, anais, temas em: <https://psychanalyse.cnam.fr/recherche/les-colloques/>

¹² Entrevista concedida à Revista Percurso nº 56/57, ano XXIX, Junho/Dezembro. Conferir em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apq=artigo_view&ida=1229&ori=entrev

teses de Laplanche – particularmente, a teoria da sedução generalizada e a tópica de clivagem – vão impactar a construção teórica e o desenvolvimento da psicodinâmica do trabalho: a centralidade da sexualidade, a teoria do corpo, a formação do sintoma e outros temas, como por exemplo a violência, vão ter a marca da psicanálise laplancheana.

Esse breve levantamento, ainda que incompleto, demonstra que a criação, consolidação, desenvolvimento e difusão da psicodinâmica do trabalho está intimamente relacionada com a trajetória pessoal e institucional do autor. Foram determinados acontecimentos da sua vida pessoal e certos caminhos institucionais, que lhe colocaram em contato com determinadas pessoas, grupos, situações profissionais, fatos históricos, correntes teóricas e escolhas políticas, as quais foram determinantes na sua construção teórico-metodológica. Aqui, vida, obra e contexto se encontram e se tornam indissociáveis.

Capítulo 3 - A Dimensão Psicoeconômica do Trabalho

O núcleo central da Clínica psicodinâmica do trabalho é o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico. Neste capítulo buscamos nos aproximar dos termos dessa correlação de forças: isto é, em que medida o trabalho – tal qual é organizado concretamente em um determinado momento histórico ou contexto laboral – pode contribuir para a descompensação psíquica e somática; ou, em contrapartida, em que medida é possível engendrar saídas pulsionais satisfatórias frente a uma organização do trabalho que, via de regra, impõe aos trabalhadores o sofrimento, a despersonalização e a repressão do funcionamento psicológico espontâneo. O que estamos chamando de dimensão psicoeconômica do trabalho situa-se, portanto, entre o adoecimento e a sublimação, entre o sofrimento e o prazer no trabalho.

A dimensão psicoeconômica do trabalho na psicodinâmica do trabalho é frequentemente negligenciada tamanha a sua complexidade e, sobretudo, porque institui a necessidade de operar alguns conceitos psicanalíticos. No entanto, nos esquivar desta incursão metapsicológica significa ignorar parte importante da etiologia das descompensações psíquicas e somáticas relacionadas à atividade laboral, bem como o potencial do trabalho como atividade sublimatória e fonte de prazer. Isto posto, quando propomos uma dimensão psicoeconômica do trabalho no interior da psicodinâmica dejouriana, estamos nos referindo à dimensão econômica do psiquismo presente em Freud.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2000), o ponto de vista econômico em psicanálise – diferentemente do ponto de vista tópico e dinâmico – refere-se à concepção de que o funcionamento do aparelho psíquico se dá por meio da circulação e repartição de energias pulsionais que transitam na forma de investimentos (ou contra-investimentos) e variam conforme a sua intensidade, mobilidade ou oposição. Embora a dimensão econômica do psiquismo seja

apontada como aquela mais hipotética na metapsicologia freudiana, a própria clínica psicanalítica demonstra como a representação em termos de energia pulsional é imprescindível para que seja possível compreender a economia dos afetos, dos desejos, dos sintomas e, porque não, da descompensação laboral.

Retornando ao nosso terreno privilegiado, o trabalho, e tendo como referência o núcleo central da psicodinâmica do trabalho, propomos retomar a dimensão psicoeconômica do trabalho em Dejours a partir dos seguintes questionamentos: “[...] a tarefa que afeta um trabalhador oferece uma canalização apropriada a sua energia psíquica? Em outros termos, a ‘tarefa exige suficientes atividades psíquicas, fantasmáticas e psicomotoras’ (Dejours, 1980/2009a, p. 24); “[...] na tarefa, qual é o componente do trabalho que se opõe à descarga de energia? Ou, em outros termos, o que faz o trabalho entrar o livre jogo do sistema ‘motivação-satisfação’ (ou desejo-prazer)?” (p. 26); “No trabalho contemporâneo, qual é o lugar do Desejo, e qual é o lugar do Sujeito” (Dejours 1982/2009b, p. 39).

Para tanto, nos parece necessário fazer um recorte temporal: tomaremos como referências primordiais deste capítulo as primeiras publicações de Dejours, do início dos anos 1980 – notadamente “*Travail, Usure Mental* – até os escritos situados na primeira metade da década de 1990. Isso não significa, no entanto, que a dimensão psicoeconômica do trabalho será abandonada pelo autor nos anos posteriores. Muito pelo contrário, ela se integrará aos fundamentos teóricos mais contemporâneos desenvolvidos no interior da psicodinâmica do trabalho, como por exemplo o *paradoxo da dupla centralidade*: centralidade do trabalho e centralidade da sexualidade na organização do psiquismo. A epistemologia de campo defendida pelo autor e a própria investigação metateórica nos exige um recorte temporal, uma vez que a trama conceitual vai se

modificando conforme o ciclo das transformações históricas da sociedade e, principalmente, do trabalho.

Isto posto, nossa exposição no sentido de sustentar uma dimensão psicoeconômica do trabalho seguirá o seguinte percurso: delimitar o conceito de organização do trabalho e a sua forma de existência no período histórico mencionado – a Organização Científica do Trabalho; debater as noções de carga de trabalho, carga psíquica de trabalho, fadiga, e insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico e simbólico do trabalho; delimitar as noções de sofrimento no trabalho e as estratégias coletivas de defesa contra o sofrimento; apresentar a dinâmica pulsional e os riscos de descompensação psíquica e somática relacionados ao trabalho; e, finalmente, debater as saídas sublimatórias no sentido de transformar a relação sujeito – organização do trabalho.

3.1 A Organização do Trabalho e Organização Científica do Trabalho

Dejours apresenta o conceito de *organização do trabalho* como forma de diferenciá-lo da noção de *condições de trabalho*, frequentemente associada às abordagens epidemiológicas, higiênicas, toxicológicas e à própria ergonomia francesa em suas origens. O termo condições de trabalho designa o ambiente físico, químico, biológico, as condições de higiene, segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. São exemplos de riscos associados às condições de trabalho: temperatura, pressão, vibração, radiação, exposição a gases e produtos tóxicos, manipulação de substâncias, exposição a vírus, bactérias ou parasitas. Como ressalta o autor, "a luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das *condições de trabalho*" (Dejours, 1980/1992 p. 25).

Já a noção de organização do trabalho compreende, inicialmente: a *divisão das tarefas*, que abrange o conteúdo da tarefa, os modos operatórios, as cadências, os ritmos, os objetivos a serem alcançados, e outras questões técnicas relativas aos procedimentos e prescrições no trabalho; e a *divisão dos homens*, que compreende os sistemas hierárquicos, os modos de comando, os mecanismos de controle, as relações de poder, a questão das responsabilidades e toda e qualquer relação que os trabalhadores estabelecem entre si e com os gestores no local de trabalho. A luta contra o sofrimento psíquico dos trabalhadores conduziu a psicopatologia do trabalho à temática da organização do trabalho: “palavras de ordem como ‘abaixo as cadências infernais’, ‘abaixo a separação trabalho intelectual-trabalho manual’, ‘mudar a vida’ atacam diretamente a organização do trabalho” (Dejours, 1980/1992, p. 25; 1983; 1988/2001c; 1990/2007f).

Neste primeiro momento teórico-conceitual, a organização do trabalho figura como um bloco rígido, monolítico, inflexível, nas palavras do próprio autor “[...] um dado preexistente ao encontro do homem com o seu trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p. 60). Em termos psicoeconômicos, a organização do trabalho aparece como “veículo da vontade do outro”, totalmente alheia aos desejos dos trabalhadores e estranha ao seu funcionamento psíquico (Dejours 1980/1992, p. 137). Não há margem de manobra, de luta, negociação ou interpretação. Em uma análise impregnada de causalismo – reconhecida a posteriori pelo próprio Dejours – a organização do trabalho era apontada como causa e a descompensação psicopatológica como efeito, de tal forma que caberia aos trabalhadores apenas se defenderem psiquicamente por meio dos mecanismos individuais e das estratégias coletivas de defesa (Dejours, 1980/1992; 1993c).

Nos parece impossível uma visão alternativa, uma vez que em meados de 1980, na França, a grande expressão da organização do trabalho era, ainda, a colossal força do taylorismo. A Organização Científica do Trabalho (OCT) aparece, antes de tudo, como uma nova tecnologia de

submissão e disciplina do corpo. Como salienta Dejours (1980/1992), não é o aparelho psíquico a primeira vítima do sistema Taylor, e sim o corpo dócil e disciplinado entregue à injunção dos engenheiros e contramestres. Tendo como objetivo primordial o incremento da produtividade, tornou-se necessário a eliminação dos espaços de tempo ociosos, a decomposição dos gestos de trabalho em movimentos elementares e a uniformização dos modos operatórios conforme uma eficácia supostamente universal e “cientificamente” determinada (Dejours, 1980/1992).

As medidas no sentido de eliminar a falaciosa “vadiagem operária” constituíram um verdadeiro golpe na dinâmica do funcionamento psíquico e corporal dos trabalhadores: 1) ao eliminar os pequenos espaços de tempo ociosos, inviabiliza as operações de regulação do binômio homem-trabalho fundamentais à continuidade da tarefa e à proteção da vida mental; 2) ao decompor os gestos em movimentos simples e elementares, torna o trabalho repetitivo, monótono e vazio de conteúdo, inviabilizando não apenas a função psicoeconômica do trabalho, como também a sua dimensão simbólica; 3) ao uniformizar os modos operatórios, impede o livre exercício do saber-fazer operário e desapropria a sua liberdade de invenção, fundamentalmente importantes na mobilização subjetiva e na adaptação do trabalho às condições corpóreas do trabalhador; 4) por fim, desmantela a coletividade operária e os possíveis laços de solidariedade e cooperação. Em síntese, os impactos da OCT vão do corpo ao psiquismo, da objetividade do trabalho à subjetividade do trabalhador (Dejours, 1980/1992).

Na concepção de Dejours, do ponto de vista da psicopatologia:

[...] a O.C.T. (Organização Científica do Trabalho) traduz-se por uma tripla divisão: divisão do modo operatório, divisão do organismo entre órgãos de execução e órgãos de concepção intelectual, enfim, divisão dos homens, compartimentados pela nova hierarquia consideravelmente inchada de contra-mestres, chefes de equipe, reguladores, cronometristas etc. O homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar a luz a um

aborto: um corpo instrumentalizado do operário de massa – despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental (Dejours, 1980/1992, p.39).

Dejours apresenta uma metáfora interessante para ilustrar os impactos da OCT na vida psíquica dos trabalhadores. Compreender a atividade de trabalho como um edifício hierarquizado onde o *corpo* obedeceria ao *pensamento* que por sua vez seria controlado pelo *aparelho psíquico*. No exemplo do autor, a Torre Eiffel: a base da torre seria o corpo; o segundo andar seria a sede da atividade intelectual, da cognição; o topo da torre, como um emissor de televisão, seria o aparelho psíquico, que forneceria à torre como um todo, sua coerência e propósito. O que a OCT faz é suprimir o estágio intermediário, isto é, usurpar do trabalhador a sua capacidade de pensar – é forjar o “homem-macaco” de Taylor. Na metáfora de Dejours, a retirada abrupta do elo intermediário entre o corpo e o aparelho psíquico provocaria um verdadeiro colapso na qualidade do funcionamento do psiquismo com notáveis consequências sobre o corpo. “É precisamente isto que deve ser estudado pela psicopatologia do trabalho; o que acontece com a vida psíquica do trabalhador desprovido de sua atividade intelectual pela organização científica do trabalho!”(Dejours, 1980/1992, p. 43).

A exclusão da atividade intelectual do trabalhador pela Organização Científica do Trabalho é seguida pela autorrepressão do seu funcionamento psíquico. Consciente de que seus desejos, fantasias e afetos não encontram lugar no trabalho, o trabalhador vai impondo a si próprio um estado de semiembotamento que, aos poucos, evolui para uma espécie de anestesia psíquica. A autorrepressão do funcionamento psíquico acaba por se prolongar para os espaços da vida privada, da vida fora do trabalho, uma vez que é menos dispendioso para o trabalhador manter a repressão psíquica sem rupturas, do que ser obrigado a reconstruí-la no dia seguinte ou após um final de semana. Deste modo, em suas atividades domésticas, familiares ou de lazer, o trabalhador acaba reproduzindo o ritmo e as cadências da fábrica, como única estratégia possível para manter a

continuidade da repressão psíquica. O trabalho taylorizado coloca o trabalhador na condição de ser obrigado a lutar contra a emergência dos seus próprios pensamentos, da própria atividade psíquica e fantasmática (Dejours, 1983; 1990/2007f; 1993a).

3.2 Insatisfação quanto ao conteúdo do trabalho e carga psíquica de trabalho

Para fins de exposição, Dejours decompõe o sofrimento oriundo do conflito sujeito - organização do trabalho em duas vivências: a ansiedade e a insatisfação. A insatisfação é objeto de um olhar metucioso por parte do autor principalmente por dois motivos: 1) os estudos das ciências do trabalho, até então, enfatizavam apenas a questão da motivação e da satisfação no trabalho, negando a realidade concreta da insatisfação ou deixando-a aparecer apenas implicitamente; 2) o discurso de insatisfação, por parte dos operários, era unívoco, aparecendo em todas as pesquisas, entrevistas, greves, manifestações, conselhos de fábrica, e em diversos contextos e categorias profissionais (Dejours, 1980/1992).

Em um primeiro momento, a insatisfação aparece quanto ao conteúdo significativo do trabalho. Aqui se observa a existência ou ausência de sentido no trabalho, seu significado em relação a uma profissão, o estatuto social ligado ao tipo de trabalho, sua importância econômica e política, além de todo um conjunto de representações simbólicas e afetivas viabilizadas ou não no manejo dos gestos, dos materiais e dos instrumentos operados em uma determinada situação laboral. Do ponto de vista dinâmico, o conteúdo significativo do trabalho tem uma importância narcísica – isto é, na imagem que o trabalhador tem de si – e também objetual, qual seja, no relacionamento com os pares e o outro social, temática que abordaremos em capítulo posterior (Dejours, 1980/1992).

Por ora, nos interessa apenas mostrar que, no trabalho taylorizado, a insatisfação quanto ao conteúdo significativo do trabalho aparece na vivência e no discurso operário sob as formas de *vergonha, inutilidade e indignidade*: a vergonha de ser robotizado, de tornar-se um apêndice da máquina, às vezes sujo e quase sempre despersonalizado; a inutilidade dos gestos, da falta de complexidade da tarefa, a interdição do saber-fazer, da inteligência e criatividade; a indignidade quanto à desqualificação e a falta de sentido do seu trabalho, que não lhe serve como fonte de admiração ou reconhecimento. A falta de conteúdo significativo produz no trabalhador “uma imagem narcísica pálida, feia, miserável” (Dejours, 1980/1992, p. 49).

O segundo componente da insatisfação no trabalho é o seu conteúdo ergonômico, o que é particularmente importante para uma compreensão psicoeconômica da atividade laboral e seus desdobramentos para a saúde do corpo e do psiquismo. De uma forma genérica, a insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico do trabalho aparece quando a melhoria das condições de trabalho resultante da intervenção ergonômica é subsumida, rapidamente, pelo movimento da organização do trabalho. Paradoxalmente, o conflito entre o modo de funcionamento do sujeito e o conteúdo ergonômico do trabalho – isto é, as condições corporais do posto de trabalho – produz um sofrimento que não é de natureza fisiológica, mas psíquica, e uma insatisfação que não incide diretamente sobre o corpo mas, antes, sobre a economia do psiquismo (Dejours, 1980/1992).

Podemos traduzir a insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico como uma insatisfação do exercício do corpo no trabalho – uma insatisfação concreta e objetiva. Mas, como veremos, seu impacto é, antes de tudo, no aparelho psíquico. O conteúdo ergonômico do trabalho é constituído, fundamentalmente, pelas exigências e condições de realização da tarefa. Todavia, a própria ergonomia já demonstrou a insuficiência de analisar o conteúdo do trabalho em termos de exigências e prescrições: é preciso partir do modo operatório de cada trabalhador e do que

representa para ele a confrontação com uma determinada tarefa; e mais, como isso ressoa na economia psíquica e as consequências para o corpo físico. Para Dejours, trata-se de um fenômeno que parte da insatisfação do corpo no trabalho (conteúdo ergonômico), tem impacto sobre o aparelho psíquico (economia do psiquismo) e retorna para o próprio corpo (sintoma somático) (Dejours, 1980/1992).

Nesse sentido, a ideia de insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico do trabalho vai ao encontro da noção de carga psíquica de trabalho:

A insatisfação proveniente de um conteúdo ergonômico inadaptado à estrutura da personalidade não é outra coisa do que uma *carga de trabalho psíquica*. Esta carga de trabalho não é idêntica à carga de trabalho física ou psicossensomotora. Os efeitos desta carga e o sofrimento estão no registro mental e se ocasionam desordens no corpo, não são equivalentes às doenças diretamente infligidas ao organismo pelas condições de trabalho. A carga de trabalho psíquica representada pelo sofrimento proveniente de um desconforto do corpo coloca inteiramente o trabalhador e sua personalidade à prova de uma realidade material, primeiramente. O conflito não é outro senão o que opõe o homem à organização do trabalho (na medida em que o conteúdo ergonômico do trabalho resulta da divisão do trabalho) (Dejours, 1980/1992, p. 61-62).

Dejours apresenta a noção de *carga psíquica de trabalho* com o propósito de delimitar um componente específico da *carga de trabalho*, conceito amplamente difundido nos primórdios da psicopatologia do trabalho e da ergonomia francesa. A carga de trabalho era definida, usualmente, em termos de uma *carga física* e uma *carga mental*. A carga física de trabalho era associada aos riscos, às exigências físicas, musculares ou mecânicas do processo de trabalho. A carga física poderia ser mensurada por meio de certas variáveis, tais como: gasto energético, frequência cardíaca, exigência muscular, esforço físico, tolerância às variações de temperatura, pressão, ruído, entre outras. A carga mental, por sua vez, compreendia um conjunto extenso de variáveis psicossensoriais, sensório-motoras, perceptivas e cognitivas – ligadas principalmente ao tratamento de informação necessário à execução do trabalho – e também aos fenômenos de ordem

psicológica, psicossociológica ou psicopatológica (Dejours, 1980/2009a; Dejours et al. 1984/1993).¹³

Já a noção de carga psíquica do trabalho apresentada por Dejours – mas também presente em outros autores como Wisner, Seligmann-Silva, Laurell e Noriega, entre outros – seria reservada à dimensão da carga mental estritamente ligada aos fenômenos de ordem afetiva e relacional. A carga psíquica de trabalho é, antes de tudo, uma vivência e, portanto, fora do escopo de qualquer quantificação. Na gênese da carga psíquica encontramos a função psicoeconômica do trabalho e também um horizonte para compreender a indissociabilidade entre o corpo e o psiquismo no trabalho, necessária para desvelar as descompensações psicossomáticas. A noção de carga psíquica nos remete aos questionamentos levantados no início deste tópico: o trabalho oferece ao trabalhador uma canalização adequada às energias psíquicas? Ou, em outras palavras: o trabalho é capaz de proporcionar ao trabalhador as atividades psíquicas, psicomotoras e fantasmáticas que favoreçam a sua economia psicossomática? (Dejours, 1980/2009a; Dejours et al., 1984/1993).

Dejours propõe o seguinte itinerário para explicitar a noção de carga psíquica do trabalho: permanentemente estamos submetidos às fontes de excitação vindas do exterior e do interior do organismo. Do exterior somos confrontados com informações visuais, táteis, auditivas e excitações psicossensoriais de toda natureza. Do interior, são as fontes pulsionais que excitam o sujeito; o

¹³ Wisner (1981/1993) decompõe o conceito de carga de trabalho em três componentes: *carga física*, *carga cognitiva* e *carga psíquica*. Já Dejours apresenta certa confusão na sua delimitação conceitual: no artigo de 1980, denominado “A carga psíquica do trabalho”, ele sustenta o dualismo entre *carga física* e *carga mental*, sendo que a carga mental seria dividida em duas “ordens de fenômenos”, sendo a carga psíquica reservada aos “elementos afetivos e relacionais”. Já no artigo de 1984 intitulado “Por um trabalho, fator de equilíbrio”, Dejours apresenta a noção de carga de trabalho pressupondo uma evolução gradual no conceito – conforme as transformações em curso no mundo do trabalho – que vai da *carga física*, passando pela *carga cognitiva*, até alcançar a noção de *carga psíquica*. O conceito de carga/descarga psíquica seria um desdobramento dos debates acerca de qual a transformação no trabalho se deve pautar para a conquista da saúde, em termos psicoeconômicos. Neste texto, as carga psíquica de trabalho continua reservada aos fenômenos de ordem afetiva e relacional, mas diferencia-se das variáveis relativas ao tratamento de informação, que compõem a carga cognitiva do trabalho, seguindo a classificação proposta por Wisner (Dejours, 1980/2009a, p. 22; Dejours et al., 1984/1993).

acúmulo de excitação proveniente do interior e do exterior se torna a origem de uma tensão psíquica permanente e fonte de desprazer para o trabalhador; para liberar essa energia retida o trabalhador dispõe de três vias de descarga – a *via psíquica*, a *via visceral* e a *via motora*¹⁴. Diferentemente da carga física de trabalho, cujo excesso coloca em risco a saúde do trabalhador, na carga psíquica o perigo constitui exatamente o contrário: “o subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, que ocasiona a retenção de energia pulsional, o que constitui precisamente a carga psíquica do trabalho” (Dejours, 1980/2009a, p. 24; Dejours et al., 1984/1993).¹⁵

Em termos psicoeconômicos, o prazer no trabalho seria o resultado da descarga de energia psíquica autorizada pela tarefa e a conseqüente redução da carga psíquica de trabalho. Um trabalho livremente escolhido ou livremente organizado oferece as vias de descarga mais adaptadas às necessidades do trabalhador. Liberdade de organizar seu modo operatório, de encontrar os gestos que lhe proporcionam prazer, dispor de tempo e oportunidade para pensar, fantasiar, se colocar à prova, ter espaço para concretizar suas aspirações, desejos e ideias, transformam o trabalho em uma atividade *equilibrante* e fonte de homeostasia para o corpo e o psiquismo. Cada trabalhador lança mão de suas vias de descarga preferenciais, consoante à sua história e estrutura psíquica, de modo que se sinta melhor após ter realizado seu trabalho do que antes de tê-lo começado (Dejours, 1980/2009a; Dejours et al, 1984/1993).

¹⁴ Para clarificar a compreensão das vias de descarga de energia, apresentamos o exemplo do próprio autor: ao ser tomado por um sentimento de hostilidade, o sujeito tanto pode produzir fantasias agressivas, que lhe sejam suficientes para consumir a energia pulsional por meio da via psíquica das representações, ou incorrer em comportamentos de raiva, agitação ou violência produzindo uma descarga psicomotora. Na impossibilidade de ambas, a via visceral de descarga psíquica aparece como a última alternativa, com o aparecimento de sintomas e severas conseqüências sobre o corpo (Dejours, 1980/1992).

¹⁵ Segundo Molinier e Plottes (2012) o conceito de *carga psíquica* foi abandonado pela psicodinâmica do trabalho ao longo da década de 1980 em benefício do conceito de *sofrimento*, apresentado de forma mais dinâmica. De fato a noção de carga psíquica vai desaparecendo do léxico dejouriano no transcurso de sua obra, e o conceito de sofrimento no trabalho é capaz de abarcar todas as cargas possíveis da atividade laboral. No entanto, vale ressaltar que a dimensão psicoeconômica do trabalho permanece muito ativa no pensamento do autor, figurando principalmente nos ensaios clínicos mais recentes.

No trabalho taylorizado, em contrapartida, não há espaço para a produção de fantasias e tampouco para o exercício das capacidades psicomotoras do trabalhador. A energia psíquica se acumula, tornando-se fonte de tensão e desprazer. O aumento da carga psíquica de trabalho aparece, inicialmente, na forma de fadiga. E, prolongando-se o bloqueio das vias motora e psíquica, só restará à energia retida ser descarregada pela via visceral, ocasionando a desregulação das funções somáticas e o adoecimento do corpo. O trabalho é *fatigante* quando coloca em oposição o funcionamento psíquico e as necessidades corporais do trabalhador, à rigidez e inflexibilidade da organização do trabalho (Dejours, 1980/2009a, 1983; Dejours et al., 1984/1993).

Desta forma, podemos compreender a relação entre a organização do trabalho, a insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico do trabalho, a carga psíquica e a descompensação somática, que estão na base de uma dimensão psicoeconômica do trabalho:

Clinicamente, o fracasso do funcionamento mental e a inadequação da organização do trabalho (conteúdo ergonômico) às necessidades da economia psicossomática não se traduzem, imediatamente, em uma doença somática. Primeiro, aparece uma vivência de insatisfação [...] cuja expressão é específica e distingue-se da insatisfação em relação ao conteúdo significativo da tarefa. Essa vivência exprime-se, sobretudo, pela fadiga. Na realidade, não há nada mais surpreendente do que observar essa vivência subjetiva tornar-se uma queixa somática, mesmo não havendo uma doença autêntica [...] Compreendemos melhor, nesta perspectiva, porque à fadiga não corresponde sempre uma excessiva carga física de trabalho [...] Não há nenhuma necessidade, na realidade, de se ter um desempenho físico excessivo para justificar a sensação de fadiga. Quando a organização do trabalho entra em choque com a economia psicossomática, o trabalhador deve desenvolver todos os recursos de que dispõe para compensar o estreitamento – pela organização do trabalho – de todos os canais comportamentais, caracteriais e mentais, para sua energia pulsional [...] A fadiga é simultaneamente psíquica e somática. É psíquica porque corresponde a um obstáculo para o psicossomático; e também por ser uma vivência subjetiva. Mas é também, e principalmente, somática porque sua origem está claramente no corpo. O que pode parecer estranho é que não corresponde a um esforço muito grande dos órgãos do corpo, mas a uma repressão da atividade espontânea desses órgãos (motores e sensoriais). A fadiga não provém

somente da sobrecarga de um órgão ou de um aparelho [...] A fadiga pode encontrar sua origem também na inatividade. Essa inatividade é fatigante porque não é um simples repouso, mas, ao contrário, uma repressão – inibição da atividade espontânea (Dejours, 1980/1992, p. 130).

Por fim, observamos que, segundo o autor, o risco do trabalho taylorizado não são as cadências ou os ritmos de trabalho, mas a violência da organização contra o funcionamento do corpo e do psiquismo. O trabalhador é despossuído, primeiro da sua capacidade de pensamento, em seguida das capacidades de representação e ação. Não apenas essas capacidades se tornam inúteis ao trabalho como, de fato, indesejáveis, transformando-se em um verdadeiro obstáculo na execução da tarefa frente aos constrangimentos da organização do trabalho. A falta de sentido no trabalho, de liberdade e o empobrecimento da tarefa colocam-no, mais uma vez, em contato com os sentimentos de vergonha e humilhação. Não é o trabalho, em si, que exaure o trabalhador, que lhe causa insatisfação, fadiga e adoecimento. É a luta contra a organização do trabalho e os seus impedimentos.

3.3 Sofrimento e estratégias de defesa contra o sofrimento

É necessário admitir que a organização do trabalho é toda ela atravessada por contradições e incoerências e que, quaisquer que sejam os esforços empreendidos é impossível encontrar uma solução definitiva para o conflito situado entre os desejos e aspirações do trabalhador e a vontade do outro, expressa pela organização do trabalho. Quando estão bloqueadas as possibilidades de negociação entre a organização do trabalho e o sujeito é que aparece o sofrimento: quando o trabalhador utilizou o máximo de suas capacidades intelectuais, psicoafetivas, de adaptação e de aprendizagem; quando o trabalhador investiu tudo o que dispunha em termos de saber e poder para dar conta da tarefa; quando se esgotam os meios de defesa e alcança-se a certeza de que a

insatisfação não pode mais diminuir, marca-se o início do sofrimento (Dejours, 1980/1992; Dejours & Molinier, 1994a).

Na realidade, o sofrimento constitui o componente primário da relação do sujeito com o trabalho. É impossível conceber uma organização do trabalho sem sofrimento. A organização do trabalho é, antes de mais nada, desestabilizadora para a saúde e geradora de sofrimento, diversificando apenas a origem, a natureza e os destinos desse sofrimento. Desta forma, a temática do sofrimento irá perpassar todas as dimensões do conceito de trabalho na psicodinâmica do trabalho, desvelando a própria evolução do conceito de sofrimento na teoria dejouriana: das formas de *sofrimento patogênico* oriundas da irredutibilidade da organização do trabalho, passando pelo *sofrimento criativo* no esforço de superação do hiato entre o trabalho prescrito e o trabalho real, até o *sofrimento ético* consoante às formas perversas de gerencialismo contemporâneo.

Em *A loucura do trabalho*, logo no primeiro parágrafo da introdução, Dejours afirma: “Falar da saúde é sempre difícil. Evocar o sofrimento e a doença, em contrapartida, é mais fácil. Como se, a exemplo de Dante, cada um tivesse em si a experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso” (Dejours, 1980/1992, p. 11). O sofrimento, para Dejours, é inerente ao gênero humano “[...] ontologicamente primeiro, existencial e anterior ao trabalho”. É na teoria psicanalítica que o autor vai buscar a gênese desse sofrimento ontológico do ser: o sofrimento do sujeito é herdeiro do sofrimento dos pais, deriva dos conflitos com a autoridade parental, dos impasses frente ao desenvolvimento psicosssexual e de um processo de individuação permanentemente inacabado e incompleto. O sofrimento é um *drama humano* – “no sentido de Politzer” – uma experiência vivida de forma concreta e particular, diferenciada e irredutível à experiência do outro (Dejours, 1980/1992, p. 12; Dejours & Molinier, 1994a, p.141).

Georges Politzer, no seu *Critique des Fondements de La Psychologie*, de 1928, apresenta, primeiramente, uma crítica à nascente psicologia científica, marcada pela abstração e o dualismo, e, em segundo lugar, um projeto de refundação orientado para criar as bases de uma psicologia concreta. Para Politzer, seria necessário ultrapassar os dois grandes projetos de psicologia até então hegemônicos: de um lado, uma psicologia subjetivista, marcada pela noção de vida interior, pela ideia de faculdades mentais, percepções, ainda suscetível às práticas de introspecção e fortemente atravessada pela filosofia idealista; e, por outro lado, uma psicologia objetivista, pautada em um cientificismo puro, baseada em práticas experimentais e de laboratório. Esses dois polos da “psicologia clássica” têm em comum o fato de que concebem o ser humano de forma impessoal: seja traduzindo-o como organismo, representação ou processo mental, deixando de lado o sentido da experiência vivida pelo indivíduo (Politzer, 1928/s.d.)

O sentido de uma psicologia concreta, defendido por Politzer, é resgatar o drama humano, cuja ressonância sempre foi possível encontrar na literatura ou no teatro, mas nunca na psicologia. Para a ciência positiva, o termo vida designa um fato biológico. Para a psicologia concreta, a vida é propriamente vida humana e, portanto, dramática. “Agora, o ato do indivíduo concreto é a *vida*, mas a vida singular do indivíduo singular, enfim, *vida, no sentido dramático da palavra*” (Politzer, 1928/s.d., p. 27). O drama, na perspectiva de Politzer, são os fatos psicológicos de um determinado indivíduo em particular, os segmentos da vida do indivíduo que à uma psicologia concreta cabe atribuir um significado singular do *eu*. “Porque o fato psicológico original é a vida dramática do homem, e a psicologia concreta que quer conhecê-lo espera do sujeito senão esta vida dramática” (Politzer, 1928/s.d., p. 27).

Quando Dejours afirma que o sofrimento é um drama, no sentido de Politzer, ele quer dizer que ainda que a experiência de sofrimento seja universal e inerente ao gênero humano, ainda que

toda organização do trabalho seja fonte inesgotável de sofrimento, cada sujeito vivencia o sofrimento de uma forma particular, portanto, como um fato psicológico que é único e exclusivo do eu. É nesse sentido que Dejours vai afirmar que sofrimento é uma vivência¹⁶ subjetiva que, no âmbito do trabalho, se situa entre os extremos da saúde e da doença mental descompensada. Como uma vivência, pertence à ordem da singularidade e tem um papel imprescindível como “objeto privilegiado de análise” da relação sujeito-organização do trabalho. O sofrimento constitui para a Clínica psicodinâmica do trabalho um ponto de inflexão: a possibilidade de um projeto de investigação e intervenção sobre os homens e mulheres capazes de esconjurar a doença mental descompensada em favor de uma “normalidade do sofrimento”. Enquanto a psicopatologia do trabalho obstinava-se a encontrar uma doença decorrente do trabalho, a psicodinâmica do trabalho assume como seu objeto o sofrimento e as defesas contra o sofrimento (Dejours, 1980/1992, p. 53, 1993/2011a).

Temos, neste primeiro momento da psicodinâmica dejouriana, o sofrimento patogênico mediante o trabalho taylorizado relacionado: a incompatibilidade entre as necessidades simbólicas do sujeito e o esvaziamento do conteúdo significativo do trabalho; os constrangimentos e limitações impostos ao funcionamento do corpo e do psiquismo frente ao conteúdo ergonômico do trabalho; a impossibilidade de canalização das energias pulsionais e descarga psíquica, seja pela limitação dos gestos na linha de produção ou pela censura à atividade fantasiosa. O sofrimento, como veremos adiante, é, primeiramente, o sofrimento do corpo. É o sofrimento “do corpo

¹⁶ O termo vivência subjetiva se popularizou nas traduções brasileiras constituindo a expressão “vivências de prazer e sofrimento”, muito comum ainda nas publicações brasileiras em psicodinâmica do trabalho. No entanto, o termo francês utilizado originalmente pelo autor é “*vécu subjectif*” cuja tradução mais precisa seria “vivido subjetivo”. *Vécu* é uma flexão do verbo *vivre*, no particípio passado. E, de forma alguma, poderia ter sido traduzido para um substantivo como *vivência*.

engajado no mundo e em relação ao outro. Não pode haver sofrimento sem carne [...]”. (Dejours & Molinier, 1994a, p. 140-141).

Se o sofrimento patogênico nem sempre culmina em uma patologia é graças à capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras de empregarem contra ele as *estratégias de defesa*. Se na concepção de Dejours não existe uma doença específica do trabalho, as estratégias defensivas, por sua vez, são contingentes a cada tipo de organização do trabalho, a cada situação de trabalho, a cada categoria de trabalhadores. As estratégias de defesa aparecem na Clínica do trabalho, invariavelmente, como comportamentos paradoxais: como a recusa dos trabalhadores em utilizar os equipamentos e respeitar as normas de segurança mesmo em atividades de alto risco; ou na auto-aceleração de um grupo de operários mediante o aumento das cadências na linha de produção. Mas, o que na aparência figura como irracional, ilógico ou estranho é, na realidade, um conjunto de signos característico de um coletivo de trabalhadores no sentido de resistir psiquicamente à agressão que constitui certos tipos de organização do trabalho (Dejours, 1990/2009; Dejours & Molinier 1994a)

Dejours (1990/2009c, p.128) compreende as estratégias defensivas como as operações construídas no coletivo que conduzem “à modificação, transformação e, em geral, à eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer”. As estratégias de defesa podem ser encontradas, notadamente, em situações em que a insatisfação, o risco, o sacrifício e o aborrecimento no trabalho somente se tornam suportáveis com a condição de não se falar sobre isso, de não admiti-los, não relatá-los. Assim, as estratégias de defesa assumem a forma de um compromisso coletivo com o “não dito”, uma negação imperativa da realidade mediante à impossibilidade de superar os constrangimentos irreduzíveis da organização do trabalho. Pela sua conformação na ordem do inenarrável, pela própria recusa dos trabalhadores em tomar consciência

delas – mesmo nas situações clínicas – é que Dejours situa as estratégias defensivas no plano do inconsciente, o que não contraria a sua dimensão de intencionalidade (Dejours, 1980/1992; 1990/2009c; 1995c).

Dejours esforça-se por diferenciar as estratégias defensivas dos coletivos de trabalhadores dos mecanismos de defesa descritos pela psicanálise freudiana. Mas a similitude é incontestável, como podemos ver no texto *As psiconeuroses de defesa*, de 1894:

Esses pacientes que analisei, portanto, gozaram de boa saúde mental até o momento em que houve uma ocorrência de incompatibilidade em sua vida representativa – isto é, até que seu eu se confrontou com uma **experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo**, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade de pensamento [...] A tarefa que o eu se impõe, em sua atitude defensiva, de tratar a representação incompatível como “*non-arrivé*”, simplesmente não pode ser realizada por ele. Tanto o traço mnêmico como o afeto ligado à representação lá estão de uma vez por todas e não podem ser erradicados. Mas uma realização aproximada da tarefa se dá quando o **eu transforma essa representação poderosa numa representação fraca**, retirando-lhe o afeto – a soma de excitação – do qual está carregado (Freud, 1894/1996, p. 55-56, grifo nosso).

É evidente que se tratam de experiências aflitivas totalmente diferentes as que estruturam os mecanismos de defesa do ego, na clínica psicanalítica, e as que suscitam as estratégias defensivas, na psicodinâmica do trabalho. Mas um e outro se assemelham com relação à intenção, que é afastar para longe aquilo que é fonte de sofrimento, tentar esquecê-lo, negá-lo ou tratar como um “não acontecido” que, no final das contas, não pode ser esquecido. Tal qual os mecanismos de defesa de Freud, as estratégias defensivas de Dejours também constituem a transformação de uma representação forte e dolorosa em uma representação fraca e suportável, o que implica, essencialmente, em grande gasto de energia para o psiquismo. Como esclarece Dejours (1988/2001b), enquanto os mecanismos de defesa atuam sobre a angústia intrapsíquica, as

estratégias defensivas incidem sobre o sofrimento do trabalho. Tal distinção não impede que as estratégias defensivas cumpram um “papel importante na fundação de uma metapsicologia das articulações entre a ordem singular e a ordem coletiva, dentro da qual o trabalho ocupa um lugar de mediador decisivo” (Dejours, 1996b, p. 201, *tradução livre*).

No geral, as estratégias defensivas servem aos trabalhadores para superar o medo e a ansiedade provocados pelas situações de trabalho, como também para a coesão e construção dos coletivos de trabalho. No entanto, em diversas situações, as defesas coletivas acabam se transformando em sistemas coercitivos, funcionando como uma espécie de *seleção psicológica* dos trabalhadores – protegendo aqueles que aderem e contribuem com estratégia defensiva e perseguindo ou mesmo eliminando os que se mostram reticentes. Em outros casos, a estratégia defensiva do coletivo se torna tão rígida e hipertrofiada, que passa a ser preponderantemente afirmativa, transformando-se em uma *ideologia defensiva*. É o caso da ideologia da *virilidade*, encontrada entre os trabalhadores da construção civil e do setor nuclear, situação em que os próprios operários se colocam em situações de risco e rivalidade como forma de expressar sua coragem e bravura, que nada mais é do que a negativa do medo real da morte, fortemente presente nesses ofícios (Dejours, 1980/1992; 1983; 1988/2001c; 1990/2009).

Vejamos como Dejours descreve a mutação das estratégias defensivas em ideologias defensivas e a relação com o sofrimento:

As ameaças contra a estratégia defensiva são vivamente combatidas e a estratégia corre o risco de ser promovida a objetivo. A situação subjetiva enuncia-se como se o sofrimento fosse essencialmente o resultado de um enfraquecimento da estratégia defensiva e não consequência do trabalho. O sofrimento não pode mais ser reconhecido como decorrente do trabalho. Inversamente, a estratégia de defesa que não era vista como nada além de uma defesa contra o sofrimento passa a ser vista como promessa de felicidade, e a defesa da defesa, é erigida em ideologia. **Por isso passaremos a falar em *ideologia defensiva* e não mais em estratégia coletiva de defesa, na medida em que a defesa se torna programa de ação coletiva.** Longe de

carregar em si os germes de uma organização do trabalho, menos nociva, a ideologia defensiva desemboca em *conflitos de poder*, que não resultam em nenhuma solução para a questão dos efeitos patogênicos das pressões organizacionais (Dejours, 1990/2009a, p. 130. grifo nosso).

É importante destacar que os procedimentos defensivos – seja a repressão pulsional, no plano individual, ou aqueles coletivamente construídos – se desenvolvem na direção oposta à transformação da organização do trabalho. Servem muito mais para ocultar o real do trabalho que faz sofrer, do que para superar os constrangimentos impostos ao corpo e ao psiquismo pela organização do trabalho. O estreitamento ou a dissolução das defesas só poderá acontecer quando os trabalhadores se engajarem, de forma efetiva, na transformação da organização do trabalho. Não obstante, a fórmula utilizada pela organização taylorizada é transformar esse sofrimento em suor, transformar a angústia em produtividade. Em diversas situações, os procedimentos defensivos se tornam alvo de exploração pela organização do trabalho (e seus gestores). Ao tentarem se defender, os trabalhadores acabam “condicionando” seu comportamento, não mais às necessidades do seu funcionamento mental, mas às imposições da organização do trabalho. É o que Dejours chamou de “exploração do sofrimento” (Dejours, 1980/1992).

O exemplo mais corriqueiro em que a estratégia defensiva é capturada pela organização do trabalho em favor da produtividade é *auto-aceleração*. Para minimizar a interferência no seu trabalho dos afetos, do sofrimento, da angústia, da raiva – ou mesmo para se ver livre dos devaneios e fantasias – o trabalhador se coloca a trabalhar mais rápido do que é prescrito pela organização do trabalho. Em “A loucura do trabalho”, Dejours faz referência às telefonistas parisienses, categoria amplamente estudada pela psicopatologia do trabalho francesa: maltratadas pelos clientes, sistematicamente provocadas pela supervisão, e impedidas de expressar a sua agressividade no trabalho, acabavam dirigindo essa agressividade contra si mesmo, colocando-se a trabalhar de forma frenética e insana. É nesse itinerário que o autor lança a seguinte frase de

efeito em caixa alta “O TRABALHO NÃO CAUSA SOFRIMENTO, É O SOFRIMENTO QUE PRODUZ TRABALHO” (Dejours, 1980/1992, p. 102-103; 2004a).

A auto-aceleração é, portanto, uma estratégia coletiva de defesa, na medida em que é reproduzida e compartilhada pelo conjunto dos trabalhadores que se colocam em uma situação comum de exploração, seja na linha de produção ou em uma central de serviços. É também um mecanismo de defesa individual, na medida em que sobrecarrega a via de descarga motora e represa as demais vias de descarga pulsional, com severas consequências para a economia psíquica e somática. Não obstante, a auto-aceleração coloca o trabalhador em risco de perder o contato com o real do trabalho, de empobrecer sua relação consigo mesmo e com os seus pares. O trabalhador chega ao ponto de confundir seus próprios desejos com as injunções da organização do trabalho, que lhe confiscam a liberdade de ação no trabalhar. Por fim, a auto-aceleração e a repressão pulsional reduzem o espaço necessário ao jogo da subjetividade favorecendo a exploração e a submissão dos corpos produtivos (Dejours, 1990/2009c; 1993; 2004a; 2013).

3.4 Descompensação psicossomática e economia pulsional

Os pesquisadores brasileiros fizeram um grande esforço para separar o Dejours da psicodinâmica do trabalho do Dejours psicanalista. Arriscamos afirmar que a grande maioria das pesquisas de campo desenvolvidas no Brasil, no escopo da psicodinâmica do trabalho, se esquivam, negligencia ou apenas aborda de forma contingente os fundamentos psicanalíticos presentes nessa abordagem. O próprio autor, em certa medida, também fez esse esforço durante muitos anos, separando as suas obras em publicações sobre o trabalho e publicações sobre a psicanálise e a psicossomática. Essa reconciliação, ao que nos parece, só ocorreu no ano de 2009, com a

publicação de *Travail Vivant*, onde a centralidade da sexualidade é colocada ao lado da centralidade do trabalho. Além disso, é possível verificar que ao longo do desenvolvimento da sua obra, Dejours passa a utilizar alguns conceitos sem referenciá-los explicitamente – é caso do próprio conceito de mecanismos de defesa – o que por vezes dissimula a importância da psicanálise para as elaborações teóricas do autor sobre o trabalho. Dessa forma, uma compreensão psicoeconômica do trabalho, vai a fundo na ontologia da psicodinâmica do trabalho, resgatando a importância da psicanálise na concepção dos seus princípios basilares.

Lembrando que estamos ainda transitando conceitualmente entre a década de 1980 e o início dos anos 1990. Dejours, a despeito de suas divergências teórico-metodológicas, ainda se situava no campo da psicopatologia do trabalho, perseguindo umnexo causal entre o trabalho produtivo e a doença mental. Contudo, a pesquisa no campo e um olhar psicoeconômico o conduziram às doenças do corpo:

Ocorre que as pesquisas às quais procedemos não trouxeram os resultados pretendidos: destacar a doença mental caracterizada. Ao invés disso, descobrimos nos operários especializados submetidos ao trabalho repetitivo, problemas psíquicos que conduziam menos à aparição de doenças mentais clássicas, do que uma fragilização que favoreceu a eclosão de doenças do corpo (Dejours, 1990/2009c, p. 122).

A Clínica do trabalho, ao se debruçar sobre o trabalho taylorizado, foi capaz de revelar um sofrimento não reconhecido cujo destino patológico acompanha o seguinte percurso: o trabalho repetitivo e monótono, a padronização dos modos operatórios, o controle autoritário do tempo, são fontes de insatisfação quanto ao conteúdo ergonômico do trabalho; a despersonalização na linha de produção e a falta de sentido na tarefa geram insatisfação quanto ao conteúdo simbólico do trabalho; a organização do trabalho limita a atividade motora, neutraliza a atividade mental e conduz à autorrepressão do funcionamento psíquico (desejos, fantasias, representações); a impossibilidade de descarga de energia eleva a carga psíquica a um nível extremo de tensão e o

operário experimenta o esgotamento (fadiga); tomado pelo sentimento de que a organização do trabalho não pode ser transformada, os trabalhadores colocam em jogo os mecanismos e estratégias de defesa; a falha dos procedimentos defensivos coloca o corpo e o psiquismo em situação de vulnerabilidade; a impossibilidade de descarga de energia pela via motora e pela via do psiquismo deixa como única alternativa a descarga pela via visceral, ou seja, pela via do sintoma, da doença do corpo (Dejours, 1980/1992; 1980/2009a).

Mas de que ordem e natureza são essas energias psíquicas que, ao serem retidas ou impedidas de livre circulação, provocam insatisfação, sofrimento, fadiga e até descompensação? Trata-se, precisamente, da energia pulsional. A noção de *pulsão* é introduzida por Freud como um construto metapsicológico a fim de representar o funcionamento do aparelho psíquico, isto é, uma explicação esquemática possível para um conjunto de fenômenos que não podem ser mensurados ou verificados experimentalmente. Isso não significa, no entanto, que a sua consistência teórica não tenha sido atestada pela clínica psicanalítica. Inicialmente, Freud apresenta a noção de pulsão, tentando distingui-la dos estímulos externos: um estímulo externo age sobre o psiquismo como uma força momentânea de impacto único, que pode ser neutralizada por uma reação apropriada, uma fuga motora, por exemplo; a pulsão, por sua vez, é proveniente de fontes de estímulo no interior do organismo e age como uma força *constante*, uma *necessidade* que só pode ser suprimida quando alcançar a *satisfação* (Freud, 1905/2016; 1915/2004).

Para uma abordagem psicoeconômica das descompensações no trabalho, perseguida por Dejours, o conceito de pulsão é fundamental, principalmente porque Freud (1915/2004, p. 148) o situa como: “[...] um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo”. A *fonte*

é o processo somático em um órgão ou parte do corpo do qual se origina um estímulo que será representado na vida psíquica pela pulsão. A *meta* da pulsão é sempre a satisfação, que só pode ser alcançada quando o estado de estimulação presente na fonte for suspenso. A *pressão* da pulsão é o seu fator motriz, isto é, a medida de exigência de trabalho psíquico que ela representa. O *objeto* da pulsão é aquilo em que, ou por meio de que, a pulsão pode alcançar a satisfação (Freud, 1905/2016; 1915/2004).

Vejamos a complexidade e ao mesmo tempo a importância desse conceito: em termos *corporais*, a pulsão tem suas origens em processos endossomáticos que são descritos por Freud através de reações neuronais, nervosas, glandulares, etc.; em termos *econômicos*, a pulsão constitui uma fonte de energia cujo acúmulo e a não satisfação produzem o desprazer. Portanto, o mecanismo da pulsão deve sempre funcionar no sentido da descarga de excitação e com o intuito de diminuir a tensão no aparelho psíquico; em termos *psíquicos*, a pulsão vai ser traduzida na forma de afetos e representações – seja ideia, vontade, medo, dor, desejo – que vão impelir o sujeito a praticar uma ação no sentido da sua satisfação. Em suma, a pulsão emerge de um processo somato-fisiológico, que produz um movimento energético, se traduz em um fenômeno psíquico, apresentando-se, ao final, como exigência de trabalho no sentido da ação. (Freud, 1905/2016; 1915/2004).

Por meio do conceito de pulsão, Freud alcançou o terreno enigmático da sexualidade infantil. Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a sexualidade, para Freud, não se restringe ao genital. Muito pelo contrário, a sexualidade no sentido freudiano abarca todo o movimento pulsional em suas diversas fases e formas de investimento. Freud concebeu o desenvolvimento humano a partir das fases do desenvolvimento psicosssexual, que percorrem desde a satisfação autoerótica na criança até a escolha objetal na puberdade. A compreensão da natureza

eminentemente sexual da pulsão nos leva ao conceito de *apoio da pulsão*: por apoio Freud (1905/2016) descreve o processo por meio do qual as primeiras formas de satisfação sexual da criança são alcançadas apoiando-se nas funções fisiológicas necessárias à conservação da vida. Isso ocorre, por exemplo, quando a criança percebe que a boca não lhe serve apenas para se nutrir, mas também como fonte de prazer, ao chupar os dedos, um bico ou o seio materno. Ou quando a criança percebe a satisfação que constitui o ato de defecar ou mesmo de reter as fezes. O apoio da pulsão nas funções fisiológicas é o que separa, progressivamente, o imperativo da necessidade do primado do desejo. Ou, em termos metapsicológicos, o que distingue as pulsões de autoconservação (primária, instintual) das pulsões sexuais (libidinais, secundárias).

Para Dejours, o apoio da pulsão nas funções fisiológicas do corpo é um processo de subversão. Isto porque age no sentido de canalizar parte da energia instintual para a finalidade erótica, de modo a aliviar a economia somática das cargas de seus investimentos energéticos. A *subversão libidinal*, segundo o autor, inicia-se na infância por meio das brincadeiras e dos jogos sexuais entre os pais e a criança em torno dos cuidados do corpo. É através da subversão libidinal das funções biológicas em benefício da economia pulsional que emerge o segundo corpo, o *corpo erógeno*¹⁷. Para Dejours, o segundo corpo é o terreno de toda a experiência subjetiva, é o lugar onde a vida experimenta a si mesma e se revela ao sujeito. Corpo erógeno e corpo biológico se desenvolvem, então, como duas realidades distintas, onde o primeiro vai aos poucos colonizando o segundo. O corpo erógeno não substitui o corpo biológico, apoia-se nele, ano após ano, durante

¹⁷ Ainda que Freud utilize largamente a expressão “zonas erógenas” para se referir às zonas de satisfação autoerótica ao longo do desenvolvimento psicosexual, sua abordagem parece não contemplar uma teoria do corpo que seja capaz de suplantiar o corpo fisiológico das pulsões de autoconservação. O próprio Freud (1915/2004), ao se referir às fontes pulsionais que estão no corpo, afirma: “O estudo das fontes pulsionais já não pertence à Psicologia; [...]” (p. 179). Dejours (2009/2012d) traduziu essa afirmação como uma recusa da psicanálise freudiana em desenvolver uma teoria do corpo, de modo que ele considera sua teoria do segundo corpo (corpo erógeno) como preenchimento dessa lacuna na metapsicologia freudiana. Enquanto Freud defendia que as questões do corpo estão fora do alcance da psicanálise, pertencendo, portanto, à biologia, Dejours defende que a vida psíquica e o sofrimento se desenvolvem num sujeito de carne e osso.

toda a vida. A subversão libidinal, nesse sentido, “desnaturaliza” o corpo biológico – retira-o de sua “programação” biológica – ao mesmo tempo em que lhe fornece as condições para sustentar um sujeito desejante (Dejours, 1989/1991, 1989/2019a, 2001/2003, 2008/2019e, 2009/2012c, 2010b, 2013).

A importância do processo de subversão libidinal para a economia psíquica e somática, bem como a relação entre corpo fisiológico e corpo erógeno é expressa pelo autor na metáfora do moinho:

Para dar uma imagem do impacto do apoio subversivo sobre a saúde do corpo, tomarei como comparação o trabalho realizado por um moinho d’água. Parte da energia mecânica da água que escoia num rio (que aqui desempenha o papel do fluxo instintivo)¹⁸ é desviada pelas pás do moinho. O movimento da roda produz um trabalho que pode servir para fabricar óleo a partir de nozes ou de azeitonas, ou então farinha a partir do trigo. O resultado desse *trabalho* representaria, aqui, a vida erótica, ao passo que o *moinho* representaria o aparelho psíquico. O apoio é representado, nessa metáfora, pela *roda* que gira, desvia a energia e a subverte. Reencontramos aí uma tese central da psicanálise, segundo a qual a única fonte da energia está realmente do lado dos instintos [...]. A energia libidinal (pulsão sexual) é retirada dos instintos de conservação. Apesar da construção do moinho, o rio continua a ser um rio. Ou seja, o corpo instintivo, o corpo das grandes funções fisiológicas vitais de conservação, permanece, mesmo que sofra algumas modificações. Apenas cede parte de sua energia. Podemos facilmente conceber o impacto desse desvio de energia sobre o destino do rio, e que ele seja capaz de desafogar seu leito, seus diques e a ecologia do território a jusante (que representa, nessa metáfora, o corpo fisiológico) nos períodos de cheia. Na outra extremidade, a inércia da roda de pás tampona, em certa medida, os efeitos das variações de fluxo (movimentos de cheia e vazante) sobre o aparelho psíquico e economia erótica, assim parcialmente liberta dos ritmos biológicos (Dejours, 1989/1991, p. 97-98).

¹⁸ As questões sobre a tradução do termo *Trieb* já foram debatidas em extenso. Sabe-se, na atualidade, que Freud pouquíssimas vezes utilizou o termo “instinto” em sua obra, e nenhuma delas como sinônimo de pulsão. No entanto, Dejours muitas vezes utiliza o termo instinto – até em suas publicações mais recentes – para se referir às pulsões de autoconservação, àquelas ligadas à conservação da vida, para denotar seu caráter primário, herdeiro da filogênese.

A metáfora do moinho representando o aparelho psíquico e a sua capacidade de subverter a energia vital de autoconservação em benefício do trabalho pulsional da vida erótica permitem ao autor afirmar que o bom funcionamento do apoio da pulsão e o sucesso da subversão libidinal são fundamentalmente importantes na economia do corpo erótico, oferecendo-lhe um escoadouro psíquico. De forma complementar, a clínica das investigações psicossomáticas sugere que a descompensação do funcionamento psíquico tem impacto sobre a economia pulsional do corpo erótico fomentando o aparecimento de doenças no corpo biológico. O fracasso da subversão libidinal e a perda de apoio da pulsão nas funções fisiológicas podem ser bastante perigosas para a saúde do corpo e do psiquismo (Dejours, 1995b; 1997b, 2001/2003)

No que concerne à compreensão de Dejours da doença psicossomática, é importante fazer referência à Escola Psicossomática de Paris, da qual o autor foi progressivamente se distanciando no curso do seu desenvolvimento teórico-clínico. Para Pierre Marty, maior expoente da referida escola, o sintoma somático é a expressão da falência de todas as possibilidades de representação e simbolização do sujeito. Marty acreditava na existência de uma hierarquização crescente das funções somáticas em direção às funções psíquicas em decorrência do desenvolvimento ontogenético. Nesse sentido, a “somatização” seria compreendida como uma desorganização regressiva, uma espécie de “deshierarquização” do psíquico em direção ao somático. Em contrapartida, um funcionamento satisfatório seria aquele capaz de “mentalizar” as excitações provenientes das fontes somáticas do corpo. Por tal motivo, Marty afirmava que as doenças somáticas apareciam em sujeitos inaptos à mentalização, o que ele chamou de *pensamento operatório*, caracterizado por: incapacidade de fantasiar e simbolizar, comprometimento das funções onírica e discursiva, capacidade de elaboração superficial, fixação na realidade externa e apego à materialidade dos fatos. Como se pode perceber, os psicossomatistas da Escola de Paris

referendaram uma concepção solipsistas do sintoma somático, pautada em uma causalidade psíquica indecifrável, que em certa medida lhes permitiria prever quais as estruturas caracteriais seriam propensas à descompensação (Dejours, 1995b; 1997b, 2001/2003).

Dejours começa por rejeitar a ideia de somatização: não existe *somatização* se por este termo entende-se “[...] a progressão espacial, associada a uma sucessão temporal, de uma moção passando de um estado inicial psíquico à um estado final físico” (Dejours, 1997b, p. 5). A ideia de somatização de um conflito ou angústia implica um dualismo corpo e psique do qual o autor não é signatário. Em segundo lugar, a produção de um sintoma somático não é um fenômeno singular e tampouco se explica simplesmente numa perspectiva socioeconômica. O sintoma somático é produzido na relação com o outro e endereçado ao outro, portanto dinâmico e intersubjetivo. Em terceiro lugar, não existe uma relação de equivalência entre evento psíquico e evento somático, nem mesmo é possível apontar uma causalidade psíquica para um sintoma somático. Mais importante do que a causa, é o significado do sintoma e a sua intencionalidade. Por último, o sintoma somático não é “tolo”, como afirmavam os entusiastas da Escola de Paris. A doença somática não se localiza em qualquer lugar, de forma aleatória, mas sim em zonas que foram proscritas da subversão libidinal e se constituíram como zonas de fragilidade do corpo (Dejours, 1995b; 1997, 2001/2003).

Como já enunciado, o processo de subversão libidinal e a construção do segundo corpo acontece por meio dos jogos eróticos da criança com as figuras parentais em torno dos cuidados do corpo. Face ao corpo da criança, o adulto cuidador não pode se manter estritamente nos registros higiênico e dietético, pois seu inconsciente sexual está ali mobilizado. De forma inconsciente, o adulto excita o corpo da criança com seus gestos, seus odores, o tom da sua voz, a intensidade do seu toque. A criança, por sua vez, reage com a expressividade dos movimentos do seu corpo,

convidando o adulto a permanecer naquele jogo da sedução. Frente a reação da criança e a experimentação da sua própria excitação – ainda que de forma inconsciente – o adulto reage com repulsa ao corpo infantil, invariavelmente, passando a reações de violência contra o corpo da criança. A primeira mensagem do adulto dirigida ao corpo da criança se apresenta de forma dúbia e enigmática: é uma mensagem de amor, pautada pelo cuidado; mas também uma mensagem comprometida pelo seu inconsciente sexual, sincronicamente de excitação e de repulsa. Esse proto-traduzir da criança em relação à mensagem do adulto forma zonas inabitáveis do corpo erógeno marcadas pelo impedimento aos jogos eróticos (Dejours, 1989/2019a; 2012a, 2012c).

Essa formulação teórica foi concebida por Jean Laplanche e batizada de “Teoria da sedução generalizada”. Os *acidentes da sedução* constituem um caminho encontrado por Dejours para elucidar as zonas do corpo erógeno proscritas da subversão libidinal que, segundo as investigações clínicas do autor, indicam a função vital sobre a qual deve eclodir a doença somática, fruto da descompensação psicopatológica. Para Dejours, o sintoma somático não tem uma causalidade psíquica, mas o curso dos acontecimentos psíquicos, sobretudo as crises e descompensações, convocam uma zona de fragilidade do corpo cujo impedimento pode se expressar na forma de sintoma ou doença. O custo da inscrição da sexualidade psíquica no corpo biológico foi, sem sombra de dúvidas, a sua vulnerabilidade (Dejours, 2008/2019e; 2012a, 2012c)

Dejours acredita que a doença somática se localiza na função corporal que foi preciso reprimir por não ter sido possível subverter a energia de apoio da pulsão em benefício da economia erótica. Antes do aparecimento da doença, as falhas nos processos de subversão libidinal e a perda de apoio da pulsão na função biológica, criam zonas de imobilidade corporal que são censuradas do registro da expressão afetiva endereçada ao outro. Dejours chama de *agir expressivo* essa maneira de funcionar do corpo em favor da expressividade e da intersubjetividade, que

eventualmente é mutilada pelos acidentes da sedução. O agir expressivo é a forma como o corpo se mobiliza a serviço do ato de significar, é o engajamento do eu no sentido de encenar ao outro o seu drama vivido. O agir expressivo mobiliza o corpo inteiro: os gestos, os suores, os tremores, a respiração, as vísceras, os batimentos cardíacos, não mais apenas em benefício da homeostasia do corpo, mas em função da produção de significados. Todo funcionamento mental e a vida psíquica traduzem-se em um agir expressivo. E, mais do que isso, o agir expressivo funciona como uma “válvula” para a economia psicossomática (Dejours, 1989/1991, 1989/2019a, 1997/2019b).

No que concerne à compreensão da doença somática, podemos afirmar que Dejours, no curso de sua trajetória teórico-clínica, foi integrando progressivamente à dimensão psicoeconômica uma compreensão psicodinâmica do sintoma cuja chave é o desenvolvimento psicosexual no bojo das relações parentais. O mesmo acontece na sua clínica do trabalho na medida em que vai abandonando determinadas noções causalistas e solipsistas da psicopatologia do trabalho em favor da intersubjetividade e da mediação do social na compreensão dos processos saúde-doença no trabalho. Como veremos adiante, a sexualidade e a questão do sexual, vão ganhando terreno na psicodinâmica do trabalho, como por exemplo na questão da realização da identidade (no campo erótico e no campo social do trabalho), na divisão sexual do trabalho e seus impactos sobre o psiquismo, na gênese psicosexual da violência. Com efeito, o Dejours psicanalista vai se integrando ao Dejours da Clínica do trabalho.

Não obstante, a proposição de uma dimensão psicoeconômica do trabalho ainda mantém seu valor heurístico, sobretudo quando situada nesse primeiro momento da obra do autor. Evidentemente, ela somente se sustentará em uma compreensão da totalidade em conjunto com as demais dimensões do trabalho que apresentaremos nesta tese. Por ora, cabe reiterar que o trabalho produtivo, tal qual é organizado no contexto histórico do taylorismo, arruína todas as

possibilidades de satisfação pulsional. A tarefa repetitiva, sobre controle rígido de tempo, não permite à energia pulsional ser canalizada pela via motora e muito menos pela via do psiquismo. Na linha de produção não há espaço para o saber-fazer, o agir expressivo, os desejos e as fantasias. O psiquismo foi anestesiado e o corpo permanece atado. A roda do moinho está paralisada: a cheia do curso do rio só pode anunciar o seu transbordamento. Já sabemos o transcurso do sintoma somático, sua especificidade, sua territorialização frente ao corpo erótico. Mas, ele ainda permanece um convite à interpretação.

3.5 Sublimação e saídas pulsionais satisfatórias

Como tentamos mostrar, neste primeiro momento do pensamento dejouriano, a Organização Científica do Trabalho é a grande ameaça ao funcionamento psíquico e, por conseguinte, à saúde do corpo. Por mais inconcebível que possa parecer, nem sempre são as condições de trabalho – os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos – que conduzem às afecções do corpo. Como afirma Dejours:

É provável que uma parte não negligenciável da morbidade somática observada entre os trabalhadores tenha sua origem numa organização do trabalho inadequada. As mesmas observações aplicam-se à diminuição da longevidade dos trabalhadores à medida que se desce na hierarquia socioprofissional, pois – via de regra – quanto mais se desce no status social, mais rigidamente determinada é a organização do trabalho que os trabalhadores enfrentam (Dejours, 1980/1992, p. 128).

À deterioração das condições de trabalho, principalmente para os trabalhadores da base da hierarquia social, somam-se os efeitos nefastos da Organização Científica do Trabalho. O trabalho de produção organizado sob os preceitos do taylorismo é, notoriamente, antissublimatório. Isto é, do ponto de vista psicoeconômico, o trabalho repetitivo e rigidamente organizado não pode

propiciar uma canalização adequada das energias pulsionais. Mas, em que medida o trabalho pode se tornar uma atividade sublimatória, favorável à economia erótica? Como transformar o trabalho em fonte de prazer e produtor da saúde? A atividade laboral pode ser colocada em benefício da satisfação pulsional e do equilíbrio psicossomático? É possível superar a austeridade e a rigidez da Organização Científica do Trabalho?

O conceito de sublimação é um conceito bastante difuso na metapsicologia freudiana. No ensaio "A pulsão e seus destinos", Freud (1915/2004) apresenta a sublimação como um dos quatro destinos da pulsão, ao lado do recalque, da reversão ao seu contrário e do retorno em direção ao eu. No mesmo ensaio, o autor promete um texto inteiramente dedicado à sublimação, texto que nunca veio a público. Ao que tudo indica, para Freud, a sublimação seria o destino mais nobre da pulsão sexual e condição indispensável à edificação da civilização e da cultura. A sublimação consiste em um processo psíquico por meio do qual a pulsão sexual é desviada da sua meta originária em direção a práticas socialmente valorizadas, tais como: a atividade intelectual, a cultura, as artes ou o trabalho. Para Freud, a sublimação é fundamentalmente importante: do ponto de vista individual, uma vez que oferece uma saída dessexualizada às moções pulsionais, contribuindo para a normalidade do funcionamento psíquico; e do ponto de vista social, uma vez que coloca a serviço da sociedade e da cultura quantidades de força extraordinariamente grandes, visto que a pulsão desloca sua meta sem perder a sua intensidade (Freud, 1905/2016, 1915/2004).

Em "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Freud apresenta a sublimação da seguinte forma:

Com que meios se erigem essas construções tão importantes para a cultura e normalidade posteriores da pessoa? Provavelmente, às expensas das próprias moções sexuais infantis, cujo afluxo não cessa nem mesmo durante esse período de latência, mas cuja energia — na totalidade ou em sua maior parte — é desviada do uso sexual e voltada para outros fins. Os historiadores da cultura parecem unânimes em supor que, mediante

esse desvio das forças pulsionais sexuais das metas sexuais e por sua orientação para novas metas, num processo que merece o nome de sublimação, adquirem-se poderosos componentes para todas as realizações culturais (Freud, 1905/2016, pp. 78-79).

No artigo de Amaral et al. (2017) é possível encontrar uma síntese bastante elucidativa acerca do desenvolvimento metapsicológico do conceito de sublimação em Freud: a primeira alusão ao termo sublimação aparece em uma carta endereçada a Fliess, de 1897, como uma defesa psiconeurótica em relação às reminiscências sexuais dolorosas da infância; Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), a sublimação figura mais uma vez como uma defesa contra o sexual, mas alcança o estatuto de condição primeira das grandes realizações da cultura. Nesse texto, a sublimação adquire um estatuto moral, como sinônimo de adiamento da satisfação pulsional em benefício do processo civilizatório e da normalização individual. Ainda no ensaio de 1905, a sublimação figura também como uma alternativa à sexualidade perversa e à formação reativa, qual seja, um outro mecanismo de escoamento das excitações pulsionais e seu emprego nos diversos campos da vida social. Freud afirma que, por meio da sublimação, uma disposição sexual essencialmente perigosa pode resultar em “um aumento nada insignificante da eficiência psíquica” (como citado em Amaral et al., 2017, p. 204).

Em “A moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna” (1908), Freud reafirma o caráter de renúncia sexual da sublimação por meio do domínio da pulsão pela dessexualização. A sublimação alude, novamente, ao desvio da meta sexual da pulsão para fins culturais em contraposição ao adoecimento psiconeurótico. Nessa obra, Freud aponta a sublimação como um processo posterior ao recalçamento das pulsões, uma vez que a operação do recalque seria responsável por retirar força das moções sexuais em favor das exigências sublimatórias da civilização. Em “Cinco lições de psicanálise” (1909), Freud afirma que a fonte primária da sublimação é a sexualidade infantil: a sublimação incidiria principalmente sobre as pulsões

parciais, aquelas que não conseguem se integrar à sexualidade genital, de modo que a energia dos desejos infantis não se torna inutilizável, sendo direcionada para alvos de maior valor social (Amaral et al., 2017)

No famoso ensaio “Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci” (1910) Freud refere-se à sublimação como um destino possível da pulsão de saber. No desenvolvimento psicosexual da criança, até o período de latência, a pulsão de saber está totalmente investida nas pesquisas sexuais infantis, isto é, na descoberta autoerótica, na investigação das diferenças anatômicas entre os sexos e nas investigações da criança sobre a sua própria origem. Após a operação do recalçamento, essa energia das pesquisas sexuais pode ter três destinos: o primeiro é a inibição neurótica, que mantém a curiosidade e a atividade sexual inibidas ao longo da vida adulta; o segundo é o pensamento neurótico compulsivo, no qual a satisfação sexual é subsumida pela racionalização das moções pulsionais; e o terceiro destino, ainda que não escape à repressão sexual, é a sublimação, em que a pulsão de saber pode agir livremente a serviço da produção intelectual e da atividade profissional. A sublimação aparece nesse texto não apenas como o destino mais nobre da energia psíquica, mas também o mais saudável. Não obstante, o exemplo de Leonardo da Vinci relatado por Freud mostra que essa operação do psiquismo em direção ao sublime – que é fonte de genialidade e grandes realizações – acontece às expensas do empobrecimento da vida sexual (Amaral et al., 2017).

Em “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914), Freud procura diferenciar os conceitos de *sublimação* e de *idealização* uma vez que ambos consistem em uma operação com relação ao objeto da pulsão sexual. Freud esclarece que enquanto a sublimação diz respeito ao desvio da meta e da libido objetal, a idealização diz respeito ao próprio objeto, que é engrandecido e exaltado, a exemplo das figuras parentais, em determinado momento do desenvolvimento psicosexual. A sublimação, portanto, refere-se ao registro da pulsão, ao passo que a idealização se inscreve no

registro do eu e suas relações objetais. Em “O Ego e id” (1923), Freud reafirma que a sublimação não apenas desvia a meta sexual da pulsão, mas também o seu objeto. A sublimação opera retirando a libido investida no objeto sexual pelo ego, retorna esse investimento sobre si mesmo para, em seguida, reorientá-lo para novas metas e objetos socialmente valorizados. É importante ressaltar que a libido permanece vívida no processo de sublimação, já que o caráter sexual faz parte da natureza da pulsão. O que acontece é apenas uma dessexualização em relação ao objeto (Amaral et al., 2017).

Em “O mal-estar na cultura” (1930), Freud anuncia a reorientação dos objetivos pulsionais por meio da sublimação como forma de resistir à frustração do mundo externo e intensificar a produção de prazer através do trabalho psíquico e intelectual. Nesse ensaio, Freud destaca a sublimação da pulsão sexual como uma atividade psíquica superior – significativamente importante para o desenvolvimento da cultura – o que torna possíveis as produções artística, científica e ideológica. Por outro lado, a sublimação seria um destino que foi imposto à pulsão de “forma total” pela civilização. É nesse texto também que Freud apresenta um dos raros debates em sua obra sobre a questão do trabalho: o trabalho aparece ao lado do amor como os dois pilares da vida comunitária. O poder do amor e da necessidade são os progenitores da civilização humana. O trabalho é uma atividade sublimatória, embora apareça na obra de Freud, invariavelmente, como uma abjeta obrigação humana, cujo poder de sublimação estaria restrito apenas aos ofícios mais notáveis. Todavia, destaca o autor que, por meio do trabalho, além de encontrar uma alternativa à satisfação direta da pulsão, é possível aos indivíduos empregar parcela significativa da sua energia libidinal em atividades satisfatórias às suas inclinações e interesses (Amaral et al., 2017; Freud 1930/2010).

Em Dejours, já não existe a hesitação quanto a atribuir ao trabalho um caráter fundamentalmente sublimatório e a sublimação como possibilidade de todo e qualquer trabalho. Mais do que isso, a sublimação por meio do trabalho assume uma dimensão psicoeconômica imprescindível à saúde do corpo e do psiquismo. Como veremos ao longo da tese, o conceito de sublimação no trabalho em Dejours vai se alargando, não apenas em relação à noção freudiana, mas também no transcurso do seu desenvolvimento teórico-metodológico. Para o autor, a sublimação no trabalho acontece em três níveis: por meio do encontro com o real do trabalho, que desafia a inteligência prática do trabalhador (*métis*) e produz novas habilidades no corpo; por meio do reconhecimento dos pares e da coletividade, que eleva o trabalho na escala social de valores e fomenta a conquista da identidade e a realização de si; e através do trabalho da cultura, que implica a contribuição do trabalho na edificação da sociedade e da cultura. A sublimação, para a psicodinâmica do trabalho, coloca em evidência a relação do sujeito consigo mesmo, a relação com o outro social, e a relação com a obra da cultura (Dejours, 2009/2012d; 2010b, 2013).

Diferentemente desses três níveis da sublimação que foram formulados em publicações mais recentes, o que nos referimos aqui, no primeiro momento da obra dejouriana, é o negativo da sublimação. Como demonstra o autor, a Organização Científica do Trabalho não oferece os recursos para o escoamento das excitações pulsionais e, tampouco, os meios para canalizar a pulsão para objetivos nobres e de valor social. Dejours (1980/1992, p. 134) afirma que “a priori, toda a tarefa é suscetível de servir, para alguns, de suporte num processo de sublimação”. Em contrapartida, destaca o autor que: “ao fechar o espaço da sublimação, algumas organizações de trabalho minam assim não apenas o registro simbólico, mas também, diretamente, o registro econômico, o das pulsões e concomitantemente o da vida sexual, mental e somática” (Dejours, 1988/2001b, p. 121).

Para Dejours (1988/2001b), em uma sociedade regida e organizada em torno do trabalho, a atividade laboral torna-se o único campo para a sublimação, o que confere ao trabalho um lugar privilegiado no funcionamento do psiquismo. A sublimação por meio do trabalho estabelece uma ligação entre o inconsciente e o campo social, entre o individual e o coletivo. Concomitantemente, figura como uma regulação psicoeconômica que fornece aos investimentos pulsionais uma saída dessexualizada, de modo que se pode afirmar que a pulsão sexual é o verdadeiro elemento propulsor do trabalho. O sistema Taylor torna-se uma ameaça à saúde do corpo e do psiquismo na medida em que bloqueia todas as possibilidades de sublimação em função de sua rigidez e incompatibilidade com as necessidades pulsionais dos trabalhadores. É antissublimatório na medida em que se consolida como a correia de transmissão da vontade do outro, limita as atividades de concepção, impõe um modo operatório rigidamente prescrito, cerceia a capacidade de fantasiar e impede o livre jogo do desejo. Uma organização do trabalho que limita a sublimação, só pode fazer o sujeito caminhar para um destino patológico: seja a satisfação direta da pulsão, por meio da violência no trabalho; o aparecimento de sintomas e doenças somáticas; ou ainda um superinvestimento nas estratégias defensivas tais como a virilidade e a aceleração. Em todas as três situações, as consequências da organização do trabalho sobre a economia do psiquismo extrapolam para a vida privada do trabalhador.

Dejours (1980/1992) apresenta como um “contraexemplo” à organização taylorizada, o trabalho dos pilotos de caça. Suas condições de trabalho são bastante delicadas: uma disposição ergonômica pouco confortável, em virtude das normas de segurança do posto de trabalho; variações constantes de temperatura, pressão, aceleração e luminosidade; instrumentos de navegação que exigem muito da vigilância e de suas faculdades psicossensoriais; perturbações de toda a ordem nos sentidos e nos ritmos biológicos; risco de morte e acidentes. A despeito das

condições adversas de trabalho, os pilotos de caça dispõem de uma organização do trabalho cujo objetivo é mantê-los em boa saúde – seja por questões de segurança ou mesmo por uma questão financeira, já que o custo da formação de um piloto ou de uma aeronave equivale a uma verdadeira fortuna. Nesse sentido, a organização do trabalho lhes coloca à disposição os melhores recursos de aprendizagem, de preparação operacional, de adaptação ergonômica e de construção simbólica. No ofício dos pilotos de caça o conteúdo significativo e ergonômico do trabalho está plenamente de acordo com as suas necessidades objetivas e subjetivas (Dejours, 1980/1992).

Ademais, a organização do trabalho na aviação de caça oferece aos pilotos os caminhos para canalizar suas excitações pulsionais e encontrar gratificação por meio da sublimação no trabalho. Os pilotos de caça são respeitados e reconhecidos como a elite das forças de segurança nacional. São tomados por um sentimento de orgulho e um ideal de potência que não se encontra em quase nenhum ofício. Seu trabalho lhes garante uma forte congruência entre teoria e prática, e uma sobrevalorização das capacidades humanas observada em poucas profissões. A valorização das capacidades do corpo e do psiquismo integram, de fato, as dimensões do trabalho do piloto de caça. Mesmo sob risco e sujeitos a uma hierarquia rigorosa, quando estão no ar o avião lhes pertence como uma extensão do seu próprio corpo. Nessas condições, a sublimação é quase um recurso natural, que no caso dos pilotos ainda tem um papel importante na canalização das pulsões agressivas (Dejours, 1980/1992).

O que demarca a diferença entre o negativo da sublimação, no trabalho taylorizado, e o ápice das possibilidades sublimatórias, no ofício dos pilotos de caça, é o destino do sofrimento patogênico:

Assim, o que diferencia fundamentalmente o destino do sofrimento em ambos os casos é que, entre os pilotos de caça, a defesa necessária é a sublimação, uma defesa psíquica que poupa novas rupturas à dialética do desejo-sofrimento, enquanto nas tarefas desqualificadas, as defesas contra o sofrimento: repressão pulsional,

auto-aceleração ou ideologia defensiva despojam em parte os sujeitos de seu desejo e promovem a lógica da alienação à vontade do outro (Dejours, 1988/2001c, p. 21).

Ao desvelar a lógica de funcionamento da Organização Científica do Trabalho, Dejours nos mostra a importância de pensar o trabalho também a partir do ponto de vista psicoeconômico. Ao se apresentar como uma tecnologia de submissão e disciplina dos corpos produtivos, o taylorismo alveja, em última instância, o psiquismo humano. A dimensão psicoeconômica do trabalho e o adoecimento somático evidenciam que não há cisão entre corpo e psique: a saúde do corpo depende do funcionamento livre e espontâneo do psiquismo; e a saúde psíquica só pode ocorrer por meio do exercício satisfatório das potencialidades do corpo. No trabalho taylorizado, a impossibilidade de adequar o modo operatório às necessidades do funcionamento psíquico coloca em risco a economia psicossomática, potencializando os efeitos deletérios das más condições de trabalho.

Após a longa exposição, é importante retomar os questionamentos levantados no início do tópico: o trabalho taylorizado não possibilita suficientes atividades psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, tornando-se fonte de sobrecarga psíquica que coloca o trabalhador em risco de descompensação; o componente do trabalho que se opõe à descarga de energias psíquicas é a própria Organização Científica do Trabalho, que obriga o trabalhador a aceitar a repressão pulsional e a restrição do funcionamento psíquico quase como estratégias de sobrevivência no trabalho; não há lugar para o sujeito e tampouco para o desejo no trabalho fragmentado e por peças. A divisão crescente do trabalho e a rigidez do modo operatório comprometem não apenas as possibilidades de sublimação, mas também a produção de sentido e de prazer no trabalho. Despojado do seu aparelho psíquico, não há lugar para a imaginação, os afetos, o desejo ou o prazer. Diferentemente dos pilotos de caça, o homem é que se torna um prolongamento da máquina, e não o contrário.

Embora nesse primeiro momento de suas formulações teóricas, Dejours apresente a organização do trabalho como uma realidade imutável, o próprio autor indica os caminhos para resgatar o potencial psicoeconômico do trabalho, que passam pela: “[...] diversidade do trabalho, a complexidade da tarefa, a qualificação requerida, o aperfeiçoamento permanente, a livre escolha da tarefa, o lugar ocupado pela motivação, o exercício simultâneo de todas as potencialidades físicas, psicossensoriais e intelectuais [...]” (Dejours, 1980/1992, p. 88). É necessário, portanto, reposicionar o trabalho de modo que o simples exercício da tarefa esteja na origem de um “prazer de funcionar”. O conteúdo do trabalho deve ser fonte de satisfação sublimatória e canalização das energias pulsionais, seja pela via motora, no agir expressivo do corpo, ou pela via psíquica das fantasias, afetos e desejos. A livre organização do trabalho, a liberdade de concepção e dos modos operatórios recolocam o sujeito do desejo na cena trabalho. Por conseguinte, subtraem o corpo à nocividade do trabalho inflexível permitindo-o se entregar a atividades mais adaptadas à descarga pulsional.

Capítulo 4 – O Trabalho como Experiência do Real

No ano de 1993, Dejours publicou um *Addendum* à segunda edição francesa de “*Travail, Usure Mentale*”. A publicação deste suplemento à sua obra germinal é considerado o marco de fundação da psicodinâmica do trabalho como disciplina autônoma e independente da psicopatologia do trabalho. Mais do que isso, no auge de sua altivez, o autor afirma que a psicopatologia do trabalho seria, a partir de então, um campo no interior da psicodinâmica do trabalho dedicado, especificamente, às doenças relacionadas ao trabalho. Além de definir um novo objeto, reorientar seus objetivos e corrigir determinadas lacunas teóricas, daquilo que o autor considerava apenas um “ensaio”, o *Addendum* traz uma modificação muito importante: um novo olhar sobre a organização do trabalho.

Afirma o autor que:

Este desenvolvimento da *psicopatologia do trabalho* rumo à *psicodinâmica do trabalho* está alicerçado em uma “descoberta” essencial, que é, uma vez mais, tão somente um reconhecimento da realidade das situações concretas: a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, está em contínuo movimento. Em outros termos, a estabilidade aparente dessa relação está assentada em um equilíbrio livre e aberto à evolução e às transformações, um equilíbrio *dinâmico*, em contínuo deslocamento. Quando esta dinâmica se encontra travada ou bloqueada – o que eventualmente ocorre –, a situação pode ser considerada, ao contrário do que supúnhamos inicialmente, extraordinária (Dejours, 1993/2011, p. 70).

Conforme apresentado no capítulo anterior, no primeiro momento de sua elaboração teórica, Dejours considerava a organização do trabalho como um conjunto de constrangimentos maciços, inflexíveis, inexoráveis, uma realidade mineralizada, um dado preexistente ao encontro do sujeito com o trabalho. Não por acaso que o autor apontava, naquele momento, a organização do trabalho como causa e o adoecimento como efeito, entre os quais se interpunha a economia do psiquismo e as estratégias defensivas. A partir do *Addendum*, notadamente, a organização do

trabalho passa a ser concebida como um espaço de negociação, de interpretação, de reinvenção, de margem à liberdade, à criatividade e, porque não, lugar também da trapaça, da fraude e da desobediência. É importante esclarecer que essa nova concepção acerca da organização do trabalho não é refratária à força e magnitude do taylorismo – ainda presente e igualmente nocivo à saúde dos trabalhadores – mas significou para o autor uma ruptura com as noções causalistas e mecanicistas dominantes em parte da psicopatologia do trabalho francesa.

Essa reviravolta ontológica a respeito da organização do trabalho aliada à uma incursão mais profunda na ergonomia da atividade, permitiram que Dejours finalmente apresentasse um conceito de trabalho: “trabalho é a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p. 78)¹⁹. Essa definição traz algumas referências epistemológicas e desdobramentos teóricos fundamentalmente importantes: o trabalho é uma atividade e situa-se no intervalo irreduzível entre a tarefa prescrita e o trabalho efetivo; todo trabalho é um trabalho de concepção, tornando refutável a cisão entre trabalho de concepção e trabalho de execução; o trabalho é necessariamente humano, isto é, figura exatamente onde a ordem tecnológica e maquinal se tornam insuficientes; o trabalho, naquilo que ele tem de mais significativo, não pertence à ordem do visível e, portanto, não pode ser mensurado (Dejours, 1993/2001a, 1993c; 2003/2008, 2014)

Mais do que um confronto com a tarefa, o trabalho é uma experiência do real. O real do trabalho aparece ao sujeito que trabalha sob a forma de resistência ao saber-fazer, aos conhecimentos, à experiência, à maestria, à expertise. O real do trabalho é aquilo que não se pode prever: os acidentes, as panes, o mau funcionamento, a escassez de recursos, o imprevisto, tudo que foge à prescrição ou controle. O real do trabalho sempre se expressa sob a forma de fracasso.

¹⁹ A origem dessa conceituação é atribuída a Philippe Davezies, um dos interlocutores de Dejours, no artigo "*Éléments pour une clarification des fondements épistémologiques d' une science du travail*".

Mas, se por um lado, o real do trabalho se torna fonte de sofrimento, por outro, mobiliza o sujeito como um todo para superá-lo. De tal modo que o *trabalhar* é tudo que o sujeito coloca de si – os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, sua capacidade de sentir, pensar e agir – para fazer frente ao real. E, ao transformar a matéria, ao agir sobre o mundo, transforma também a sua própria subjetividade. A experiência do real do trabalho é também a experiência do real do mundo. E é por meio da experiência do mundo que o sujeito faz a experiência de si mesmo, que transforma seu próprio eu, de maneira que trabalhar não é apenas produzir é, também, transformar a si mesmo (Dejours, 1993/2011a, 2004; Dejours & Molinier, 1994b).

Neste capítulo apresentaremos o que Dejours vem chamando de *trabalho vivo*, o trabalho que se faz por meio da experiência do real. Transitaremos entre a ergonomia da atividade, a antropologia da técnica, a fenomenologia do corpo até alcançar o conceito de trabalho vivo em Marx. Nossa análise seguirá o seguinte percurso: crítica às teorias do Fator Humano; o trabalho prescrito, o trabalho real e o real do trabalho; o fracasso, a trapaça e o sofrimento; a inteligência astuciosa e a corporeização; a atividade subjetivante e o trabalho do psiquismo; o trabalho vivo e a crítica aos fundamentos da avaliação do trabalho.

4.1 Crítica às abordagens do Fator Humano

Como é de praxe nas ciências humanas e sociais, uma teoria nasce e se afirma no confronto com outras teorias, ou no projeto da sua superação. É precisamente o que Dejours faz ao se empenhar para dar sustentação teórica à nascente Clínica do trabalho. Ao buscar estruturar suas próprias noções do que é trabalho, o que é o homem, o que é a técnica, e qual a relação entre estes,

o autor o faz, neste momento teórico, em oposição às abordagens do Fator Humano, fortemente difundidas nos estudos sobre o trabalho. A expressão *Fator Humano* é utilizada por engenheiros, projetistas, técnicos em segurança e gestores para designar os comportamentos e condutas de homens e mulheres no trabalho. Mais do que isso, transmite a ideia de que o trabalho humano pode ser concebido como mais uma variável a ser prevista e controlada. O Fator Humano no trabalho é frequentemente invocado na análise de acidentes, catástrofes, desvios, erros ou falhas atribuídas aos operadores. É também um mote para fazer referência ao fenômeno humano e às inter-relações no âmbito das organizações. Tudo que não se encaixa na lógica pragmática das engenharias e das ciências da gestão, todas as “variáveis” que escapam ao controle, todos os pontos cegos das situações de trabalho, são acomodados na categoria “fator humano” (Dejours, 1995/2005b; Sato & Oliveira, 2008).

Na obra “*Le Facteur Humain*” (1995), Dejours apresenta dois significados recorrentes da terminologia *fator humano* e seus desdobramentos teórico-metodológicos no interior das ciências do trabalho: o fator humano compreendido como *falha humana* e o fator humano compreendido como *recurso humano*. A concepção do fator humano concebido como falha humana está diretamente ligada à ergonomia dos *Human Factors* e aos pressupostos positivista e fisicalista de matriz anglo-saxônica, tendo tido forte adesão nas ciências da engenharia e nos modelos cognitivistas do trabalho. A concepção que trata o fator humano como recurso humano tem suas origens na Escola das Relações Humanas e os pressupostos que a norteiam – mais ligados às teorias da motivação, às noções de valores, atitudes, percepções – advém das ciências sociais e da psicologia social norte-americana. Sua maior presença se verifica nas ciências de gestão e na Psicologia Organizacional. Essa dicotomia pode parecer maniqueísta e, de fato, existem abordagens com mais ou menos nuances, mais ou menos críticas. Mas, no geral, quando não se

inscrevem em uma ou outra concepção, recorrem ao sincretismo entre ambas (Dejours, 1995/2005b).

Na primeira acepção do fator humano enquanto falha humana, o objetivo da ação/intervenção é a segurança. A questão chave é: quais as origens da falha humana e quais os métodos para que seja possível evitá-la? Essa abordagem do fator humano pressupõe que a situação de trabalho possa ser caracterizada integralmente e, portanto, a intervenção adequada já seria conhecida de antemão. O fator humano é ordenado em referência às noções de prescrição, regulamento, instrução e controle. Já a falha humana é passível de ser controlada a partir da formação, disciplina, vigilância e/ou sanção. Seu modelo de análise do trabalho é o da decomposição do comportamento do operador em processos, elementos, módulos ou unidades que possam ser estudadas separadamente. Também enfoca os processos cognitivos – como o raciocínio ou a tomada de decisão – como material acessório às pesquisas e práticas de concepção, almejando a substituição da ação humana por automatismos tanto quanto seja possível (Dejours, 1995/2005b).

Em um sentido mais estrito, pode-se afirmar que na abordagem dos *Human Factors* não existe trabalho humano, uma vez que toda a atividade é susceptível de ser antecipada pelas prescrições. Por suposto, existiria apenas a execução integral e milimétrica das prescrições. E tudo que a elas escapa constitui o erro ou a falha humana. O que é humano não é o trabalho, mas a falha. Como nas ciências da natureza, o trabalho seria regido por leis universais, alheias à vontade humana, que regulam fenômenos objetiváveis e a-históricos. Nesse sentido, o fator humano compreende, simplesmente, a relação do operador com a máquina e com o ambiente de trabalho. O esforço da disciplina consiste em orientar-se para uma otimização das capacidades do homem e da máquina em benefício do sistema global de produção. A noção de técnica remete às máquinas, às instalações, aos processos, aos sistemas. O homem e o posto de trabalho formam uma entidade

cujo grande problema teórico-metodológico seria as condições de eficiência desta interação (Dejours, 1995/2005b).

Na segunda abordagem do fator humano enquanto recurso humano, o objetivo da ação/intervenção é a qualidade das relações humanas no trabalho. Admite-se que a situação de trabalho não pode ser totalmente caracterizada e que, portanto, deve-se dar lugar ao imprevisível, ao desconhecido. A questão fundamental é: como mobilizar, desenvolver e gerenciar os recursos humanos mediante à diversidade de situações de trabalho. A noção de fator humano enquanto recurso humano é instituída a partir da ideia de *conduta* que, não sendo redutível ao comportamento, engloba a intencionalidade, os valores, as percepções e as estratégias de cada “ator”. Por conseguinte, a análise do fator humano se desloca para os processos afetivos, conativos e as inter-relações entre os atores em termos de: motivação, engajamento, comunicação, conflito, poder, clima, cultura, etc. (Dejours, 1995/2005b).

Ao enfatizar as relações entre as pessoas em termos de sistemas organizacionais, a abordagem do fator humano enquanto recurso humano elimina globalmente a questão do trabalho. O fator humano é determinado por um jogo de interações que é exterior ao trabalho. A dimensão do trabalho é reduzida ao mundo intersubjetivo, ou à relação entre os atores e a organização. O ambiente físico, as exigências e especificidades do posto de trabalho e a atividade de trabalho são dispensáveis. Se o modelo anterior recusava a atividade de trabalho em favor da falha, este o faz em benefício das condutas e relações humanas. Não existe aqui uma análise do trabalho, mas sim da organização das condutas humanas, como por exemplo na dualidade recorrente entre *organização formal* e *organização informal*. O conceito de organização do trabalho está atrelado às noções de empresa, organização, instituição, serviço, sem referência ao trabalho propriamente dito (Dejours, 1995/2005b).

Na concepção de fator humano enquanto recurso humano, o homem é um ser holístico-interativo cujo desenvolvimento é situado socialmente. A conduta humana diz respeito não somente à parte observável do comportamento (o ato em si), mas também à parte invisível (os impulsos, os pensamentos, os motivos, as intenções). Em termos laborais, embora a conduta humana esteja submetida a uma racionalidade, ela não é mediatizada por uma técnica. Para essa abordagem, a técnica não é determinante das condutas humanas, é meramente acessória e, portanto, objeto de outras ciências. As condutas humanas são essencialmente fatos da cultura interiorizados, não estando relacionados ao desenvolvimento da técnica. A tecnologia não concerne mais ao desenvolvimento dos objetos técnicos, mas à análise da história das condutas e habilidades humanas. Em resumo, na aceção do fator humano enquanto recurso humano, temos o homem como sujeito ou ator e a conduta humana como unidade de análise, isto é, um modelo teórico-metodológico que prescinde do trabalho e assume a relação humana como base (Dejours, 1995/2005b).

A partir do modelo triangular idealizado por François Sigaut, Dejours demonstra a insuficiência das duas concepções acerca do fator humano. A concepção do fator humano enquanto falha humana limita-se à relação entre o operador (ego) e o ambiente ou posto de trabalho (real). O pressuposto fisicalista inscreve essa concepção de fator humano em uma perspectiva pragmática cujo escopo se restringe a “analisar, resolver e racionalizar a relação homem-tarefa” (Dejours, 1995/2005b, p. 32). Já a aceção do fator humano enquanto recurso humano se sustenta a partir da relação entre sujeito (ego) e o ambiente humano (outro), deixando à margem a materialidade do trabalho. O pressuposto subjetivista que rege essa concepção do fator humano elimina das análises das condutas humanas as exigências provenientes do real do trabalho.

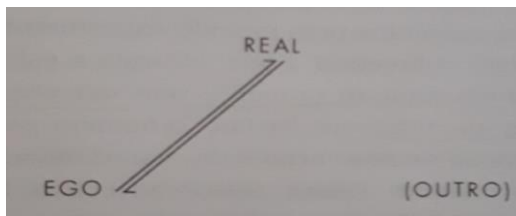


Figura 3 - O fator humano enquanto falha humana e o pressuposto fisicalista (Dejours, 1995/2005b, p. 29)

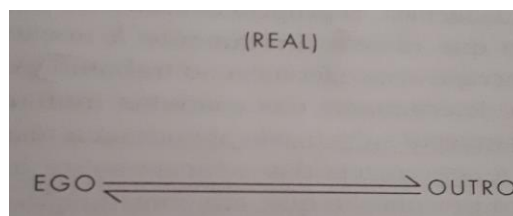


Figura 4 - O fator humano enquanto recurso humano e o pressuposto subjetivista (Dejours, 1995/2005b, p. 31).

A superação desses dois modelos, segundo Dejours (1995/2005b), passa pela construção de uma nova abordagem do trabalho capaz de integrar os três polos da análise (ego, outro, real) e reequilibrar as suas dinâmicas de inter-relação. As relações intersubjetivas entre o ego e o outro – ao mesmo tempo em que desempenham um papel organizador das condutas humanas – têm como referência um fazer, um ato, uma ação sobre o real. O julgamento sobre o outro, o conflito ou mesmo o reconhecimento do seu trabalho, também dizem respeito à relação deste com o real. Não se trata de um juízo sobre o sujeito, mas sobre o fazer. Da mesma forma, a realização de si e a constituição da identidade do sujeito não estão alheias à sua relação com outro e com o real (Dejours, 1995/2005b).

A relação entre o ego, o outro e o real também necessita ser reconstruída do ponto de vista da técnica, compreendida como “ato tradicional eficaz” (Mauss, como citado em Dejours, 1995/2005b, p. 35). O *ato técnico* consiste na materialização da relação entre o ego e o real. O ato técnico visa à transformação do mundo, mas não há transformação que não seja mediada por um instrumento, seja uma ferramenta, uma máquina ou mesmo a linguagem. O ato técnico também pressupõe o engajamento do corpo, um manejo específico do corpo de quem realiza o ato. Dessa forma, o ato técnico mediatizado que transforma o real, também retorna sob a forma de uma aprendizagem do corpo. Ainda que transforme o real do mundo e ao próprio eu, o ato não pode ser

reconhecido como técnica a não ser que seja homologado por um coletivo, um grupo social ou uma comunidade de ofício. Mesmo quando opera uma ruptura, o ato técnico só se torna inteligível e dotado de sentido quando situado em relação a uma tradição cultural de um determinado grupo. Por fim, a eficácia do ato técnico não existe em si, ela passa por um julgamento do outro com referência ao real. Nesse sentido, o ato técnico é racional, social, cultural e corporal. A noção de técnica, portanto, é capaz de amalgamar o mundo objetivo e o mundo subjetivo no trabalho (Dejours, 1995/2005).

As inter-relações entre o *ego*, o *real* e o *outro* – a partir da antropologia da técnica de Marcel Mauss e François Sigaut – foram esquematizadas por Dejours da seguinte forma:



Figura 5 - O ato tradicional eficaz (Dejours, 1995/2005b, p. 37).

Finalmente, podemos afirmar que a reconstrução teórico-metodológica proposta por Dejours em oposição à ergonomia dos *Human Factors* e às abordagens do fator humano enquanto recurso humano, caminha na direção que vai da base tecnológica ao conceito de trabalho, da noção de ato técnico ao conceito de atividade de trabalho. E os referidos pressupostos o autor irá encontrar, como veremos adiante, na ergonomia francófona, a ergonomia da atividade.

4.2 Trabalho prescrito, trabalho real e real do trabalho

Parafrazeando o geógrafo Yves Lacoste, Wisner afirmava que: “A ergonomia serviu em primeiro lugar para fazer a guerra” (Wisner, 1996/2004, p. 31). Trata-se de uma referência à

primeira utilização do termo Ergonomia, em 1947, pelos ingleses, para denominar os esforços conjuntos de engenheiros, fisiologistas e psicólogos que contribuíram com o Serviço de Defesa Nacional Britânico durante a segunda guerra mundial. Findo o conflito mundial, os ingleses ambicionavam que a experiência de cooperação – de disciplinas, a priori, incompatíveis – servisse de inspiração para a indústria e outros setores da atividade civil. Já na França, a ergonomia vai aparecer em meados dos anos 1950, como fruto do esforço de reconstrução do país no pós-guerra. Mas a sua institucionalização enquanto ciência somente irá acontecer na década seguinte. Embora “bebesse”, inicialmente, das mesmas fontes técnicas e experimentais, a ergonomia francófona se diferenciava da vertente inglesa desde seu objetivo primário: adaptar o trabalho ao Homem e não o Homem ao trabalho (Wisner, 1996/2004).

De acordo com Laville (2004), o surgimento e a especificidade da ergonomia francófona é resultado da conjugação de demandas do setor produtivo e dos trabalhadores organizados, as quais se traduzem em: uma preocupação com relação aos efeitos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores, que conduzirá à análise do posto de trabalho e, mais recentemente, à análise ergonômica do trabalho; uma preocupação com relação à eficiência do trabalho humano, que será determinante na adaptação de ferramentas, máquinas, do ambiente físico, até a transformação da organização do trabalho; uma preocupação em adaptar o trabalho ao homem, que vai desde o desenvolvimento de testes para a seleção de pessoal conforme as “habilidades individuais” até o compromisso de conhecer o trabalho em sua realidade concreta para construir métodos de seleção mais relevantes e coerentes. Conforme relata também Wisner (2004), a edificação da ergonomia francesa passa pela psicometria, antropometria, fisiologia do trabalho, biomecânica, psicologia experimental, até alcançar o debate da sociologia, antropologia, economia e psicologia (Laville, 2004; Wisner, 2004).

Nas décadas de 1970 e 1980, a ergonomia francófona é tomada por um debate muito importante, qual seja, o embate entre laboratório *versus* campo. Esse debate, vale ressaltar, foi muito mais que um debate metodológico, sendo na sua essência ontológico e epistemológico. O debate consistia, basicamente, em definir se a ergonomia permaneceria no campo das ciências aplicadas, cujos modelos e teorias são produzidos em laboratórios, de forma experimental, sendo testados *a posteriori* nas situações de trabalho. Ou, ao contrário, se partiria das situações reais de trabalho para formular suas bases teóricas e conceituais. Ainda que prevaleça, até a atualidade, uma certa confusão na ergonomia francófona entre o que é método de análise, metodologia de pesquisa e prática de intervenção, a epistemologia de campo (*bottom up*) sagrou-se predominante em relação às abordagens experimentais (*top down*). O grande exemplo disso é a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), que se tornou o método por excelência dos ergonomistas franceses para tentar apreender o trabalho na sua totalidade. É nesse sentido que Daniellou (2004, p. 182) afirma que “*Comprendre le travail pour le transformer* é o objetivo comum para todos os ergonomistas formados na escola francôfônica” (Daniellou, 2004; Falzon, 1998).

Outro princípio basilar da ergonomia francófona é a existência de um intervalo irreduzível entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho real*. Há mesmo quem afirme, como Hubault (1995, p. 79), que a ergonomia encontra sua fonte nessa “descontinuidade fundamental, fundadora” entre aquilo que é demandado ao homem (*tarefa*) e o que ele faz para realizá-la (*atividade*). A obsessão pelas prescrições é uma herança nefasta da Organização Científica do Trabalho. O projeto taylorista ambicionava à previsão total e ao controle irrestrito do *que fazer* e do *como fazer*: o trabalho na linha de montagem, parcelado, repetitivo, com ritmo determinado, figurava como uma tarefa aparentemente simples, cujos detalhes poderiam, por suposto, ser previstos e controlados. Amparava-se, nesse sentido, no modelo de um operário padrão, jovem, saudável, sem deficiência,

estável e com boas habilidades. Ao problematizar as prescrições e defender o papel central da atividade de trabalho, a ergonomia francófona constitui, antes de mais nada, a denúncia do projeto taylorista e uma perspectiva de sua superação (Daniellou, 2002; Berthet & Cru, 2003).

Daniellou, Laville e Teiger (1989) situam a tarefa da seguinte forma:

Diferentes serviços da empresa definem, previamente, uma produção, um trabalho, os meios para realizá-lo: estes são determinados a partir de regras, de normas e de avaliações empíricas. São elementos previstos e, portanto, teóricos. A um posto de trabalho, a um trabalhador, a um grupo de trabalhadores, serão designadas tarefas, isto é, o tipo, a quantidade e a qualidade da produção por unidade de tempo, e meios para realizá-las (ferramentas, máquinas, espaços...). Deste conceito teórico do trabalho e dos meios de trabalho provém o que chamamos de trabalho prescrito, isto é, a maneira como o trabalho deve ser executado: o modo de utilizar as ferramentas e as máquinas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar. (Daniellou, Laville & Teiger, 1989, p. 7).

A tarefa é uma elaboração teórica sobre o trabalho e os meios de trabalho construída a partir de bases científicas frágeis e conhecimentos empíricos parciais da realidade laboral. A tarefa não é precisamente o trabalho a ser realizado, mas o que é prescrito ao operador pela organização em termos de um resultado antecipado em condições previamente fixadas. Ao mesmo tempo em que autoriza a atividade do operador, a tarefa constrange e sobredetermina o seu trabalho. Como uma imposição da hierarquia à qual o trabalhador não pôde participar da concepção, a tarefa aparece como uma exterioridade, uma condição de subordinação à organização do trabalho. A noção de tarefa está ligada à necessidade de implementar métodos de gestão do trabalho capazes de mensurar a produtividade decorrente da interação entre os modos operatórios e as máquinas/ferramentas, eliminando os gestos indesejáveis e buscando as operações mais eficientes. Todavia, as condições fixadas pela organização do trabalho não são as condições reais da produção, e o resultado antecipado não é o resultado efetivo. O trabalho prescrito é sempre relativo

a um tempo médio socialmente necessário, a uma intensidade média da carga de trabalho, a uma qualificação média dos trabalhadores (Daniellou, Laville & Teiger, 1989; Guérin et al., 2001).

Ocorre que os manuais, os regulamentos, os procedimentos, as normas de segurança, os modos operatórios cientificamente estabelecidos, ou qualquer outra fonte de prescrição, não são capazes de prever a variabilidade das situações de trabalho e, tampouco, a diversidade das condições e dos modos de operação daqueles que estão *tête-à-tête* com a matéria, a máquina ou a ferramenta. Existe um debate interessante na ergonomia na atualidade, que caminha para um consenso de que a tarefa destinada aos operadores seria, em última instância, a atividade de projetistas e conceptores. Ainda que seja fruto de uma atividade de concepção, a tarefa não ultrapassa o estatuto de “uma descrição desencarnada do ato, abstrata e distante da realidade vivida” (Gasparo, 2015, s.p). No cotidiano laboral, trabalhadores e trabalhadoras são obrigados a lidar com imprevistos, incidentes, panes, falta de recursos, insuficiência ou mesmo incongruência das prescrições. São obrigados a desenvolver estratégias de manejo, formas de negociação e meios de adaptação para adequar o que é prescrito pela tarefa às suas capacidades físicas e psíquicas. Por vezes, são obrigados a trapacear, a burlar normas de segurança para cumprir prazos, a descumprir regras para alcançar metas, a ignorar protocolos para aliviar as cadências ou mesmo proteger a própria saúde (Gasparo, 2015).

Em ensaio denominado “Ficção e realidade do trabalho operário”, Daniellou, Laville e Teiger (1989) relatam uma pesquisa de campo realizada em uma linha de montagem de televisores. Embora cronologicamente distante, o relato parece bastante atual e ilustra o que é a atividade de trabalho, o trabalho real. A linha de produção era integralmente composta por mulheres jovens divididas em quatro tipos de postos de trabalho: inserção, controle, montagem e controle final. A tarefa, o espaço e o tempo de trabalho eram pontualmente definidos. O posicionamento e modo

operatório, da mesma forma: a operária deveria pegar um componente na primeira canaleta com a mão esquerda e inseri-lo com a mesma mão em um determinado ponto da placa, enquanto a mão direita pega um componente na segunda canaleta e o insere em outro ponto da placa e assim por diante. Mas o que acontecia, de fato:

O posto de inserção é ocupado por uma mulher jovem, o que é previsto; mas ela é baixa, o que não é previsto; e a regulagem do banco não resolve as contradições do posto: alcançar as canaletas da fileira de cima e aproximar os olhos da placa para posicionar com precisão os elementos. A ordem das canaletas é diferente daquela prescrita: durante e ao final da aprendizagem, a operária modificou diversas vezes esta ordem e a ordem de posicionamento dos elementos: ela, progressivamente, memorizou o lugar de cada elemento, escolheu pontos de referência, estabeleceu a ordem do posicionamento, de maneira a ganhar tempo (pois os incidentes são frequentes e imprevisíveis e é preciso ganhar tempo sobre as suboperações regulares para compensar o tempo perdido para repará-los) e, portanto, a ganhar espaço (pois assim ela diminui os movimentos contínuos do tórax e da cabeça, que acompanham o deslocamento da placa). O modo operatório é diferente e varia de um ciclo a outro: certos elementos são pegos por uma mão e posicionados por outra; outros são posicionados por uma mão, a outra estando à espera...pois certos elementos são mais difíceis de serem inseridos que outros (proximidade de outros elementos colocados pela operária precedente, furos malfeitos...) Suboperações suplementares são efetuadas: conserto de grampos entortados, ajuste de abertura de dois grampos, separação de diversos elementos misturados. O tempo de cada suboperação e até mesmo do ciclo inteiro varia, algumas vezes, acima dos limites impostos pelo movimento da placa; devido à ocorrência de incidentes, as suboperações demoraram mais tempo que o previsto. A esta variabilidade dos componentes da tarefa acrescenta-se a mudança do estado da operária ao longo da jornada de trabalho, do mês e dos anos de trabalho. A manutenção da postura sentada durante 8 horas é penosa: ao final do dia, a trabalhadora levanta-se e fica em pé, mas assim a precisão e a rapidez de sua atividade é menor, ela perde tempo e volta à posição sentada para remontar a linha. Existem diferenças de uma trabalhadora a outra, na execução da mesma função: a operária vizinha pode ser mais alta, ter a vista cansada devido à idade e às exigências do trabalho, ter problemas de coluna que incomodam devido ao tempo prolongado que permanece sentada (Daniellou, Laville e Teiger, 1989, p. 7-8).

A tarefa prescrita é apenas o ponto de partida da atividade de trabalho. A atividade de trabalho constitui o amálgama entre as condições dadas para a execução da tarefa e o resultado que dela se espera obter. Segundo Guérin et al. (2001), a atividade de trabalho comporta duas dimensões: uma dimensão que é *singular* e engloba as estratégias individuais para a realização da tarefa, a história de vida e a experiência profissional, o sentido dado ao trabalho, o conjunto de conhecimentos específicos, o modo particular de utilização da ferramentas, a organização do espaço e do modo operatório em função do “jeito” de trabalhar de cada um, ou seja, condições que mesmo sendo fixadas pela tarefa não deixam de ser objetos de uma gestão e apropriação individual; e uma dimensão que é *socioeconômica* e resulta da inserção do trabalho em uma organização social e econômica da produção. A atividade de trabalho é social, porque resulta na produção de bens e serviços por meio da atividade coordenada de vários operadores. É econômica, porque aspira à produção de um valor em determinadas condições de concorrência, qualidade, normatização, mercado, etc. A atividade de trabalho produz um resultado que é, ao mesmo tempo, uma obra pessoal, uma produção coletiva e um bem ou serviço reconhecido socialmente e de valor econômico (Guérin et al., 2001).

A atividade de trabalho não pode ser observada, não pode ser medida, não pode ser apreendida ou descrita de forma direta e objetiva. A atividade aparece na dinâmica de trabalho como um “enigma” a ser interpretado. Posto isso, o caminho indicado pela ergonomia da atividade é acessar a palavra dos trabalhadores e o que eles expressam a respeito da sua própria atividade de trabalho. Trata-se de uma postura de pesquisa politicamente inovadora, uma vez que parte do princípio de que os trabalhadores e trabalhadoras é que têm algo a dizer sobre o seu trabalho, e que têm a legitimidade para transformá-lo. A ergonomia da atividade retira os trabalhadores da condição de objeto de investigação/intervenção: o objeto é o trabalho, do qual os trabalhadores são

os protagonistas. Não obstante, o desafio que aparece é o déficit semiótico, a dificuldade linguageira do trabalhador em alcançar a sua própria atividade de trabalho, não se limitando a reproduzir o que lhe é prescrito ou as suas próprias representações da tarefa (Bellès, 2013; Gasparo, 2015).

O encontro da psicodinâmica do trabalho com a ergonomia da atividade ou, como seria mais justo, a constituição da psicodinâmica a partir da ergonomia como um dos seus pilares, possibilitou à Clínica do trabalho a assimilação de alguns conceitos e fundamentos indispensáveis à construção do seu edifício teórico-metodológico e, notadamente, um horizonte para a formulação do seu próprio conceito de trabalho²⁰. Como já mencionado, a primeira e talvez a única definição clara do que é o trabalho na psicodinâmica de Dejours faz referência à ergonomia da atividade: “o trabalho é a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p. 78). Ou, como afirma em um texto mais recente o autor, o trabalho “[...] se define como o que o sujeito deve acrescentar ao que foi prescrito para alcançar os objetivos que lhe foram atribuídos” (Dejours, 2003/2008, p. 39).

Para Dejours, o caminho a ser percorrido entre o trabalho prescrito e o trabalho real deve ser inventado e descoberto a cada momento pelos sujeitos que trabalham. Trabalhar, nesse sentido, é lançar mão de habilidades desenvolvidas e refinadas durante a realização da atividade de trabalho. O trabalho nunca poderá ser reduzido à mera execução dos procedimentos e prescrições, pois as situações concretas de trabalho são constantemente violadas por eventos inesperados, avarias, incidentes, panes, falhas, incoerências e todo o tipo de imprevistos que pode ter origem na

²⁰ Em diversos escritos, Dejours afirma textualmente que a elaboração do conceito de trabalho em psicodinâmica é derivada da ergonomia da atividade, como por exemplo: “A psicodinâmica do trabalho sustenta sua definição de trabalho sobre a grande descoberta da ergonomia, a saber, a irredutibilidade do intervalo entre o trabalho *prescrito* e o trabalho *efetivo*. As descrições produzidas pelos ergonomistas tornam possível distinguir a *tarefa*, que corresponde aos objetivos a serem alcançados, e a atividade, que corresponde ao que é feito concretamente pelo trabalhador para alcançá-lo” (Dejours & Gernet, 2012a, p. 76).

matéria, nas ferramentas no maquinário, como também na hierarquia organizacional e na inter-relação entre os trabalhadores. É o que Dejours chama de *real do trabalho*: o real que se faz conhecer pelo sujeito que trabalha através da sua resistência ao domínio técnico, ao conhecimento, ao saber-fazer, à maestria. O real do trabalho sempre se revela, primeiro, na forma de fracasso. A experiência do real do trabalho é, antes de mais nada, uma experiência afetiva (Dejours, 1995/2005b; 2003/2008, 2014).

4.3 Fracasso, sofrimento e transgressão

O real do trabalho resiste: ele coloca o sujeito frente a frente com os sentimentos de impotência, vergonha, irritação, desânimo, cólera e até medo. A princípio, trabalhar é fracassar, trabalhar é sofrer. O sofrimento não é apenas a consequência do trabalho rigidamente organizado sobre a saúde e a subjetividade dos trabalhadores. O sofrimento também é o que mobiliza o sujeito a buscar uma solução para superar o real do trabalho que lhe afronta. Em última análise, pode-se afirmar que o sofrimento “[...] é o modo fundamental pelo qual se constitui esse conhecimento extraordinário do real” (Dejours, 2010a, p. 51). O sofrimento é condição sem a qual não existe trabalho humano, sempre estará presente, sejam quais forem as condições em que esse trabalho é realizado. O que se pode transformar é o destino do sofrimento: transformar o sofrimento em criatividade, em solução, em recurso, decorre de uma operação simbólica que, para Dejours, é o próprio sentido do trabalho (Dejours, 1995b; 2004b; 2010a).

A relação com o trabalho é, em primeiro plano, uma relação de sofrimento que está ligada às dificuldades impostas pela tarefa prescrita. Ocorre que, de uma forma geral, é impossível executar o trabalho respeitando escrupulosamente as prescrições. Na indústria, no escritório, no

serviço público, na construção civil, o respeito rigoroso e incondicional aos procedimentos, às normas, aos regimentos e estatutos, conduziria os trabalhadores a um estado de paralisia, senão ao colapso da atividade como um todo. É o que Dejours costuma chamar de “Greve do Zelo”²¹, fazendo referência a uma estratégia comumente utilizada pelos operários do setor automobilístico que, impedidos de realizar uma greve efetiva, adotam a tática de retardar o trabalho tanto quanto possível apenas seguindo, com rigor, as prescrições. O zelo, segundo o autor, é tudo que os trabalhadores adicionam à organização prescrita do trabalho para garantir seu funcionamento, para torná-la eficaz. Sem um manejo entre aquilo que é exigido e aquilo que é necessário fazer – ainda que isso signifique violar uma norma ou regulamento – é impossível dominar o intervalo irreduzível entre a organização prescrita e a organização real do trabalho (Dejours 1993d, 1995/2005b, 2003/2008; 2004b; Dejours & Molinier, 1994a, 1994b).

É nesse sentido que Dejours afirma que trabalhar é também transgredir. O que, no geral, aparece como um paradoxo aos sujeitos que trabalham: “para bem fazer é preciso infringir” (Dejours, 2003/2008, p. 41). Trabalhar pressupõe assumir estratégias de enfrentamento ao real do trabalho que, usualmente, se afastam das prescrições estabelecidas pela organização do trabalho. Como essas prescrições quase sempre tem um caráter normativo, trabalhar bem é cometer infrações, é fraudar, trapacear, é lançar mão de artimanhas, bricolagens, astúcias da inteligência, sem as quais o trabalho simplesmente não se desenvolveria. Ainda que os termos “fraude” ou “trapaça” estejam impregnados de uma conotação pejorativa, o sentido empregado pelos trabalhadores nas investigações clínicas empreendidas pelo autor não expressam uma intenção

²¹ O termo empregado pelo autor na língua francesa é “*Grève du zèle*”, que aparece na maioria das traduções brasileiras como “operação padrão”. Optamos por manter a tradução literal uma vez que está imbuída de um sentido específico dado pelo autor. A priori, a expressão poderia ser entendida como uma greve *pelo* zelo excessivo, isto é, uma operação de retardamento das atividades pelo excesso de zelo no cumprimento das prescrições. Mas é precisamente o contrário: o zelo é assumido pelo autor como uma atividade de concepção que os operadores precisam adicionar às prescrições para que se tornem executáveis, para fazer um trabalho bem feito. Ou seja, a greve do zelo, seria a suspensão das atividades de concepção, legando o trabalho à mera execução mecânica das prescrições (Dejours & Molinier, 1994a).

deliberada de se afastar dos procedimentos e prescrições em benefício próprio, ou em prejuízo da organização. Muito pelo contrário, o que se pode demonstrar é que “ os desvios feitos em relação às regras e aos regulamentos tinham por único objetivo levar a bom termo o trabalho, nas melhores condições de eficiência e de segurança” (Dejours, 1993/2011d; 1995/2011b, p. 323). Em resumo, ainda que trapacear signifique afastar-se das regras, os trabalhadores o fazem justamente para alcançar os objetivos prescritos pela organização do trabalho e, paradoxalmente, na tentativa de realizar um trabalho seguro e bem feito.

Nas situações de trabalho ordinárias, quase sempre existe uma relação ambivalente quando se trata da trapaça: em determinadas organizações do trabalho, a trapaça pode ser referendada como senso de iniciativa, capacidade de inovação ou mesmo como o próprio *saber-fazer* operário; em outras organizações, a trapaça poderá ser tratada simplesmente como infração, transgressão, descumprimento das regras, desrespeito à hierarquia, sendo motivo de uma vigilância minuciosa ou um comando disciplinador. Mas, em ambas as situações, trapacear significa assumir riscos: riscos em relação à ordem, à disciplina, à segurança e até à legalidade. Isto porque mesmo nas situações em que a organização do trabalho é permissionária da trapaça, basta um incidente para que o “senso de iniciativa” volte-se contra o próprio trabalhador, agora acusado de desrespeitar os regulamentos e normas de segurança. É, portanto, entre o reconhecimento tácito e o risco assumido, que a transgressão inevitável se torna uma espécie de “parte secreta do trabalho”: a discrição e a clandestinidade se fazem condições necessárias para superar o real do trabalho (Dejours, 2003/2008, p. 45)

Não por acaso, as investigações clínicas em psicodinâmica do trabalho identificaram uma profunda dificuldade dos trabalhadores em falar sobre o seu trabalho. “Todos os saberes nascidos da prática do trabalho, porque são em boa parte clandestinos, são frequentemente mal transmitidos

pela linguagem. As palavras para designar descrever, caracterizar esse saber-fazer são cronicamente deficitárias” (Dejours, 2003/2008, p. 45). Além do temor recorrente dos trabalhadores em expor suas estratégias e artimanhas, a formação linguageira do trabalho é também o resultado de uma poderosa dominação simbólica, onde a descrição da atividade realizada por engenheiros, projetistas e supervisores se sobrepõem à palavra dos trabalhadores da base, daqueles que executam, de fato, o trabalho. No âmbito do setor de serviços, o embate se dá entre a descrição e a idealização do trabalho por parte dos gestores, e a realidade objetiva e subjetiva de quem trabalha. O declarado *déficit semiótico* de ofício é, na verdade, uma luta dos trabalhadores contra a dominação simbólica da hierarquia e um esforço de preservação da clandestinidade frente ao real do trabalho (Dejours, 2003/2008).

Diferentemente do estágio teórico anterior da obra dejouriana, onde a fonte do sofrimento patogênico estava na irredutibilidade da organização do trabalho – o esvaziamento do conteúdo ergonômico do trabalho, a repressão do funcionamento psicológico espontâneo, a impossibilidade de canalização das energias pulsionais –, nesse segundo momento teórico o sofrimento no trabalho é construído a partir dos seguintes registros: o hiato entre tarefa e atividade; a imprevisibilidade do real do trabalho e a experiência do fracasso; a angústia do fazer, o medo da incompetência, o risco do insucesso, o temor de ser julgado ou culpabilizado; a necessidade de transgredir para trabalhar, o caráter inevitável da infração; o segredo das práticas clandestinas no trabalho e o silenciamento da palavra. Mas o sofrimento e o fracasso que representam um risco para a saúde do sujeito, são os mesmos que irão fomentar a inteligência para dominar o real do trabalho. É por tal motivo que Dejours (2004b, p. 30) afirma que o sofrimento “constitui a própria substância do trabalhar”. (Dejours, 1993/2011d, 1995/2011b, 2004b).

4.4 Inteligência astuciosa, engenhosidade e corporeização

O trabalho é uma experiência sensível de relação com o mundo objetivo, com a matéria, os instrumentos, as ferramentas, o maquinário. E tal experiência só pode ser feita, evidentemente, por meio do corpo, dos sentidos. É por meio dos ouvidos que um bom mecânico identifica o defeito do motor. É por intermédio do tato, muitas vezes, que um médico já experimentado oferece um diagnóstico preciso ao paciente. Com frequência, basta um olhar, para que um engenheiro identifique uma pavimentação mal feita. Um bom cozinheiro sabe pelo cheiro que exala da panela que o seu prato já está no ponto perfeito de cozimento. Um professor somente se torna bom e efetivamente apto a ensinar, quando aprende o tom de voz capaz de impor respeito e demonstrar segurança aos alunos. O que se confunde quase com uma intuição é, na verdade, uma das formas de inteligência humana mais complexas desenvolvidas *para e pelo* trabalho.

Na obra “*Les ruses de l’intelligence - La mètis des Grecs*”, publicada no ano de 1974, os historiadores Marcel Detienne e Jean-Pierre Vernant resgatam fragmentos da mitologia grega que conduziram à denominação dessa inteligência, que vem da engenhosidade e da astúcia, como *métis* – o que, quase duas décadas mais tarde, viria a inspirar Dejours a adotar termo para se referir a uma certa inteligência da prática que emerge no encontro do corpo com o real do trabalho. Na mitologia grega, Métis é uma divindade feminina reconhecida pela sua inteligência prudente, pela expertise no manejo de magias e também pelo famoso dom de se metamorfosear em qualquer coisa. Como primeira esposa de Zeus, Métis foi também responsável pela sua supremacia, precavendo-o dos perigos do mundo e das artimanhas do inimigo. Seu destino, como era de se esperar, foi trágico: enganada por Zeus, transformou-se em uma gota d’água e foi engolida por ele. O poderoso Zeus percebeu que não lhe bastaria a força para conter a fúria dos opositores e manter

a sua soberania, seria preciso também incorporar a inteligência e a astúcia de Méti. Se Zeus se tornou o deus dos deuses, se superou todas as outras divindades, foi porque se transformou no deus da *méti* (Detienne & Vernant, 1974/1991).

Para além da tragédia de Méti, a deusa, a cultura helênica foi profundamente atravessada pelo ideal da *méti*, que era apresentado como um atributo de diversos personagens da mitologia e da literatura grega. A deusa Atena, herdeira de Méti e Zeus, era também dotada da *méti*, sendo reconhecida como ardilosa nas artes da guerra e das navegações. O grande Ulisses, da *Odisséia*, era também agraciado pela *méti*, sendo descrito como esperto e, por vezes, mentiroso, quando lhe era conveniente “manobrar” o conhecimento da verdade para alcançar os fins desejados. Na *Iliada* – outra famosa epopeia grega – o jovem e modesto Antíloco consegue superar o experiente e bem nascido Menelau em uma corrida de carroças graça à *méti*: enquanto Menelau se gabava por ter um equipamento mais potente, Antíloco utilizou-se da expertise do pai, que lhe forneceu o itinerário exato da corrida e todos os pontos onde poderia levar vantagem. Em todos os episódios, o recurso à *méti* se contrapõe ao emprego da força. Nesse sentido, o ideal da *méti* grega implica: mobilizar a astúcia (*dólos*), aproveitar as vantagens (*kérdos*) e escolher o momento oportuno (*kairós*) para dominar o extraordinário (Detienne & Vernant, 1978/1991).

Nas palavras de Detienne e Vernant :

Não há dúvidas que a *méti* é um tipo de inteligência e de pensamento, um modo de conhecer; ela implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais e comportamentos intelectuais que combinam faro, sagacidade, antecipação, sutileza de espírito, malícia, desenvoltura, vigilância, oportunismo, habilidades variadas, e a experiência adquirida ao longo dos anos. Ela se aplica a situações transitórias, instáveis, desconcertantes e ambíguas, situações que não se prestam à medida precisa, ao cálculo exato ou à lógica rigorosa (Detienne & Vernant, 1974/1991, p. 3-4).

A *métis* se diferencia das formas tradicionais de inteligência presentes na cultura grega clássica, marcada pelo pensamento racional (*nous*) cujo produto é a razão discursiva (*lógos*). A *métis* é da ordem dos sentidos, da intuição, da percepção e perspicácia: quando não é possível superar o imprevisto por meio da lógica ou da racionalidade, faz-se necessário, por vezes, recorrer à artimanha, à trapaça. Pela sua ética duvidosa, pelo recurso ao menor esforço, a *métis* foi condenada por alguns filósofos, como Platão, que apontava-lhe como incompatível com a virtuosidade humana. A *métis* é também atributo dos animais, como demonstram Detienne e Vernant (1974/1991): como no caso da raposa, que é capaz de fingir-se de morta para caçar ou do polvo com seus polimorfismos em prol da sobrevivência. É também qualidade dos homens que se dedicam ao trabalho político na *polis*. Da mitologia ao reino animal, da política à literatura, do folclore à sabedoria popular, a *métis* se faz presente (Detienne & Vernant, 1948/1991).

Como já indicado em Detienne e Vernant, a *métis* é também atributo do trabalho humano, sobretudo quando a técnica se mostra insuficiente. É o que nos interessa, em particular, para compreender a utilização do conceito da *métis* na Clínica do trabalho. Para Dejours (1993/2011d, p. 382), a *métis* constitui uma espécie de “face oculta do trabalho”. Uma inteligência da ação, produto do hiato entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Contrariando parte significativa das abordagens cognitivistas, afirma o autor que “[...] é o trabalho que produz a inteligência e não a inteligência que produz o trabalho” (*idem*). Pelo recurso à inteligência astuciosa (*métis*) os trabalhadores são capazes de evitar acidentes, aperfeiçoar processos, inventar soluções, mitigar esforços e, sobretudo, imprimir o seu *modus operandi* na organização do trabalho. Esses saberes tácitos não lhe foram ensinados na formação nem tampouco repassados pela hierarquia. Antes de mais nada, são saberes que perpassam à construção dos coletivos e as práticas languageiras do

trabalho. Como para os animais, a *métis* é quase uma necessidade de sobrevivência de ofício. (Dejours, 1993b 1993/2011d).

De acordo com Dejours, a inteligência astuciosa no trabalho possui algumas características que indicam a sua natureza metapsicológica: é um tipo de inteligência enraizada no corpo cujo ponto de partida é a desestabilização do corpo por meio dos sentidos ou da percepção; é uma inteligência da prática e não da racionalidade, onde a experiência da ação precede qualquer saber sistematizado sobre ela, e onde os resultados efetivos são mais importantes do que os caminhos utilizados para alcançá-los; na medida em que viabiliza a superação de um obstáculo colocado pelo real e, frequentemente, por meios não convencionais, a *métis* implica em um poder de criação e uma dimensão de subversão; ao contrário do que pressupõe o senso comum, a *métis* está presente em todas as atividades de trabalho, inclusive nas atividades eminentemente intelectuais e teóricas; a *métis* têm uma importante função psicoeconômica, isto é, sua origem encontra-se na dinâmica pulsional e a sua potência de investimento é fator de saúde para homens e mulheres no trabalho (Dejours, 1993b, 1993c, 1993/2011d, 2003/2008).

Duas investigações clínicas apresentadas por Dejours ilustram, com precisão, as características da inteligência astuciosa no trabalho. Em uma indústria petroquímica, os operadores da sala de controle possuíam o hábito, aparentemente trivial, de jogar *Scrabble* – um jogo de palavras cruzadas para até quatro participantes – enquanto o painel de controle operava no modo automático. A jogatina, que era objeto de constrangimento, por parte dos operadores, e de vigilância, por parte da supervisão, mostrou-se, no curso da pesquisa, essencial ao sucesso do trabalho e à saúde dos trabalhadores. O *Scrabble* é um jogo que exige silêncio e reflexão, onde cada jogada é fruto de um pensamento minucioso. Enquanto jogam – mesmo quando estão totalmente absorvidos pelo jogo –, eles “auscultam” todo o processo de trabalho. Sua atenção está

presa no jogo, mas o corpo, como um todo, torna-se ainda mais suscetível aos barulhos e às vibrações do painel de controle, que os operadores já conhecem de cor. Ao mesmo tempo em que o jogo clandestino torna o trabalho dos operários mais preciso e eficiente, também lhes oferece a oportunidade de escapar do tédio e diminuir a carga psíquica do trabalho, se tornando fonte de saúde (Dejours, 1993b, 1993/2011d, 2003/2008).

Outro exemplo de engenhosidade apresentado pelo autor é o das assistentes educacionais das creches e pré-escolas. Após o almoço oferecido na escola, cabia às assistentes vigiar o sono das crianças, uma medida de segurança dedicada a prevenir incidentes como sufocamentos, regurgitos, pausas respiratórias prolongadas, etc. As assistentes relatavam um intenso sofrimento quanto a esta tarefa: era a vida de crianças muito pequenas que estavam em suas mãos. Outro temor constante das assistentes era o de se entregar ao sono e expor ainda mais as crianças ao risco. A artimanha desenvolvida por essas mulheres e revelada pela Clínica do trabalho foi o tricô. Ao tomarem um novelo de lã e agulha para tricotar, as assistentes evitavam o sono e se colocavam em um estado de escuta mais flutuante – diferente da vigilância constante que lhes causava medo e angústia – de modo qualquer variação respiratória das crianças era percebida (Dejours, 2009/2012d). Como reitera Dejours, (1993/2011d, p. 389) na psicodinâmica do trabalho existe um princípio que rege as investigações clínicas: “toda conduta, mesmo quando parece absurda ou uma aberração, tem sempre um sentido e uma razão de ser”.

Como se pode depreender dos exemplos apresentados, a superação dos desafios colocados pelo real do trabalho passa, necessariamente, pela experiência do corpo. Desde a experimentação do real até o alcance de uma solução astuciosa, é sempre o corpo que aparece como alvo das investidas ou gênese da decifração do real. É como se para resolver um problema do trabalho fosse necessário, primeiramente, se apropriar da matéria, dos recursos, das ferramentas, do maquinário,

da essência material da atividade naquilo que ela afeta diretamente o corpo. As condições pelas quais o mundo laboral pode ser apropriado pelo sujeito – como experiência subjetiva e afetiva, e não apenas como representação cognitiva – é o que Dejours vem chamando de “corpopriação” (Dejours, 2004b, 2009/2012d, 2012c, 2013, 2017b).

O conceito de *corpopriação* na psicodinâmica do trabalho²² é proveniente da Fenomenologia do Corpo, de Michel Henry, que por sua vez se inspirou na filosofia de Maine de Biran. Ainda no século XVIII, Maine de Biran foi precursor, no interior da filosofia, ao demarcar a questão do corpo como fundamental à compreensão do fenômeno humano. Ao propor uma teoria do corpo pensante, em que a gênese da consciência se encontra no corpo, Biran revela o *corpo subjetivo*, estabelecendo dessa forma uma ontologia da subjetividade que passa, necessariamente, pelo corpo. A chamada Filosofia dos Princípios, de Maine de Biran, está em busca da origem das faculdades intelectuais humanas. Não exatamente investigando a utilização de tais atributos, mas sim o que está no princípio da ideação e do pensamento. Sua proposição é que o que constitui o sujeito como sujeito pensante é o corpo, e por meio do corpo irrompe o Eu (Dejours, 2009/2012d).

A constituição do Eu por meio do corpo, segundo Biran, tem como ponto de partida um esforço originário do sujeito que encontra resistências no mundo exterior e no próprio corpo, forjando uma *apercepção imediata de si*, que é o fato primitivo da experiência de individualidade. A resistência orgânica é a resistência que advém do próprio corpo, dos músculos, das articulações, da inércia, dos limites do próprio corpo. A resistência externa é a resistência de um objeto do mundo material que se opõe ao movimento voluntário do corpo. A resistência intensifica o esforço

²² Uma teoria do corpo para a sua Clínica do trabalho parece um anseio longínquo de Dejours, ainda que isso lhe custe certa maleabilidade epistemológica. Quando se mostrou improvável encontrar uma teoria do corpo em Freud, Dejours vai recorrer à fenomenologia buscando em seguida uma interlocução com a psicanálise de Laplanche. Se referindo à psicanálise freudiana, o autor afirma: “Há uma biologia do corpo, mas não há uma metapsicologia do corpo elaborada por Freud. O corpo pertence ao fisiologista e o psicanalista não tem competência na investigação ou no conhecimento do corpo” (2009a/2012, p. 75).

motriz e provoca a tomada de consciência da origem subjetiva da vontade que produziu o esforço do sujeito (Dejours, 2009/2012d).

Como explicita Dejours, a respeito da Filosofia dos Princípios de Biran:

O esforço é assim um querer, por causa da resistência que se opõe ao movimento voluntário, e também é esse esforço que leva o corpo a se revelar para si, a tornar-se presente para si próprio. O esforço é ainda uma forma de sentir, de se sentir a si próprio. É o meio pelo qual o sujeito se revela a si mesmo. É, portanto, um “esforço sensível”, que está no princípio do “sentido íntimo” de si, o que leva o sujeito a se descobrir a si próprio: o esforço é a forma pela qual a “apercepção imediata” de si próprio torna-se possível. A apercepção é um “sentir-se a si próprio pelo qual o Eu advém” (Dejours, 2009/2012d, p. 78).

Por meio do esforço primitivo nasce, a partir do corpo orgânico, um corpo sensível. Os movimentos do corpo, antes meramente instintivos ou passivos, passam agora a ser dotados de uma intencionalidade subjetiva. Como a criança recém-nascida da qual os gritos, inicialmente de interjeição, vão se transformando, pouco a pouco, em expressões de alegria ou protesto. Maine de Biran proclama o *segundo nascimento*, o nascimento do Eu no corpo. É também a partir do esforço do movimento que surge a *protoideação*: ao gritar propositadamente, a criança experimenta o esforço das suas cordas vocais, escuta a si própria, percebe os efeitos da sua atividade voluntária sobre o outro, sobre o mundo. A simples ação de articular um som, de forma voluntária, produz uma reflexão, tanto em termos intelectuais quanto corporais. A reflexão conduz à atividade de pensamento, de modo que pensar é sempre pensar a partir do corpo. “O pensamento, segundo Maine de Biran, é pensamento cujo desenvolvimento passa pelo corpo e implica o corpo” (Dejours, 2009/2012d, p. 81).

Em “*Filosofia e fenomenologia do corpo: ensaio sobre a ontologia biraniana*”, de 1975, Michel Henry ressalta a importância das contribuições de Maine de Biran na superação do

dualismo cartesiano – que pressupõe a separação entre corpo e espírito – e do monismo ontológico, que circunscreve à consciência a única forma de conhecer o mundo. O monismo ontológico e o dualismo cartesiano estão na base da racionalidade científica moderna que, além de rejeitar tudo o que diz respeito à esfera da subjetividade, por vezes conduziu os homens à barbárie em nome da Ciência. Michel Henry, inspirado no pensamento de Maine Biran, defende a ressignificação do corpo no sentido de elevar a reflexão filosófica até o alcance do corpo subjetivo, do ser corporal. Henry argumenta que o monismo ontológico prevalente na cultura ocidental sustenta um ideal de exterioridade em relação ao corpo: “eu tenho um corpo”. Ao passo que a sua fenomenologia do corpo de orientação bironiana almeja um ideal que parte da interioridade em direção à exterioridade: “eu sou meu corpo” (Henry, 2012, p. 75).

Para Michel Henry (2012), o ser humano se define pela sua condição material e corporal contingente. A indissociabilidade entre corpo e subjetividade (eu) é a sua unidade primordial de análise. O corpo não é pensado como máquina, objeto ou coisa. O corpo é um corpo sensível, um corpo afetivo, das sensações, dos sentimentos, do desejo, do movimento, do esforço, da memória. O corpo não está a serviço de um ego soberano e racional, ele é o ego. O corpo é o verdadeiro fundamento da nossa individualidade. A fenomenalidade do corpo em vida interfere na forma como o corpo se revela e na forma como o habitamos. Para a fenomenologia do corpo de Henry, não há distinção entre interioridade e exterioridade: o corpo que se vê no espelho, que é tocado por outro, que pode ser representado, é o mesmo corpo que enxerga, que sente o toque, que é matriz da subjetividade. O termo *corpopropriação*, nesse sentido, refere-se ao corpo próprio que, por meio de uma relação afetiva e sensível com o mundo, o transforma ao mesmo tempo em que se apropria dele, transformando a si mesmo. A corpopropriação consiste na apropriação e no domínio dos poderes do corpo por meio dos quais o Eu se constitui e faz o exercício de si (Dejours, 2013; Henry, 2012).

A Clínica psicodinâmica do trabalho recorre à filosofia dos princípios de Biran e à fenomenologia do corpo de Henry no sentido de sustentar uma teoria do corpo duplicado que, em última instância, convoca uma reconciliação entre o corpo biológico e o psiquismo. Conforme apresentado no capítulo anterior, Dejours pressupõe o nascimento de um segundo corpo, o corpo erótico, a partir do apoio da pulsão no corpo biológico. A forma como o corpo biológico é apropriado pelo sujeito, transformando-se em corpo erótico, é o que fornece ao corpo o estatuto de terreno de toda a experiência subjetiva, lugar onde a vida experimenta a si, revela-se a si mesma. O corpo, na Clínica do trabalho, está comprometido com um agir sobre o mundo que repousa, precisamente, sobre os saberes elementares advindos do próprio corpo. Para trabalhar é preciso conhecer, é preciso dominar a matéria, mas só se conhece a matéria trabalhando, se apropriando da matéria por meio do corpo. A inteligência da corporeidade é tão válida para o analista como para o marceneiro, o músico, o piloto ou o responsável de uma central nuclear. O trabalho, portanto, oferece uma via substancial de acesso e incremento da subjetividade (Dejours, 2009/2012d; 2012c, 2013).

4.5 Atividade subjetivante e trabalho do psiquismo

A relação entre trabalho e subjetividade está no centro de toda a psicologia do trabalho, não obstante o caráter genérico do conceito de subjetividade na psicologia. A mediação entre trabalho e subjetividade também está no centro gravitacional das abordagens clínicas do trabalho, ora como objeto, objetivo, ponto de partida ou de chegada. Na clínica psicodinâmica do trabalho, o caminho trilhado por Dejours para apreender a relação entre trabalho e subjetividade vai das resistências do real até a transformação de si mesmo por meio do trabalho. O trabalho como atividade, afirma Dejours (1995/2011b, p. 305), é um “Janus bifronte”: pressupõe a aplicação de

uma técnica instrumentalizada mediante uma demanda do real do trabalho e, ao mesmo, a transformação do sujeito no registro subjetivo-pático através da experiência do corpo no trabalho. Para a psicodinâmica do trabalho, portanto, as duas interrogações são válidas e interdependentes: o que deve a subjetividade ao trabalho e o que deve o trabalho à subjetividade?

Em ensaio denominado *Subjetividade, Trabalho e Ação*, Dejours afirma:

A psicodinâmica do trabalho defende a hipótese segundo a qual o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo. O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. **Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma.** Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar (Dejours, 2004b, p. 30, grifo nosso)

O sofrimento é o ponto de partida a partir do qual se busca compreender a relação entre subjetividade e trabalho na psicodinâmica de Dejours. Conforme já indicado, o sofrimento não é apenas a consequência da relação do sujeito com o real do trabalho, mas, sobretudo, uma potência no sentido de superar as resistências do real. Ao experimentar o real do trabalho na forma de fracasso, o sofrimento se apresenta, ao mesmo tempo, como impressão subjetiva do mundo e como origem do movimento de reconquista do real. O sofrimento, como afeto predominante e absoluto na relação do sujeito com o real do trabalho, está na gênese da transformação da subjetividade, a qual tem como efeito o desenvolvimento das habilidades e da engenhosidade no trabalho. O sofrimento convoca o corpo, está encarnado no corpo. E a subjetividade somente se experimenta na singularidade irreduzível de um corpo particular, de uma corporeidade única. Em síntese, a relação entre subjetividade e trabalho na psicodinâmica do trabalho perpassa, de um lado, o trabalho como atividade subjetivante e, de outro, o trabalho do psiquismo que rearranja a arquitetura subjetiva em favor do trabalho (Dejours, 2004b, 2009/2012d; Ganem et al., 2008).

Dejours vem utilizando o conceito de *atividade subjetivante* para se referir ao processo de subjetivação da matéria e dos objetos técnicos por meio da experiência sensível e prolongada do corpo com a tarefa o que, por sua vez, produz novos saberes e habilidades no sujeito que trabalha (Dejours, 1993/2011d, 2004b, 2009/2012d, Ganem et al., 2008). O conceito de trabalho como atividade subjetivante é desenvolvido pelos alemães Fritz Böhle e Brigitte Milkau²³ em oposição à concepção de trabalho como atividade racional e instrumentalizada, presente em algumas correntes das ciências sociais, na medicina do trabalho, na fisiologia do trabalho, na ergonomia dos *Human Factors* e, principalmente, nas abordagens cognitivistas. O trabalho como atividade objetivante – segundo os critérios de racionalidade hegemônicos – pauta-se pelos conhecimentos teórico e científico que constituem as bases e a estrutura de uma atividade organizada através de regras universalmente reconhecidas e generalizáveis. A análise e avaliação do trabalho enquanto atividade objetivante é marcada pelos elementos concretos e formais. Como a atividade é objetiva – atividade unilateral do sujeito sobre o meio – conserva uma relação de exterioridade e distanciamento entre sujeito e objeto. Para esse tipo de atividade, todo e qualquer conhecimento intuitivo, toda a percepção advinda do corpo e dos sentidos é dispensável, quando não indesejável (Böhle & Milkau, 1998, p. 13-16).

Se, na perspectiva da atividade objetivante a percepção dos sentidos constitui fonte de constrangimento teórico, sendo relegada, quando muito, à condição de “meios que transmitem ao cérebro as informações sobre a natureza e o meio ambiente” (p. 13), na atividade subjetivante é precisamente o contrário. A percepção sensível é a forma de “tomar a matéria através do corpo”. A atividade subjetivante estabelece uma relação de sincronicidade e indissociabilidade entre o

²³ Na obra “*De la manivelle à l'écran: L'évolution de l'expérience sensible des ouvriers lors des changements technologiques*” publicada originalmente na Alemanha no ano de 1991 e traduzida para o francês em 1998, ainda sem tradução para língua portuguesa. Em tradução livre seria algo como “Da manivela à tela: A evolução da experiência sensível dos operários no curso das transformações tecnológicas”.

sujeito e o contexto concreto da ação. O sujeito percebe o ambiente não mais como objeto estranho, exterior, mas como parte de si mesmo, como um prolongamento de si. Da mesma forma, no trabalho, a atividade subjetivante transforma a ferramenta ou a matéria em uma extensão do corpo do sujeito, um amálgama entre sujeito e objeto de trabalho. A cada processo de percepção sensível no trabalho é associado um pensar, um sentir no corpo, compreendidos agora em suas relações de reciprocidade. A atividade subjetivante do sujeito constitui uma totalidade intercambiante com o ambiente, onde o ambiente é humanizado por meio da ação e também percebido como sujeito: existe uma correspondência entre atividade e passividade, ação e reação. O intercâmbio do sujeito com o ambiente é, ao mesmo tempo, uma troca do sujeito consigo mesmo. Desta forma, para Böhle e Milkau (1998), o desenvolvimento de novas habilidades e inteligências por meio do trabalho não é o resultado de um saber teórico adquirido, de um investimento cognitivo, é, antes, o fruto de uma experiência sensível complexa apoiada em um intercâmbio ativo com o ambiente (Böhle & Milkau, 1998).

Mas de que maneira essa corpopropriação do mundo pela atividade subjetivante desdobra-se em novas habilidades e engenhosidade do corpo no trabalho? Para Dejours, o trabalho ordinário de produção – agora denominado *poiésis* – somente alcança o máximo de suas potencialidades por meio de um segundo trabalho da subjetividade sobre ela mesmo. A este trabalho de “si sobre si”, Dejours vai qualificar como um trabalho do psiquismo, recorrendo ao termo *Arbeit* conforme as suas diversas acepções no léxico freudiano, tais como: trabalho do sonho (*Traumarbeit*), trabalho do luto (*Trauerarbeit*), trabalho do recalçamento (*Verdrängungsarbeit*), trabalho de condensação (*Verdichtungsarbeit*), esforço de trabalho (*Erinnerungsarbeit*), trabalho de interpretação (*Therapeutischearbeit*), trabalho da cultura (*Kulturarbeit*), trabalho de perlaboração (*Durcharbeit*), dentre outras. Se a pulsão aparece como exigência de trabalho do corpo ao

psiquismo, o trabalho de produção (*poiésis*), graças à resistência do real, emerge como exigência de trabalho (*Arbeit*) imposta à subjetividade pela sua relação com o corpo (Dejours, 2009/2012d, 2012c, p. 366, 2013, 2016).

Conforme explicita o autor:

No fundo, cada nova configuração do real encontrado no trabalho exige o desenvolvimento de novas aptidões, de que o trabalhador não dispunha até então. Desta forma, o trabalho entendido como trabalho de produção – *poiésis* –, para ser de qualidade, convoca a subjetividade ao nível das camadas mais íntimas, a saber, no corpo, lugar da experiência subjetiva. **Cada aptidão é de facto o resultado de uma elaboração da experiência subjetiva do corpo confrontado com o real.** No fundo, é o corpo que confere à inteligência o seu gênio; por exemplo, o poder fazer funcionar a regressão formal ao serviço de uma procura intuitiva de soluções. Assim, o trabalho de produção – *poiésis* – é transformado graças à persistência, exigindo um outro trabalho – *Arbeitsanforderung* – que se impõe ao psiquismo através da sua relação com o corpo, desde que a experiência da resistência do real seja em primeiro lugar feita no corpo (Dejours, 2013, p. 14, grifo nosso).

Para Dejours, o trabalho de produção (*poiésis*) e o trabalho do psiquismo (*Arbeit*) são complementares, se sobrepõem, ou melhor, um é prolongamento do outro. Se, por um lado, a apropriação da experiência do corpo no trabalho ordinário é acompanhada de uma ampliação da subjetividade, por outro, o trabalho do psiquismo sobre ele mesmo vai fornecer as bases para a aquisição de novas habilidades, a encarnação de novas técnicas, a produção de um conhecimento renovado sobre o mundo e de um saber-fazer singular a ser empregado no trabalho. Dentre as variadas formas de trabalho do psiquismo, a psicodinâmica do trabalho vai enfatizar o *trabalho do sonho* como fiel depositário do remanejamento na arquitetura subjetiva *pelo* trabalho e *para o* trabalho. Assim como Freud soube reconhecer a importância do trabalho do sonho na tradução e elaboração dos conteúdos em estado de latência, Dejours destaca a importância da perlaboração pelo sonho como um mecanismo capaz de prover a superação dos fracassos e a sedimentação das habilidades requeridas no cotidiano de trabalho (Dejours, 2009/2012d, 2013).

Ilustra o autor que:

Ademais, ocorre mesmo que, devido ao insucesso dos resultados, eu não consiga dormir. Tenho insônias, sonho, são pesadelos sobre meu trabalho. **Pois bem, isso também é parte integrante do trabalho!** É impossível demonstrar que é necessário sonhar com o seu trabalho para tornar-se hábil, adquirir destreza. Incorporar a matéria do seu trabalho, isso implica ser por ele tomado até mesmo em sonho. E é graças a todo este trabalho interno que se obtém esta familiaridade com a tarefa. O trabalho do sonho é a parte interna do remanejamento da personalidade que impõem os constrangimentos e o real do trabalho àquele que apresenta esta qualidade: a obstinação em prosseguir ante o insucesso. Encontrar soluções, inventar novos caminhos, isso passa por uma transformação de si, profunda. O trabalho não cessa no ateliê, na fábrica ou no hospital. Ele coloniza toda a subjetividade (Dejours, 2009/2012d, pp. 50-51).

É a partir desse itinerário que Dejours (2010a, p. 51) vai sustentar a célebre afirmação “trabalhar nunca é somente produzir, é também transformar a si próprio”. O trabalho do psiquismo (*Arbeit*) mobilizado pelo trabalho de produção (*poiesis*) ocasiona o remanejamento do corpo erógeno permitindo ao sujeito reconquistar as zonas do corpo proscritas da subversão libidinal. Além disso, ao desenvolver estratégias para superar o real do trabalho e empregar a sua inteligência astuciosa, o sujeito encontra também uma fonte de prazer e uma via sublimatória. Desta forma, o trabalho produtivo (*poiesis*) é o ponto de partida e o ponto de chegada de uma promessa de ampliação da subjetividade e realização de si mesmo que, evidentemente, só acontece na medida em que a organização do trabalho forneça as condições sociais e políticas para tal.

4.6 A avaliação (im)possível do trabalho

Como se pode depreender até aqui, aquilo que se produz nas fábricas, nas oficinas, nos ateliês, nos consultórios ou laboratórios, é muito mais do que um produto ou serviço a ser vendido e comprado. É o resultado de um trabalho complexo que envolve do corpo ao psiquismo, do saber-

fazer à subjetividade, da experiência do fracasso à engenhosidade. O trabalho é gerador de sofrimento, mas também de prazer e reconhecimento. É atividade sublimatória vital à economia do psiquismo e também atividade subjetivante que cria novos saberes e habilidades. É trabalho de produção, mas também, e sobretudo, trabalho psíquico. E, como veremos nos capítulos subsequentes, é o trabalho um mediador fundamental na conquista da identidade e o principal organizador da vida em sociedade. Se o trabalho é toda essa atividade complexa e pluridimensional, por qual razão os processos de avaliação utilizados pelas empresas e instituições públicas insistem em avaliar apenas o resultado do trabalho?

Para Dejours (2003/2008), aquilo que se vê, o produto do trabalho, aquilo que serve, usualmente, como base para avaliação, é apenas a ponta do iceberg do trabalho real. Caso se queira avaliar de forma verdadeira e criteriosa o trabalho real “seria necessário tornar visível a parte submersa do iceberg” (p. 53). Os modelos de avaliação vigentes na atualidade foram concebidos a partir de um paradigma que considera o trabalho como uma atividade prática, objetiva e mensurável. Desenvolvidos no seio de um conjunto de transformações profundas na organização do trabalho, ocorridas a partir dos anos 1990 – que o autor vai chamar de “virada gerencialista”²⁴ – os novos modelos de avaliação do trabalho, agora capturados pelos métodos de gestão, vão enfatizar a avaliação individualizada e quantitativa, combinada com a gestão por metas e objetivos, com efeitos nefastos sobre a saúde dos trabalhadores e a organização coletiva do trabalho (Gernet & Dejours, 2009; Dejours, 2003/2008).

²⁴ Dejours (2010a, 2010c, 2011e, 2015, 2019c, 2019d; Gernet & Dejours, 2009) designa como “*tournant gestionnaire*” esse conjunto de transformações ocorridas no mundo do trabalho iniciadas na última década do século XX e que alcança a sua plenitude nos dias atuais, cuja marca é o surgimento e empoderamento da figura do gestor. Explicita o autor que: “*le tournant gestionnaire, c’est aussi l’éviction des ingénieurs et des gens de métier des fonctions de direction des entreprises et des institutions. Et c’est la prise du pouvoir par des gestionnaires qui n’ont pas de formation dans les sciences du travail*” (Dejours, 2019d, p. 90).

A avaliação individualizada das performances – expressão glorificada pelos gestores – tem como finalidade não apenas mensurar o trabalho mas, antes, torná-lo comparável. Especialmente quando os mecanismos de avaliação estão vinculados aos sistemas de bonificação ou promoção, a avaliação individualizada das performances conduz os trabalhadores a uma situação de competição generalizada, desconfiança mútua, deslealdade e quebra dos laços de solidariedade e cooperação. A organização do trabalho se torna o palco de disputas intempestivas, falsos boatos, retenção de informações, “puxadas de tapete”, vigilância e delação, tudo em nome da produtividade e rentabilidade das empresas. “No final, cada um encontra-se sozinho no meio da multidão, em um ambiente humano e social que assume a aparência de hostilidade” (Dejours, 2011e, p. 17). Ademais, a avaliação individualizada do trabalho, além de fomentar um ambiente de isolamento e hostilidade, sacramenta a deterioração das estratégias de defesa que protegem a saúde dos trabalhadores individual e coletivamente (Dejours, 2003/2008, 2006, 2007d, 2011e).

A avaliação do desempenho tem sido a modalidade de avaliação mais praticada, tanto nas empresas quanto nos órgãos públicos, e provavelmente é a mais injusta de todas as formas de avaliação do trabalho. A título de exemplo, por esse método, um destacamento policial que passa um turno inteiro à paisana na tentativa de realizar uma grande apreensão de narcóticos e, ao final do dia, fracassa, é comparado a uma outra patrulha que, ao longo do dia, fez várias abordagens aleatórias, totalizando ao final dezenas de intervenções e algumas apreensões. Ou seja, mesmo que o trabalho do primeiro destacamento policial tenha sido bem feito, seu desempenho quantitativo ao final do dia será igual a zero. A tentativa e o insucesso que fazem parte de todo e qualquer trabalho, não são considerados pela hierarquia. O mesmo acontece nas empresas e até mesmo na fábrica: o engajamento, o esforço, a inventividade e até mesmo o fracasso, que perpassam todo o caminho até a efetividade do trabalho, nunca irão aparecer nos relatórios de gestão. Não há

correlação e proporcionalidade entre o trabalho real e o resultado do trabalho. “Aliás, com frequência as tarefas que exigem mais esforços são aquelas cujos resultados materiais são os menos lisonjeiros” (Gernet & Dejours, 2009; Dejours, 2003/2008, p. 62)

Outra tendência no mundo corporativo atual é a chamada *avaliação por competências*. Os embaraços encontrados pelos gestores para avaliar o trabalho, seja por meio do desempenho ou pelo tempo de trabalho, conduziram a uma nova abordagem teórica e metodológica da avaliação centrada na noção de competência. O conceito de competência é incorporado nas ciências da gestão a partir da década de 1970 por meio de estudos e pesquisas que buscavam identificar características pessoais estatisticamente associadas ao sucesso profissional e ao bom desempenho no trabalho (Campos & Abbad, 2015). Como destaca Dejours (2003/2008), a avaliação por competências caminha, necessariamente, para a avaliação da pessoa, distanciando-se da avaliação do trabalho propriamente dito. Afirma ainda o autor que é impossível “definir, caracterizar, apreender ou avaliar uma competência sem passar pelo conhecimento fino do trabalho no qual ela se atualiza”, até porque, como já foi discutido, a inteligência no trabalho ou o desenvolvimento de uma habilidade quase sempre antecede a consciência que dela se tem (p. 66).

Uma terceira metodologia de avaliação recorrente e consolidada no meio gerencial é a chamada *avaliação pela qualidade* ou “qualidade total”. A focar a qualidade do trabalho, essa proposta de avaliação tenderia a se aproximar, de fato, do trabalho efetivo, captando o essencial da atividade que escapa aos demais métodos de avaliação. No entanto, a avaliação do trabalho real perde espaço mediante o propósito estabelecido pela avaliação da qualidade: a obtenção de certificados internacionais – como os certificados ISO, por exemplo – que possibilitem à empresa realizar ações de marketing e se recolocar frente à concorrência. Dessa forma, a caçada pelas certificações travestida de qualidade total, torna-se mais uma prescrição que aumenta

significativamente a carga e o controle sobre o trabalho. A prescrição da qualidade total amplifica o intervalo irreduzível entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivo, fazendo com que todo e qualquer desvio com relação aos procedimentos de certificação seja punido de forma contundente. No final das contas, a promessa da qualidade total torna o trabalho ainda mais pesado, inibindo a inventividade dos trabalhadores e reforçando as formas clandestinas de superação do real do trabalho (Dejours, 2003/2008, 2006, 2007d).

A questão da avaliação evidencia o fato de que o trabalho real e o real do trabalho são sistematicamente negligenciados pela organização do trabalho e que, quanto mais a organização se propõe a avaliar o trabalho, mais se tornam evidentes os limites da concepção e predição do trabalho. Na forma como se apresenta na atualidade, a avaliação serve muito mais como um instrumento de gestão – destino à punição e ao controle – do que como uma alternativa para corrigir distorções na organização do trabalho ou promover a consciência dos trabalhadores sobre a sua própria atividade. Em um contexto de enxugamento de pessoal e intensificação do trabalho, a avaliação aparece como uma ameaça à saúde individual e aos laços de solidariedade e cooperação no trabalho (Dejours, 2003/2008). Uma vez que a avaliação do desempenho, das competências ou da qualidade do trabalho se mostram insuficientes para alcançar o trabalho efetivo e a dimensão real da organização do trabalho, qual seria a alternativa proposta pela psicodinâmica do trabalho?

Conforme assevera Dejours (2011e), ao contrário do que pressupõe o senso comum, a avaliação é desejada pelos próprios trabalhadores. E, a busca pela avaliação do trabalho pelas organizações continua sendo um objetivo legítimo. Porém, diferentemente do projeto gerencialista, cujo objetivo da avaliação fica restrito aos critérios de produtividade e rentabilidade, os trabalhadores aspiram um formato de avaliação capaz de apreender as dificuldades e particularidades do trabalho bem feito. Para tanto, o objetivo mais audacioso é o de estabelecer

uma proposta de avaliação qualitativa e equitativa, que considere as condições de desigualdade e imperfeição nas quais o trabalho é produzido ou executado. Que tome em consideração as condições subjetivas do sujeito que trabalha, bem como os critérios de saúde, equidade e justiça. Avaliar não necessariamente significa medir, e nem tudo no mundo do trabalho necessita ser avaliado. Para a psicodinâmica do trabalho, avaliar é julgar o valor da ação subjetiva em referência a um ofício (*métier*) e em relação às regras de trabalho estabelecidas pelo coletivo de trabalho. Para tornar visível a parte do trabalho que é invisível aos olhos da gestão e intangível às ferramentas de avaliação, existe apenas uma maneira: o recurso à palavra do trabalhador (Dejours, 2003/2008; 2006).

Para Dejours (2011e), o trabalho deve ser avaliado coletivamente, levando também em consideração a qualidade dos espaços coletivos de discussão e a forma como são produzidas e reproduzidas as regras do ofício. A necessidade de explicar o seu trabalho no coletivo enriquece a dimensão linguageira e a expressividade do trabalhador, obrigando-o a “dar forma à sua experiência, justificar suas escolhas e seus métodos operacionais” (p. 24). Em última medida, a palavra do trabalhador torna-se um processo de autorreflexão e tomada de consciência sobre o seu próprio trabalho. Para o coletivo, o processo de avaliação em conjunto revela aspectos desconhecidos do trabalho real, contribuindo para a “reapropriação coletiva dos saber-fazer e das habilidades, a reapropriação do conhecimento e da experiência coletiva dos componentes e da complexidade da cooperação” (*idem*). O trabalho como experiência do real é impossível de ser medido. É inconcebível mensurar o esforço psíquico e o engajamento subjetivo que um trabalhador empenha na execução de uma tarefa. Mas, por meio do recurso à palavra, no âmbito do coletivo, a avaliação pode deixar de ser um imperativo nefasto do projeto gerencialista e se credenciar como espaço de reconhecimento e compartilhamento do trabalho.

4.7 Trabalho vivo e o trabalhar

A esse trabalho que é impossível mensurar, que se apresenta como experiência afetiva do real, que se revela como provação do corpo e alargador da subjetividade, Dejours vem chamando de *trabalho vivo*. Para o autor, o trabalho vivo é:

[...] o que implica, de uma perspectiva humana, o fato de trabalhar: os gestos, os saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, de pensar, de inventar etc. Em outros termos: para o clínico, o trabalho não é, em primeira instância, a relação salarial ou empregatícia, é o “trabalhar”, ou seja, um modo específico de engajamento da personalidade para enfrentar uma tarefa definida por constrangimentos (materiais e sociais) (Dejours, 2009/2012e, p. 24).

Na perspectiva da Clínica do trabalho, o trabalho vivo é o próprio trabalhar enquanto atividade: os movimentos do corpo, os afetos, a resistência, a transformação da matéria incorporada e a transformação de si no processo. Como explicita Dejours, a respeito da terminologia trabalho vivo, trata-se da “bela expressão de Marx” (Dejours, 2010a, p. 50). No livro I de “*O Capital*”, Marx utiliza a expressão trabalho vivo para se referir, frequentemente, ao trabalho humano, em franca oposição ao trabalho morto, que é aquela parcela do trabalho humano que foi objetivada na forma de capital (maquinaria, terra, edifícios, matérias-primas, materiais auxiliares, meios de trabalho). Como denuncia Marx, o trabalho morto alimenta-se do trabalho vivo: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção do trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (Marx, 2010, p. 392).

Sem a intervenção do trabalho humano, a matéria e os meios de produção permaneceriam sem vida. Como declara Marx, uma máquina que não é animada pelo trabalho dos homens é uma

máquina inútil; o ferro que não é fundido enferruja; a madeira, quando não trabalhada, apodrece; o algodão que não é tecido ou enovelado torna-se apenas matéria desperdiçada. “O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis, em valores de uso reais e efetivos” (Marx, 2010, p. 334). Ocorre que, o modo de produção capitalista, por sua própria natureza, é marcado pela inversão entre o valor e força criadora de valor. O processo de produção do valor – que é o objetivo supremo do capitalismo – conduz a um movimento de autonomização do trabalho morto e de predominância deste sobre o trabalho vivo. Conforme já previu Marx, ainda no século XIX, a leis tendenciais de desenvolvimento do capitalismo anunciam o decréscimo do capital variável (trabalho vivo) e o incremento do capital constante (trabalho morto). “O modo de produção capitalista não se modifica formalmente apenas, mas revoluciona a totalidade das condições sociais e tecnológicas do processo de trabalho” (Marx, 1982, p. 108).

Todavia, antes de existir na conformação de trabalho assalariado, subsumido pelo capital, o trabalho é a categoria ontológica central do ser social, atividade de mediação da relação metabólica entre o homem e a natureza. Nas palavras de Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se

desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (Marx, 2010 p. 326-327).

Como é sabido, Marx parte da compreensão do trabalho no capitalismo, do seu estágio de degeneração em “que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à mais miserável mercadoria [...]” (Marx, 2010, p. 79) para, a posteriori, recuperar o trabalho enquanto categoria ontológica e fundante do ser humano genérico e social. Em termos propriamente marxianos, o autor parte do *trabalho abstrato* – a forma como o trabalho se apresenta enquanto força de trabalho, produtor de mais-valor – para alcançar o *trabalho concreto* – o trabalho como elemento mediador na relação do homem com a natureza, criador de valores de uso. Mais do que isso, a análise marxiana demonstra que a afirmação do trabalho abstrato no modo de produção capitalista tem como consequência a negação do trabalho concreto. Se, por meio do trabalho concreto, o homem não apenas satisfaz as suas necessidades vitais, mas também se humaniza, no trabalho abstrato, subsumido pelo capital, ele se torna um estranho à sua própria natureza humana. Se o trabalho concreto é o esteio para alcançar as suas necessidades objetivas e subjetivas, por meio do trabalho abstrato ele se torna objeto de consumo, mercadoria (Marx, 2010).

Ao fazer referência ao trabalho vivo em Marx, Dejours almeja promover uma retomada em direção à dimensão concreta do trabalho humano. Ainda que se furte a uma crítica mais assertiva a respeito do modo de produção capitalista, a psicodinâmica de Dejours se propõe a alcançar o trabalho no seu sentido genérico, não apenas na forma costumeira de trabalho assalariado. Explicita o autor que:

Quer se trate de uma actividade assalariada ou graciosa, doméstica ou profissional, de operador ou de quadro, no público ou no privado, na indústria ou nos serviços, na agricultura ou no comércio...trabalhar é mobilizar o seu corpo, a sua inteligência, a sua pessoa para uma produção que detenha valor de uso (Dejours, 1998/2011f, p. 77).

O trabalho vivo é a atividade de homens e mulheres, seja no campo ou na cidade, na empresa capitalista ou na instituição pública, na produção fabril ou no trabalho reprodutivo doméstico. Antes de ser força de trabalho, é intercâmbio do corpo com a natureza para produzir valores de uso. É trabalho que transforma o mundo e também o sujeito que trabalha. Envolve o corpo, a inteligência, o psiquismo, anima o mundo natural e alarga as potencialidades do sujeito. Dejours (1998/2011f) propõe um deslocamento do termo genérico trabalho em direção ao termo *trabalhar*²⁵, tanto para declinar da armadilha histórica e linguageira que associa o termo trabalho às suas de formas de assalariamento, quanto para escapar dos debates ontológicos e epistemológicos sobre o conceito de trabalho. Segundo o autor, cada um dos termos empregados nas ciências do trabalho – tais como trabalho, atividade, ofício, emprego, profissão, qualificação – tem conotações teóricas e disciplinares muito específicas, de modo que qualquer definição proposta a respeito da noção de trabalho nunca chegaria a um consenso. Nesse sentido, para a clínica psicodinâmica do trabalho, o trabalho vivo é o próprio trabalhar.

O trabalhar é uma realidade indiscutível e universal, “desde sempre consubstancial com o humano” (Dejours, 1998/2011f, p. 2). O trabalhar, para a psicodinâmica do trabalho, tem “o poder de fazer advir o sujeito” (p. 3). Trabalhar não apenas produzir ou fabricar, não é somente transformar o mundo. É, antes de tudo, um produzir-se a si mesmo, transformar-se no curso da ação. É através do trabalho, enquanto experiência do real, que se forma o sujeito, é no trabalhar que o sujeito se revela a si próprio, seu corpo, sua natureza. E, depois do trabalho, ele já não é o mesmo de antes: o trabalhar desperta novos poderes do corpo, habilidades, criatividade, recursos

²⁵ Como desdobramento do I Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, realizado em Paris, em 1997, foi criada a Revista *Travailler* (Trabalhar, em francês) como forma de reafirmar o posicionamento do grupo que orbitava em torno de Dejours no CNAM. A revista continua, até os dias atuais, sendo a publicação internacional mais importante da psicodinâmica do trabalho, reunindo debates teóricos, investigações empíricas e relatos de experiências.

do seu psiquismo. “Sem produção, sem fabrico, noutros termos, sem trabalho, a inteligência e a criatividade humanas não seriam mais do que hipóteses” (pp. 2-3). O trabalho não está circunscrito às relações sociais mercantis que demarcam o seu assalariamento, nem tampouco às relações gerenciais de poder no âmbito das organizações. O trabalho é o que acontece no ato de trabalhar, entre o sujeito e a máquina (ou o conhecimento), entre os trabalhadores e seus pares, entre a tarefa prescrita e a atividade real.

Capítulo 5 – O Trabalho como Mediador na Conquista da Identidade e Saúde

Como debatido nos capítulos anteriores, na perspectiva da Clínica do trabalho, é impossível mensurar ou mesmo apreender o trabalho em sua totalidade. Como afirma Dejours (2014), embora seja possível saber onde, exatamente, o trabalho começa, é impossível determinar com exatidão onde ele termina. Isso porque o trabalho não se encerra no ato de produção, ele é seguido de um intenso trabalho do psiquismo que promove transformações do corpo à subjetividade. Neste capítulo, pretendemos analisar o papel do trabalho na apropriação do “[...] registro do fazer, para o registro do ser” (Dejours, 2010a, p. 53). Isto é, como e em que medida a atividade laborativa apresenta-se, na psicodinâmica do trabalho, como um mediador insubstituível na conquista da identidade no campo social.

A identidade é, para Dejours, [...] “o núcleo duro, a armadura, a espinha dorsal da saúde mental” (1995c, p. 50). Complementa ainda o autor que “não há crise psíquica que não se manifeste por uma crise de identidade” (*idem*). Segundo o criador da psicodinâmica do trabalho, existe uma relação de interdependência entre a identidade, a realização de si mesmo e a saúde mental. Mais do que isso, para Dejours a identidade é um marcador da saúde como um todo. A conquista da identidade e a auto-realização do sujeito passam, inevitavelmente, pela esfera do trabalho. A identidade jamais se sustenta por si só, carece do olhar do outro. No trabalho de produção esse olhar aparece sob a forma de reconhecimento. É graças ao reconhecimento que uma parte essencial do sofrimento é transformado em prazer no trabalho. Seja por meio do julgamento da beleza ou da utilidade do trabalho, ou ainda pelo sofrimento reconhecido no trabalhar, a legitimação do outro é fundante do sujeito e estruturante da saúde (Dejours, 1995c, 2009/2012e, 2013; Ganem et al., 2008).

Para elucidar o papel mediador do trabalho na construção da identidade, na realização de si, na luta pelo reconhecimento e na conquista da saúde, iremos percorrer as seguintes temáticas ao longo deste capítulo: o conceito de identidade na interlocução entre psicodinâmica do trabalho e psicanálise; o reconhecimento enquanto intermediário da constituição da identidade e da autorrealização do sujeito por meio das relações intersubjetivas no trabalho; a negação do reconhecimento e o risco da alienação face aos constrangimentos da organização do trabalho; os conceitos de saúde e normalidade frente às transformações do adoecimento relacionado ao trabalho; o reconhecimento como uma necessidade na conquista da identidade e na transformação do sofrimento em prazer no trabalho.

5.1 A conquista da identidade e o paradoxo da dupla centralidade

O conceito de identidade não faz parte do léxico e, tampouco, do arcabouço teórico-clínico da psicanálise, de modo que a sua adoção pela psicodinâmica do trabalho causa certo estranhamento e, como admite o próprio Dejours, “alguns sérios problemas do ponto de vista teórico” (2009/2012d, p. 159). Conforme esclarece o autor, parte considerável da tradição psicanalítica conduz suas investigações clínicas a partir das noções de *personalidade* ou *caráter* que, via de regra, são tomadas como estruturas invariantes decorrentes da “sedimentação do drama da infância” (Dejours, 1995/2011b, p. 298). A construção psicanalítica da personalidade e do caráter como estruturas fixas e estáveis, afirma o autor, “não conjura os riscos da crise psíquica ou descompensação” (*idem*). Nesse sentido, o recurso ao conceito de identidade na psicodinâmica do trabalho se propõe a equalizar a tensão existente entre aquilo que advém do passado – fruto do

desenvolvimento psicosssexual do sujeito – e lhe confere certa estabilidade, e o que é vivido no presente, podendo provocar sua desestabilização (Dejours, 1995/2011b, 2002, 2009/2012d).

Para Dejours (2002, 2009/2012d) a constituição da identidade é, também, o resultado da mediação de certos “determinismos” que, com certa frequência, apresentam-se de formas antagônicas: um *determinismo biológico*, baseado em uma moção pulsional de apego, que orienta o sujeito em direção ao outro, determinando-o como objeto dos seus investimentos pulsionais; um *determinismo psicofamiliar*, que marca a constituição do inconsciente sexual infantil, atravessado pela relação do sujeito com as figuras parentais; e um *determinismo social*, que convoca o sujeito a assumir uma atribuição social assinalada pelo gênero. Esses determinismos funcionam, inicialmente, como uma série de constrangimentos divergentes entre si, mas que no curso do desenvolvimento psicosssexual devem revelar-se como uma forma singularizada de compromisso do eu, que o sujeito alcança e afirma como uma identidade que lhe é própria. A identidade é, essencialmente, uma relação do sujeito consigo mesmo. Mas é, antes, uma busca por unidade entre as diferentes pressões exercidas sobre o sujeito face aos determinismos do seu desenvolvimento psicosssexual, da sua história singular e a continuidade dos seus movimentos pulsionais no tempo presente (Dejours, 2002, 2009/2012e).

Na ótica da constituição da identidade na psicodinâmica de Dejours, o trabalho vai assumir um lugar privilegiado uma vez que promove o encontro entre o registro diacrônico (história singular do sujeito, seu passado, sua memória) e o registro sincrônico (contexto social, material e histórico das relações de trabalho). Na atividade de trabalho o sujeito irá confrontar a sua história singular pregressa, seus determinismos, a sua forma de organização pulsional, com as condições concretas, políticas, históricas e econômicas expressas na organização do trabalho. Dejours vai buscar na psicanálise os elementos fundamentais para sustentar a sua formulação acerca das inter-

relações entre organização do trabalho e constituição da identidade. Para o autor, o trabalho produtivo constitui para o sujeito um espaço de reatualização dos conflitos vivenciados ao longo do desenvolvimento psicosssexual infantil. O *teatro do trabalho* é a ocasião de “transportar mais uma vez o cenário original do sofrimento para a realidade social”, conferindo-lhe novos significados (Dejours, 1990/2007f, p. 159, 1993b, 1993/2011d)

Do ponto de vista psicanalítico – segundo a leitura dejouriana – os traços mais estáveis da personalidade humana estão enraizados nas primeiras fases do desenvolvimento infantil. Cada uma das etapas do desenvolvimento, na primeira infância, é atravessada pela forma e o manejo das relações da criança com as figuras parentais. Invariavelmente, a criança se vê mobilizada por uma angústia que tem origem no sofrimento dos próprios pais, constituindo nela uma zona de fragilidade psíquica: “O sofrimento que surge neles é vivenciado pela criança na primeira pessoa” (Dejours, 1993/2011d, p. 397). Mais tarde, quando começa a dominar o mundo da linguagem, a criança se empenha em atribuir um sentido a esse sofrimento parental que nunca cessa, e ao seu próprio sofrimento, o que lhe confere os alicerces de sua própria estrutura psíquica. A essa busca incessante por algo que seja capaz de lhe trazer respostas e explicações – sobre o sofrimento, a solidão, o abandono, angústia – Dejours dá o nome de *epistemofilia*, investimento pulsional que será de grande importância na relação futura do adulto com o conhecimento e o trabalho.

No esforço de compreender e experimentar as suas teorias explicativas sobre o sofrimento e o mundo, a criança recorre aos artifícios da ficção e da fantasia. São jogos destinados aos pais, onde a epistemofilia da criança é colocada em cena através de um teatro imaginativo e lúdico que torna menos ameaçadora a experiência infantil de aproximação do sofrimento humano genérico. Para Dejours, a atividade lúdica e experimental da infância, o *teatro da infância*, é reatualizado por meio do *teatro do trabalho*: “Agora, os parceiros de palco não são mais os pais ou seus

substitutos diretos. São outros trabalhadores, outros adultos. E o objetivo não é mais exclusivamente o prazer do jogo, mas a ação no campo da produção, das relações sociais e mesmo políticas” (1993/2011d, p. 399). A passagem do teatro psíquico da infância ao teatro do trabalho corresponde, especificamente, a uma mudança da *meta* e do *objeto* da pulsão, consubstanciando o potencial sublimatório do trabalho produtivo, fundamental ao estabelecimento da saúde do corpo e do psiquismo.

Para que ocorra a transposição do teatro psíquico da infância ao teatro do trabalho é necessário que haja entre ambos, analogias de forma e de estrutura. Em outros termos, que as condições ordinárias de trabalho em que o sujeito está inserido apresentem semelhanças e diferenças com relação aos seus jogos infantis, de maneira que o trabalho de produção lhe sirva como uma nova oportunidade de reinterpretar o roteiro do seu sofrimento original. Como destaca Dejours, o teatro do trabalho exige imaginação e criatividade, sobretudo para afastar o risco de repetição dos conflitos estruturantes do psiquismo. A essa dualidade, na qual o trabalho produtivo oferece ao sujeito, sincronicamente, a oportunidade de atualizar seus conflitos da infância e ressignificar o sofrimento original e, por outro lado, o risco de incorrer na repetição, Dejours dá o nome de *ressonância simbólica*. A ressonância simbólica articula o teatro privado da história singular do sujeito ao teatro social e público do trabalho (Dejours, 1989/2009d, 1990/2007f, 1993b, 1993/2011d).

Sobre a importância da ressonância simbólica, Dejours afirma:

Quando a ressonância simbólica existe entre o teatro do trabalho e o teatro do sofrimento psíquico, o sujeito enfrenta a situação concreta sem ter de deixar sua história, seu passado e sua memória “no vestiário”. Pelo contrário, investe a situação de trabalho da força de engajamento que implica a reatualização pelo trabalho de sua curiosidade e de sua epistemofilia. O trabalho lhe oferece uma oportunidade a mais de prosseguir seu questionamento interior e para delinear sua história. Por meio do trabalho, o sujeito engaja-se nas relações

sociais nas quais enxergará as questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva. A ressonância simbólica aparece, assim, como condição necessária à articulação bem-sucedida entre a diacronia singular e a sincronia coletiva (Dejours, 1993/2011d, p. 400)

O olhar da psicodinâmica do trabalho para a questão da identidade é atravessado pelos seguintes movimentos teóricos: a reivindicação do desenvolvimento psicosssexual, na perspectiva freudiana, como estruturante do psiquismo do sujeito; uma crítica à psicanálise pela omissão em relação à importância do trabalho na constituição do sujeito e na reatualização do teatro psíquico da infância; a indissociabilidade entre as relações sociais de sexo e as relações sociais de produção, que conectam a esfera doméstica e a esfera do trabalho. É a partir desses três pressupostos que Dejours afirma que a conquista da identidade passa, essencialmente, por duas dinâmicas distintas porém interdependentes: “a dinâmica de realização de si mesmo na esfera de produção, com destaque para o trabalho de produção; a dinâmica de realização de si mesmo na esfera erótica, com destaque para o amor” (Dejours, 2009/2012d, p. 157, Dejours & Molinier, 1994a).

É o que Dejours vem chamando de “paradoxo da dupla centralidade”. Para o autor, um olhar minucioso para o engajamento de homens e mulheres na luta pela auto-realização, no compromisso com a afirmação da alteridade e a conquista da identidade, é capaz de articular a *centralidade da sexualidade*, defendida pela psicanálise, e a *centralidade do trabalho*, defendida pela psicodinâmica do trabalho. Para Dejours, o trabalho é o mediador insubstituível entre o inconsciente e o campo social, entre a dimensão da singularidade e a ordem da coletividade. Enquanto espaço privilegiado de constituição da identidade, o trabalho é a atividade que fomenta a construção e a reconstrução de sentidos subjetivos, o desenvolvimento do corpo e do psiquismo, e a continuidade da história singular do sujeito iniciada na primeira infância. Dessa forma, ao lado da economia erótica das relações amorosas, a relação do sujeito com a organização do trabalho – os constrangimentos, (im)possibilidades sublimatórias, relações sociais entre os sexos – ocupa

lugar fundamentalmente importante na realização e reapropriação de si e, por consequência, na conquista da saúde (Dejours, 1990/2007f, 1995c, 2004, 2012c, 2009/2012d; Dejours & Gernet, 2012b; Dejours & Molinier, 1994a, 1994b).

5.2 A psicodinâmica do reconhecimento

Como psicanalista e clínico do trabalho, Dejours vai esboçar a noção da dupla centralidade para lançar luz aos processos de constituição da identidade e conquista da saúde. Trata-se de uma solução coerente e criativa, porém, como reconhece o próprio autor, paradoxal. Isso porque, do ponto de vista ontológico, é impossível eleger duas categorias como centrais: se uma categoria é central, a outra só pode ser interdependente dessa, e vice-versa. Se, por um lado, a psicodinâmica do trabalho persevera na tese de que a vida erótica e a vida laboral são igualmente centrais à formação do sujeito singular, por outro lado, é preciso assinalar que o que se espera do outro na esfera erótica é completamente diferente do que se espera no campo social do trabalho. Ao passo que na esfera erótica a retribuição é o amor, no campo social do trabalho a retribuição é o reconhecimento. Como afirma Dejours, é o trabalho de produção que torna possível “destinar o reconhecimento do registro do fazer, para o registro do ser” (Dejours, 1995c; 2000; 2010a, p. 53).

Em troca do comprometimento com o trabalho, dos riscos assumidos, da astúcia empregada na atividade, dos esforços defensivos e de cooperação, dos constrangimentos a que foram submetidos pela organização do trabalho, do sofrimento oriundo do encontro com o real do trabalho, trabalhadores esperam receber um tipo de retribuição que ultrapassa a questão dos salários e benefícios empregatícios, uma retribuição que é fundamentalmente simbólica. As pesquisas de campo realizadas por Dejours ao longo de quase quatro décadas evidenciaram que a

espera pelo reconhecimento dos trabalhadores – ou mesmo a queixa pela falta de reconhecimento – não deve ocupar um lugar marginal na análise psicodinâmica das situações de trabalho. “É graças ao reconhecimento que uma parte essencial do sofrimento é transformado em prazer no trabalho” (Dejours, 2013, p. 19).

Para Dejours, o reconhecimento no trabalho deve ser compreendido a partir de duas dimensões: o reconhecimento no sentido de *gratidão*, concedido pela hierarquia da empresa em decorrências dos serviços prestados e, especialmente, das contribuições aportadas pelo trabalhadores à organização do trabalho; e o reconhecimento no sentido de *constatação* da realidade, onde o reconhecimento da contribuição singular do sujeito vem acompanhado da reconhecimento das falhas e incongruências da organização do trabalho. A psicodinâmica do reconhecimento – como, eventualmente, Dejours denomina a sua disciplina – defende a tese de que o reconhecimento do trabalho real e do real de trabalho não é meramente acessório, muito pelo contrário, é estruturante da identidade subjetiva e fundamental na proteção da saúde dos trabalhadores. Em contrapartida, o não reconhecimento do trabalho é fonte de sofrimento patogênico e coloca o sujeito em risco de perder o contato com a realidade, isto é, risco de alienação. Como sintetiza Dejours, "o reconhecimento é uma posição exatamente oposta à negação da realidade" (1993/2011a, 2009/2012e, 2010a, 2012c, 2013).

O reconhecimento garante aos trabalhadores a sensação de pertencimento: de pertencer a uma equipe de trabalho, uma coletividade, um grupo profissional ou uma comunidade de ofício. É como se todo o sofrimento do trabalho pudesse ser recompensado pelo sentimento de pertença, que é também uma promessa de identidade e distanciamento da solidão. Dejours descreve dois tipos de julgamento que constituem a psicodinâmica do reconhecimento no trabalho: o *julgamento de utilidade* e o *julgamento de beleza*. O julgamento de utilidade recai sobre a relevância

econômica, social e técnica das contribuições aportadas pelo sujeito à organização do trabalho. Esse julgamento é proferido, quase sempre, pelos superiores hierárquicos, que estão em melhores condições de aferir o caráter de utilidade do trabalho bem feito. O julgamento de utilidade também pode ser feito pelos subordinados, quando avaliam, por exemplo, o desempenho e a finalidade do trabalho da chefia no bom andamento da organização do trabalho. Em última instância, o julgamento de utilidade pode ser feito pelo cliente, o usuário, o paciente, o aluno, qualquer um que seja beneficiário direto do valor social ou econômico daquele trabalho. O julgamento de utilidade do trabalho é fundamentalmente importante pois confere ao sujeito um *status* no interior da organização do trabalho e perante a sociedade (Dejours, 1993a, 1993b 1995c, 1990/2009c, 2010a, 2012c, 2009/2012e, 2013, 2014).

O segundo julgamento não recai sobre a utilidade do trabalho, mas também sobre a beleza da atividade realizada pelo sujeito que trabalha. O julgamento de beleza é fornecido pelos pares de ofício e recebe essa denominação por se apresentar, cotidianamente, através de enunciados estéticos: “é um belo trabalho, é uma demonstração elegante, é uma bonita forma de fazer” (Dejours, 2012c, p. 367). No julgamento de beleza, o trabalho é avaliado quanto à conformidade com as regras de ofício e quanto à originalidade e estilo nas soluções. Esse tipo de julgamento não poderia ser fornecido senão por aqueles que conhecem com maestria e precisão as regras de ofício e os meandros do trabalho efetivamente realizado. Trata-se, portanto, de um julgamento mais severo, porém mais valoroso. Seu impacto sobre a identidade é maior, uma vez que o sujeito está sendo julgado e reconhecido por aqueles que dominam as artes e os impedimentos do seu *métier* – do sofrimento patogênico à genialidade da solução astuciosa.

É por meio dos julgamentos de utilidade e beleza que o sujeito se reconhece e se afirma como trabalhador: “sou um professor”, “sou um delegado”, “sou um mestre-de-obras”, “sou uma

enfermeira”, “sou servidora pública”. É através do reconhecimento pelos pares, pela chefia, pela clientela e pela sociedade do valor, da qualidade e da beleza do seu trabalho, que o sujeito pode efetivar o deslocamento simbólico do registro da atividade (fazer) para o registro da identidade (ser). Trabalhar é também, segundo Dejours (1993/2011d), ter o direito à contribuição: é saber-se reconhecido pela engenhosidade, pela superação do real do trabalho, pelo hiato irreduzível transformado em solução, pelo sofrimento transformado em criação. Ao contrário do discurso difundido nas organizações, as pesquisas em psicodinâmica do trabalho demonstram que a maioria dos trabalhadores deseja contribuir para o aprimoramento da organização do trabalho e, na maioria dos casos, não estão em busca de ganhos financeiros extemporâneos: “Por trás desta expectativa de levar uma contribuição singular para o campo do trabalho, há, de forma irreduzível, uma busca de identidade” (Dejours, 1993b, 1993/2011d, p. 402).

As pesquisas em Clínica do trabalho demonstram, ainda, que determinados tipos de organização do trabalho estão propensas a inviabilizar a psicodinâmica do reconhecimento ao sabotar, deliberadamente, o binômio contribuição-retribuição no trabalho. Além desses trabalhadores propositadamente invisibilizados, também são privados do reconhecimento e do direito de oferecer sua contribuição à organização do trabalho e à sociedade: os desempregados primários, os desempregados de longa data, os subempregados, os trabalhadores em tempo parcial, quem faz o trabalho doméstico, e todos aqueles sujeitos excluídos, direta ou indiretamente, do mundo do trabalho em razão das suas transformações em curso. O bloqueio da dinâmica do reconhecimento – seja pela organização do trabalho, pelo não reconhecimento do trabalho ou pelo não trabalho – tem efeitos nefastos para o sujeito e para a sociedade. A negação do reconhecimento tem impacto direto sobre a economia do psiquismo e o potencial sublimatório do trabalho, podendo ter como desdobramentos a médio e longo prazo o aumento da violência, do adoecimento e até do

suicídio no trabalho. Já para aqueles que permanecem trabalhando e em condições favoráveis à dinâmica do reconhecimento, a retribuição simbólica fornecida pelo reconhecimento confere um sentido ao vivido no trabalho, ao sofrimento experimentado em razão dos constrangimentos sistêmicos e técnicos da organização do trabalho. A construção de um sentido no trabalho por meio do reconhecimento oferece aos trabalhadores, como retribuição simbólica, a construção de uma identidade no campo social e a promessa de realização de si mesmo por meio do trabalho (Dejours, 1993/2011a; 2010a).

A caracterização e o conceito de reconhecimento na psicodinâmica do trabalho tem como referência – nem sempre explícita e, por vezes, contraposta – as formulações teóricas de Axel Honneth presentes na obra “*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*”, publicada no ano de 1992²⁶. Honneth é apontado, na atualidade, como o maior expoente da terceira geração da Teoria Crítica da sociedade, da escola de Frankfurt. Considerado um herdeiro filosófico de Habermas, de quem foi orientando no doutorado, Honneth se propõe a fazer uma releitura do conceito habermasiano de *intersubjetividade*, a partir da noção de *luta pelo reconhecimento*, presente nos escritos de Hegel. Honneth nos mostra a originalidade ontológica do pensamento hegeliano, em propor uma teoria social cuja base das relações entre os sujeitos é a luta pelo reconhecimento (*impulsos morais*) e não a disputa pelo poder ou o instinto de autoconservação – como em Hobbes e Maquiavel. A luta pelo reconhecimento é o elemento central da constituição da individualidade e força motriz do desenvolvimento social. A luta pelo reconhecimento conduziria os sujeitos e os grupos para um estágio de totalidade ética onde o vínculo social seria

²⁶ Em ensaio do ano 2007, Dejours afirma que a sua concepção acerca de uma psicodinâmica do reconhecimento foi forjada antes mesmo da obra de Axel Honneth se tornar conhecida na França. No entanto, é fato que as formulações mais sistematizadas a respeito da noção de reconhecimento na psicodinâmica do trabalho aparecem por volta de 1993, muito próximo portanto à publicação do livro de Honneth. E, nos escritos mais recentes do autor, o tema do reconhecimento quase sempre faz menção à teoria de Honneth, ainda que seja para contrapô-la em alguns pontos.

regido não mais por um contrato social arbitrário, mas pelas obrigações intersubjetivas “na qualidade de uma condição quase natural de todo processo de socialização humana” (Honneth, 1992/2003, p. 43-44).

Honneth (1992/2003), tendo como base os escritos de Hegel, na *Realphilosophie de Jena*, o pragmatismo filosófico de George Mead e a psicanálise de Winnicott, desenvolve uma fenomenologia das formas de reconhecimento intersubjetivo, quais sejam: o *amor*, o *direito* e *solidariedade*. O amor figura como a primeira forma de reconhecimento recíproco, fruto das relações de natureza “carenial e afetiva” (p. 211) que perpassam a existência humana desde o nascimento. Na primeira fase do desenvolvimento infantil – que segundo Winnicott dura, aproximadamente, até os 6 meses de vida – existe uma relação de *dependência absoluta* na qual mãe e bebê estão ligados de forma simbiótica. A dependência total da criança recém-nascida e o completo direcionamento materno para a satisfação de suas necessidades faz com que prevaleça um sentimento de unicidade entre mãe e bebê, inviabilizando o estabelecimento de limites de individualidade entre ambos. Com o passar do tempo e o retorno da mãe às obrigações cotidianas, esse estado de simbiose vai se dissolvendo. A mãe precisa aceitar e reconhecer o processo de autonomia e diferenciação pelo qual o bebê está passando. E a criança precisa reconhecer a existência da mãe como independente da satisfação dos seus desejos e necessidades. Como afirma Honneth (1992/2003), a luta pelo reconhecimento recíproco no campo do amor se dá inicialmente “em uma tensão entre o auto-abandono simbiótico e auto-afirmação individual” (p. 160)

Diferentemente das formas primárias de reconhecimento intersubjetivo, em que a conformação é puramente afetiva, na segunda forma de reconhecimento descrita por Honneth o laço de reciprocidade é baseado no respeito à condição de *pessoa de direito*. Honneth (1992/2003) acredita que a luta pelo reconhecimento tem seu prosseguimento no interior da esfera jurídica:

“portanto, os confrontos práticos, que se seguem por conta da experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito, representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do status de uma pessoa de direito” (p. 194). Além de Hegel e Mead, Honneth vai buscar referências na obra de Thomas Marshall, para elucidar o sentido da luta pelo reconhecimento e pela integridade social que vai conduzir a *pessoa* e os grupos à busca pelos direitos civis, políticos e sociais. À título de exemplo, Honneth cita as lutas do movimento negro nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, para quem a conquista de direitos civis não veio dotada apenas do reconhecimento em termos jurídicos, mas também de um significado psíquico pautado na superação da vergonha e na construção do autorrespeito (Honneth, 1992/2003).

A terceira forma de reconhecimento intersubjetivo descrita por Honneth é a *solidariedade*. Segundo o autor, para que os sujeitos possam alcançar um nível de relação sólida consigo mesmo, não lhes é suficiente o reconhecimento por parte das figuras parentais ou mesmo o reconhecimento dos seus direitos perante à sociedade. É preciso também uma experiência de estima social que permita ao sujeito humano “referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (Honneth, 1992/2003, p. 198). A estima social de cada sujeito é mensurada pela sua capacidade e determinação em contribuir com os objetivos previamente fixados pelo grupo social. Essa forma de reconhecimento recíproco está ligada a uma comunidade de valores e ancorada em um determinado contexto histórico-social. Isso porque as capacidades e realizações de cada sujeito são julgadas conforme os valores culturais e os objetivos partilhados entre os membros de um determinado grupo social. A fenomenologia das formas de reconhecimento, descrita por Honneth, perpassa desde o processo de individuação em relação à mãe, passando pela pessoa de direitos, até alcançar a plenitude de um sujeito portador de estima social perante a sua comunidade.

Apesar da diversidade das formas de reconhecimento intersubjetivo, Honneth (1992/2003) tenta demonstrar que a experiência do reconhecimento – seja no seio intrafamiliar, no grupo social ou por parte do Estado – corresponde sempre a uma forma positiva da experiência de si. Todavia, observa o autor que, para cada uma das formas de reconhecimento recíproco esperadas, existe um “equivalente negativo” (p. 157) que corresponde às formas de desrespeito ou negação do reconhecimento. À forma de reconhecimento do *amor* opõe-se a *violação* e os *maus-tratos* que colocam em risco a autoconfiança e a integridade física do indivíduo nos primeiros anos do seu desenvolvimento. À forma de reconhecimento da *pessoa de direito*, opõe-se a *privação de direitos* e a *exclusão*, afrontando a integridade social e o autorrespeito da pessoa no grupo. Por fim, à forma de reconhecimento da *solidariedade* antagoniza-se a *degradação moral* e a *ofensa* colocando em cheque a autoestima, a honra e a dignidade do sujeito perante a sua comunidade. É importante ressaltar que a experiência de desrespeito e denegação, a despeito do seu potencial patológico, é justamente o que vai desencadear nos sujeitos e grupos o ímpeto à luta pelo reconhecimento (Honneth, 1992/2003).

Tanto Honneth quanto Dejours sustentam que o reconhecimento tem um papel fundamental na relação do sujeito consigo mesmo, isto é, o reconhecimento é estruturante da identidade. Os dois autores também concordam que o reconhecimento intersubjetivo fornece ao sujeito um lugar de existência perante os pares, o coletivo e a sociedade. Da mesma forma, Honneth e Dejours também concordam que a negação do reconhecimento tem efeitos patogênicos, colocando em risco a saúde física, psíquica e as relações intersubjetivas do sujeito. Em artigo de 1993, Dejours já denunciava que as transformações no mundo do trabalho estavam por consolidar um modelo de organização do trabalho cuja ênfase era colocada nas relações disciplinares e de poder ao invés dos laços de solidariedade e cooperação, portanto “no que divide, não no que une”. Honneth, por

sua vez, na sua obra sobre a luta pelo reconhecimento, também alertava para a degradação das formas de vida e das relações entre os sujeitos, principalmente nas esferas do direito e da estima social (Dejours, 1993a, s.p.; Honneth, 1992/2003)

5.3 Negação do reconhecimento e alienação

Para a psicodinâmica do trabalho, não existe articulação direta entre o inconsciente e o campo social. Essa relação é sempre mediatizada pela ação do sujeito sobre o *real* mobilizada na atividade de trabalho. A construção de um sentido no trabalho por meio do reconhecimento do outro da sua relação com o real – seja por meio do julgamento de beleza ou de utilidade – é para o sujeito não apenas uma forma de realização de si mesmo no campo social, mas também uma oportunidade de transformar o sofrimento em prazer. A realização de si mesmo por meio do reconhecimento no trabalho é um dos pilares da construção da identidade, ao lado das relações afetivo-sexuais no campo erótico. Para Dejours, uma vez que o reconhecimento eleva a atividade do sujeito a um nível superior na escala social de valores, é ele também uma condição necessária ao sucesso dos processos de sublimação por meio do trabalho (Dejours, 2009/2012d; 2013).

Aqui é importante ressaltar que, diferentemente da construção da identidade no campo erótico, a edificação da identidade no campo social implica não apenas a relação com o *outro*, mas também com *real*. O reconhecimento que conforma a identidade no campo social é o reconhecimento da relação que o sujeito mantém com o real. Nas palavras de Dejours (2006, p. 131) “o reconhecimento pelo outro não se aplica a um ego isolado. Diz respeito à autenticidade ou veracidade da relação do ego com o real mediado pelo trabalho”. O reconhecimento, na Clínica do trabalho, é sempre o reconhecimento da relação com o real. No âmbito do trabalho e das

organizações, o sujeito busca ser reconhecido pela qualidade do seu fazer – da sua ação sobre o real – para, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade. Ocorre que, nem sempre esse reconhecimento advém conforme o esperado. Em determinadas situações, a privação do reconhecimento pode ocorrer tanto a partir da negação do outro, como por meio da perda de contato com o real. Em outras situações, o sujeito e o outro se desconectam do real, mas mantêm entre si uma relação de mútuo reconhecimento. Em cada uma delas, Dejours reconhece diferentes configurações do fenômeno da *alienação* (Dejours, 1999c, 2006).

Em meio a controversos debates sobre o conceito de alienação, tanto na psiquiatria como nas ciências sociais, Dejours vai encontrar na antropologia da técnica, de François Sigaut, uma descrição de três formas de alienação que vão ao encontro dos seus achados clínicos, quais sejam: a *alienação mental*, a *alienação social* e a *alienação cultural*. Em um pequeno ensaio intitulado “*Folie, réel et technologie*”, de 1990, François Sigaut toma como referência as investigações conduzidas por Philippe Bernardet sobre fenômeno do alienismo na França do século XIX – em seu famoso livro “*Les dossier noir de l'internement psychiatrique*” – para conceber um modelo teórico capaz de abarcar a relação existente entre a *técnica* (enquanto ato tradicional eficaz), o *real* e o *outro*. Para Sigaut (1990, p. 174) “é de fato por seus *atos* que cada indivíduo constrói a relação com o real que lhe dá acesso à existência”. No entanto, destaca o autor que, esse atos estão sempre sujeitos a uma “dupla sanção social”: devem ser inteligíveis ao outro, inscrevendo-se em uma tradição já consolidada em um determinado grupo social; e devem ser eficazes, isto é, produzir um efeito sobre o real que traga benefícios e seja objeto de reconhecimento pelo grupo (Sigaut, 1990).

A alienação é, para Sigaut (1990), o avesso da configuração exitosa do ato tradicional eficaz. A alienação ocorre quando, por algum motivo, o esquema falha e ocorre a cisão da relação com o outro e/ou com o real. Nos seus “Arquivos negros da internação psiquiátrica”, Bernardet

relata os efeitos tragicômicos da “Lei dos Alienados” na França, legislação que vigorou de 1838 até 1990, e concedia poderes a qualquer autoridade policial, política, jurídica ou sanitária para proceder a internação compulsória de qualquer pessoa considerada “louca e perigosa”.

A partir dos relatos de Bernardet, realizados sob a ótica dos internos, Sigaut (1990) formula os seguintes questionamentos: “Como e por que passamos a considerar como loucos pessoas que manifestadamente não o são?” (p. 167); “O que aconteceu, de fato, com as vítimas de internação arbitrária?” (p. 168). Sigaut (1990) constata que, embora no sentido etimológico e corriqueiro da palavra, o alienar-se significa estar dissociado da realidade, é preciso uma sanção social para que essa realidade ao menos exista. Isto posto, o que figura, invariavelmente, como uma alienação mental, uma alienação do sujeito em relação ao real, pode ser na verdade a expressão de uma alienação social, uma alienação do outro em relação à sua realidade.

Sigaut (1990, p. 169) esclarece que:

Existe a alienação mental, que é a "verdadeira" loucura, se, todavia, a expressão tem um sentido. E existe a alienação social, que é o ato daqueles cujo real é incompreensível ou inaceitável para os outros. Casos clássicos de alienação social vêm imediatamente à mente: o poeta desprezado, o cientista incompreendido, o inventor incompreendido.

A partir dos relatos de Bernardet, Sigaut (1990) demonstra que, ao lado da alienação mental, da loucura propriamente dita – onde o sujeito se encontra apartado do real e do outro – existe uma alienação social na qual o sujeito (ego) e realidade que ele tem para si (real) são simultaneamente rejeitadas pelo outro, que se mostra incapaz de reconhecer um real que lhe é estranho ou ininteligível. Os termos e configurações dessas diferentes, porém não descoladas, formas de alienação estão representadas abaixo:

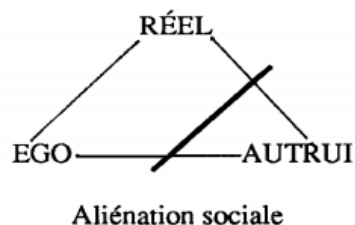
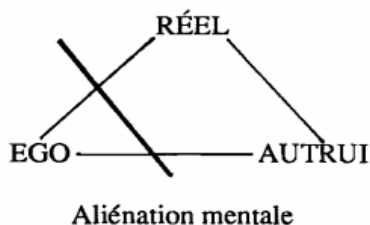


Figura 6 - Alienação mental e alienação social (Sigaut, 1990, p. 170)

Há uma terceira forma de ruptura que representa a situação de “um grupo ou de um subgrupo social no qual o imperativo de solidariedade entre seus membros (relação ego-outro) é colocado acima da consideração do real que é a razão de ser do grupo” (Sigaut, 1990, p. 171). Na chamada *alienação cultural*, o real é dissimulado ou ocultado, primeiramente aos olhos externos ao grupo, para em seguida se tornar incógnito aos próprios membros do grupo. Com o passar do tempo, um processo é colocado em marcha ao final do qual toda a cultura do grupo espelha-se em uma falsa percepção do real que ela supostamente representa. Exemplos de alienação cultural são facilmente encontrados no meio político-partidário, no âmbito das corporações, nas associações de classe, sindicatos, entre tantos outros exemplos onde o mútuo reconhecimento e a simbiose das crenças é capaz de camuflar, de forma, a realidade.

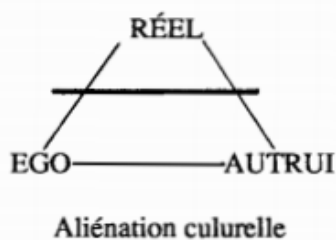


Figura 7 - Alienação cultural (Sigaut, 1990, p. 170)

Para Dejours (2006), o elemento primordial do fenômeno da alienação no trabalho é o não reconhecimento. Dentre as três formas de *ser* da alienação, descritas por Sigaut, Dejours vai enfatizar a alienação social como elemento primordial dos diferentes tipos de quadros psicopatológicos que o autor vem se defrontando no decorrer de suas investigações clínicas. Em situações cada vez mais frequentes no mundo do trabalho – como nos casos de suicídio no local de trabalho ou nos quadros classificados pelo autor como *patologias do assédio* e *patologias da solidão* – a autêntica experiência do mundo obtida por intermédio do encontro do sujeito com o real torna-se incomunicável ao outro, especialmente no contexto da virada neoliberal e das formas

perversas de gestão e organização do trabalho. Ainda que o trabalhador lute de forma permanente pelo reconhecimento, buscando alcançar uma relação autêntica com o real, a organização do trabalho, através dos novos métodos de gestão e avaliação individualizada, coloca em cheque a eficácia, a qualidade, a segurança e até a validade do seu trabalho. A alienação social, isto é, a alienação infligida pela organização do trabalho materializada na figura do outro, pode ter como desdobramento a alienação mental – um quadro psicopatológico que leva o sujeito a perder o contato com o real. “A alienação no sentido psicopatológico do termo encontra realmente, aqui, sua base no não reconhecimento (pelos outros que se submetem à lei do silêncio e obediência à dominação gerencial) da qualidade e da veracidade da relação que um sujeito mantém com o real” (Dejours, 2006, p. 129).

Ao arruinar as bases do reconhecimento no trabalho, os novos métodos de gestão e organização do trabalho estão não apenas empurrando homens e mulheres em direção a uma forma individualizada de alienação (seja mental ou social), mas também suscitando os riscos de uma ruptura coletiva com a realidade. Conforme exemplifica Dejours, os novos padrões de qualidade total adotados pelas empresas na atualidade constroem o trabalhador a encobrir e dissimular, agora mais do que nunca, as infrações cometidas no sentido de superar o intervalo irredutível entre a prescrição e a realidade do trabalho. Para alcançar os certificados de qualidade, todos os trabalhadores são convocados a participar de uma construção maquiada e distorcida da realidade que obscurece, não apenas as infrações cometidas cotidianamente, mas o próprio real do trabalho. Aqui temos, segundo o autor, um exemplo de alienação cultural, uma vez que a construção coletiva de uma realidade falsificada se sustenta por meio da negação deliberada do real. O eu e o outro perdem, progressivamente, o contato com o real, mas se mantêm reciprocamente sustentados (Dejours, 2003/2008, 2006).

5.4 A saúde como um ideal a ser conquistado

A despeito da imprecisão teórica causada pela introdução do conceito de *identidade* na Clínica do trabalho, o referido conceito cumpre um propósito importante: sinalizar que, na perspectiva engendrada pelo autor, a constituição do sujeito se dá em um movimento contínuo, um movimento de luta pela auto-realização, de conquista e reconquista do eu. A identidade, para a psicodinâmica do trabalho, não é uma entidade, um traço definitivo ou estanque. A identidade é compromisso, uma promessa de realização do eu por intermédio do encontro com o real e com o outro – seja no campo erótico do amor ou no campo social do trabalho (Dejours, 1995/2011b, 2009/2012d). Da mesma forma, Dejours concebe o conceito de *saúde*: não se trata de um estado concreto e permanente de bem-estar – conforme classificam os organismos internacionais de área. Trata-se, antes, de uma condição da qual o sujeito procura se aproximar. Afirmo o autor que: “A saúde não é um estado de estabilidade, não é um estado, não é estável. A saúde é alguma coisa que muda o tempo todo” (Dejours, 1986, p. 11).

Dejours estrutura o seu conceito de saúde contrapondo-se à concepção difundida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a concebe como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade”²⁷. Para Dejours, a saúde não existe para o conjunto da população. É como a justiça, compara o autor, antes um ideal que se faz desejável na medida em que constitui um ponto de referência ou um ponto de partida. O ideal de saúde, construído socialmente, tem um papel importante na orientação das práticas e condutas

²⁷ Cf: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao&Itemid=839#:~:text=A%20OMS%20apoia%20governos%20no,efetivas%20%C3%A0s%20pol%C3%Aaticas%20e%20planos.

dos sujeitos que se colocam em movimento para tentar conquistá-lo. De fato, é impossível conquistar a saúde. No melhor dos cenários, o sujeito alcança uma série de compromissos, não tão nobres, que o autor vai chamar de *normalidade* (Dejours, 2007d). A saúde é para a Clínica do trabalho “[...] uma sucessão de compromissos com a realidade; são compromissos que se assumem com a realidade, e que se mudam, se reconquistam, se redefinem, que se perdem e que se ganham. Isso é a saúde” (Dejours, 1986, p.11).

A saúde é um pacto com um certo número de doenças, mais ou menos toleráveis, mais ou menos suscetíveis a tratamento, mais ou menos estabilizadas, em diferentes contextos históricos e sociais. É como a normalidade, afirma Dejours (2007d), que não é a mesma se comparada à concepção de 50 anos atrás, nem idêntica se tomarmos duas realidades distintas como a França e o Brasil. A saúde na psicodinâmica do trabalho, tal qual a normalidade, é um enigma a ser decifrado. Ao romper com a psicopatologia do trabalho e criar uma nova disciplina teórico-clínica, Dejours utiliza o conceito de normalidade para se referir a um equilíbrio precário e instável existente entre os constrangimentos patogênicos da organização do trabalho e as estratégias defensivas construídas pelos trabalhadores no seu ofício. Mais do que isso, ao assumir a ideia de normalidade, Dejours renuncia aonexo causal entre trabalho e adoecimento sustentado historicamente pela psicopatologia do trabalho. “Assim, de um questionamento orientado para a doença, passa-se a um questionamento orientado à normalidade” (Demaegdt, Rolo & Dejours, 2013). O debate acerca da saúde, por sua vez, constitui outro nível de relação e ação na perspectiva do criador da psicodinâmica: não se trata apenas de se defender dos constrangimentos provocados pela organização do trabalho, nem tampouco de resistir à descompensação psíquica ou somática. Trata-se de reconhecer no trabalho um mediador potente na conquista do ideal de saúde.

Para Dejours (2016, p. 319) “o trabalho nunca é neutro do ponto de vista da saúde”. O trabalho pode fomentar o pior: a repressão pulsional, os sintomas somáticos, a descompensação psíquica, a alienação e até o suicídio. Mas pode também produzir o melhor, ao ponto de que para a maioria das pessoas o trabalho é um elemento central na luta pela conquista da saúde. Como se viu até aqui, em diversas situações e contextos, o trabalhar não implica apenas em sofrimento, mas também em prazer, que advém na forma de gratificações materiais, simbólicas e psicoeconômicas. No primeiro momento da sua obra, notadamente em “*Travail, Usure Mentale*”, o prazer no trabalho estava associado à capacidade do sujeito alcançar, por meio da atividade laboral, a descarga das excitações que lhe causavam uma intensa carga psíquica. Adiante, num segundo momento da Clínica do trabalho, observa-se que o prazer no trabalho aparece associado às possibilidades de ampliação dos registros subjetivo e corporal no encontro do sujeito com o real do trabalho. Finalmente, em um terceiro momento da obra dejouriana, o prazer no trabalho está associado à retribuição simbólica consequente ao reconhecimento do fazer que pode ser incorporado no registro da identidade singular. Do ponto de vista da psicodinâmica de Dejours, a demanda pelo prazer no trabalho não é mera trivialidade, muito pelo contrário, constitui o caminho por meio do qual é possível se aproximar do ideal de saúde.

No que concerne à relação entre trabalho, prazer e saúde, é importante destacar, mais uma vez, o papel do reconhecimento na conformação da dinâmica contribuição-retribuição e, conseqüentemente, na construção da identidade e realização de si. De acordo com Dejours (2013), o reconhecimento compreende um segundo nível do processo de sublimação autorizado pelo trabalho. Na perspectiva da psicodinâmica do trabalho, a sublimação não se restringe à dimensão psicoeconômica concebida por Freud, assumindo também um valor eminentemente simbólico. Para Dejours, enquanto o primeiro nível da sublimação é intrasubjetivo e incide sobre o

funcionamento do psiquismo, o segundo nível é intersubjetivo e diz respeito à dinâmica social do reconhecimento. Como assevera o autor, é sobretudo graças ao reconhecimento do fazer que uma parte significativa do sofrimento pode ser transformada em prazer no trabalho (Dejours, 2013). Na teoria da sublimação sustentada pela Clínica do trabalho, o reconhecimento do trabalho consiste em uma operação simbólica de resgate do sentido e valorização social do trabalho, constituindo, portanto, nova meta e objeto da pulsão. A possibilidade de prazer no trabalho e, com efeito, de conquista da saúde, se dá a partir dos ganhos obtidos nos registros da identidade e da auto-realização mediados pelo reconhecimento do trabalho enquanto atividade sublimatória. Não é o trabalho em si que produz identidade e saúde, mas o reconhecimento do trabalho pelo olhar do outro e do social.

Olhando por esse ângulo, o reconhecimento no trabalho poderia ser tomado como uma espécie de solução mágica – uma “panaceia”, nas palavras do autor (Dejours, 2007e, p. 66) – para todas as questões relativas à saúde e ao adoecimento dos trabalhadores. Ou ainda ser apontado como a saída genérica para grande parte dos problemas relacionados à identidade e à alienação. Seria, assim, o trunfo da psicodinâmica do reconhecimento. No entanto, a realidade das empresas e organizações passa bem longe disso: no geral, as práticas contemporâneas associadas ao reconhecimento no trabalho contrastam, quando não se opõem, à lógica de fortalecimento dos vínculos sociais no trabalho, ao sentimento de pertencimento e à consolidação da identidade. Dejours (2007c) chama a atenção para o fato de que os novos modelos de gerenciamento pós-fordistas têm se esforçado para transformar o conteúdo do reconhecimento em uma técnica de gestão, convertendo uma demanda subjetiva em instrumento de dominação e assujeitamento no trabalho.

Dejours (2007e) esclarece que, antes de se apresentar como uma motivação para o trabalho, antes de tomar a forma de uma reivindicação coletiva, o reconhecimento é uma *expectativa*, uma expectativa cujo conteúdo subjetivo atravessa a questão da insatisfação e do sofrimento. “Isso quer dizer que no princípio da dinâmica do reconhecimento, devemos admitir primeiramente um sujeito que sofre e que espera o reconhecimento e o demanda ao outro” (pp. 59-60). Aqui, é importante assinalar um ponto de cisão entre a psicodinâmica do reconhecimento e a teoria crítica do reconhecimento. Diferentemente de Honneth, Dejours acredita que a demanda subjetiva pelo reconhecimento é o que precede a luta pelo reconhecimento. E mais, que a privação do reconhecimento não conduz os sujeitos e os coletivos à luta pela sua reconquista, pelo contrário, condena-os à desmobilização, à desolação e à negação da realidade, abrindo caminho para a ruptura do equilíbrio instável entre normalidade e patologia (Dejours, 2007e).

Sofrimento, demanda e vulnerabilidade são os termos essenciais da psicodinâmica do reconhecimento denegado cujos efeitos se dão, de forma incisiva, nos processos saúde-doença relacionados ao trabalho. A vulnerabilidade é, para Dejours, não uma consequência social da injustiça ou da desigualdade, mas sim uma dimensão inerente à condição humana. A vulnerabilidade no trabalho é o inverso da estratégia defensiva: trata-se de um estágio em que o sujeito, privado de qualquer reconhecimento do fazer ou do sofrimento no trabalho, não tendo qualquer demanda simbólica satisfeita pela organização do trabalho, torna-se incapaz de se defender das agressões perpetradas por essa, ficando assim mais suscetível à descompensação. Observa-se que o reconhecimento é, para a psicodinâmica do trabalho, não apenas um elemento estruturante da identidade, mas também um componente fundamental da saúde (Dejours, 2007e).

O trabalho de produção coloca o sujeito em movimento: ao mesmo tempo em que ele é confrontado com a vulnerabilidade do ser, o trabalho lhe oferece os mais preciosos registros de

identidade. O trabalho lhe concede uma existência concreta no mundo, lhe oferece uma promessa de realização de si mesmo, lhe provém um sentimento de pertença a um coletivo e um status perante a sociedade. É o trabalho que lhe proporciona a chance de dar um novo significado à sua história singular, de recolocar em jogo os paradoxos da dinâmica pulsional. É esse mesmo trabalho, entretanto, que lhe provoca sofrimento, angústia e riscos, que vão desde o esvaziamento do seu conteúdo até a alienação da realidade. O trabalho é imperativo do ser e também do não ser.

Capítulo 6 – O Trabalho como Mediador das Relações Sociais e Políticas

Nos últimos anos da década de 1990, a psicodinâmica do trabalho é marcada por uma profunda inflexão teórica consagrada com a publicação de *Souffrance en France*. Nesse livro, o leitor se depara com um Dejours fortemente impactado pelas mazelas sociais que assolam a França – e grande parte do mundo ocidental – na virada para o século XXI: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desmobilização dos trabalhadores e sindicatos, a escalada da violência, do adoecimento psíquico e os suicídios no local de trabalho. Para Dejours, esse cenário de crise política e social encontrava suas raízes em um fenômeno muito específico: o êxito da agenda neoliberal. No âmbito do trabalho, por conseguinte, “a guerra econômica” avançava sobre a organização do trabalho transformando as relações intersubjetivas e a relação do sujeito com o trabalho. *Souffrance en France* é um livro-manifesto cujo objetivo é denunciar a vitória da ideologia gerencialista sobre as formas de solidariedade e cooperação, e o triunfo da injustiça banalizada em detrimento da ética do ser e do viver juntos (Dejours, 1998/2007a).

Essa “politização” da psicodinâmica do trabalho experimentada na virada do século vai alcançar o autor e a sua obra até a atualidade. Evidentemente, a entrada em cena de um novo conteúdo social e político vai erigir novos questionamentos para a Clínica do trabalho: como apreender o sofrimento nesse contexto? Como repensar a relação entre trabalho, saúde e subjetividade? Quais estratégias defensivas são mobilizadas frente à banalização da injustiça e a negação do reconhecimento? Em que medida o próprio contexto de trabalho pode contribuir para requalificar o sofrimento e reequilibrar a correlação de forças entre o individualismo solipsista e a coletividade organizada? Essas questões vão sendo tangenciadas, texto a texto, ano a ano, até a publicação de *Travail Vivant*, no ano de 2009. Consideramos *Travail Vivant* a obra de maturidade de Dejours, não obstante a confusão conceitual ainda persistente a respeito do conceito de trabalho

na psicodinâmica. No tomo II da obra – cujo subtítulo na edição brasileira é “*Trabalho e emancipação*” – Dejours sustenta a tese do caráter deontológico do trabalho. Isso significa que, na concepção do autor, é por meio do “fazer” coletivo no trabalho que os sujeitos constroem e reconstróem não apenas as regras de ofício, mas também as suas relações sociais e políticas no âmbito mais geral da sociedade. É desdobramento dessa concepção do trabalho enquanto atividade deontológica a famosa afirmação do autor: “*Trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto*” (Dejours, 2009/2012e, p. 85).

Neste capítulo, pretende-se explorar a relação deontológica e dialética existente entre a organização do trabalho e a organização da sociedade. Se, de fato, como defende Dejours, o trabalho é capaz de reconstruir as relações sociais e políticas no âmbito da sociedade, fomentando, inclusive, o caminho para a emancipação, tem-se aqui uma nova dimensão do conceito de trabalho na psicodinâmica do trabalho que carece de aprofundamento . O percurso da investigação metateórica no capítulo a seguir será o seguinte: a banalização da injustiça social e o sofrimento ético; a deontologia do fazer e o viver juntos; a sociologia das relações sociais de sexo e a dominação no trabalho; as novas patologias relacionadas ao trabalho e o suicídio; o trabalho entre a servidão voluntária e a emancipação; a centralidade do trabalho na psicodinâmica do trabalho.

6.1 Banalização da injustiça social e sofrimento ético

Em meados da década de 1990, a Europa como um todo, e a França em particular, atravessava um período de grande instabilidade política e o risco de colapso econômico e caos social era iminente. É nesse cenário que os preceitos liberais são colocados novamente em evidência, com a missão de resgatar a economia europeia do abismo no qual a própria crise do

capitalismo havia lhe colocado. Para Dejours, o contexto francês, às vésperas da virada do século, assemelhava-se a uma guerra, mas não uma guerra qualquer, e sim uma *guerra econômica*, que colocava em risco a sobrevivência e a liberdade de toda população. Já para aqueles que eram partidários dessa guerra, valia de tudo para alcançar a vitória: mesmo que isso significasse recorrer a métodos mais drásticos e, porque não, sacrificar algumas vítimas. Os escolhidos, como de praxe, seriam os velhos que já não serviam ao combate, os jovens despreparados, os vacilantes, os excluídos. Somente sobreviveriam aqueles que estivessem dispostos à disciplina, ao sofrimento, à abnegação, e tudo que fosse necessário para vencer a guerra de todos contra todos (Dejours, 1998/2007a).

Em “*Souffrance en France*”, Dejours demonstra como o novo liberalismo chegou à França com a força e o entusiasmo de uma operação de guerra. Uma “guerra sã”, no discurso dos seus ideólogos, cujo alvo não se restringia, doravante, às opacas estruturas do Estado, mas também das grandes empresas e agentes econômicos privados. Era preciso “enxugar os quadros”, “tirar o excesso de gordura”, “arrumar a casa”, fazer uma faxina”, “tirar o tártaro”, dentre outras tantas expressões consagradas pelos dirigentes e gestores. Em última instância, a sanha neoliberal dirigia-se à organização do trabalho e à vida dos trabalhadores. Tendo como pretexto vago o dever da austeridade, o mundo organizacional francês foi invadido, senão dominado, por estratégias e métodos de gestão do trabalho altamente questionáveis, quando não explicitamente cruéis. Essa guerra econômica tem apenas uns poucos beneficiários: aqueles que desfrutam da prosperidade e da riqueza gerada pelo enxugamento dos quadros e a intensificação do trabalho. Para a grande maioria, a guerra econômica só trouxe a precarização, o medo, a insegurança e maiores riscos para a saúde do corpo e do psiquismo (Dejours, 1998/2007a, p. 14).

A psicodinâmica do trabalho revela – nesse novo estágio do desenvolvimento teórico – a situação daqueles que perderam seus empregos, em decorrência dos processos de enxugamento e reestruturação, ou que não conseguem empregar-se pela primeira vez ou mesmo reempregar-se. A destituição ou privação do direito ao trabalho – do direito subjetivo de contribuir com a obra da sociedade e da cultura – coloca o sujeito em uma espiral regressiva cujos efeitos vão muito além do plano financeiro, mas alcançam também o registro da identidade, a dimensão psicoeconômica e o plano das relações sociais. Do ponto de vista analítico, o interesse primordial da psicodinâmica do trabalho é pelos sujeitos que permanecem trabalhando, ameaçados pelo temor do desemprego, o medo da incompetência e a tolerância à injustiça. Atrás das vitrines do progresso, das fachadas *new look* e dos padrões *hi-tech*, se esconde o sofrimento daqueles que temem não estar à altura, não serem suficientes, não satisfazer às imposições da organização do trabalho: “imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução, de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teórico e práticos e de adaptação à cultura ou à ideologia da empresa, às exigências do mercado [...]” (Dejours, 1998/2007a, p. 28).

A pergunta crucial da obra que marca a inflexão política da Clínica do trabalho é a seguinte: “*Como tolerar o intolerável?*” (p. 19). Em termos concretos, essa questão pode ser traduzida da seguinte forma: como se opera a clivagem entre o sofrimento vivido pelos trabalhadores e a injustiça perpetrada pelos novos métodos de gestão organizacional, da qual eles mesmos acabam se tornando cúmplices. Dejours (1998/2007a) se esforça para apreender esse novo contexto social em que o sofrimento – seja experimentado diretamente no trabalho, seja resultado da injustiça – deixa de provocar uma forte reação política do coletivo. A hipótese inicial levantada pelo autor é a de que o neoliberalismo conseguiu disseminar a ideologia de que a injustiça social é um fenômeno inerente ao sistema, próprio da sua dinâmica econômica, sobre o qual não seria possível

exercer nenhum tipo de ação. Dessa forma, a crise econômica e os seus efeitos – como o desemprego, a precarização, a violência ou a fome – passam a ser compreendidos como algo que não pode ser evitado, tal qual um fenômeno da natureza, uma peste ou uma epidemia.

De acordo com Dejours (1998/2007a), o consenso neoliberal e a ofensiva gerencialista tiveram efeitos imediatos sobre o mundo laboral: precarização, intensificação do trabalho; aumento do sofrimento patogênico; neutralização da mobilização subjetiva dos trabalhadores; incapacidade de resistir coletivamente ao sofrimento, à dominação e a alienação no trabalho; surgimento de uma novas estratégias defensivas baseadas no silenciamento, na cegueira e na surdez frente às injustiças. Uma vez que se considera incapaz de tomar uma atitude, que tem medo de emplacar uma resistência concreta, o trabalhador adota a estratégia de fechar os olhos e os ouvidos para as injustiças, o sofrimento do outro e o próprio sofrimento. Como consequência dessa situação, somada ao medo do desemprego, à ameaça do exército industrial de reserva, à competição generalizada estimulada pela chefia, instala-se o verdadeiro individualismo, o cada um por si, afastando ainda mais a possibilidade de uma reação coletiva. Ao que tudo indica, e as pesquisas em psicodinâmica do trabalho confirmam “[...] a precariedade não atinge somente os trabalhadores precários” (p. 50).

O esvaziamento das organizações sindicais e o distanciamento dos trabalhadores das pautas eminentemente políticas é, sem dúvida, parte integrante dessa trama que envolve desde o imobilismo coletivo até a tolerância generalizada à injustiça. Para Dejours, a fragilização dos sindicatos e das organizações políticas dos trabalhadores não é a causa do processo, mas, antes, a consequência. Os acontecimentos de maio de 1968, na França, trouxeram para o centro do debate público as questões da subjetividade, do sofrimento, da alienação e do significado do trabalho. Como destaca Ota (2014), é a partir desse momento histórico que o sofrimento emerge como pauta

política e demanda social na França. Dejours, no entanto, ressalta que os movimentos sociais e partidos políticos franceses assumiram as reivindicações da subjetividade apenas formalmente, de forma pragmática e orientada para um projeto de poder. Na prática, o que prevalecia era a recusa, quando não a desqualificação das questões relacionadas ao sofrimento e à subjetividade no trabalho. Em última análise, a relutância dos partidos e sindicatos contribuiu não apenas para desqualificar o discurso sobre o sofrimento, mas também para ampliar a tolerância em relação a ele (Dejours, 1998/2007a).

Explicita o autor que:

As pesquisas em psicopatologia do trabalho iniciadas nos anos 70 esbarraram então na resistência dos sindicatos e na condenação da esquerda. Tudo o que dizia respeito a subjetividade, sofrimento subjetivo, patologia mental, transtornos psicoterápicos suscitava desconfiança e até reprovação pública, salvo em certos casos notórios. Por que essa resistência? Toda abordagem dos problemas psicológicos por psicólogos, médicos, psiquiatras e psicanalistas incorria num pecado capital: o de privilegiar a subjetividade individual, de supostamente levar a práticas individualizantes e de tolher a ação coletiva. A análise do sofrimento psíquico remetia à *subjetividade* – mero reflexo fictício e insignificante do *subjetivismo* e do idealismo. Tidas como antimaterialistas, tais preocupações com a saúde mental tolheriam a *mobilização coletiva e a consciência de classe*, favorecendo um “egocentrismo pequeno-burguês” de natureza essencialmente reacionária. O espírito da declaração que denunciava “a psicanálise como ideologia reacionária” dominava ainda as organizações sindicais e esquerdistas nos anos 70 (Dejours 1998/2007a, p. 38-39).

Em suma, a conjuntura do mundo do trabalho que vai se consolidando na França ao final dos anos 1990 é marcada não apenas pelo desemprego, a precarização e a incerteza, mas também pelo esvaziamento da ação coletiva no trabalho, o que tem como desdobramentos o reforço ao individualismo, à competição generalizada e à tolerância à injustiça. Ao contrário do que declara o senso comum, o individualismo, a competição e a tolerância não são as causas e sim as consequências do esvaziamento da luta política experimentado nas últimas décadas. A tese – até

certo ponto polêmica – de Dejours é que a falta de mobilização coletiva frente à ofensiva neoliberal foi precedida pela recusa deliberada da subjetividade por parte dos representantes políticos dos trabalhadores. No campo movediço em que os partidos de esquerda e os sindicatos se recusaram a caminhar, gestores e dirigentes de empresas encontraram um terreno fértil para o cultivo e a proliferação das chamadas culturas empresariais. A explicação é plausível e muito bem fundamentada, mas ainda insuficiente para sanar outra questão colocada pelo autor no início da sua obra de inflexão: “Mas por que a máquina de guerra funciona tão bem assim?” (Dejours, 1998/2007a, p. 16).

Para Dejours, existe uma dimensão do fenômeno da banalização da injustiça que ultrapassa as dinâmicas econômica e política: trata-se do *consentimento*. Para que a máquina de guerra continue a funcionar de forma eficiente e duradoura, é preciso supor que todos aqueles que não possuam algum poder no interior da estrutura de dominação organizacional, ou pelo menos a maioria deles, contribuam para o seu funcionamento ou, na pior das hipóteses, não ofereçam resistência ao seu movimento de devastação. Nessa perspectiva, na abordagem proposta por Dejours, não se trata apenas de compreender a lógica dos sistemas econômicos ou os meandros políticos dos projetos de poder. Trata-se, sobretudo, de desvelar as condutas humanas que produzem e reproduzem a máquina de guerra, que levam homens e mulheres a consentir sua existência ou mesmo submeter-se a ela (Dejours, 1998/2007).

As pesquisas em Clínica do trabalho realizadas anteriormente à publicação de *Souffrance en France* já denunciavam as condutas ignóbeis praticadas por executivos e gestores em grandes empresas. Em uma espécie de gincana perversa, os altos quadros da organização competiam para ver quem demitia mais, quem enxugava os quadros de maneira mais ostensiva ou ainda quem seria capaz de extrair maiores índices de produtividade dos subordinados, custe o que custar. Os

vencedores ganhavam não apenas prêmios em dinheiro, viagens, jantares ou festas, mas também o reconhecimento de ter “topete”, “colhões”, ou ainda apelidos enérgicos como “caubói” ou “matador”. A essa combinação entre ideologia defensiva e racionalidade econômica – onde uma alimenta a outra e vice-versa – Dejours vai chamar de *cinismo viril* (Dejours, 1998/2007a, p.88-91). Não obstante, interessa ao autor a compreensão desse fenômeno ao nível de uma conduta banalizada entre os trabalhadores, cuja análise não se limita à esfera psicológica individual, mas alcança as estruturas organizacionais e sociais. Em suma, não convém assumir a banalização do sofrimento e da injustiça, ou mesmo o mal praticado deliberadamente, como uma questão de personalidade, caráter ou psicopatia do indivíduo. Antes, é preciso apreender como aquele sujeito que faz o “trabalho sujo” se posiciona na máquina de guerra da administração racionalizada.

Para elucidar esse cenário social e político que Dejours caracterizou como *banalização da injustiça social* – que compreende não apenas o mundo do trabalho, mas a organização da sociedade como um todo – o autor vai recorrer ao famoso conceito arendtiano de *banalidade do mal*. Em 1961, Hannah Arendt foi enviada a Jerusalém, pela revista norte-americana *The New Yorker*, para cobrir o julgamento de Adolf Eichmann, tenente-coronel da Força de Proteção do Partido Nacional Socialista, a temida “SS”. Eichmann havia sido capturado um ano antes pela *Mossad*, o serviço secreto israelense, em Buenos Aires, onde levava uma vida de cidadão comum. Eichmann era apontado como um dos principais operadores de logística do processo denominado pelo Terceiro *Reich* de “Solução Final”: o envio de milhares de judeus para a morte nos campos de extermínio. Eichmann foi julgado e condenado por 15 crimes – incluindo crimes de guerra, crime contra humanidade e crime contra o povo judeu. Ele foi executado em 1º de junho de 1962.

Mas o que levou Hannah Arendt a desenvolver sua tese da banalidade do mal – tendo acompanhado o julgamento e se debruçado sobre a sua história de vida e os seus depoimentos de

Eichmann – foi descobrir um homem totalmente insignificante, de capacidades intelectuais limitadas, sem vestígios de psicopatia ou qualquer outro traço de maldade excepcional²⁸. Eichmann, tampouco, demonstrava qualquer fervor ideológico que justificasse seus atos criminosos. Sua opção pelo Partido Nacional Socialista, aparentemente, foi muito mais uma estratégia de carreira do que uma escolha política consequente. Eichmann era um indivíduo mediano, um “cidadão respeitador das leis”, nas palavras de Arendt, alguém de uma personalidade pobre e extraordinariamente superficial. Seu perfil parecia se encaixar perfeitamente ao padrão demandado pelo regime nazista para a execução do trabalho burocrático: acrítico, obediente, disciplinado e exímio cumpridor de ordens (Arendt, 1963/2016, p. 35).

Mesmo tendo sido o responsável por transportar milhões de judeus para a morte, Eichmann se declarava inocente. Segundo a argumentação de sua defesa, uma vez que era reconhecida a legitimidade do regime nazista, então vigente, as ações de Eichmann não constituíam crimes, mas sim “atos de Estado” (Arendt, 1963/2016, p. 33). Eichmann alegava nunca ter matado um judeu ou outro ser humano qualquer, nem mesmo ter ordenado qualquer execução. No máximo, segundo ele, poderia ser acusado de “ajudar e assistir” ao extermínio do povo judeu na Alemanha. O acusado declarava, ainda, nunca ter tido qualquer posição antissemita e afirmava até ter boas relações com a comunidade judaica antes da guerra. Eichmann se considerava apenas um fiel oficial do *Reich* à serviço do *Führer*. Arendt (1963/2016) chega a afirmar que Eichmann não deixava “nenhuma dúvida que teria matado o próprio pai se houvesse recebido uma ordem nesse sentido” (p. 33) e que “só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam” (p. 37).

²⁸ Sobre uma possível psicopatia ou anormalidade de Eichmann, a autora escreve: “Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua ‘normalidade’ – ‘pelo menos, mais normal do que eu fiquei depois de examiná-lo’, teria exclamado um deles, enquanto outros consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’ ”(Arendt, 1963/2016, p. 37).

O relato de Hannah Arendt não é exclusivamente sobre Eichmann, mas sobre a estarrecedora “normalidade” que ele representa:

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram pervertidos e nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista das nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado (Arendt, 1963/2016, p.299).

O sucesso e a longevidade do regime nazista jamais teria sido possível sem a ascensão de um sistema totalitário capaz de operar simbolicamente a transformação do mal radical em algo banal. Como destaca Dejours (1998/2007a), a análise trazida por Hannah Arendt contradiz toda a lógica do pensamento ocidental sobre o fenômeno do mal: seja na literatura, na filosofia ou nas escrituras sagradas, o mal sempre foi tratado como algo excepcional, uma particularidade de um sujeito ou, com frequência, um predicado do outro, nunca de nós mesmos. O que Arendt tenta demonstrar a partir do caso Eichmann é exatamente o contrário: o mal radical é banal e figura na obediência, na omissão, na disciplina e, principalmente, na ausência do pensamento crítico. O mal não é fruto de doença, possessão demoníaca, determinismo histórico e/ou alienação ideológica. O mal apresenta-se em todo e qualquer sujeito disposto a tolerá-lo.

A “normalidade” de Eichmann que tanto intrigou Hannah Arendt, fornecendo-lhe o substrato para a sua tese da *banalidade do mal*, é a mesma que vai intrigar Dejours, algumas décadas depois, ao se debruçar sobre o contexto organizacional francês na virada do século. Guardadas as devidas proporções, Dejours identificava na tolerância crescente ao sofrimento e na indiferença perante à injustiça social, uma conduta massificada de banalização análoga aos acontecimentos do holocausto: quem inflige o mal não é apenas aquele que aperta o botão da

câmara de gás, mas todos aqueles que foram coniventes ou consentiram que a História chegasse até esse ponto. No contexto do novo liberalismo e das práticas perversas de gestão, Dejours vai descrever essa situação de consentimento e tolerância à injustiça como uma espécie *normopatía*, a qual é caracterizada pela: colaboração com a injustiça seja por ação ou por omissão; suspensão da capacidade de pensar e substituição do pensamento pelos estereótipos econômicos dominantes; limitação na capacidade de perceber e de julgar a injustiça; abolição da vontade coletiva de agir frente ao sofrimento e a injustiça (Dejours, 1998/2007a; 2019c).

Sem se descolar da consciência arendtiana, Dejours circunscreve que o seu objeto de análise é a *banalização* e não a *banalidade*. Não se trata, portanto, de investigar as condutas nefastas de homens ordinários e banais, mas sim a transformação de condutas nefastas em ordinárias e banais. A banalização compreende o “processo graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e o comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo em valor” (Dejours, 1998/2007a, p. 110). A tese do autor é de que, no contexto neoliberal, a banalização da injustiça social enquanto uma conduta massificada, se realiza principalmente na organização do trabalho. O comportamento normopático surge e se consolida na medida em que avança a precarização, o medo, a competição e o isolamento no trabalho. A prática do mal no âmbito da organização ou mesmo a colaboração com a gestão não é um exercício patente de convicção, pelo contrário, é uma estratégia de defesa cujo objetivo é esconjurar o medo e a angústia mediante os cenários de desemprego, reestruturação produtiva, enxugamento de quadros e competição generalizada.

A adesão ao *modus operandi* neoliberal não se dá por meio do recurso à força, violência ou grave ameaça. Muito pelo contrário: as investigações clínicas empreendidas por Dejours e seus seguidores indicam que o que faz homens e mulheres, no seu contexto de trabalho, a participarem

de atos que moralmente reprovam é o *consentimento*. Dejours parte do pressuposto de que os trabalhadores têm um *sensu moral* que não é facilmente abolido, senão pelo uso da violência contra o seu corpo. Nem mesmo o temor ao desemprego ou as mais severas pressões organizacionais seriam capazes de destituir o senso moral desse trabalhador. A que tudo indica, a origem desse consentimento que obscurece o senso moral do trabalhador, que o leva a testemunhar o sofrimento do outro sem reação ou mesmo a submeter os seus iguais ao sofrimento, só pode ser de natureza simbólica. O recurso à *dominação simbólica* visa alcançar o funcionamento psíquico e o imaginário social. Como veremos, a noção de dominação simbólica vai ao encontro do conceito de *servidão voluntária*, sem os quais seria impossível compreender o sucesso e a vitalidade da “guerra econômica”. E que, paradoxalmente, ainda que a moderna organização do trabalho não faça o uso sensível da violência, ela gera violência nas suas margens (Dejours, 1998/2007a, 1999d).

Consentida ou não, a prática de atos que o sujeito moralmente reprova, a colaboração com a injustiça ou a inércia frente ao sofrimento do outro, produzem uma nova categoria de sofrimento subjetivo que Dejours (1998/2007a, 2017b) vai chamar de *sofrimento ético*. É importante destacar que o conceito de sofrimento vai se ampliando ao longo do desenvolvimento teórico da psicodinâmica do trabalho: em “A loucura do trabalho” (1980) o sofrimento está praticamente circunscrito aos impedimentos colocados pela organização do trabalho no que tange às descargas de excitações e à atividade sublimatória; em “O Fator Humano” (1995) e “Avaliação do trabalho submetida à prova do real” (2003), o sofrimento se dá, impreterivelmente, no encontro do sujeito com o real do trabalho, no fracasso experimentado em razão do intervalo irredutível entre a tarefa e a atividade; o sofrimento figura também na falta de reconhecimento do trabalho e da contribuição singular à organização do trabalho. Com a alusão ao sofrimento ético, Dejours não apenas aponta

uma nova faceta do sofrimento, mas dá a ele um cunho eminentemente político. Embora a noção de sofrimento ético na obra de Dejours seja apenas uma breve menção, ela tem um papel importante: demonstrar que o consentimento não é dado sem um custo psíquico, que por trás de um sujeito que pratica a injustiça – seja um trabalhador ou um dirigente – existe um sujeito que sofre.

6.2 Servidão voluntária e dominação simbólica

Tanto em um regime totalitário, como descrito por Hannah Arendt, como na “guerra econômica”, denunciada por Dejours, a adesão e a colaboração de um vasto contingente de pessoas – que em última instância garante o sucesso do sistema – não poder ser explicada apenas por questões de ordem econômicas ou políticas. É tentador afirmar que um sujeito pratica o mal, se cala frente à injustiça ou colabora com práticas nefastas de gestão apenas para subir na hierarquia ou obter alguma vantagem financeira. Mais tentador ainda seria cunhar uma explicação subjetivista ou abstrata, reduzindo um fenômeno que é notoriamente coletivo, a uma questão individual ou de caráter. Assim, é quase por uma lógica de exclusão que Dejours vai admitir o conceito de *servidão voluntária*, a fim explicar o triunfo da ideologia gerencialista sobre as formas de solidariedade e cooperação no trabalho, de lançar uma luz sobre a banalização da injustiça social em detrimento da ética deontológica do fazer e viver juntos. Afirma o autor que “não podemos aceitar como verdade a hipótese segundo a qual o avanço de métodos injustos e reprováveis pelos trabalhadores lhes seria imposto contra a sua vontade. É exatamente o contrário: eles são seus servos zelosos.” (Dejours, 2006, p. 139).

A terminologia *servidão voluntária* aparece, a priori, como uma contradição em termos. A história mostra, concretamente, que um sujeito é conduzido à condição de servo nunca por vontade

própria, mas por uma condição de vulnerabilidade, violência, assujeitamento ou tirania. A servidão, ao longo da história humana, é necessariamente associada à submissão ou à dependência. É justamente a esse lugar-comum que o jovem filósofo Etienne de La Boétie vem se contrapor na obra “Discurso da Servidão Voluntária”. Na França do século XVI, La Boétie vai buscar compreender porque tantos homens, nações inteiras, vilas, cidades, povoados suportam a tirania de um único homem cujo poder é apenas aquele que lhe fora concedido por esses próprios homens. O pressuposto da filosofia moral de La Boétie é de que: o espetáculo de subjugação de nações inteiras à tirania é, antes, fundado no vício da servidão e não na imposição da autoridade.

Questiona o filósofo:

Mas, ó Deus!, o que é isso? Como chamaremos esse vício, esse vício horrível? Não é vergonhoso ver um número infinito de homens não só obedecer mas rastejar, não serem governados mas tiranizados, não tendo nem bens, nem parentes, nem crianças, nem sua própria vida que lhes pertençam? Suportando as rapinas, as extorsões, as crueldades, não de um exército, não de uma horda de bárbaros, contra os quais cada um deveria defender sua vida a custo de todo o seu sangue, mas de um só; não de um Hércules ou um Sansão, mas de um verdadeiro *Mirmidon* [homenzinho], amiúde o mais covarde, o mais vil e mais afeminado da nação, que nunca cheirou a pólvora das batalhas, quando muito pisou na areia dos torneios (La Boétie, 1999, p. 75).

Seria covardia o que faz com que esses homens se submetam ao jugo da tirania, pergunta retoricamente La Boétie. Se fossem apenas dois, três ou quatro homens a se esquivarem, seria possível conceber que lhe faltas “fibra” para enfrentar o tirano. Ou melhor, consentir que é por desprezo ou desdém que esses homens se recusam a depor o tirano. Mas quando se trata de cem homens, mil cabeças, um milhão de pessoas, um exército inteiro a se deixar reprimir por um só, não se pode dizer que é por desprezo ou covardia que ali permanecem mansamente. Para La Boétie, são os povos que se deixam ser tiranizados, que tudo fazem para ser dominados, pois o deixariam de ser no dia em que se recusassem a servir ao tirano. “É o povo que se sujeita e se degola; que,

podendo escolher entre ser súdito ou ser livre, rejeita a liberdade e aceita o jugo, que consente seu mal, ou melhor, persegue-o” (La Boétie, 1999, p. 77).

La Boétie ressalta que a primeira razão da servidão voluntária é o *hábito*. Como os mais bravos cavalos, que de início dão coices, mordem o freio, se rebelam contra a sela. Para, em seguida, se apresentarem soberbos e brilhantes sob os arreios que lhes apertam o ventre, sob a armadura que lhe pesa o corpo. Assim também é o homem, ele se molda e se acostuma a ser servil: a servidão torna-lhe algo natural. Os homens dizem que sempre viveram na servidão, que seus pais e todos os seus antepassados viveram assim. Eles se convencem de que são obrigados a suportá-la e, com o passar do tempo, acabam por consolidar o poder e as posses de quem os tiraniza. O medo de desagradar o tirano rouba-lhe toda a liberdade de fazer, de falar e de pensar. Os homens já nascem sob o jugo da tirania, são criados e alimentados na servidão. Sem poder olhar para mais longe, contentam-se em viver como nasceram. Uma vez que acreditam não ter outros direitos e nem dispor de mais bens além daqueles do nascimento, aceitam como a sua condição natural a servidão que encontraram ao nascer. Os homens nascem servos, são educados como servos e vivem a vida no limite do que a servidão voluntária lhes permite viver (La Boétie, 1999).

Até aqui, já é possível pressupor sobre quais bases se constitui a servidão voluntária. Mas como essa estrutura se sustenta? La Boétie esclarece que:

Sempre foi assim: cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos dele se aproximaram ou, então por ele foram chamados para serem os cúmplices de suas crueldades, os companheiros de seus prazeres, os complacentes para com suas volúpias sujas e sócios de suas rapinas. Tão bem esses seis domam seu chefe que este se torna mau para com a sociedade, não só com suas próprias maldades, mas também com as deles. Esses seis têm seiscentos que debaixo deles domam e corrompem, como corromperam o tirano. Esses seiscentos mantêm sob a sua dependência seis mil, que dignificam, aos quais fazem dar o governo da província ou o manejo dos dinheiros públicos, para que favoreçam sua avareza e crueldade, que as mantenham ou as exerça no momento oportuno [...] Grande é a série que vêm depois deles. E quem quiser

seguir o rastro não verá os seis mil mas cem mil, milhões que por essa via se agarram ao tirano, formando uma corrente ininterrupta que sobe até ele. Como Homero diz de Júpiter, que se gaba de trazer a si todos os Deus ao puxar corrente semelhante (La Boétie, 1999, p. 100).

Para Étienne de La Boétie, a servidão voluntária subsiste como uma espécie de pirâmide, onde aquele que é tiranizado, tiraniza os que estão nos níveis inferiores e assim sucessivamente. Não são os arqueiros ou sentinelas que protegem a vida do tirano, afirma La Boétie: esses são meros espantalhos. Nem tampouco os soldados e as armas que garantem a sua sobrevivência. Quem garante a vida do tirano são esses cinco ou seis servos fiéis e os exércitos de súditos que eles têm aos seus pés, e os súditos que seus súditos têm sob os pés... A servidão voluntária, segundo La Boétie, transforma: os olhos dos servos, nos olhos que o vigiam; as mãos dos servos, nas mãos que o golpeiam; os pés dos servos, nos pés que o esmagam e à sua cidade. É necessário admitir que a grande maioria dos homens, podendo escolher entre ser servo e ser livre, rejeita a liberdade e aceita a servidão. Para La Boétie, a liberdade é a única coisa que os homens não desejam. Mas o segredo e a força da tirania é, indubitavelmente, a cumplicidade e o consentimento que residem na servidão voluntária (La Boétie, 1999).

Ainda que o discurso de Etienne de La Boétie tenha sido redigido há quase cinco séculos, a proximidade com o tempo presente é notória, especialmente se confrontado com o mundo organizacional contemporâneo. As grandes empresas são, no geral, sociedades anônimas. Não existe a figura do tirano: mas existem os acionistas, os diretores, os gerentes, os chefes de setor, os líderes de equipe, os supervisores, até chegar no trabalhador da base, cada um “tiranizando” os que estão abaixo na hierarquia organizacional e servindo fielmente aos que estão acima. Para Dejourn (2019c), a servidão voluntária contemporânea é uma forma de manifestação da normopatía, capaz de explicar em termos metapsicológicos o fenômeno que La Boétie descreveu em termos de uma filosofia moral e política. O que faz dos trabalhadores e dos *managers* legítimos

normopatas é a ausência de conflito motivado pela sua servidão aos que estão acima ou pelo mal banal praticado contra os que estão abaixo (Dejours, 1995/2005b, 2019c).

A servidão voluntária é, para a psicodinâmica do trabalho, uma forma de arranjo psíquico necessária aos trabalhadores e gestores para suportar as formas contemporâneas de dominação no interior da organização do trabalho. Segundo Dejours (2010c), não se pode ignorar o fato de que [...] toda organização do trabalho é um método de dominação, é uma base de experimentação para testar o consentimento das pessoas em dar sua contribuição a formas de trabalho absolutamente extraordinárias de servidão” (p. 61-62). Nessa ótica, o autor admite que a erosão das condições subjetivas de trabalho não é obra apenas de quem concebe a organização do trabalho, mas também daqueles que consentem em servi-la, ao invés de se opor a ela. Mas antes que seja possível culpabilizar os trabalhadores e gestores pela cegueira consentida ou mal deliberado, é preciso compreender a servidão voluntária como uma nova estratégia coletiva de defesa frente ao sofrimento inescapável decorrente das novas formas de gerenciamento e da guerra econômica que tomou conta do mundo do trabalho. O sofrimento no trabalho e as defesas contra o sofrimento não são, a partir de então, questões de ordem meramente subjetiva, mas também política (Dejours, 2010c, 2018).

A servidão voluntária designa um processo através do qual trabalhadores e gestores aderem, de forma consentida e incondicional, ao discurso gerencialista da empresa. Esse processo não transcorre, evidentemente, sem contradições, sem sofrimento, sem um custo subjetivo para o sujeito. A servidão voluntária moderna faz com que o sujeito se engaje de tal maneira no trabalho que, não obstante a precarização da sua atividade, ele passa a praticar atos que o seu senso moral reprova. Dejours (2009/2012e) acredita que as estratégias de defesa – destinadas, a princípio, a proteger a saúde dos trabalhadores e dos coletivos – podem se transformar em “poderosos móveis

para a servidão voluntária e para a reprodução da dominação” (p. 65). A dominação simbólica fomenta uma espécie de consenso entre os sujeitos que trabalham, criando uma uniformidade de pensamento e de ação. A servidão voluntária promove e naturaliza a adesão a esse consenso. E, como veremos, a servidão voluntária à organização do trabalho e a dominação simbólica do consenso gerencialista estão na origem das patologias da solidão, do assédio moral, da violência e do suicídio no trabalho.

6.3 Relações sociais de sexo e clínica do trabalho

Em 1986, no I *Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*²⁹, as sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata trouxeram para o centro do debate das ciências do trabalho a temática das *relações sociais de sexo*. Segundo as autoras, a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho concebida na gênese do capitalismo. A divisão social do trabalho é um termo genérico que faz referência a um amplo conjunto de relações sociais que fornecem materialidade e sustentação ao modo de produção capitalista, desde a cisão entre os donos dos meios de produção e os que vivem da venda da sua força de trabalho, passando pela divisão internacional do trabalho entre centro e periferia do capitalismo, pela divisão entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução na fábrica, até alcançar a separação entre o trabalho doméstico (reprodutivo) e o trabalho considerado produtivo. A divisão do trabalho entre os sexos, portanto, “faz referência à relação social homem/mulher à qual atravessa e é atravessada por todas as outras modalidades de divisão social do trabalho” (Hirata & Kergoat, 1988/2001, p. 132). A

²⁹ O seminário em questão deu origem ao famoso livro “*Plaisir et souffrance dans le travail*”, publicado em dois volumes, cuja primeira edição é do ano de 1988. A coletânea de artigos resultante do seminário, organizada por Dejours, tem textos de autores que influenciaram, direta ou indiretamente, as suas formulações teóricas, tais como: Damien Cru, François Daniellou, Helena Hirata, Danièle Kergoat, Adolfo Fernandez-Zoïla, entre outros.

noção de relação social é, de acordo com as autoras, uma escolha teórica no sentido de abarcar as contradições existentes entre os grupos sociais, no interior de um mesmo grupo ou entre os indivíduos. “E é de fato a contradição, o antagonismo, que me parece ter valor heurístico para o sociólogo e valor explicativo para o funcionamento social” (p. 133).

A problemática das relações sociais de sexo tornou-se proeminente justamente no momento histórico em que as lutas e reivindicações operárias ganharam a atenção da comunidade acadêmica francesa: o maio de 1968. Segundo Hirata e Kergoat (1988/2001), ainda que homens e mulheres ocupassem espaços idênticos no seio do trabalho produtivo e fizessem coro pelas mesmas reivindicações no interior do movimento operário, não existe simetria possível entre eles. Ao investigarem a formação da demanda coletiva dos diferentes segmentos que constituem a classe trabalhadora – compreendendo as reivindicações dos trabalhadores como expressão de um complexo processo dialético situado em um determinado momento histórico e social – as pesquisadoras constataram que apenas as relações sociais de exploração, conforme defendia grande parte da sociologia à época, não seriam suficientes para examinar a situação das mulheres trabalhadoras. Para as autoras, as relações sociais de classe e as relações sociais de sexo não existem hierarquicamente, e sim coextensivamente: a situação da mulher na sociedade é uma extensão da sua situação como trabalhadora e vice-versa.

Nesse sentido, a perspectiva sociológica das relações sociais de sexo constitui uma tentativa de alcançar a especificidade do trabalho feminino, pressupondo uma análise materialista das condições de vida e trabalho das mulheres no capitalismo. Uma análise que pressupõe a consubstancialidade entre o trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, entre relações sociais de classe e as relações sociais de sexo. Apesar do cenário de efervescência política, a teoria das relações sociais de sexo é fruto de pesquisas realizadas no interior da indústria francesa: ao apurar

os processos de trabalho e a organização do trabalho a qual homens e mulheres estavam submetidos nas grandes fábricas, com o objetivo de compreender as clivagens no movimento operário, Hirata e Kergoat encontraram uma situação de exploração, opressão e denegação do trabalho feminino, que deteriorava as condições de vida, de saúde e de trabalho das mulheres operárias. A teoria das relações sociais de sexo constitui uma denúncia da precariedade do trabalho feminino mas, também, e não menos importante, um esforço para o reconhecimento do trabalho reprodutivo, do trabalho não remunerado, o trabalho doméstico que é feito fora das fábricas e sequer é considerado como trabalho por muitos pesquisadores da área (Hirata & Kergoat, 1988/2001)

Em uma publicação mais recente, Hirata (2007) apresenta os princípios organizadores das relações sociais de sexo no trabalho:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o **princípio de separação** (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o **princípio hierárquico** (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (Hirata, 2007, p. 599, grifo nosso).

As relações sociais de sexo no trabalho têm as suas raízes em um processo secular de exploração e opressão da mulher, que a condena a uma posição social de inferioridade, dependência e subjugação. Ao mesmo tempo em que limita a autonomia das mulheres, impedindo-as de ter acesso à equidade de direitos e oportunidades, a cultura do patriarcado, reforçada pela ideologia naturalista, veicula certos atributos ao feminino, tais como: o cuidado, a paciência, a amorosidade, a sensibilidade, a destreza. Já o masculino – como reverso do feminino, segundo a teoria naturalista – sempre fora associado a qualidades como a força, a confiança, a coragem e a

bravura. E sempre foram os homens que se apropriaram, historicamente, das posições de poder e das funções com maior valor social agregado: os cargos políticos, as posições militares, as lideranças religiosas. No mundo do trabalho não poderia ser diferente, afinal “a empresa não é uma entidade isolada, analisável em si”. No interior da fábrica, o trabalho masculino ainda é associado ao trabalho pesado, penoso, insalubre e até perigoso. O trabalho feminino é associado ao trabalho leve, limpo, fácil, que no máximo exige minúcia e paciência. Por extensão, alguns ofícios são relegados quase exclusivamente às mulheres, sobretudo aqueles ligados ao cuidado, à maternagem, ao altruísmo, como por exemplo: a enfermagem, o serviço social, a educação infantil e o trabalho do *care* (Hirata & Kergoat, 1998/2001, p.143; Hirata 1995, 2007).

Nas últimas décadas, com entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, é possível observar o estabelecimento de novas configurações da divisão sexual do trabalho, dentre as quais se destacam: 1) a precarização e a flexibilização do trabalho feminino, com o uso extensivo de empregos em tempo parcial, deixando as mulheres à revelia dos “nomadismos sexuais” que modulam a oferta de trabalho conforme as expressões mais estereotipadas das relações sociais de sexo; 2) Paralelamente, cresce de forma significativa o número de mulheres ocupando cargos executivos e de gestão, tanto no setor público quanto privado. Valorizadas em seu capital econômico, social e cultural, essas mulheres constituem um segmento cujos interesses se opõem frontalmente aos interesses das mulheres atingidas pela pobreza e precarização; 3) uma vez que as mulheres trabalham cada vez mais e com uma intensidade cada vez maior, sendo o comprometimento pessoal uma exigência das novas formas de gestão do trabalho, elas são obrigadas a terceirizar o “seu” trabalho doméstico, recorrendo à enorme reserva de mulheres em situação precária, notadamente mulheres pobres, negras, imigrantes. As configurações contemporâneas da divisão sexual do trabalho produzem um novo tipo de relação entre as

mulheres, inédito na história do capitalismo: uma relação de competição entre aquelas que lutam pela sobrevivência, e uma relação de exploração entre aquela que terceiriza e aquela que faz o trabalho doméstico. Se, por um lado, a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento nas relações conjugais, por outro, ela cria e reproduz uma situação de exploração e opressão das mulheres entre si, conforme a sua posição na escala social (Hirata, 2007, p. 600).

A abordagem das relações sociais de sexo representa, no plano da teoria social, a “passagem da primazia do econômico e das relações de exploração à afirmação de um laço indissolúvel entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo)” (Hirata, 1995, p. 40). Mais do que isso, é uma recusa em hierarquizar as relações de classe e as relações de sexo: a esfera da exploração econômica do trabalho assalariado é, concomitantemente, a esfera em que se exerce o poder dos homens sobre as mulheres. As relações sociais de sexo são, por definição, relações desiguais, assimétricas, hierarquizadas, antagônicas, sincronicamente de exploração e de opressão. A socialização familiar, a educação escolar, a formação religiosa e o espaço social do trabalho – evidentemente situados no interior do capitalismo – são as formas de produção e reprodução, sempre renovadas, das relações sociais de sexo. Ao passo que a teoria das relações sociais de sexo abre uma nova perspectiva para uma análise consubstancial entre classe e gênero, permite também reconceituar o trabalho a partir de uma subjetividade dinâmica “sexuada” e de “classe” (Hirata, 1995, p. 40).

As formulações teóricas de Helena Hirata e Danièle Kergoat influenciaram profundamente os rumos da psicodinâmica do trabalho. Em um ensaio intitulado *Centralité du travail et théorie de la sexualité*, Dejours afirma: “A assimilação dos conceitos da sociologia das relações sociais do sexo e da divisão social e sexual do trabalho, foi seguida, para mim, de uma verdadeira convulsão existencial” (Dejours, 1996, p.19). O pensamento sociológico das autoras vai ao

encontro dos achados clínicos de Dejours, tanto na escuta psicanalítica quanto na Clínica do trabalho. O encontro com a sociologia das relações sociais de sexo ofereceu ao autor uma nova inteligibilidade a respeito de alguns de seus conceitos mais importantes, a saber: o sofrimento, as estratégias defensivas e a conquista da identidade. Daquele momento em diante, tornou-se evidente que as experiências de homens e mulheres em relação ao trabalho eram completamente distintas, com diferentes impactos sobre o psiquismo, a subjetividade e a economia erótica. Ademais, ao assimilar no plano ontológico da sua abordagem teórica os conflitos decorrentes das relações sociais entre os sexos, Dejours reafirma a existência de uma relação dialética entre organização do trabalho e organização da sociedade.

Dejours (2002) se diz “convencido” pelas descobertas de Hirata e Kergoat de que “as relações sociais de sexo são indissociáveis das relações sociais de trabalho e as relações sociais de trabalho são sempre e ao mesmo tempo relações sociais de sexo” (p.29). Porém, empenhado em avançar teoricamente – no sentido da não separação entre esfera da produção e esfera doméstica – e atravessado pelo conhecimento psicanalítico Dejours passa a indagar qual “a forma como as relações sociais de produção estendem sua extensão para a economia erótica” (*idem*). Se, até o respectivo momento, Dejours concebia a conquista da identidade como uma dupla realização de si – no campo social do trabalho e no campo erótico do amor – o encontro com a teoria sociológica das relações sociais de sexo promove no autor a consciência de que a linha que separa esses dois domínios é bastante tênue, quando não invisível. Na esfera doméstica, a organização de homens e mulheres em relação à conquista da identidade e realização de si sobrepõe o laboral e o erótico de forma muito mais explícita do que na esfera do trabalho, onde a questão do amor aparece apenas de forma contingente (Dejours, 2002, 2009/2012d).

A título de exemplo, Dejours retoma a já conhecida estratégia da virilidade: no intuito de dissimular o sofrimento ou atenuar a percepção dos riscos implicados na atividade de trabalho, muitos homens são conduzidos a participar de uma estratégia coletiva de defesa centrada na negação do real e nas provas recorrentes de masculinidade. Entre as mulheres, não é incomum que, para sobreviver aos constrangimentos da organização do trabalho, para alcançar maior respeito e responsabilidade perante a hierarquia, para acessar as tarefas mais interessantes e os cargos socialmente valorizados, para obter o reconhecimento e a estima dos pares, sejam obrigadas a adotar um comportamento viril, por vezes mais estereotipado do que o dos colegas do sexo masculino. Ocorre que, a adesão dessa estratégia defensiva na esfera do trabalho, tanto para homens quanto para as mulheres, além de ter um custo subjetivo alto, não pode ser revertida na esfera doméstica sem incorrer em um risco de desestabilização psíquica. Para os homens, o prolongamento da sua identidade viril do trabalho para o espaço doméstico apenas reforça a sua posição de dominação: a realização de si no campo profissional e a auto-realização no campo erótico andam de mãos dadas e até se fortalecem mutuamente. Já para as mulheres, em muitos casos, é preciso escolher entre o “ser mulher” e a realização de si no campo social do trabalho: as relações sociais de sexo no trabalho e a saída virilizante impõem às mulheres um verdadeiro conflito entre a sua identidade sexual feminina e a sua identidade no campo social do trabalho (Dejours, 1994/1999b, 1996, 2002, 2014).

Ao analisar o caso clínico de uma paciente que associava uma conduta virilizante no trabalho aos sucessivos fracassos no campo amoroso, Dejours afirma:

Se sua psicopatologia sexual me parecia, até então, como parte de uma reivindicação fálica e de uma recusa típica da castração, ela então assumiu o significado de uma luta trágica contra o que, em uma construção social, poderia funcionar como um bloqueio socioprofissional às suas aspirações, como obstáculo social ao seu projeto de ser mulher e de ser estimada em pé de igualdade com os homens, o que não é de forma alguma

sinônimo de ser homem. A busca dessa paciente pode fazer parte de uma luta contra a “mulherabilidade” [*muliérité*]. A “mulherabilidade” é o status conferido às mulheres pelas relações sociais de sexo (Dejours, 1996, p.19-20)

Na perspectiva de Dejours, o trabalho não constitui uma dimensão ontologicamente externa ao sujeito. O trabalho humano não se reduz aos elementos da realidade, à materialidade da tarefa ou aos constrangimentos da organização do trabalho. Nem tampouco à sua dimensão econômica ou ao status social conferido àquele que trabalha. O trabalho é também da ordem do psíquico, do erótico e do intersubjetivo. A mediação entre a psicanálise e a teoria das relações sociais de sexo permite ao autor afirmar que o trabalho é, para homens e mulheres, fonte de afirmação ou negação da identidade sexual, ao mesmo tempo em que reproduz formas de sociabilidade (e de amor) baseadas na dominação de gênero. Frequentemente coagidas a adotar comportamentos virilizantes, as mulheres têm muito menos possibilidades de fazer do trabalho uma forma de autodesenvolvimento e realização de si mesmas. Das operárias às executivas, a renúncia imposta à feminilidade no trabalho vem acompanhada de um risco iminente de desestabilização da identidade sexual, com duras consequências para a saúde mental e as relações conjugais. Em contrapartida, quando se recusam a assumir a estratégia da virilidade no trabalho e lutam contra a dominação masculina na esfera da produção, já não são mais capazes de aceitar as relações de opressão na esfera doméstica (Dejours, 1994/1999, 1996, 2002, 2009/2012d)³⁰.

³⁰ É possível inferir que a apropriação de Dejours acerca da teoria sociológica das relações sociais de sexo é feita com ressalvas quando, por exemplo, o autor se esquivava de se referir às relações sociais de trabalho como relações de classe, como as próprias autoras o faziam. Se referindo ao caso clínico já citado, o autor afirma: “Essa psicoterapia começou quando, uma dúzia de anos depois, eu já estava engajado nas pesquisas em psicodinâmica e psicopatologia do trabalho. Mas foi somente dois anos após o início da terapia que eu pessoalmente consegui, sob a orientação dos pesquisadores em sociologia, compreender o conceito de “relações sociais de sexo” e as relações indissociáveis entre relações sociais de sexo e relações sociais de trabalho, por um lado, entre relações sociais de trabalho e relações de dominação, ou relações de produção e relações de reprodução, por outro lado” (Dejours, 1996, p.19).

A história da organização do trabalho é a história da dominação masculina. Conforme chama a atenção Dejours (1996), a maior parte das estratégias coletivas de defesa no mundo do trabalho foram construídas por homens e, portanto, necessariamente atravessadas pelos signos e valores masculinidade viril. Às mulheres resta, por vezes: aderir à estratégia de virilização, colocando em risco a sua identidade sexual e suas relações conjugais; ou, preservar sua identidade sexual e permanecer às margens de um mundo laboral socialmente dominado pelo masculino. Nenhuma das alternativas é nobre e faz jus às expectativas femininas de construção da identidade, seja no campo social do trabalho ou no campo erótico do amor. Do ponto de vista da psicanálise, pode-se dizer que a recusa das mulheres em relação ao processo de identificação com o feminino significa uma negativa àquilo que nele representa privação, castração e opressão. Do ponto de vista da sociologia das relações sociais de sexo, o exame do trabalho feminino evidencia que a dupla jornada da mulher não se resume às esferas da produção e do trabalho doméstico, mas também se estende à luta pela igualdade e contra a dominação masculina. Por fim, do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho feminino, não obstante o custo psíquico inerente ao trabalhar, os constrangimentos próprios da organização do trabalho, as mulheres têm uma demanda que lhes é particular, de conciliar a autorrealização no campo sexual com a autorrealização no trabalho, sendo, portanto, mais uma fonte de sofrimento psíquico.

6.4 Novas patologias e o suicídio no trabalho

Conforme aludido anteriormente, entre o final dos anos 1980 e o início da década de 1990, o mundo do trabalho e da produção foi marcado por uma profunda transformação estrutural a qual Dejours costuma se referir como *virada gerencialista*. Na direção das políticas neoliberais e do

chamado “realismo econômico”, empresas privadas e órgãos públicos vêm passando, desde então, por intensos processos de reorganização do trabalho cujos efeitos sobre a saúde, a subjetividade e as relações humanas ainda não são plenamente conhecidos. Sabe-se, de antemão, que as novas formas de gestão e organização do trabalho têm provocado uma explosão de novas patologias e o aumento dos casos de suicídios cujas circunstâncias remontam ao mundo laboral. Para a psicodinâmica do trabalho, os fenômenos em questão não dizem respeito apenas à intensificação do trabalho ou à precarização das condições de trabalho. Tanto as novas patologias quanto os gestos suicidários atestam a deterioração do tecido social do trabalho, e a franca decadência das relações entre trabalho e sociedade, entre trabalho e cultura (Dejours, 2009/2012e; 2016a; Dejours & Bègue, 2010; Dejours & Gernet, 2012a).

De acordo com Dejours e Bègue (2010), as novas concepções acerca da organização do trabalho, que privilegiam a gestão em detrimento do trabalho propriamente dito, penetraram nas empresas e instituições públicas como um “verdadeiro cavalo de Troia” (p. 34). A concepção gerencialista que se infiltrou nas organizações do trabalho: declarou guerra aos ofícios, afastando ou isolando os profissionais com experiência reconhecida, substituindo-os por jovens diplomados em escolas superiores de gestão; transferiu o maior número possível de tarefas para empresas terceirizadas, principalmente as de natureza técnica e material, distanciando-se não apenas da relação empregatícia, mas do próprio trabalho; difundiu formas de contratação flexível, elevando o recurso à subcontratação, ao trabalho em tempo parcial, aos contratos por projeto ou por demanda, impedindo a criação de um sistema de valores associados ao trabalho de longo prazo; retirou responsabilidades dos coletivos de trabalho, transferindo-a a indivíduos isolados, estimulando a competitividade e dificultando o estabelecimento de vínculos de solidariedade e cooperação. As novas formas de gestão e organização engendram no interior do trabalho a noção

difusa de que “a produção de valor não teria mais sua origem no trabalho, mas nos novos métodos de gestão” (Dejours & Bègue, p. 35).

Também como desdobramento das políticas de privatização e da agenda neoliberal, órgãos e instituições governamentais foram entregues total ou parcialmente ao capital privado, ou viram seus princípios de gestão serem, paulatinamente, subsumidos pela perspectiva gerencialista. Dejours (2016, 2017b) vem denunciando, nos últimos anos, a incorporação dos pressupostos da gestão privada no setor público de forma acrítica, o que têm impactado a saúde de trabalhadores e trabalhadoras em setores estratégicas do Estado, tais como: correios, telecomunicações, geração de energia, produção de combustíveis fósseis, ensino, pesquisa, saúde e segurança pública. O *New Public Management (NPM)* – como o autor costuma se referir a esse movimento – foi introduzido nos serviços estatais com uma brutalidade indescritível, seguindo os mesmos métodos de gerenciamento e governança das empresas privadas: gestão por metas e objetivos; incentivo à concorrência generalizada; avaliação individualizada do trabalho, com base em indicadores de desempenho; exigência de qualidade total, tendo como referência a certificação do trabalho por agentes externos (Dejours, 2016, 2017b).

Seja no público ou no privado, a virada gerencialista trouxe consequências nefastas para os trabalhadores e os coletivos de trabalho. Se, por um lado, os novos métodos de gestão trouxeram um crescimento extraordinário da riqueza, da produtividade e do volume de serviços prestados, por outro lado, implicaram na deterioração profunda do lugar acordado à vida e à subjetividade no trabalho. Dejours (2004b) considera que a “evolução contemporânea das formas de organização do trabalho, de gestão e de administração, depois da virada neoliberal, repousa sobre princípios que sugerem, precisamente, sacrificar a subjetividade em nome da rentabilidade e da competitividade” (pp. 33-34). A redução do real do trabalho à um indicador de desempenho, a

perda de autonomia frente às ferramentas de gestão e controle do trabalho, o esvaziamento dos espaços coletivos de discussão e a dissolução dos coletivos de trabalho conduzem os trabalhadores a um estágio de vulnerabilidade em que o trabalhar não mais favorece à conquista da saúde e a construção da identidade. As transformações nas formas de gestão e organização do trabalho trouxeram consigo, novas formas de adoecimento laboral e o suicídio como parte da realidade contemporânea do mundo do trabalho (Dejours, 2009/2012e; Dejours & Gernet, 2012a)

O estabelecimento do nexos causal entre trabalho e adoecimento psíquico sempre foi fonte de intensos debates no interior da psicopatologia do trabalho e no campo usualmente denominado saúde mental e trabalho. O próprio Dejours tece inúmeras críticas à categoria nosológica apresentada por J. Bégoïn e Le Guillant, a “síndrome geral da fadiga nervosa”, que é considerada por muitos autores a categoria fundadora da psicopatologia do trabalho francesa.

Dejours (1998/2007a) afirma que:

No início das pesquisas, nos anos 50, procurou-se identificar e caracterizar os efeitos deletérios do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores, visando a constituir um diagnóstico das “doenças mentais do trabalho”. Apesar de certos resultados espetaculares – em particular a neurose de telefonistas – não foi possível descrever uma patologia mental do trabalho comparável à patologia das afecções somáticas profissionais, cuja variedade e especificidade, aliás, são conhecidas (Dejours, 1998/2007a, p. 35)

Em um texto mais recente, onde apresentam um paralelo entre a psicopatologia e a psicodinâmica do trabalho, Demaegdt, Rolo e Dejours, (2013) ressaltam o pioneirismo de Bégoïn e Le Guillant: “[...] estabelecem pela primeira vez uma relação entre as alterações graves da saúde e o tipo de organização do trabalho” (p .3). No entanto, enfatizam os autores que “as telefonistas desenvolvem sintomas específicos do trabalho sob constrangimento de tempo, mas elas não desenvolvem patologias caracterizadas” (*idem*). A posição sustentada por Dejours nas últimas décadas – que inclusive constitui um pressuposto da sua ruptura com a psicopatologia do trabalho

– é a de que não existe uma síndrome subjetiva ou uma patologia mental específica do trabalho, como existem, por exemplo, as doenças somáticas profissionais, descritas pela medicina do trabalho, pela toxicologia industrial, pela epidemiologia, como por exemplo a silicose ou uma doença tóxica do fígado. Para a psicodinâmica do trabalho, a natureza da descompensação psicopatológica se dá sempre em função da estrutura de personalidade e da história singular do sujeito. Não obstante, a busca pelo lugar do trabalho na ruptura do equilíbrio psíquico é fundamentalmente importante, tanto para a investigação etiológica quanto para a elaboração de estratégias terapêuticas (Demaegdt, Rolo & Dejours, 2013).

É nesse sentido que Dejours designa as doenças que estão fortemente implicadas na atividade de trabalho como *patologias relacionadas ao trabalho*, as quais podem ser divididas em três grupos: 1) as patologias da sobrecarga; 2) as patologias do assédio e da solidão; 3) as patologias pós-traumáticas. O aparecimento das *patologias da sobrecarga* ocorre, paradoxalmente, no momento em que o progresso técnico e a revolução informacional encorajava muitos cientistas a anunciar o fim do trabalho. Apesar do movimento de reestruturação produtiva – marcado, de um lado, pelo enxugamento dos quadros e, de outro, pela automatização de postos de trabalho – aqueles que permanecem trabalhando o fazem cada vez mais intensamente, e a duração real do trabalho não para de aumentar. Ao contrário do que se esperava, o progresso técnico e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação fez aumentar a sobrecarga de trabalho e, juntamente com a dissolução das fronteiras entre espaço de trabalho e espaço doméstico, têm agravado o quadro contemporâneo das patologias da sobrecarga. São exemplos de patologias da sobrecarga: o *burnout*, o *karoshi*, o hiperativismo profissional (*workaholic*) e, como sintomatologia, a adicção e a medicalização de determinadas categorias de

trabalhadores (Dejours, 2007g, 2009/2012d, 2016b, 2019e; Dejours & Gernet, 2012a; Demaegdt, Rolo & Dejours, 2013).

As patologias do assédio e da solidão são fruto, principalmente, da degradação das relações de solidariedade e cooperação em função das novas formas de gerenciamento e controle do trabalho. Uma vez que os laços sociais vão se deteriorando, as estratégias coletivas de defesa entram em colapso, deixando os sujeitos em situação de maior vulnerabilidade frente às práticas de desestabilização provenientes da hierarquia ou dos próprios colegas. Como destaca Dejours, o fenômeno do assédio não é novo e diz respeito a uma categoria que, antes de ser clínica, é jurídica. Mas as patologias do assédio constituem um fenômeno novo e original, que aparece à medida em que o assédio é transformado em ferramenta de gestão organizacional. Com efeito, o assédio consiste em um conjunto de situações marcadas pela violência psicológica, verbal, física e/ou sexual sistemática e repetidamente no decorrer da atividade de trabalho. A experiência clínica do autor indica que as vivências de assédio no trabalho podem desencadear outras sintomatologias, como síndromes confusionais, distúrbios persecutórios, transtornos dissociativos e uma série de outros eventos, inclusive de natureza somática. Daí a importância da investigação etiológica de toda e qualquer doença sempre passar pelo trabalho (Dejours, 2006; Dejours & Gernet, 2012b; Demaegdt, Rolo & Dejours, 2013)

As patologias pós-traumáticas são resultantes de um acidente ou de uma situação de violência ou agressão vivenciada pelo sujeito no exercício da atividade profissional. O crescimento da violência social tem exposto cada vez mais trabalhadores, de diversas categorias profissionais, a situações de violência no cumprimento do seu trabalho. O trauma constitui uma ameaça inesperada e imprevisível à integridade do sujeito que, além do risco potencial para o corpo, pode desestruturar o seu funcionamento psíquico. O trauma não corresponde à agressão propriamente

dita, ao evento traumático real, único ou cumulativo, mas sim ao que esse evento desencadeia no funcionamento do psiquismo. A reação psíquica causada por um evento traumático nem sempre é proporcional à natureza e intensidade do evento em si. Um evento traumático no trabalho, em muitos casos, pode colocar o sujeito em contato direto com o real da morte e o temor do desaparecimento. O efeito imediato do trauma sobre o psiquismo não é mais o medo ou a angústia, mas o pavor, acompanhado da suspensão das capacidades do sujeito de representar, antecipar e agir (Dejours & Gernet, 2012b).

Já o suicídio constitui o desfecho mais pesaroso e emblemático mediante o sofrimento experimentado pelos trabalhadores e trabalhadoras em face dos novos modelos reestruturados de gestão e organização do trabalho. Os primeiros suicídios e tentativas de suicídio no local de trabalho ocorreram na França, e na maioria dos países do ocidente, em meados da década de 1990 – no bojo da ascensão neoliberal e da virada gerencialista – fomentando um intenso debate acerca das causas e da sua efetiva relação com o trabalho (Dejours & Gernet, 2012a). Para Dejours e Beguè (2010), quando o suicídio é perpetrado no local de trabalho, sua relação com o trabalho é incontestável, “pois o suicídio, como toda conduta humana, está sempre endereçado” (p. 25). Nesse caso, o suicídio é uma mensagem endereçada à comunidade de ofício por aquele que tirou a própria vida. Em outras situações, o gesto suicidário pode ocorrer fora do local de trabalho, mas a vinculação com o trabalho aparece na forma de uma carta, um bilhete ou um diário, onde o sujeito narra a degradação da sua relação com o trabalho ou as injustiças praticadas pela organização do trabalho. Por fim, quando os suicídios acontecem fora do local de trabalho, sem que nenhum registro escrito tenha sido deixado, é possível estabelecer um nexos com o trabalho, “mas então o vínculo permanece putativo e não pode ser dado como certo” (p.26).

Ainda segundo Dejours e Beguè (2010), tanto na clínica como nas organizações, três concepções disputam a primazia nas análises etiológicas da relação entre suicídio e trabalho. A primeira abordagem etiológica do suicídio no trabalho é oriunda das *teorias do estresse*, que atribui as perturbações somáticas e psíquicas do sujeito à fatores do ambiente de trabalho. As teorias do estresse consideram os constrangimentos da organização do trabalho como fatores ambientais, os quais seriam a causa de perturbações de toda a natureza, que vão incidir sobre a saúde do corpo e do psiquismo. Uma geração mais contemporânea das teorias do estresse introduz o conceito de *coping*, de modo que a natureza e a intensidade das perturbações ambientais passa a depender de como o indivíduo administra o “seu estresse”. O conceito de *coping* idealizado pela psicologia organizacional como estratégia de enfrentamento ao estresse – “fazer com, se virar com, gerir, dar um jeito com, fazer frente a [...]” (Dejours & Beguè, p. 26) – desemboca em diagnósticos e ações individualizantes, atribuindo ao sujeito que descompensa ou comete suicídio a culpa pela sua incapacidade de “gestão do estresse”.

A segunda concepção etiológica do suicídio relacionado ao trabalho é qualificada por Dejours e Beguè (2010) como abordagem *estruturalista* e consiste, basicamente, em “atribuir toda conduta patológica, incluindo o suicídio, a falhas ou a vulnerabilidades individuais” (p. 27). A análise estruturalista vai percorrer desde fatores genéticos e hereditários, até a história singular e a vida infantil do sujeito, no sentido de alcançar um terreno psicológico que justifique a suposta vulnerabilidade do suicida. No senso comum organizacional é bastante comum imputar o gesto suicidário ao “temperamento” depressivo ou patológico do suicida, ou ainda responsabilizar qualquer tipo de conflito afetivo-emocional que acometa o sujeito fora do trabalho. Nessa perspectiva etiológica, o trabalho é considerado apenas como uma dimensão contingente, capaz de revelar a vulnerabilidade individual ou ainda apresentar-se como uma experiência disruptiva

que conduz o sujeito à descompensação ou ao suicídio. O trabalho como “trauma” revela a estrutura vulnerável do sujeito e pode provocar a passagem ao ato, o que seria análogo, segundo essa perspectiva, a outras experiências traumáticas quaisquer, como a perda de um ente querido ou o rompimento de uma relação amorosa. Não obstante, a abordagem estruturalista é facilmente contestada quando o gesto suicidário parte de sujeitos que não possuem histórico psicopatológico, que mantêm boas relações nos espaços privados e que são particularmente eficazes e engajados no trabalho (Dejours & Bègue, 2010; Dejours & Gernet, 2012a).

A terceira análise etiológica é denominada por Dejours e Beguè (2010) de concepção *sociogenética*. Ela estipula que os constrangimentos da organização do trabalho são determinantes no processo de descompensação psicopatológica ou no gesto suicidário: os métodos de governança da empresa, a hierarquia, as práticas de gestão, o gerenciamento e controle do trabalho, a questão do reconhecimento, enfim, a organização do trabalho tem um impacto preponderante na saúde mental e deve ser o ponto de partida para a investigação etiológica do adoecimento ou do suicídio no trabalho. A título de síntese: na análise etiológica balizada pelas teorias do estresse e do *coping*, encontra-se uma explicação esvaziada das dimensões psíquica e social do trabalho, subordinando a saúde e a sobrevivência do sujeito à “gestão do estresse”, um comportamento essencialmente individual; na análise estruturalista, a investigação etiológica orienta-se, quase que exclusivamente, para os dados biográficos e os conflitos do espaço privado do sujeito, legando ao trabalho um lugar totalmente secundário; na análise sociogenética, por sua vez, a investigação etiológica direciona-se, estritamente, para os constrangimentos da organização do trabalho, deixando de lado outros fatores constitutivos da trama que desvela o suicídio no trabalho (Dejours & Beguè, 2010).

Conforme afirmam Dejours & Beguè (2010):

Essas três formas de análise têm todas o inconveniente de polarizar a discussão sobre a oposição entre **causalidade social** e **causalidade privada**. Afastam da investigação a análise específica sobre o papel do próprio trabalho, seja na saúde, seja na doença mental. Pode-se, contudo, mostrar que o trabalho desempenha um papel protagonista tanto na construção da saúde como na construção da economia das relações na esfera privada. Recorrer à fragilidade, à vulnerabilidade ou à predisposição psicológica para elucidar as descompensações é evidentemente insuficiente. Se a causa última situava-se nesses aspectos, não seria possível compreender, hoje, a razão do número de suicídios perpetrados pelos sujeitos que não apresentam qualquer sintoma pré-patológico e exibem excelente desempenho profissional” (Dejours & Beguè, p. 29, grifo nosso).

Tal qual um sintoma em psicopatologia, o suicídio é uma conduta endereçada ao outro. As investigações clínicas em psicodinâmica do trabalho demonstram que: de forma recorrente, as estratégias defensivas elaboradas pelos coletivos de trabalhadores para afastar o medo e a angústia em determinadas situações de trabalho acabam por se direcionar “contra toda expressão de sofrimento no teatro do trabalho” (Dejours & Bègue, 2010, p. 20). O sofrimento se torna algo inadmissível no trabalho, sobretudo entre os homens, cuja conduta é frequentemente marcada pela estratégia da virilidade. Essa recusa do sofrimento no espaço laboral faz com que os trabalhadores, ameaçados pela descompensação psicopatológica, canalizem suas expressões de sofrimento para fora do local de trabalho. Isso explica o fato de que parte considerável dos suicídios ainda ocorra longe do trabalho, mesmo quando a etiologia da descompensação é incontestavelmente ligada a ele. Em contrapartida, quando o gesto suicidário ocorre dentro do local de trabalho, significa que não apenas as estratégias de defesa fracassaram, mas todas as formas de solidariedade e cooperação foram banidas da rotina organizacional. “Em seu lugar, instalou-se a nova fórmula do cada-um-por-si; e a solidão de todos tornou-se regra” (Dejours & Bègue, 2010, p.21).

Como afirmam Dejours e Beguè (2010), não existe uma etiologia ou causalidade capaz de explicitar o drama do suicídio no trabalho. O que persiste ainda é o equívoco da separação entre

causalidade psíquica e causalidade social, ou a cisão entre vida no trabalho e vida fora do trabalho. Outra armadilha seria admitir a fórmula da “causalidade multifatorial” ou caminhar para um sincretismo teórico que elimine as contradições entre as diversas abordagens do fenômeno ou afaste a possibilidade de estabelecer uma hierarquização dos fatores que conduzem a passagem ao ato suicidário. De antemão, é possível afirmar que a questão do suicídio no trabalho, bem como das doenças relacionadas ao trabalho, estão intimamente ligadas à degradação das relações entre trabalho e sociedade, entre o trabalho e a cultura. A desestruturação do viver juntos no trabalho é, também, a desestruturação do viver juntos em sociedade, e vice-versa. Tecer uma crítica aos novos métodos de gerenciamento do trabalho implica também fazer oposição ao desmantelamento das dimensões coletiva e afetiva do trabalho. Contestar os métodos de avaliação individualizada, a certificação da qualidade total, a hegemonia dos critérios de gestão em detrimento do trabalho, é um caminho para reconstruir as condições propícias à reintrodução dos valores do trabalho e o resgate dos laços sociais (Dejours & Beguè, 2010; Dejours & Gernet, 2012a).

6.5 Violência social e violência no trabalho

O fenômeno da violência é, para a Clínica do trabalho, bastante elucidativo do lugar privilegiado ocupado pelo trabalho na organização das relações sociais e políticas na sociedade. Cotidianamente, é possível observar situações de violência na cidade: furtos, homicídios, agressões, dano ao patrimônio, vandalismo, brigas, insultos, ameaças. Já no trabalho, a violência *stricto sensu* é mais rara, embora existente. Contudo, ela se manifesta de diversas formas – mais ou menos sutis – nas relações entre os trabalhadores e com a organização do trabalho, a saber: nos trotes praticados contra os trabalhadores novatos em período de aprendizagem, como é recorrente

na construção civil, nas forças armadas e nas polícias; nas situações em que a hierarquia utiliza-se do seu poder superior para desqualificar e humilhar os empregados, como é frequente nos trabalhos terceirizados e subcontratados, a exemplo dos setores de limpeza, confecções, hotelaria e manutenção industrial; ou ainda nos casos em que os trabalhadores e trabalhadoras são coagidos a se expor a atividades perigosas, que podem implicar risco à sua integridade física ou psicológica, como no caso da prostituição, na indústria pesada, nos setores extrativistas ou nas atividades que se beneficiam do trabalho clandestino de emigrantes; nas empresas e órgãos públicos, a violência pode ser exercida sobre os trabalhadores na forma de pressão sobre a intensidade do trabalho, ou ainda, mais tradicionalmente, nas práticas de assédio moral ou sexual. Fato é que, quando se debate violência urbana, quase nunca se projeta uma relação com o trabalho (ou o não trabalho). E quando se debate a violência no trabalho, dificilmente se faz referência às relações sociais e políticas a partir das quais é construída a base do trabalho na sociedade (Dejours, 2007b).

Para Dejours (2007b), a violência social na cidade aflige, particularmente, as regiões marcadas pelas altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens, segmento da sociedade mais afetado pela falta de oportunidades no mundo do trabalho reestruturado. Em diversas situações, a violência da juventude “[...] se volta contra os objetos e os bens que simbolizam os modos de vida e de consumo das categorias sociais tradicionais de operários e empregados” (Dejours, 2007b, p. 35). Ainda segundo o autor, o desemprego e o desalento entre os jovens constitui “[...] uma cultura desprovida de referência aos valores do trabalho e reativa a toda alusão ao trabalho como mediador da realização de si e da emancipação” (p. 36). O desemprego conduz os jovens a buscarem outras formas de reconhecimento que não o trabalho formal. Em certa medida, torna-se comum entre esses grupos a afirmação de uma ideologia defensiva que ostenta o não trabalho, que ridiculariza o trabalho assalariado e os riscos e dificuldades a ele associados. No

geral, as práticas sociais e culturais dessa juventude se constituem a partir de uma recusa deliberada ao trabalho assalariado e repousam sobre regras e valores que se opõem aos do trabalho. Com efeito, pode emergir por parte desses grupos uma violência, individual ou coletiva, canalizada não somente para os símbolos associados ao trabalho, mas contra os próprios trabalhadores, em particular aqueles que asseguram o funcionamento dos serviços essenciais à dinâmica da cidade – motoristas do transporte público, profissionais de saúde, professores, assistentes sociais, agentes de segurança pública, entre outros. Em uma conjuntura mais específica, a violência e o desamparo desses jovens desempregados encontra eco na voz de grupos políticos extremistas, sendo dirigida para sujeitos que, supostamente, constituem uma ameaça: judeus, ciganos, árabes, imigrantes, moradores de rua, etc. (Dejours, 2007b).

O desemprego de longa duração, o desemprego primário prolongado e a exclusão permanente do mundo do trabalho são, segundo Dejours, a principal fonte de onde emergem as formas mais variadas de violência na cidade. Desde as expressões mais corriqueiras da violência urbana até o restabelecimento de grupos radicais de extrema direita, tudo passa pela questão social do trabalho, pela formação de uma massa de desempregados, em especial os jovens, o que é resultado das novas formas reestruturadas de gerenciamento do trabalho e da falência das políticas públicas de emprego e renda (Dejours, 2007b). As consequências nefastas do desemprego não afetam apenas a saúde e a subjetividade daqueles que foram privados da sua função social e produtiva, mas toda a dinâmica da cidade, que sofre com os efeitos da marginalização e da exclusão sobre o viver juntos. Como assevera Dejours (2000b), o trabalho é o mediador insubstituível entre o sujeito e a sociedade, não apenas um operador de inteligibilidade das condutas humanas, mas de fato o mediador fundamental na relação do sujeito singular com o seu meio social, material e

simbólico. O não trabalho, por sua vez, tem consequências desastrosas para a vida na cidade, dentre elas, o apagamento do *ethos* do trabalho e o recurso potencial à violência (Dejours, 2000b, 2007b).

Já para aqueles que permanecem trabalhando – sob o domínio de uma organização formal do trabalho – é preciso reconhecer também que “o trabalho pode gerar violência, e pode mesmo ser colocado a serviço da violência organizada” (Dejours, 2009/2012d, p. 32). Conforme já indicado, a violência propriamente dita não faz parte dos métodos de exercício do poder e da dominação no mundo do trabalho. Todavia, “o poder exercido sem violência pode, não obstante, gerar a violência nos sujeitos que são submetidos a esse poder” (Dejours, 2007b, p. 50). Em síntese, para a psicodinâmica do trabalho, a violência não se apresenta como um instrumento de poder efetivamente presente nas empresas e organizações do trabalho, mas como uma consequência possível das relações assimétricas de dominação no trabalho. A Clínica do trabalho demonstra que, de maneira muito frequente, trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem estratégias coletivas de defesa para não entrar em contato com o medo e angústia experienciados na atividade de trabalho. Essas estratégias defensivas são construídas – em diversas categorias profissionais – com referência à coragem viril, integrando-se aos signos sociais e culturais da virilidade, implicando na capacidade do sujeito em suportar o sofrimento e a violência, de infligir o sofrimento e também a violência (Dejours, 2007b).

Conforme explicita Dejours:

O medo do acidente, da mutilação ou da doença profissional, o receio de não estar à altura do exercício da tarefa ou das responsabilidades, a exasperação diante do absurdo de tarefas repetitivas suscitam conflitos intrapsíquicos que demandam, por sua vez, a construção e implementação de estratégias de defesa que não podem ser comprovadamente ajustadas às necessidades específicas do impacto psíquico que determina cada um dos prejuízos em causa. A investigação clínica dessas estratégias de defesa implementadas caso a caso para conter o sofrimento psíquico no trabalho leva a uma discussão metapsicológica embaraçosa em muitos

aspectos, uma vez que sugere: [...] **essas defesas podem contribuir de forma significativa à formação da violência coletiva e até da violência de massa** (Dejours, 2009/2012e. p. 60, grifo nosso)

Os atos de violência no mundo do trabalho, sejam eles materiais ou simbólicos, perpetrados pelos empregados em seu local de trabalho, ou em situações a ele associadas, são reportados na França há muitas décadas, de acordo com Dejours (2007b). No entanto, sua frequência e extensão são pouco conhecidas, uma vez que esses arroubos de violência são constantemente objeto de uma estratégia eficaz de dissimulação por parte da organização do trabalho. Na gênese da violência, está o sofrimento no trabalho: no geral, violência no trabalho aparece como uma “reação paroxística” (p. 54) de um ou mais empregados que, ao se considerarem vítimas de uma situação de injustiça ou iniquidade que perdura por longo tempo, e na falta de perspectiva de uma solução conveniente, acabam por ceder à passagem ao ato, no sentido clínico do termo. Como afirma Dejours (2007b), a regra de ouro no mundo do trabalho é “a violência contra a violência” (p. 57). A violência convocada para fazer funcionar uma estratégia defensiva, ou a violência reativa contra a violência da organização do trabalho, inevitavelmente irão se expressar do lado de fora do trabalho. O equilíbrio precário e instável daqueles que sofrem no trabalho e se defendem por meio da violência viril é frequentemente alcançado ao custo da degradação da saúde física e mental das pessoas próximas, em particular das crianças. A violência no trabalho tem consequências desastrosas fora do trabalho, não apenas para as relações sociais e comunitárias, mas também para as relações no espaço privado, com os companheiros, os cônjuges e as crianças.

Até aqui já se sabe que a violência no trabalho aparece, na maioria dos casos, como uma reação episódica a situações recorrentes de injustiça e desigualdade. Ou, ainda, como uma ideologia defensiva associada à virilidade, para atenuar o medo e a angústia predominante em determinados ofícios. Porém, cabe ainda indagar: em que condições o trabalho se torna catalisador da violência? Para Dejours (2007b), os fatores que levam a violência a termo no trabalho não se

diferenciam muito daqueles já debatidos na explicitação das patologias e do suicídio no trabalho. Observa-se que: a agenda neoliberal trouxe a exigência de enxugar quadros e reduzir efetivos, obrigando as empresas a reestruturar o trabalho, aumentar a carga de trabalho, estabelecer uma nova distribuição das tarefas, o que abre caminho para disputas internas por recursos e efetivos, favorecendo o aumento de tensões no ambiente de trabalho, o que se materializa na forma de insultos, desconfiança, ressentimento, sentimentos de exasperação, e a culpabilização dos pares pela queda no desempenho e as incoerências organizacionais; para se ajustarem às evoluções tecnológicas, organizacionais e às demandas do mercado e da produção, as empresas promoveram processos de reestruturação, transformações estruturais e organizacionais, culminando em mudanças de direção, de sistemas, maquinários, transformações nos estilos e nos métodos de gestão, tendo como consequência imediata a desestruturação dos coletivos de trabalho, das regras de convivência e das possibilidades de cooperação. Na maioria dos casos, essas mudanças são feitas de forma abrupta, à revelia da vontade dos trabalhadores, implicando em maiores constrangimentos na organização do trabalho e maiores riscos de descompensação laboral; a flexibilização do trabalho, que pode acontecer com relação ao emprego, ao status do trabalho, aos lugares e funções da atividade. A flexibilidade se refere à maleabilidade do pessoal em relação às flutuações e às necessidades de força de trabalho dos empregadores, repetindo o ciclo de desconfiança, exasperação e insegurança que degrada o viver juntos no trabalho e é gerador potencial de violência; por fim, já extensamente debatidos, a avaliação individualizada e os preceitos da qualidade total, que incitam a fraude e a competição generalizada no trabalho, com efeitos deletérios sobre a saúde dos trabalhadores e os laços sociais no trabalho.

Tanto a violência no trabalho como a violência na cidade atravessam o papel do trabalho como organizador das relações sociais e políticas na sociedade. Conjurar a violência é, antes, uma

questão política. De acordo com Dejours (2007b), no que concerne ao tema da violência, a responsabilidade dos dirigentes políticos deve se concentrar em dois pontos: construir uma política de emprego capaz de enfrentar a questão do desemprego não apenas por meio de dispositivos de assistência (seguro, pensões, abonos) mas, principalmente, por meio da projeção do pleno emprego, de modo a suprimir a marginalização, o desprezo e a humilhação dos mais vulneráveis que está na gênese da violência na cidade. O pleno emprego, como destaca Dejours (2007b), é “geralmente a condição mais favorável para a formação de um compromisso adequado entre saúde e trabalho” (p. 75); o segundo ponto é garantir a efetiva proteção do trabalho, o respeito e o avanço na legislação trabalhista. A violação da legislação trabalhista, em si, já constitui uma forma de violência contra empregados. Todavia, a exposição de trabalhadores e trabalhadoras a condições de risco, insalubridade, precarização, subcontratação ou clandestinidade, quando não configuram um ataque direto à integridade do sujeito, produzem ressentimento que predispõe à violência.

No que diz respeito ao papel dos dirigentes empresariais, dos gestores e das lideranças sindicais na conjuração da violência, Dejours (2007b) destaca que a qualidade das relações de trabalho depende, fundamentalmente, das concepções e escolhas em relação ao trabalho, à organização do trabalho e à gestão corporativa. Questionar os pressupostos que sustentam a virada gerencialista e as suas consequências para a saúde individual e a ordem social, pressupõe admitir que os critérios de eficiência, produtividade e lucratividade não são apenas ineficazes, mas também danosos para o trabalho, os trabalhadores e a sociedade. Reiterando que “as condições propícias à violência estão ligadas às escolhas e decisões em matéria de organização do trabalho” (Dejours, 2007b, p. 63), é por meio da atividade deontica no trabalho, baseada na cooperação e nos espaços de discussão, que a violência poderá ser substituída pela produção de normas e valores capazes de fomentar o *viver juntos*.

O trabalho possui uma dimensão deontológica que é irreduzível: ao produzirem regras de trabalho, que a priori são estritamente técnicas, os sujeitos organizam também o seu viver juntos; ao organizarem os espaços coletivos de discussão e deliberação no trabalho, homens e mulheres avançam também em direção a uma participação efetiva na vida política da cidade. A atividade deontológica pressupõe dar lugar ao conflito, ao contraditório, que quando encoberto pode fazer surgir a violência. Pressupõe também dar visibilidade ao trabalho real e ao real do trabalho, o que é fonte costumeira de arroubos de fúria no trabalho. De modo que, a responsabilidade dos gestores, dirigentes e sindicalistas no que tange à questão da violência no trabalho e, conseqüentemente, à violência social a ela ligada, consiste em fazer frente aos valores gerencialistas e resgatar os pressupostos deontológicos no trabalho.

6.6 Deontologia do fazer e do viver juntos

O conceito de *deontologia* aparece na psicodinâmica do trabalho como uma argamassa teórica capaz de amalgamar a dimensão do trabalho enquanto atividade sobre o real (o “trabalhar”) e o trabalho enquanto mediador das relações sociais e políticas. A famosa premissa de Dejours “Trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto” é ilustrativa do caráter eminentemente deontológico da atividade de trabalho. O trabalho não mobiliza apenas o corpo, a inteligência, o saber-fazer, a engenhosidade e as capacidades do sujeito, tomado individualmente. O trabalho também coloca em movimento o coletivo, na possibilidade de cooperar, de construir regras de ofício, de forjar uma linguagem própria, de aprimorar o exercício da democracia, de amplificar o poder de discussão e ação, de transformar as relações sociais de sexo, de esconjurar a violência e a solidão. Por meio do trabalho, os sujeitos produzem regras que têm, não somente, uma dimensão

técnica no mundo objetivo, mas também uma dimensão moral e prática no mundo social: isso é o que se pode chamar, em psicodinâmica do trabalho, de dimensão deontológica do trabalho (Dejours, 2009/2012e, p. 85; Dejours & Gernet, 2009).

A noção de deontologia aparece, originalmente, na filosofia de Jeremy Bentham, na sua obra “*Deontology or The Science of Morality*”. Segundo o autor, a expressão deontologia é derivada dos vocábulos gregos: *déon*, que significa o que é correto, adequado, o que é devido, isto é, o dever; e *logia*, no sentido de um conhecimento sistematizado sobre o dever. A deontologia é aplicável ao conjunto das condutas humanas, tanto as que são objeto da ciência moral como aquelas regidas pelo Direito. Conforme declara Bentham (1834/2014), a deontologia: “Como arte, é fazer o que é adequado ser feito. Como ciência, o conhecimento do que é adequado para ser feito em cada ocasião” (p. 21). Um questionamento de natureza deontológica origina-se, segundo o autor, no próprio indivíduo, quando este se interroga a respeito da sua própria conduta, sobre o que pode ou não fazer para que sua conduta pareça adequada a si e perante o público. A moralidade do público é formada pela moralidade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que constitui para eles uma sanção moral sobre o dever. Cada indivíduo da comunidade faz parte desse poder de influência e coerção sobre os demais, podendo recompensar os atos que merecem aprovação ou punir aqueles que são reprováveis (Bentham, 1834/2014).

As condutas do indivíduo, de acordo com o seu julgamento e da comunidade, podem lhe causar prazer ou dor, podem produzir o bem ou mal. Segundo Bentham, a natureza humana é regida por uma tendência universal a buscar o prazer e fugir da dor, de modo que a moral do indivíduo é guiada por essa tendência utilitarista de buscar a felicidade, a todo e qualquer custo. Conforme explicita o autor:

O princípio, então, sobre o qual a Deontologia se sustenta, é o princípio da *Utilidade*; em outras palavras, que toda a ação é certa ou errada – digna ou indigna – merecendo aprovação ou desaprovação, em proporção

à sua tendência a contribuir para, ou diminuir a quantidade de felicidade pública. E que a sanção pública será, na medida em que o tema é compreendido, dada a essa linha de condutas, que mais promove a felicidade pública, é um corolário que não requer argumentos para o seu estabelecimento (Bentham, 1834/2014, pp. 23-24)

Contemporâneo de Bentham, Immanuel Kant propõe uma concepção de deontologia significativamente diferente do filósofo utilitarista. Para Kant, o homem enquanto um ser da natureza está submetido às leis naturais que regulam a vida de todos os seres. Porém, enquanto um ser livre, um ser da razão, escapa às determinações da natureza e organiza suas ações conforme os imperativos categóricos da moral, dando origem, dessa forma, ao mundo dos costumes em contraposição ao mundo natural. A ação moral, segundo Kant, é a ação cumprida pelo dever – portanto, deontológica – embasada pelo imperativo categórico da razão, porém mediada pela autonomia da vontade do indivíduo. O imperativo categórico é uma espécie de lei prática derivada da razão, que versa sobre a ação humana como uma máxima elevada à condição de lei moral. Ou seja, o imperativo categórico não faz parte da legislação propriamente dita, do Direito, mas sim de um princípio moral que guia e orienta as ações humanas, o qual foi sendo construído e difundido por meio da tradição e dos costumes (Dias, 2015; Kant, 1785/2007)

A respeito do dever e da moralidade, Kant esclarece:

Pois o dever deve ser a necessidade prática-incondicionada da acção; tem de valer portanto para todos os seres racionais (os únicos aos quais se pode aplicar sempre um imperativo), e só por isso pode ser lei também para toda a vontade humana. Tudo o que, pelo contrário, deriva da disposição natural particular da humanidade, de certos sentimentos e tendências, mesmo até, se possível, duma propensão especial que seja própria da razão humana e não tenha que valer necessariamente para a vontade de todo o ser racional, tudo isso pode na verdade dar lugar para nós a uma máxima, mas não a uma lei; pode dar-nos um princípio subjectivo segundo o qual poderemos agir por queda ou tendência, mas não um princípio objectivo que nos mande agir mesmo a despeito de todas as nossas tendências, inclinações e disposições naturais. Tanto assim, que a sublimidade e íntima dignidade do mandamento expresso num dever resplandecerão tanto mais, quanto

menor for o apoio e mesmo quanto maior for a resistência que ele encontre nas causas subjectivas, sem que com isso enfraqueça no mínimo que seja a obrigação que a lei impõe ou ela perca nada da sua validade (Kant, 1785/2007, p. 64);

Para Kant, o ser humano capaz de guiar suas ações de forma racional, tendo como referência o dever moral presumido no imperativo categórico, e não as suas paixões e inclinações, pode ser considerado livre. Por conseguinte, as ações realizadas livres de qualquer inclinação ou tendência, por dever à razão derivada do imperativo categórico, podem ser consideradas ações éticas e morais. Não por acaso, Kant considera que a política é o espaço, por excelência, do exercício do dever moral. A política serve para colocar em prática os princípios teóricos que fundamentam a ação moral. Portanto, não deve haver conflito entre a moral (teoria) e a política (prática). Os princípios da moral (dever) levados à prática por meio da política, no interior do Estado e junto com o povo, poderiam conduzir os indivíduos ao propósito da paz entre si e na relação entre os Estados (Dias, 2015; Kant, 1785/2007).

Em psicodinâmica do trabalho, o trabalho é uma atividade fundamentalmente deôntica. Ao produzirem as *regras de ofício* por meio do trabalho, homens e mulheres produzem também regras de convivência que se estendem para o âmbito geral da sociedade. Conforme assevera Dejours, as *regras de ofício* são um conjunto de regras de trabalho “elaboradas pelos trabalhadores, provenientes de estabilizações de acordos entre os membros do coletivo de trabalho sobre as maneiras de trabalhar” (Dejours, 2009/2012e, p. 37). As regras de ofício são compromissos firmados entre os estilos e preferências de cada trabalhador, sua experiência singular, suas contribuições pessoais e os acordos normativos construídos a partir do confronto do seu saber-fazer com o dos demais membros do coletivo de trabalho. As regras construídas e estabilizadas pelos trabalhadores coletivamente têm sempre um duplo objetivo: garantir a eficácia e a qualidade do trabalho, de um lado, e progredir na organização social e política de outro. A formação,

manutenção, transmissão e evolução das regras de ofício depende dos *espaços coletivos de deliberação* no âmbito da organização do trabalho. Nesses espaços – que podem ser formais ou informais – os trabalhadores apresentam as suas concepções sobre os modos de trabalhar ao mesmo tempo em que desenvolvem valores referentes ao respeito, confiança, lealdade e disciplina. Para Dejours (2009/2012e), o espaço de deliberação interno à organização do trabalho é condição indispensável à atividade deontica e constitui, de fato, um espaço de afeição pelo político no coração da organização do trabalho.

O conceito de *regras de ofício*, na psicodinâmica do trabalho, é uma referência às contribuições teóricas apresentadas por Damien Cru no *Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*, de 1986. Em dois ensaios – “*Les règles du métier*” e “*Collectif et travail de métier*” – o autor examina a dinâmica peculiar da organização do trabalho dos entalhadores de pedra [*tailleur de pierre*] na construção civil, atividade profissional que ele mesmo exerceu antes de se tornar um pesquisador. Damien Cru demonstra que, por meio da construção de regras e acordos validados pelos membros do coletivo de ofício, os entalhadores desenvolvem uma relação *sui generis* com o trabalho, o que lhes permite: ter mais autonomia e controle sobre o tempo de trabalho; planejar de forma mais precisa a execução da tarefa; evitar o desgaste físico e a fadiga; compartilhar experiências e dificuldades com os pares; encontrar soluções em conjunto. Enfim, desenvolver códigos e práticas favoráveis à saúde, segurança e a cooperação no trabalho. Entre os entalhadores de pedra era comum a utilização da expressão “*louper*” (colocar a lupa, ampliar, dar zoom, sacar) para se referir a um intervalo no trabalho ou a um período de observação antes do início, o que na prática poderia significar longas horas observando um painel ou uma fachada de concreto. Para os trabalhadores, isso era sinônimo de dar um tempo, dar um passo atrás,

tomar distância do seu objeto de trabalho, refletir sobre ele, mirá-lo, fitá-lo, debater com os pares e, só então, partir para a ação (Cru, 1988/2001a, 1988/2001b).³¹

Como afirma Damien Cru (1988/2001a), “O ofício não se reduz a uma técnica. Trata-se de relações entre os homens, de relações sociais [...]” (p. 43). As regras de ofício, usualmente, não coincidem com as normas, os regulamentos e os procedimentos prescritos pela organização do trabalho. As regras de ofício são construídas pelos trabalhadores no coletivo, na prática cotidiana do trabalho, e não impostas pela hierarquia. No geral, são regras intangíveis, regras de conduta, que não possuem um caráter coercitivo sobre o trabalho, mas constituem uma referência para a ação dos trabalhadores. Essas regras podem ser mais ou menos explícitas, mais ou menos consolidadas, mais ou menos cambiantes, o que demonstra o caráter dinâmico da relação entre os trabalhadores, relações conflitivas, por vezes excludentes. Na sua investigação, Damien Cru conseguiu caracterizar as quatro que regem o ofício dos entalhadores de pedra: 1) a regra de ouro: cada um termina o trabalho que começou; 2) a regra da ferramentaria: cada um trabalha com as próprias ferramentas; 3) a regra do tempo: nem correr com o trabalho, nem adormecer; 4) a regra da livre passagem: cada um pode circular por todo o canteiro de obras. Como declara o autor: “As regras são as regras, isso é tudo! Nós podemos apenas constatar a sua existência” (Cru, 1988/2001a, pp. 43-44).

As regras de ofício, construídas coletivamente, protegem os trabalhadores contra as ingerências, as arbitrariedades, as incoerências da organização do trabalho, as variações de humor, de ritmo ou de carga que possam ser impostas por alguém externo ou alheio à realidade do trabalho. Como declara Damien Cru: “Cada um entalha a sua pedra, da sua forma, com as suas ferramentas,

³¹ Apesar de terem sido publicados há mais de três décadas, os textos de Damien Cru permanecem vivos e atuais, tanto que foram republicados na revista *Travailler* no ano de 2016. Cf: Cru, D. (2016). Collectif et travail de métier: sur la notion de collectif de travail. *Travailler*, (1), 53-59; Cru, D. (2016). Les règles du métier. *Travailler*, (1), 35-52.

no seu ritmo” (Cru, 1988/2011a, p. 44). As regras do ofício garantem – a cada trabalhador que lhes é signatário – a possibilidade de afirmar a sua existência no trabalho, de gozar da liberdade e autonomia necessárias ao saber-fazer com eficiência e maestria. Ao mesmo tempo, a construção de regras de ofício transforma uma massa de trabalhadores em um coletivo de ofício. A formação de um coletivo baseado nas regras de ofício permite aos trabalhadores: a capacidade de autorregulação e livre iniciativa, na medida em que a organização coletiva do trabalho transcende à hierarquia; o engajamento no trabalho no sentido de uma obra comum, fomentando a cooperação e o trabalhar em conjunto; a defesa das regras contra as interferências externas e as ameaças internas, priorizando o respeito e a interiorização daquilo que foi referendado no coletivo; por fim, permite esconjurar a solidão, pois ainda que o sujeito trabalhe isolado, jamais estará sozinho diante do seu trabalho. “Enfim, as regras induzem uma arte de viver” (Cru, 1988/2001a, p. 46).

Para Dejours, a formação, estabilização e disseminação das regras de ofício é a própria substância da atividade deontica no trabalho. Afirma o autor que: “Toda regra de trabalho trata simultaneamente a relação com o real do trabalho e o viver junto. Toda regra de trabalho é a um só tempo regra técnica e regra de saber viver” (Dejours, 2009/2012e, p. 84). As regras de ofício resultam de construções coletivas cujo objetivo, a priori, é preencher as lacunas da organização prescrita do trabalho. A superação do real do trabalho pressupõe, não somente o emprego da engenhosidade e da mobilização subjetiva, mas também o emprego de uma inteligência no plural (*coordenação*) e a cooperação com os membros do coletivo de ofício. A cooperação, por sua vez, depende de uma outra forma de inteligência, uma inteligência deliberativa, que Dejours chama de *phronesis*. É por meio da discussão coletiva sobre os vários modos possíveis de executar uma tarefa, sobre como dominar com maestria o real do trabalho, é que se constroem os acordos

normativos, os ajustes acerca do saber-fazer e os laços de solidariedade no trabalho (Ganem et al., 2008; Dejours, 2000a, 2009/2012e).

A respeito da indissociabilidade entre as regras de ofício, o espaço de discussão, a cooperação no trabalho e o viver juntos, Dejours afirma:

Agora gostaria de chamar a atenção para um ponto: para que as regras de trabalho possam ser construídas e transformadas, fazendo deste modo evoluir o trabalho, o ofício, a comunidade de pertencimento, a empresa, até a cidade, é necessário um “espaço de discussão” (é um conceito). Quer dizer, um espaço estruturado como um espaço público – ou ainda um espaço onde as pessoas possam confrontar diferentes pontos de vista, associando elementos heterogêneos de ordem ético, político, social, de saúde, subjetivo, etc. (Dejours, 2000a, p. 3)

Para que uma organização do trabalho evolua de forma saudável é necessário, portanto, um espaço público interno, um espaço de discussão. Esse trabalho de construção e reconstrução das regras de ofício a partir do debate coletivo e dos acordos normativos, leva o nome, na Clínica do trabalho, de atividade deontica. Está intrinsecamente relacionado ao exercício democrático. Sem espaços democrático na organização do trabalho, as regras tornam-se rígidas e deslocadas do real (Dejours, 2000a, p. 4).

Cada regra de ofício construída pelo coletivo organiza a produção e também o viver juntos no trabalho. As relações de convívio no trabalho – de cooperação ou competição, de solidariedade ou isolamento, de autonomia ou dominação, de igualdade ou opressão – organizam o viver juntos na cidade e vice-versa. Ou seja, na perspectiva dejouriana, existe uma relação – que compreendemos ser uma relação dialética – entre a forma e o conteúdo dos laços sociais produzidos no âmbito do trabalho e os laços de sociabilidade produzidos e reproduzidos no âmbito geral da sociedade. O trabalho como atividade deontica, como atividade que consubstancia, de forma indissociável, o produzir e o viver juntos, implica que todo avanço na qualidade das regras

de ofício e dos laços de cooperação no trabalho, é também um avanço na produção da sociabilidade humana, no exercício da democracia e na conjuração da violência. O trabalho, como atividade deontológica, é todo ele político.

6.7 Centralidade do trabalho e emancipação

As efetivas transformações no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 – com a reestruturação produtiva, o incremento tecnológico e a reengenharia organizacional – provocaram não somente uma verdadeira metamorfose na base técnica da produção capitalista, mas também uma inflexão teórica acerca do papel do trabalho nos rumos da sociedade. Expressões como *sociedade pós-industrial* ou *sociedade pós-capitalistas* denotam o caráter ideológico das concepções teóricas emergentes no seio das transformações produtivas em curso. Mas foi no debate sociológico e político, a partir da década de 1980, que essas concepções ganharam vitalidade e, alguma coerência, trazendo como possíveis desdobramentos do novo ciclo reprodutivo do capital: o desaparecimento do trabalho, o fim da centralidade do trabalho na sociedade ou, em outros termos, a subtração do trabalho como atividade estruturante das formas de sociabilidade humana. Autores como Claus Offe, Robert Kurz, Adam Schaff, André Gorz e o próprio Marcuse, oscilavam entre um pessimismo apocalíptico – frente aos saltos tecnológicos e o crescimento vertiginoso do setor de serviços – e certas interpretações errôneas do marxismo, para afirmar o fim da centralidade do trabalho e o esvaziamento da categoria trabalho como categoria de mediação social (Antunes, 2008).

Em *Souffrance en France*, Dejours já denunciava os efeitos perniciosos das teses sobre o fim da centralidade do trabalho nas ciências do trabalho e no mundo organizacional, teses que o autor resumiu da seguinte forma:

- Não existe mais trabalho. Este se tornou artigo raro em nossa sociedade. As principais razões disso são o progresso tecnológico, a automatização, a robotização etc.
- O trabalho não mais suscita problema científico, tornou-se inteiramente transparente, inteligível, reproduzível e formalizável, sendo possível substituir progressivamente o homem por autômatos. O trabalho diz respeito tão somente à execução. Os únicos problemas residuais da empresa residem na concepção e na gestão;
- Como perdeu seu mistério, o trabalho não mais se presta à realização do ego nem confere sentido à vida dos homens e das mulheres da “sociedade pós-moderna”. Convém, pois, procurar substitutos do trabalho como mediador da subjetividade, da identidade e do sentido (Dejours, 1998/2007a, p. 41)

Para Dejours, as teses sobre o fim da centralidade do trabalho não resistem a um exame minucioso das transformações em curso no mundo laboral: o trabalho não deixou de existir, tampouco se tornou artigo raro. Enquanto enxugam-se os quadros e automatizam os processos de trabalho, o ritmo, a intensidade e a duração real do trabalho não para de aumentar, em todos os níveis da produção, dos trabalhos terceirizados, passando pelos níveis técnicos, até alcançar o patamar da gestão; o contingente absoluto de trabalhadores não diminuiu, pelo contrário, vem aumentando progressivamente. O que tem sido observado é um deslocamento geográfico-espacial da força de trabalho, graças à nova divisão internacional do trabalho, que empurra parte da produção para as periferias do capitalismo, onde é possível dispor de mão de obra barata e trabalho pouco regulamentado; o trabalho não é e nunca será totalmente prescritível, inteligível ou automatizável. O trabalho é, por definição, humano, uma vez que é mobilizado, precisamente, onde a ordem tecnológica-maquinal se mostra insuficiente (Dejours, 1993/2011a, 1998/2007a, 2007d).

De acordo com Dejours (1998/2007a), o trabalho continua sendo o único mediador da realização do ego no campo social e o substrato das relações sociais e políticas na sociedade, não existindo nenhuma outra categoria ou atividade humana capaz de substituí-lo. Depreende-se, portanto, que não basta refutar as teses sobre o fim do trabalho e da centralidade do trabalho. É preciso afirmar a centralidade do trabalho para a subjetividade, na conquista da identidade e da saúde, nas relações sociais (e de sexo), na produção do conhecimento sobre o real, na organização política e na emancipação humana. Para Dejours e Deranty (2010), na psicodinâmica do trabalho, o trabalho é categoria central: em relação à saúde subjetiva; nas relações sociais entre homens e mulheres, na teoria do conhecimento (centralidade epistemológica do trabalho); na organização da vida na cidade e na transformação da sociedade (centralidade política do trabalho) (Dejours, 1998/2007a; 2017a; Dejours & Deranty, 2010).

A centralidade do trabalho em relação à saúde subjetiva é observada em dois níveis: no nível individual, o trabalho proporciona ao sujeito que trabalha uma experiência de intimidade com o real, seja por meio do fracasso ou das resistências ao seu saber-fazer, oferecendo ao sujeito a possibilidade de desenvolver uma inteligência prática, uma inteligência do corpo, fruto de um processo de corporeização do real e um extenso trabalho do psiquismo. A centralidade do trabalho em psicodinâmica é, em primeiro lugar, a primazia do trabalho como recurso à provação da subjetividade. Por meio do trabalho, o sujeito desenvolve novas capacidades do corpo ao psiquismo, transforma o saber-fazer, fortalece a saúde e alarga a subjetividade, construindo uma nova relação com o real, com o mundo e consigo próprio; no nível coletivo do trabalho, é necessário destacar o papel do reconhecimento na transformação subjetiva, na conquista da identidade e na luta pela saúde dos sujeitos que trabalham. O reconhecimento no trabalho é um reconhecimento do fazer, um reconhecimento da técnica, da contribuição efetiva, da inventividade,

da utilidade ou da beleza do trabalho. É, antes, o reconhecimento baseado na qualidade da relação que o sujeito mantém com o real. Ao contrário do senso comum, o trabalho não é apenas fonte de sofrimento e patologia, o trabalho pode produzir prazer, pode extrair o melhor do ser humano. O trabalho é central na saúde subjetiva como parte essencial à economia do psiquismo e como mediador insubstituível na transformação, desenvolvimento e auto-realização do sujeito (Dejours & Deranty, 2010).

A centralidade do trabalho nas relações sociais de gênero diz respeito à capacidade potencial do trabalho para reproduzir e perpetuar as relações de dominação entre homens e mulheres na sociedade ou, em contrapartida, para subverter tais relações. Conforme já debatido, a sociologia das relações sociais de sexo vem, desde a década de 1980, enfatizando a questão da divisão sexual do trabalho e as inter-relações entre a dominação de gênero no trabalho e a dominação no âmbito geral da sociedade. O trabalho não apenas reproduz, mas, em certa medida, cria as relações de exploração e opressão de gênero dominantes na sociedade. Em psicodinâmica do trabalho, a categoria trabalho não circunscreve apenas o trabalho assalariado, formal, profissionalizado, baseado em regras e prescrições. O trabalho doméstico também é considerado trabalho, incluindo não apenas as tarefas domésticas, mas também os cuidados com as crianças, o acompanhamento do processo de escolarização, o suporte às pessoas idosas ou com deficiência. A desqualificação do trabalho doméstico como trabalho, a separação histórica entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, e as formas diversas de hierarquização e valoração do trabalho masculino e feminino, estão na raiz das condições de desigualdade em que se encontram homens e mulheres na sociedade (Dejours & Deranty, 2010).

A centralidade epistemológica do trabalho é um princípio elementar do papel central do trabalho na vida subjetiva e social: em primeiro lugar, a centralidade do trabalho na teoria do

conhecimento permite questionar o modelo geral das ciências, marcado pela cisão entre ciências de base (ciência pura) e as ciências aplicadas. A epistemologia de campo na psicodinâmica do trabalho tem como pressuposto a afirmação de que “é sempre por meio de uma forma de trabalho que se tem acesso ao real” e, portanto, a referida cisão ou uma possível hierarquização entre conhecimento empírico e conhecimento teórico se tornam estéreis na investigação do trabalho (Dejours & Deranty, 2010, p. 178); em segundo lugar, uma vez que o real do trabalho só pode ser conhecido por intermédio da sua resistência ao saber-fazer, a “verdade” reside, antes, na ausência de um conhecimento sobre o real e nunca em um conhecimento construído e declarado à priori. Somente quando o real é revelado na forma de fracasso se torna possível, à posteriori, caracterizar a situação de trabalho de modo a submetê-la à uma análise empírica; em terceiro lugar, ao acolher a dimensão afetiva da experiência do real no trabalho, a psicodinâmica do trabalho afirma a necessidade de reconciliação entre a objetividade e a subjetividade na produção de conhecimento sobre o real. O conhecimento subjetivo não é inferior ao conhecimento objetivo, pelo contrário, é a base sem a qual nenhum conhecimento objetivo é possível. Para Dejours e Deranty (2010), a centralidade epistemológica do trabalho na Clínica do trabalho permite refutar duas teses recorrentes, uma na psicologia e outra nas ciências sociais: a de que o conhecimento sobre o psiquismo humano permitiria compreender a natureza do trabalho humano, como afirmou Freud nos seus escritos sociais; e que um conhecimento sobre a sociedade permitiria compreender a estruturação e a organização das relações de trabalho. O caminho epistemológico defendido pelos autores é, precisamente, o inverso: a análise do trabalho como trabalho vivo permitiria reposicionar o trabalho humano como experiência central através da qual a vida psíquica pode ser desenvolvida e aprimorada, permitindo revisar toda e qualquer teoria do sujeito e da subjetividade; e, ao compreender as relações intersubjetivas construídas no seio trabalho, por meio da atividade

deontológica, das regras de ofício, da coordenação e cooperação, seria possível repensar a teoria social de modo a suprir a lacuna existente entre subjetividade e o campo social (Dejours & Deranty, 2010).

Como assevera Dejours:

O imaginário social contemporâneo pontifica o desprezo pelo trabalho, anuncia mesmo o fim do trabalho, encanta-se pela economia virtual e celebra um mundo reduzido a ser apenas coisa de gestores [...] Ora, é ainda necessário lembrar aqui, o acesso ao real passa sempre pela experiência irredutível de um trabalho vivo. E é precisamente porque apenas a experiência do trabalho permite manter a ligação com o real, e assim evitar sair à deriva do imaginário social, que o trabalho deve ser reconhecido no todo como objeto da política e da filosofia. A centralidade *epistemológica* do trabalho cruza, nesse ponto preciso, a centralidade *política* do trabalho (Dejours, 2009/2012e, p. 175).

A centralidade política do trabalho diz respeito à necessidade de reafirmar o trabalho como espaço privilegiado da ação coletiva, do exercício da democracia, da subversão da ordem e da superação das relações de dominação. Nesse sentido, torna-se necessário repensar o trabalho humano não somente como trabalho alienado, determinante do sofrimento e da despersonalização, mas também como atividade potencialmente orientadora de uma ação política capaz de conduzir sujeitos e coletivos na direção da emancipação. Não há, portanto, neutralidade do trabalho em relação à política: ou ele joga a favor da construção das solidariedades, da vontade coletiva de agir e dos recursos substanciais que encerram o trabalho como a relação fundante do viver juntos, ou, ao contrário, irá contribuir para a degeneração dos laços de civilidade e cooperação, comprometendo a deontologia do fazer e do viver juntos com base na desafeição pelo político (Dejours, 2000b, 2009/2012e).

Como esclarece Dejours: “Afirmar que o trabalho em certas formas de organização do trabalho constitui um poder regenerador do político é também dizer que outras formas de organização do trabalho constituem de fato métodos de governança capazes de prejudicar também

na esfera política [...]” (Dejours, 2009/2012e, p. 192). Em função da centralidade das relações de trabalho e da deontologia do fazer para a mobilização ou desmobilização dos trabalhadores e a sua vontade coletiva de agir, pode-se afirmar que a organização do trabalho “pertence, quer queira quer não, à ordem do político” (*idem*). Se a organização do trabalho tem uma dimensão política que lhe é intrínseca, podendo provocar nos sujeitos que trabalham a afeição ou desafeição pela política, depreende-se que o trabalhar “é todo ele político” (Dejours, 2009/2012e, p. 189).

Para Dejours, o trabalho é o grande problema político do nosso tempo, de modo que qualquer transformação na ordem social deve passar, necessariamente, por *uma política do trabalho*. Afirma o autor que:

Procurar restabelecer a continuidade da relação entre o trabalho, a deontologia do fazer e a democracia supõe a mediação de uma correia de transmissão política, essa mesma que, por deter conhecimentos circunstanciados sobre a força colossal do trabalho em relação ao estabelecimento das solidariedades, da civilidade, da cultura, do direito e das instituições — para o melhor como para o pior — está em condição de estabelecer os princípios e colocar em operação os meios de uma “política do trabalho” integral, política que elevaria de forma deliberada a questão do “trabalhar” em uma posição de prioridade, antes mesmo do que a do emprego. Uma “política do trabalho” *stricto sensu* teria de elaborar, em primeira mão, uma doutrina do trabalho apoiada na reavaliação sistemática das relações entre o trabalho e a *polis*, entre o trabalho e a violência ou a civilidade, entre o trabalho e a escola, entre o trabalho e a cultura, entre o trabalho e a democracia (Dejours, 2009/2012d, p. 204).

Uma política do trabalho integral alinhavada a uma teoria do trabalho vivo – isto é, uma teoria do trabalho que seja também uma teoria do ser humano genérico, uma teoria das inteligências individual e coletiva, uma teoria da cooperação e das regras do viver junto – é, segundo Dejours, “a rota que segue do trabalho rumo à emancipação” (Dejours, 2009/2012e, p. 208). A organização do trabalho emerge, nessa perspectiva, como lugar de implicação e aprendizagem ou de esvaziamento e deserção do político. A emancipação por meio do trabalho,

na psicodinâmica do trabalho, não consiste em um processo mediante o qual seria possível escapar da alienação e do adoecimento, mas sim o ponto a partir do qual seria possível “um retorno à arena do político” (Dejours, 2009/2012e, p. 209). A emancipação no trabalho seria, antes, uma luta contra as relações de dominação e subserviência que prosperam nas novas formas de organização do trabalho dominadas pela agenda liberal e o gerencialismo. O retorno ao trabalho real (como experiência subjetiva e afetiva) e ao trabalho como atividade deontica (que produz não apenas regras de ofício, mas também regras de civilidade) é o itinerário para recolocar o trabalho na ordem do político e à serviço da emancipação humana.

Capítulo 7 – Para uma crítica da Clínica Psicodinâmica do Trabalho

Ao longo da tese, nos esforçamos para percorrer o caminho trilhado por Christophe Dejours – desde a publicação de *Travail, Usure Mentale*, em 1980, até os seus escritos mais recentes – com o propósito de apreender como se deu a construção do conceito de trabalho na psicodinâmica do trabalho. Todavia, um conceito não existe de forma isolada, existe como parte de um *sistema teórico* que compreende o conjunto das hipóteses, conceitos e pressupostos que colocam o objeto em movimento. Não obstante, a teoria só alcança algum sentido e inteligibilidade se estiver em relação permanente com o campo empírico – seja como fonte do conhecimento a ser sistematizado ou como *locus* de experimentação e aplicação dos conceitos elaborados. Por fim, toda a teoria que se preze, bem como os seus métodos e técnicas, trazem consigo uma concepção do que é o ser, o que é a realidade, o que é a ciência, o que é o conhecimento, etc. Isto posto, é importante ressaltar que a investigação ora empreendida não ficou restrita à semântica do conceito de trabalho em Dejours, ou às diversas acepções que o termo assume no decorrer de sua obra. Nem tampouco nos restringimos às diversas dimensões do trabalhar que a Clínica do trabalho concebe.

Nosso olhar investigativo foi direcionado para os níveis *ontológico* e *epistemológico* da disciplina, buscando alcançar os *fundamentos e princípios* que dão sustentação aos conceitos e métodos da psicodinâmica do trabalho. Por essa razão, no sentido de tentar compreender o que é o ser, o que é a realidade, o que é o conhecimento, partir do conceito de trabalho em Dejours, foi necessário acessar – na medida em que esse acesso era possível – as principais referências teóricas do autor, bem como o trabalho dos seus principais interlocutores. No capítulo dedicado à dimensão psicoeconômica do trabalho, percorremos os conceitos de *sofrimento*, *estratégias defensivas*, *sublimação*, *sintoma*, buscando as referências do autor na psicanálise de Freud e Laplanche, e nos teóricos da escola psicossomática. No capítulo dedicado a compreender o trabalho como

experiência do real, transitamos pela ergonomia francesa, para acessar os conceitos de *prescrito e real*, passamos pela *métis*, de Detienne e Vernant, pela *corporeização*, de Michel Henry, pela *atividade subjetivante*, de Böhle e Milkau, até alcançar o *trabalho vivo* em Marx. No capítulo que trata do trabalho como mediador da identidade e da saúde, percorremos a fenomenologia das formas de *reconhecimento*, de Axel Honneth, as formas de *alienação* descritas por François Sigaut, além do *paradoxo da dupla centralidade*, retomando o debate com a psicanálise. Finalmente, no capítulo que trata do trabalho como mediador das relações sociais e políticas, passamos pela *banalidade do mal*, de Hannah Arendt, a *servidão voluntária*, de Étienne de La Boétie, as *relações sociais de sexo*, de Hirata e Kergoat, o conceito *deontologia*, em Jeremy Bentham e Kant, e as *regras de ofício* de Damien Cru.

Feito todo esse percurso, e com a certeza de que o nosso objetivo geral foi cumprido – qual seja, demonstrar a partir de quais referências ontológicas e epistemológicas se constitui o conceito de trabalho na psicodinâmica do trabalho – pretendemos, nesse capítulo final, apresentar alguns pontos de tensão na teoria analisada, pontos que no nosso entendimento constituem verdadeiros paradoxos do ponto de vista ontológico e epistemológico, de que uma análise mais apurada poderia até colocar em suspeição a coerência e a inteligibilidade da psicodinâmica do trabalho. Nosso objetivo, aqui, é oferecer uma reflexão ao campo das pesquisas e práticas em psicodinâmica do trabalho, bem como apresentar uma agenda de investigações a ser explorada.

7.1 Uma clínica do trabalho sem trabalho

Coube a Dominique Lhuilier (2006), sistematizar esse campo vasto e diverso que hoje denominamos “clínicas do trabalho”. De acordo com a autora, as clínicas do trabalho têm as suas

raízes em duas correntes teóricas distintas: a psicologia social clínica, de um lado; e a psicopatologia do trabalho e seus desenvolvimentos – como a psicodinâmica do trabalho e a clínica da atividade – de outra parte. A psicopatologia do trabalho abriu os caminhos para o reconhecimento da subjetividade como um componente importante do trabalho humano. Em outras palavras, a psicopatologia do trabalho inaugura uma clínica do *sujeito* na relação com o trabalho. A psicologia social clínica, por sua vez, que resulta do encontro da psicanálise com as ciências sociais, estuda os indivíduos em situações sociais reais, o encontro intersubjetivo, a ressonância entre o individual e o coletivo, e a tensão entre os sistemas sociais e as estruturas psíquicas (Lhuillier, 2006; Bendassolli & Soboll, 2011).

A terminologia *clínica*, como se sabe, tem a sua origem etimológica associada à prática médica. A palavra clínica vem do grego *klinike*, que significa o ato do médico (*klinicos*) se debruçar sobre o leito (*klinē*) do paciente. É somente a partir do século XVIII – com o advento da modernidade, portanto – que uma abordagem da singularidade humana é reconhecida como compatível com o rigor científico e os critérios de objetividade e generalização. O olhar clínico não é mais redutor, mas sim fundador do indivíduo em sua irredutibilidade. Michel Foucault (como citado em Lhuillier, 2006, p. 22) concebe o nascimento da clínica enquanto abordagem científica como uma tentativa de “colocar em evidência os mecanismos, os processos e então alcançar o geral para além das singularidades individuais, mas a partir delas”. Todavia, esse sujeito que emerge junto com a clínica só vai ser dotado de subjetividade quando a medicina, no seu encontro com a filosofia, passar a se ocupar também do *espírito* humano. Já no final do século XIX, portanto, nasce a psicologia clínica, concomitantemente, na Alemanha, na França e nos Estados Unidos.

No que se refere às clínicas do trabalho, o uso do termo *clínica* pode, em um primeiro momento, sugerir que se trata de uma clínica de consultório, uma clínica voltada para as questões individuais, os conflitos e as fantasias do sujeito. Poderia, porventura, nos conduzir a imaginar algo como o trabalho no divã do consultório, ou simplesmente um olhar analítico para as questões do trabalho. O *trabalho*, diferentemente da clínica, é necessariamente da esfera do social. A associação entre *clínica* e *trabalho* anseia promover a articulação entre mundo psíquico e mundo social. Para Bendassolli e Soboll (2011), ao enfatizar a pesquisa e a intervenção a partir da realidade vivenciada pelo sujeito, a clínica do trabalho aproxima-se de uma clínica social, com a distinção de que o seu campo empírico constitui as experiências objetivas e subjetivas oriundas da atividade de trabalho.

A despeito da sua “diversidade epistemológica, teórica e metodológica” (Bendassolli & Soboll, 2011, p. 3), as clínicas do trabalho apresentam similaridades e convergências que demarcam o seu pertencimento ao referido campo. Como aponta Lhuillier (2006, p. 19):

Para além das divergências entre essas diferentes abordagens, podem ser identificados traços comuns que estão na base do seu pertencimento à clínica do trabalho: a centralidade do trabalho como atividade material e simbólica constitutiva do laço social e da vida subjetiva; a prioridade dada às situações concretas de trabalho e à demanda, bem como à sua análise; a dimensão coletiva das estruturas e dispositivos de elaboração propostos; a intervenção como pesquisa-ação visando essa dupla articulação: compreender para transformar e transformar para compreender. Trata-se, de fato, de práticas de pesquisa engajadas: engajadas no encontro com homens e mulheres ali onde eles trabalham; engajadas em uma relação a longo prazo, pois a pesquisa clínica não pode se satisfazer com uma simples coleta de dados (a ser elaborada posteriormente sem diálogo) sem ponderar seus impactos sobre as pessoas e as situações; engajamento no acompanhamento dos processos de mudança a partir de uma investigação compartilhada sobre o sentido das situações de trabalho e das práticas (Lhuillier, 2006/2012, p. 19)

Como se sabe, Dejours foi o primeiro a se valer da denominação *clínica do trabalho*, tanto que o autor costuma se referir à psicodinâmica do trabalho como “a” Clínica do trabalho. A expressão *clínica*, de fato, aparece nos escritos dejourianos sobre o trabalho com relativa frequência, desde quando o autor ainda se situava no campo da psicopatologia do trabalho. Afirma Dejours que “[...] a clínica do trabalho nasceu nos anos 70 do confronto entre a antropologia psicanalítica e a ergonomia [...] A tarefa atribuída à clínica nessa época consistia em elaborar uma clínica e uma teoria das relações entre o funcionamento psíquico e o trabalho” (Dejours, 2012c, p. 364). Vale ressaltar que a psicopatologia do trabalho francesa, desde as suas origens, já se valia de uma metodologia clínica, uma vez que se tratava de uma prática concebida no interior da psiquiatria e fortemente influenciada pela medicina do trabalho.

A novidade da abordagem dejouriana é, de fato, propor uma clínica que parte do encontro inusitado – para não dizer inexequível, do ponto de vista ontológico e epistemológico – entre a psicanálise e a ergonomia. Ao mesmo tempo em que psicodinâmica de Dejours sustenta uma nova clínica no sentido de “[...] repatriar essa dimensão social na clínica ordinária da psicanálise” (1993c, p. 153), aspira à uma metodologia de análise do trabalho capaz de se apresentar como “[...] uma clínica das relações entre a organização do trabalho prescrito e a organização do trabalho real” (1995c, p. 58). Afirmar que se trata de uma clínica significa, ainda, que a fonte de todo o conhecimento sistematizado está no *campo* de pesquisa-intervenção: assim como Freud, que desenvolveu o seu corpo teórico a partir das experiências clínicas com os pacientes, a clínica de Dejours evoca uma epistemologia do campo, uma epistemologia do sujeito no *trabalhar*. A ergonomia, por sua vez, historicamente destituída de um sujeito, vai, com a Clínica do trabalho, ganhar uma teoria da subjetividade que hipoteticamente a comporta.

Explicita Dejours que:

Para começar, a psicodinâmica do trabalho é uma disciplina **clínica** que se apoia na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental; a seguir, é uma disciplina **teórica** que se esforça para inscrever os resultados da investigação clínica da relação com o trabalho numa teoria do sujeito que engloba, ao mesmo tempo, a psicanálise e a teoria social (Dejours, 2004b, p.28, grifos do autor).

A dependência estrutural da psicodinâmica do trabalho em relação à psicanálise aparece em diversos escritos do autor: ao trabalho ordinário, aquele que é possível encontrar nas situações concretas do campo de pesquisa, falta inscrever uma teoria do sujeito; à teoria do sujeito, a psicanálise, por suposto, falta uma teoria do trabalho (Dejours, 2009/2012d). Dejours enfatiza, de forma tão veemente, que a psicodinâmica do trabalho não é uma forma de psicanálise aplicada que demonstra mais hesitação do que certeza. Contudo, o questionamento que consideramos ser apropriado enunciar é o seguinte: a psicodinâmica do trabalho, considerando seu objeto, seus métodos e objetivos, alcança o trabalho real? Ou seria a psicodinâmica uma clínica da subjetividade no trabalho?

No *Addendum*, texto fundador da psicodinâmica do trabalho, Dejours define como núcleo central da sua clínica “a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho” (Dejours, 1993/2011a, p. 59). A estrutura da afirmação anterior deixa claro que o objeto da psicodinâmica do trabalho são os *processos intersubjetivos*, e que o trabalho aparece apenas como o contexto (*situações de trabalho*), o pano de fundo, o cenário em que ocorre o encontro dos sujeitos em relação. No mesmo texto, Dejours esclarece que a *análise psicodinâmica* é um termo proveniente da psicanálise e diz respeito ao “estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pela evolução dos conflitos inter e intrassubjetivos” (p. 112). Diferentemente da psicanálise, que se dedica ao estudo “dos processos, as estruturas e os equilíbrios das forças na esfera abstrata dos mecanismos, das instâncias ou tópicos do aparelho psíquico e da economia pulsional” (*idem*). Em referência à psicologia concreta de Politzer, Dejours afirma que a análise

psicodinâmica “[...]estende-se até a esfera da concretude e aponta seletivamente o *drama* vivido, seu conteúdo e o sentido que reveste para aquele que vivencia” (*idem*). Embora seja reconhecida a influência do marxismo no pensamento de Politzer, é possível afirmar que a noção de drama pertence, antes de mais nada, ao domínio do sujeito.

Na conferência de abertura do I Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho (CIPPT), Dejours reitera que:

A análise dinâmica, então, é a análise dos conflitos, os conflitos não podem ser considerados como uma adversidade, mas sim como a origem dos movimentos psíquicos, o motor das dinâmicas, o motor das dinâmicas que nós procuramos colocar na ordem do dia. De que conflitos se trata? Dos conflitos intrapsíquicos, primeiramente, isto é, dos conflitos que se desdobram no interior do sujeito, a partir do seu encontro com o trabalho, conflitos que fazem dele um sujeito dividido, hesitante, confuso e angustiado. Conflitos intrapsíquicos, eu tenho tido, mas também conflitos intersubjetivos, isto quer dizer, ligados às vicissitudes da relação com o outro”(Dejours, 1997a, .p. 3).

Complementa ainda o autor:

A denominação “psicodinâmica do trabalho” quer então tornar explícito o lugar capital acordado ao sentido. Ao mesmo tempo, ela subentende as **escolhas metodológicas** coerentes com a preocupação de encontrar um **acesso ao sentido subjetivo do vivido na situação de trabalho**” (Dejours, 1997a, p.4, grifo nosso).

Como nos fornece a pista o próprio autor, é precisamente no domínio das escolhas metodológicas que encontramos a confirmação de que o trabalho real é deixado de lado na análise psicodinâmica sustentada por Dejours. A metodologia da psicodinâmica do trabalho é, sem dúvida, a parte mais frágil dessa abordagem teórico-metodológica. Dejours se debruçou sobre a metodologia da Clínica do trabalho em apenas duas oportunidades: em um ensaio publicada na coletânea *Plaisir et Souffrance dans le travail*, de 1988³²; e no *Addendum* à segunda edição

³² O referido texto, intitulado “*La méthodologie en Psychopathologie du Travail*”, foi publicado no Brasil como um anexo de “A loucura do Trabalho”, a partir da 5ª edição ampliada da Editora Cortez-Oboré, de 1992.

francesa de *Travail, Usure Mentale*, de 1993. Em outras publicações, a questão metodológica aparece apenas de forma contingente ou por meio de inferências que podem ser extraídas dos relatos de pesquisa do autor e sua equipe. Mas o que chama a atenção é que, em termos metodológicos, o *material de pesquisa* operado pela psicodinâmica de Dejours não é o trabalho propriamente dito, nem tampouco o *trabalhar*, e sim a *palavra* dos trabalhadores.

Afirma o autor que:

Ao contrário da abordagem descrita por certos ergonomistas, Catherine Teiger e François Daniellou, **não nos interessamos principalmente pela realidade dos fatos do trabalho**, nem mesmo pela descrição dada pelos trabalhadores do seu trabalho. Uma vez que nosso objetivo não é desnudar a realidade do trabalho humano, em suas dimensões físicas e cognitivas. **Nossa pesquisa centra-se essencialmente sobre o vivido subjetivo**, de maneira que nós nos interessamos sobretudo pela dimensão do comentário: comentário que inclui as concepções subjetivas, as hipóteses sobre o *porquê* e o *como* em relação ao vivido no trabalho, as interpretações até mesmo anedóticas, etc (Dejours, 1988/2001a, p. 105, grifo nosso).

A metodologia em psicodinâmica do trabalho parte de uma *demand*a dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em coletivos. Deve, segundo o autor, ser realizada em um local identificado com o trabalho. Na fase da *pré-pesquisa*, os pesquisadores, também organizados em coletivos, devem reunir informações sobre o processo de trabalho, realizar visitas *in loco* na empresa, acessar documentos que assinalam a organização prescrita do trabalho, coletar, junto aos trabalhadores, histórias das greves, incidentes, negociações sobre o ritmo de trabalho, entre outras situações que expressam a dimensão *dinâmica* do trabalho. Na *pesquisa* propriamente dita, os trabalhadores e trabalhadoras, orientados pelo coletivo de pesquisa, são instigados não somente a elaborar o conteúdo da demanda, mas a confrontá-lo a partir de suas vivências com os demais sujeitos que compartilham aquela realidade de trabalho. Todavia, o que prevalece é a palavra: “Nesse sentido, recorreremos à inspiração psicanalítica que recomenda interessar-se acima de tudo

pelo que diz o paciente mais do que pela realidade, em regra deformada, do que é relatado” (Dejours, 1988/2001a, p. 101).

Para Dejours, o sofrimento resultante do encontro do sujeito com a organização do trabalho – e com os demais sujeitos em relação – não é acessível de forma direta. O recurso à palavra, portanto, vai de encontro às barreiras de proteção erigidas por meio das estratégias de defesa. A palavra é a única via de acesso a uma realidade subjetiva que ainda não veio à tona: seja porque está fora da consciência ou porque foi dissimulada pelas estratégias defensivas. A “realidade” dos fatos clínicos se torna acessível por meio de uma dinâmica intersubjetiva mediada pela palavra, onde a intervenção dos pesquisadores afeta a estrutura dos espaços coletivos de discussão sobre o trabalho. A palavra ganha vivacidade e sentido quando é dirigida ao outro, estabelecendo uma vinculação intersubjetiva capaz de oportunizar os processos de elaboração e perelaboração da demanda no coletivo. “O sentido do vivido subjetivo do trabalho e do sofrimento não pode ser produzido de fora. A análise da dimensão subjetiva do trabalho ou ‘a objetivação da subjetividade’, passa, necessariamente, pelo acesso ao sentido que aquela situação tem para os próprios indivíduos” (Dejours, 1993/2011a, p. 98).

Nos parágrafos finais da já citada conferência de abertura do I CIPPT, Dejours declara que o “espírito da disciplina”, aquilo que constitui a sua “preocupação original”, é o seguinte:

[...] produzir os conhecimentos sobre as relações entre trabalho, sofrimento e subjetividade para melhor compreender os destinos tão diversos, se não paradoxais, do sofrimento humano e para extrair os argumentos que possam contribuir na deliberação sobre a ação, tanto no domínio do trabalho quanto nos assuntos da cidade. A questão central da psicodinâmica do trabalho permanece, eu espero que sim, a do sofrimento e da luta contra o sofrimento, até e incluindo a subversão pelo trabalho do sofrimento em prazer (Dejours, 1997a, pp. 8-9).

Mediante o exposto, já temos elementos suficientes para afirmar que, o que está no centro da clínica proposta por Dejours não é o trabalho, mas sim a subjetividade do sujeito que trabalha. O objeto da disciplina proposta por Dejours não é o trabalho real, ou o intervalo irreduzível entre tarefa e atividade, mas sim os efeitos do trabalho sobre os sujeitos e os coletivos, seja em termos de sofrimento, prazer, estratégias defensivas, patologias ou laços sociais. Fatalmente, o trabalho na psicodinâmica do trabalho não ultrapassa o *status* de um contexto onde se desenvolvem os conflitos intrapsíquicos (entre a história singular do sujeito e a organização do trabalho), intersubjetivos (entre os sujeitos e os coletivos) ou deontológicos (referente à organização social e o viver juntos). Mesmo quando evoca o *trabalhar* (verbo), Dejours deixa claro que o seu interesse é pelo “que implica do ponto de vista humano o fato de trabalhar”: os gestos, o saber-fazer, a mobilização do corpo e da inteligência, a capacidade do sujeito de pensar, refletir, interpretar e inventar. Ou seja, o *trabalhar* – que constitui, para o autor, a forma específica que cada sujeito engaja a sua subjetividade para enfrentar os constrangimentos da organização trabalho – é mais um recurso semântico que corrobora a escolha da subjetividade em detrimento do trabalho real.

7.2 Tradição compreensiva e perspectiva gnosiológica

Como sinaliza Bendassolli (2011), a psicologia, ao longo da sua história, teve uma dupla inserção no mundo do trabalho: ora como ciência aplicada, ora como ciência compreensiva. No primeiro caso, o trabalho não necessariamente vai ser o objeto central da investigação/intervenção. Na psicologia como ciência aplicada ao trabalho, de um modo geral, o trabalho figura apenas como o *meio* para alcançar determinados resultados, quais sejam: a aprendizagem, a produtividade, o desempenho, as competências. No segundo caso, o foco da teorização é o sujeito que trabalha,

sendo o trabalho compreendido como “um mediador simbólico fundamental para o acesso a esse sujeito” (Bendassolli, 2011, p. 82). Para Bendassolli, as clínicas do trabalho – ainda que não possam ser identificadas como psicologias do trabalho – constituem uma via clínica de apropriação psicológica do trabalho, a qual se desenvolve a partir da tradição das ciências compreensivas e hermenêuticas.

A psicodinâmica do trabalho, em particular, pela admissão das questões do sentido, da palavra, da interpretação, da intersubjetividade, do conflito e, como já mencionado, pela dependência estrutural em relação à psicanálise, filia-se à tradição epistemológica das ciências compreensivas. Afirma Dejours que:

A psicodinâmica do trabalho se alinha, então, ao estatuto epistemológico das ciências histórico-hermenêuticas e não mais das ciências da natureza. [...] A dimensão epistemológica da abordagem compreensiva é indissociável desta tradição desde as suas origens (de Schleiermacher à Dilthey em seguida à Simmel, Weber, Schütz...). Se o encontro foi relativamente fácil é porque, embora preocupada com a saúde mental, a psicodinâmica do trabalho baseou sua abordagem numa referência privilegiada à psicanálise. Esta última utiliza, certamente, mais do que todas as outras, uma metodologia compreensiva, na medida em que ela é totalmente inclinada à pesquisa do sentido, da inteligibilidade das condutas para o sujeito, e para um trabalho de interpretação e construção (Dejours, 1996, p. 202)

A partir da obra de Richard Rorty, Bendassolli (2011) situa a tradição compreensiva no interior de uma nova forma de conceber a relação entre o conhecimento da realidade e a produção do discurso sobre ela: o chamado “giro linguístico” (p.77). Segundo o autor, as abordagens de tipo *construcionista* ou *compreensiva* pressupõem a realidade como uma construção social cuja existência e conformação se dá em função dos processos intersubjetivos e das contingências histórico-sociais. “Essas abordagens orientam-se especialmente pelo propósito de gerar conhecimentos e instrumentos para a compreensão da realidade pelo sujeito, a fim de que este possa ‘redescrivê-la’ para melhor acomodar seus desejos e intenções, e não para que o sujeito

alcance sua ‘verdadeira’ representação” (Rorty, como citado em Bendassolli, p. 77). O conhecimento apresenta-se, aqui, como um esforço de concepção, no plano da linguagem, para encontrar razões e justificativas para os fenômenos da realidade e não mais para investigar suas causas e origens no plano da própria realidade. A ação, por sua vez, é concebida como autoexpressão, autorrealização ou autor reflexividade. Ou seja, tanto o conhecimento produzido sobre a realidade quanto a ação sobre ela implicam, nessa perspectiva, a primazia do sujeito.

Como vem chamando a atenção Ivo Tonet, as ciências humanas e sociais vivem uma profunda crise de legitimidade. Para além da insuficiência dos paradigmas teórico-metodológicos em alcançar a totalidade da realidade social – sobretudo na forma complexa em que ela se apresenta na atualidade – a crise em questão se expressa na negação de um olhar *ontológico* sobre a sociedade e o real. O padrão de cientificidade que se consolidou com o advento da ciência moderna – ainda que preserve um certo pluralismo epistemológico e metodológico – se caracteriza por um olhar *gnosiológico* sobre a realidade social, isto é, limita-se a apreender a aparência do objeto/fenômeno sem alcançar a sua origem, natureza e função social (Tonet, 2007, 2013).

Na perspectiva gnosiológica, o conhecimento da realidade tem no sujeito seu polo fundamental. Mais do que isso, é o sujeito que constrói a realidade, o que implica na regência do sujeito em relação ao objeto do conhecimento. O sujeito do conhecimento é um indivíduo singular, eliminando toda e qualquer mediação de classe social. A realidade é uma construção discursiva, suprimindo o caráter radicalmente histórico-social do objeto/fenômeno investigado. A definição de verdade corresponde à coerência e consistência do discurso sobre a realidade, e os critérios de verdade ficam a cargo do rigor metodológico e da legitimação dos pares. O resultado final não é objeto da realidade teoricamente traduzido, mas um objeto teoricamente construído. De modo que, na perspectiva gnosiológica, de acordo com Tonet, só é possível chegar a uma compreensão do

mundo por meio da mediação da subjetividade e da intersubjetividade. Uma vez que determinadas abordagens do conhecimento, na contemporaneidade, estão elevando esses pressupostos ao extremo, podemos afirmar que prevalece a “hipercentralidade da subjetividade” na construção do conhecimento científico baliza a chamada ciência moderna (Tonet, 2013).

Explicita o autor que:

Como consequência disso, pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neoluminismo, o pragmatismo e outras. Todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade face a uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente – à compreensão. E na ação ela aparece ora como demissão face a uma realidade que parece recusar qualquer possibilidade de transformação radical e em sua totalidade, ora como voluntarismo, objetivando moldar à força essa mesma realidade renitente, ora como politicismo, atribuindo à esfera política a capacidade de moldar o mundo social de modo a possibilitar a plena realização de todos os indivíduos (Tonet, 2013, p. 61).

Como debatido anteriormente, a psicodinâmica do trabalho, desde as suas origens, foi sendo construída como uma clínica da subjetividade no trabalho: uma abordagem voltada para apreender o sofrimento subjetivo do sujeito que trabalha e as suas estratégias defensivas de conformação da realidade. É preciso ressaltar, mais uma vez, que a psicanálise freudiana é a viga mestra a partir da qual se edifica a psicodinâmica de Dejours e, como afirma o autor, a psicanálise “é efetivamente fundada na abordagem hermenêutica, da interpretação, e não da objetividade dos fatos, no reconhecimento da prevalência do sentido sobre a substancialidade das objetividades [*des objectités*]” (Dejours, 1999b, p. 12). Vejamos: temos até aqui uma clínica do trabalho que não se ocupa do trabalho propriamente dito, mas da subjetividade no trabalho; que não se apega aos fatos da realidade laboral, mas ao sentido atribuído pelos sujeitos e à interpretação dos fatos conforme sua experiência subjetiva no trabalho.

Em termos metodológicos, o acesso à realidade em psicodinâmica do trabalho se dá, principalmente, por meio da dinâmica intersubjetiva estabelecida nos espaços coletivos de discussão. No *Addendum* Dejours afirma que: “Os fatos não existem em si, por isso não podem ser coletados. Os fatos devem ser extraídos da discussão, devem ser construídos e essa construção deverá em seguida ser validada” (Dejours, 1993/2011a, p. 95). Na sequência, o autor afirma textualmente que a “realidade dos fatos clínicos não é dada de antemão, mas procede de uma dinâmica intersubjetiva mediada pela linguagem”(p. 96). Ou seja, mais uma vez nos chama a atenção o fato de que a realidade fundamental da Clínica do trabalho de Dejours não é o trabalho, mas a dinâmica intersubjetiva construída pelos sujeitos – e validada pelo coletivo – a partir do vivido subjetivo no trabalho. Como ratifica o autor, a palavra dos trabalhadores é “[...] a **única via** de acesso a essa realidade que não veio à luz”(p. 98-99, grifo nosso).

Podemos afirmar, nesse sentido, que a psicodinâmica do trabalho não apenas assume a subjetividade como objeto privilegiado da sua clínica, mas que toda a sua construção teórico-metodológica se dá em função da centralidade epistemológica da subjetividade. Ao eleger a palavra como única forma de acesso ao trabalhar e a intercompreensão subjetiva como correspondente direto da realidade, Dejours sugere que o trabalho real não é acessível ao domínio da ciência e tampouco à consciência. Ao produzir um conhecimento centrado na subjetividade – do sujeito que trabalha e do pesquisador/clínico – e não na objetividade do real, ao definir, metodologicamente, a regência do sujeito sobre o objetivo na produção do conhecimento sobre o trabalho, a psicodinâmica de Dejours reforça o padrão gnosiológico de cientificidade o que, no entendimento de Tonet (2011), contribui com a manutenção e reprodução do *status quo*.

7.3 Um sujeito, mas qual sujeito?

Em “Crítica às apropriações psicológicas do trabalho”, Bendassolli (2011) sistematiza as principais concepções de sujeito imanentes do encontro entre a psicologia e o mundo do trabalho. O *sujeito* refere-se à concepção do “ser”, isto é, a um dos pressupostos ontológicos que está na base de um determinado sistema teórico-metodológico. Nas ciências psicológicas esse sujeito assume diversas formas e denominações: homem, sujeito racional, organismo, indivíduo, ator social, personagem, sujeito do inconsciente, ser de relação, entre outras. Pensando, principalmente, nas formas como a psicologia se inscreve no mundo do trabalho, Bendassolli (2011) destaca três representações do sujeito psicológico: o sujeito cognitivo, o sujeito psíquico e o sujeito social.

O *sujeito cognitivo* é o sujeito processador de informações, capaz de interpretar os fatos da realidade, bem como a sua própria realidade. No plano histórico-ontológico, o sujeito cognitivo se contrapõe ao sujeito-organismo das teorias comportamentais, aquele cujo comportamento observável é a única realidade passível de investigação. O sujeito cognitivo que emerge, notadamente, do “giro cognitivista” da psicologia norte-americana, é concebido como um sujeito simbólico, cujas crenças e esquemas mentais vão orientar a sua interpretação e ação sobre a realidade. “Nessa perspectiva, o comportamento depende de uma dimensão cognitivo-afetiva a priori, a qual se interpõe entre o indivíduo e a ação propriamente dita” (Bendassolli, 2011, p. 77).

O *sujeito psíquico* é o sujeito concebido a partir da psicanálise, cuja abrangência transcende os domínios da metapsicologia freudiana. De acordo com Bendassolli (2011), o sujeito do inconsciente se tornou uma representação tão poderosa do mundo psíquico individual que, por vezes, chega a ser confundido com o sujeito da própria psicologia. O sujeito psíquico é o sujeito guiado pelas pulsões e os conteúdos do inconsciente, marcado pelos conflitos de natureza intrapsíquica e os paradoxos entre real, imaginário e simbólico. Do ponto de vista ontológico e epistemológico, o “advento” do sujeito psíquico representa, por um lado, o alargamento da *vida*

interior do sujeito e, por outro lado, a subtração da razão – tomada como atividade meramente cognitiva ou estritamente consciente. O sujeito psíquico é, essencialmente, um sujeito do desejo (Bendassolli, 2011).

O *sujeito social*, concebido no âmbito da sociologia e das psicologias sociais, afirma uma concepção de indivíduo que, ao mesmo tempo em que é atravessado pelas instituições da sociedade, também é capaz de “assegurar para si um espaço de singularidade” (Bendassolli, 2011, p. 77). O sujeito social é marcado pelos postulados da *subjetividade* e *individuação*. A subjetividade diz respeito à distinção fundamental operada entre o registro individual e o registro social. A individuação, por sua vez, faz referência à constituição de uma identidade pessoal – “uma noção autoreflexiva de si-mesmo” (*idem*) – a partir da qual o indivíduo estrutura as suas ações. Ontologicamente, o *sujeito social* é uma concepção de sujeito que se estrutura a partir da relação – que pode ser dialética, causal ou determinística, a depender da abordagem – entre o público e o privado, o social e o individual, a dominação e a emancipação.

Todo esse percurso para que possamos indagar, afinal, qual é o sujeito da psicodinâmica do trabalho? Conforme já mencionado, Dejours atribui o surgimento da psicodinâmica do trabalho ao “[...] confronto entre a antropologia psicanalítica e a ergonomia” (2012c, p. 364). Todavia, como destacam Sznelwar e Hubault (2015), a ergonomia, historicamente, não dispõe de uma teoria do sujeito própria, designando o sujeito que trabalha como um *operador*, em consonância com as suas raízes teóricas na fisiologia e na psicologia experimental. “Na ausência de uma teoria do sujeito que lhe seja própria, a ergonomia tem que se apoiar nas teorias existentes que estão mais de acordo com o seu projeto” (p. 57). O sujeito da psicanálise, por sua vez, parece não satisfazer os anseios da psicodinâmica do trabalho: “Seria a psicodinâmica do trabalho capaz de contribuir e fazer progredir a teoria do sujeito proveniente da psicanálise?” (Dejours, 2009/2012d, p. 199).

Em diferentes momentos da sua obra, Dejours afirma que o sujeito da sua Clínica do trabalho é o sujeito do inconsciente, em específico, o sujeito proveniente da metapsicologia freudiana. No entanto, a necessidade de inscrever esse sujeito em uma teoria social coloca a psicodinâmica do trabalho, mais uma vez, diante de um paradoxo ontológico. Vejamos o que defende o autor: o sujeito de que trata a psicodinâmica do trabalho é o sujeito da psicanálise, o sujeito cuja constituição se dá a partir da centralidade da sexualidade e do inconsciente sexual recalcado; contudo, na perspectiva dejouriana, o trabalho seria igualmente central à constituição do sujeito, conformando o que o próprio autor chama de “paradoxo da dupla centralidade”; para Dejours, não existe articulação direta entre o inconsciente e o campo social³³, de modo que tal articulação só poderia ocorrer por meio do trabalho; o campo social do trabalho torna-se, então, o lugar privilegiado de (re)negociação, pelo sujeito, da sua história singular e espaço de ressonância simbólica.

A respeito do sujeito na psicodinâmica do trabalho, afirma Dejours que:

Em psicodinâmica do trabalho, considera-se que o sujeito do inconsciente, a partir do momento em que é instrumentalizado pela palavra, encontrou suas origens e seu fundamento antes do encontro com a situação de trabalho. A construção, caso ela ocorra, em outros termos, se não se tratar de um caso de patologia mental grave, foi encenada no teatro das relações intersubjetivas no seio da família, durante a infância. Engajado na situação de trabalho, o "sujeito" choca-se com aquilo que, no mundo objetivo e social, resiste ao que sua história singular faz nascer em si mesmo, como expectativas ou como desejos em relação à realização de si mesmo no campo das relações sociais de trabalho. Do confronto entre as crenças e os desejos que ele forjou no teatro psíquico interno da infância, de uma parte, e a resistência contrária a essas crenças e a esses desejos

³³ Com relação à mediação pelo trabalho entre o inconsciente e o campo social, Dejours afirma: “Nisso a psicodinâmica do trabalho confirma sua peculiaridade em relação à psicossociologia que procura geralmente captar uma relação direta entre sujeito e sociedade, apoiando-se na análise de pequenos grupos” (Dejours, 1993/2011a, p.89). Afirmção praticamente idêntica se faz presente no tomo II de *Trabalho Vivo*. Percebemos, nessa afirmação, mais uma vez, a preocupação do autor em diferenciar a sua abordagem teórica-metodológica de uma forma de psicanálise aplicada, acusação que recai com certa frequência sobre certas abordagens como a análise institucional, a sociopsicanálise e a própria psicossociologia.

imposta pelo real – no atual cenário do trabalho – de outra parte, nasce uma vivência de sofrimento. Nesta perspectiva, o trabalho vivenciado como sofrimento antecede. O sujeito do inconsciente está, então, unido, do ponto de vista teórico, pelo sujeito do sofrimento – e do prazer. Por sujeito – em psicodinâmica – entende-se assim sempre o sujeito do sofrimento (Dejours, 1995/2011b, p. 297)

Da citação acima é possível depreender que: o sujeito da psicodinâmica do trabalho é o sujeito do inconsciente, o sujeito que é forjado no teatro das relações parentais e a partir do desenvolvimento psicosexual desde a infância; não obstante, esse sujeito engaja-se no campo social do trabalho onde coloca à prova sua história singular e experimenta, mais uma vez, a resistência ao seus desejos, agora sob a forma do real do trabalho; a resistência do real e a experiência do fracasso produzem uma vivência de sofrimento cuja natureza, como já dito, é ontologicamente anterior ao encontro do sujeito com o trabalho; o teatro do trabalho produz o reencontro do sujeito com o sofrimento experienciado na infância e a oportunidade de resignificá-lo; o sujeito do inconsciente freudiano, então, vai ao encontro do sujeito do sofrimento no trabalho. E, para a surpresa de todos, Dejours vai chamar de *identidade* o “resultado” desse processo que é marcado pela dupla constituição – no teatro da infância e no teatro do trabalho – do sujeito singular.

O paradoxo da dupla centralidade, formulado por Dejours em *Travail Vivant*, torna-se, fundamentalmente, o paradoxo do sujeito dual na psicodinâmica do trabalho. É possível admitir, conforme argumenta o autor, que é possível “dar um passo a mais” em relação a esse sujeito que, originalmente, “não é senhor em sua própria casa” (Dejours, 2009/2012c, p. 203). Todavia, a adoção do conceito de identidade e o estabelecimento do papel central do trabalho na constituição dessa identidade, não somente afasta a psicodinâmica do trabalho do sujeito da psicanálise (*sujeito psíquico*), como a posiciona em um lugar mais próximo do *sujeito social*, o sujeito atravessado pelas instituições da sociedade, dentre elas o trabalho. O esforço da psicodinâmica do trabalho em conceber uma “teoria do sujeito que engloba, ao mesmo tempo, a psicanálise e a teoria social”

(Dejours, 2004b, p. 28) levanta o seguinte questionamento: é possível conciliar o sujeito do inconsciente com um sujeito que se produz enquanto tal por meio do trabalho? Para alguns teóricos da Escola de Frankfurt, possivelmente sim. Para nós, definitivamente, não.

7.4 Centralidade do trabalho, mas qual centralidade?

O sujeito, em psicodinâmica do trabalho, é aquele que resulta do encontro entre o *registro diacrônico* (da história singular, do desenvolvimento psicosssexual, das memórias, dos afetos) e o *registro sincrônico* (do contexto histórico-social e das relações materiais e simbólicas no campo social do trabalho). Conforme já apresentado, a centralidade do trabalho na psicodinâmica de Dejours diz respeito não somente à constituição do sujeito (sua identidade, saúde, subjetividade) mas também à centralidade do trabalho nas relações entre homens e mulheres, a centralidade do trabalho nas transformações da cidade, a centralidade política e econômica do trabalho para a dinâmica societal e jogo democrático, a centralidade do trabalho enquanto atividade deontológica e a centralidade do trabalho no que tange à teoria do conhecimento (Dejours, 2017a). No nosso entendimento, a centralidade do trabalho na psicodinâmica do trabalho – como em grande parte das ciências sociais – aparece muito mais como uma “palavra de ordem” do que como uma construção teórica que convoca o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social.

O professor Mario Duayer³⁴ – em dois ensaios intitulados, respectivamente, “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista” (2012) e “Para a crítica da centralidade do trabalho” (2015), a partir dos escritos de Marx e Lukács – apresenta uma reflexão contundente acerca da

³⁴ Nossa singela homenagem ao professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mario Duayer de Souza, falecido em 16 de janeiro de 2021 em decorrência de complicações da Covid-19, pelas suas grandes contribuições na difusão do pensamento de Marx e Lukács no Brasil. Professor Mário Duayer, presente!!

difundida tese da centralidade do trabalho a qual, por suposto, seria um axioma da teoria social marxiana. Para Duayer, fundamentalmente, é necessário diferenciar o que é o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, e o que é a centralidade do trabalho como contradição estrutural da sociedade capitalista. “A centralidade que o trabalho assume nessa sociedade, em lugar de representar o controle do trabalho por parte da humanidade, o que seria a efetivação dessa liberdade plena, significa antes a sua dominação abstrata pela dinâmica de seu produto, sua autoescravização” (Duayer, 2012; Duayer et al, 2013, p. 24; Duayer & Araújo, 2015).

O produto do trabalho no capitalismo é, via de regra, uma mercadoria. E, na lógica da sociedade capitalista, é o trabalho também uma mercadoria. Como explicita Duayer, o modelo de relação social que se tornou hegemônico a partir da revolução industrial é baseado na produção e circulação de mercadorias, sendo o trabalho igualmente alçado à condição de mercadoria. E que, portanto, é a partir do advento do capitalismo que os sujeitos passam a se relacionar entre si como trabalhadores. A produção de *valores de troca* (mercadorias) e as trocas generalizadas não estão na origem da história humana. De modo que é possível admitir que, na gênese da história humana, o que encontramos são formações socioeconômicas diversificadas em que os sujeitos se relacionavam de forma clara e explícita sem a mediação do trabalho como categoria social central. Ou seja, em nenhuma das formações sociais anteriores ao capitalismo os sujeitos se relacionavam como trabalhadores, visto que a produção material da vida estava enraizada em outras formas de relação social: “Os sujeitos não pertenciam a elas [*às formações sociais*] porque trabalhavam, porque eram trabalhadores. Muito pelo contrário, porque pertenciam, entre outras coisas trabalhavam” (Duayer, 2012, p. 42).

Conforme enfatiza Duayer a partir de Marx:

Portanto, é exclusivamente no capitalismo que o indivíduo aparece nessa nudez, nu de outras relações sociais, as quais só pode propriamente experimentar se, antes, for trabalhador. É somente nessa sociedade que os

indivíduos [...] carregam no bolso o seu nexu, seu vínculo com a sociedade, com os outros indivíduos. O que carregam no bolso, dinheiro, é o resultado da venda de seus produtos, mesmo que a mercadoria vendida seja a sua força de trabalho. Ou seja, somente nessa sociedade, pelo seu caráter mercantil, os sujeitos se relacionam como meros trabalhadores. Por isso, como sublinha Marx [...] somente nessa sociedade a existência objetiva dos indivíduos tem por pressuposto a sua existência como trabalhadores. A troca generalizada, portanto, específica do capitalismo, plasma a sociabilidade dos sujeitos como trabalhadores, sociabilidade que se apresenta para eles como algo fora deles. E, nessas ocasiões, Marx sempre recorda que não se trata de um problema cognitivo; a coisa assim se apresenta: estranha e estranhada (Duayer, 2012, p.43).

A generalização da relação mercantil operada pelo capitalismo implica a dissolução de todas as infinitas e diversas formas de sociabilidade anteriores a esse sistema sociometabólico. Precisamente pelo seu caráter mercantil, o trabalho só é central nessa sociedade. Somente nesse modelo de sociabilidade – em que “o trabalhador baixa à condição de mercadoria, e à mais miserável mercadoria”³⁵ – os sujeitos se relacionam por intermédio de uma atividade estranhada que, uma vez tendo sido subtraída do seu conteúdo e finalidade, foi reduzida à meio de subsistência. Com o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, o trabalho objetivado (*trabalho morto*) tende a crescer em relação ao trabalho humano (*trabalho vivo*): é o que Marx designou como *leis tendenciais*. Isso significa que, no curso do desenvolvimento do capitalismo, nas condições de trabalho criadas pelo próprio trabalho humano, cada vez mais a atividade objetiva irá prescindir do trabalho subjetivo (vivo), de modo que a organização da produção assume uma autonomia cada vez maior em relação ao trabalho humano. Portanto, a contradição fundamental da “centralidade do trabalho” no capitalismo reside no fato de que essa sociedade, pelo seu próprio

³⁵ Cf: Marx, K. *Trabalho estrahado e propriedade privada*. In: Antunes, R. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels, 2013.

desenvolvimento, torna o trabalho humano cada vez menos relevante e necessário (Duayer, 2012; Duayer & Araújo, 2015).

Nas palavras de Duayer:

Se essa interpretação de Marx é plausível, **pode-se defender que a sua crítica ontológica ao capitalismo, que é preciso restaurar, é crítica da centralidade do trabalho**. Nada tem a ver com a idolatria do trabalho, com a ternura pelo trabalho. Nem tampouco com a heroicização do trabalhador, em geral na figura do operário fabril, que, nessa condição passa por responsável exclusivo pela emancipação humana. Na sua dimensão mais relevante e universalizável, é crítica dessa escravização de todos nós à dinâmica de nosso trabalho passado, dinâmica fundada na centralidade do trabalho, em nossa sociabilidade como trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, prescinde cada vez mais de trabalho e, portanto, de nós todos como trabalhadores. Enfim, uma dinâmica que, caso não seja desarmada, torna supérflua a própria humanidade (Duayer, 2012, p. 45, grifo nosso).

Há uma contradição explícita entre a redução progressiva do trabalho humano no capitalismo reestruturado e a sua centralidade nessa sociedade. Mais, há um paradoxo entre a admissão do trabalho como atividade estranhada no capitalismo e a sua idealização nas ciências sociais, mesmo nas ciências do trabalho. Por conseguinte, a exaltação da figura do trabalhador como sujeito revolucionário capaz de operar toda e qualquer transformação da sociedade, em certa medida, reproduz esse viés que reduz todas as formas de sociabilidade humana às relações de trabalho subsumidas pelo capital. Conforme nos alerta o próprio Marx, “ A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si” (Marx, 1857-58/2011, p. 104).

Logo, a conclusão a que chega Duayer é que a crítica à centralidade do trabalho é um pressuposto da crítica ontológica do capitalismo. A crítica ontológica à sociedade capitalista pressupõe substituir a centralidade do trabalho como categoria totalizante do ser social, pelo

trabalho como categoria ontológica fundante do ser social e da sociedade. A referida tese, que encontra a sua gênese na “Ontologia do Ser Social”, de György Lukács, – a quem só vamos referenciar, pela profunda complexidade da sua obra – e, anteriormente, em Marx, evoca o trabalho como a atividade vital especificamente humana e como categoria fundante – base ontológica de todas as outras categorias – do ser social e da sociedade. Ao criar novas formas de objetividade, o trabalho humano, como uma forma de metabolismo do homem com a natureza, produz a transformação do ser meramente biológico no ser social. Ao satisfazer as suas necessidades por meio do trabalho, o ser social se autocria e cria as condições da sua própria reprodução: “em lugar de se adaptar ao mundo tal como ele existe, o ser social cria o seu próprio mundo exterior e, ao fazê-lo, também se recria continuamente, desenvolve suas potencialidades”. Não obstante, ao agir teleologicamente sobre a natureza, o ser produz um conhecimento verdadeiro sobre o mundo, tomando consciência da realidade não mais como um epifenômeno do pensamento, mas como consciência de si em relação com o mundo: essa é legítima centralidade epistemológica do trabalho, uma vez que o trabalho pressupõe o conhecimento da realidade e a sua generalização (Duayer & Araújo, 2015, p. 19).

O trabalho como categoria ontológica alcança a necessária historicidade do ser social, independente do sistema de trocas generalizadas e da produção e circulação de mercadorias. Como categoria fundante do ser social e ineliminável da sociedade, o trabalho antecede todas as outras categorias de mediação: seja a cultura, a linguagem, a ciência, a subjetividade e o próprio trabalho estranhado da sociedade burguesa. A centralidade do trabalho não pode existir porque o trabalho não é categoria central, mas sim fundante do ser social: ao trabalhar ele se autocria enquanto ser e não *porque* trabalha. A psicodinâmica do trabalho, ao reforçar o coro da centralidade do trabalho na esteira das ciências sociais críticas, nada faz além de contribuir com a idolatria do trabalho

estranhado do capitalismo. Se o trabalho estranhado é central na constituição dos sujeitos, como defende Dejours, entre tantos outros teóricos do trabalho, ele só pode produzir subjetividades estranhadas, só pode produzir o próprio sujeito como uma mercadoria. Se o trabalho, tal como se apresenta no capitalismo, é central à constituição das relações sociais na sociedade e na cidade, ele só pode produzir relações sociais coisificadas, reificadas como o próprio trabalho.

7.5 Conciliar o inconciliável?

Ao se referir aos objetivos da psicodinâmica do trabalho desde as suas origens, Dejours (2012c) escreve: “Ademais, tratava-se de elaborar, pelos conhecimentos sobre a clínica do trabalho, princípios capazes de orientar intervenções a favor do aprimoramento das relações entre o trabalho e o funcionamento psíquico (ou anímico) (p. 364). Em um texto mais antigo, Dejours assinala como objetivo central da psicodinâmica do trabalho a “reconstituição de um espaço de palavra”, pois é graças a este que “surtem conhecimentos sobre o trabalho real, que até então estavam parcialmente ocultos pelo sofrimento e as defesas contra o sofrimento”. (Dejours, 1990/2007f, p. 166). O resgate da palavra dos trabalhadores por meio da recomposição dos espaços coletivos de discussão seria a condição primária para, nos moldes da pesquisa-intervenção, transformar os constrangimentos da organização do trabalho. A ação, em psicodinâmica do trabalho, passa sempre por uma ideia de reapropriação: seja no sentido de recuperar a palavra dos trabalhadores, seja no sentido de superar a passividade das estratégias defensivas e recompor os espaços de deliberação e ação. Por conseguinte, dado o seu caráter irredutivelmente coletivo, a organização do trabalho desponta, na psicodinâmica do trabalho, como o local, por excelência, da política. Como afirma Dejours (2009/2012e) o trabalhar “é todo ele político” (p.170).

De modo mais abrangente, Dejours fomenta – ou pelo menos acredita fomentar – as bases para uma *nova política do trabalho*, que seja capaz de reaver o domínio sobre a organização do trabalho “para dela obter a potencialidade de recursos na construção da saúde e na realização de si mesmo, de um lado, e na aprendizagem do viver junto e da recomposição das ligações de solidariedade, de outro” (Dejours, 2009/2012e, p. 14). Uma nova política do trabalho – cujo abrangência se estenderia não somente à psicodinâmica do trabalho, mas a todas as ciências do trabalho – que torne possível conceber a organização do trabalho como um espaço vital de “articulação entre o trabalho ordinário e o desenvolvimento da civilidade, do viver junto e das obras da cultura” (*Idem*, p. 212). Em síntese, Dejours acredita que a organização do trabalho é uma espécie de “correia de transmissão política” (p. 204) entre o fazer (o trabalhar, como atividade deontológica) e o viver juntos (as relações de civilidade e democracia vivenciadas no trabalho e fora dele). A organização do trabalho fomenta as bases de uma nova política do trabalho que, por sua vez, reconstrói a organização do trabalho sobre novos princípios deontológicos.

A retomada à arena do político por meio do trabalho e da organização do trabalho seria, para Dejours, o caminho para a *emancipação*. “Não mais tratar o trabalho com condescendência e cessar de atribuir-lhe predicados típicos da servidão”, reconhecendo no “trabalho livre” não apenas a possibilidade de uma provação de si, mas o poder de produzir relações de solidariedade e cooperação que apontem o caminho para a emancipação (Dejours, 2009/2012e, p. 174). A luta pela emancipação, segundo o autor, visa ao deslocamento na ordem das relações entre liberdade e servidão. “A emancipação seria antes, aos meus olhos, uma luta contra a relação de dominação” (p. 171). A concepção de emancipação encampada pela psicodinâmica do trabalho é tributária ao pensamento de Axel Honneth que, ao propor a reconstrução crítica do *conceito de trabalho* desde Marx, afirma que a dissolução do conceito de trabalho na teoria crítica da sociedade abandonou a

perspectiva da emancipação, sublinhando seus qualificativos negativos, como a alienação, ou reduzindo o homem ao *animal laborans*. Nem o próprio Marx teria sido capaz, segundo Honneth, de explicar a tese segundo a qual a emancipação dos trabalhadores poderia emergir em meio a relações imanentes de alienação no trabalho (Dejours, 2007c, 2009/2012e).

É evidente que nem o próprio Marx poderia explicar o advento da emancipação *a partir* do trabalho estranhando no capitalismo, uma vez que a emancipação só poderia acontecer, de fato, com a superação do trabalho estranhado mediante à destruição do capitalismo. Na perspectiva da teoria social marxiana é impossível se falar em emancipação humana em um sistema sociometabólico que concebe o próprio ser social como mercadoria. Por conseguinte, constitui um erro ontológico grave falar em liberdade ou emancipação nos marcos do capitalismo. Ou mesmo, falar em luta pela emancipação que não tenha no horizonte a superação das relações estranhadas e coisificadas inerentes ao sociometabolismo do capital. Ao problematizar as questões do trabalho e da organização do trabalho, a psicodinâmica de Dejours, não alcança os níveis da crítica ontológica (a crítica do que é o *ser*) e radical (que vá até a raiz do *ser*) da sociedade capitalista. Mesmo assumindo uma posição crítica, com franca oposição às políticas neoliberais e ao modelo gerencialista, a Clínica do trabalho se recusa a abordar os temas do sofrimento, da subjetividade e da emancipação humana a partir da contradição fundamental entre capital e trabalho. A organização do trabalho não é a causa do sofrimento, da doença ou da dominação, a organização do trabalho é, antes, o “sintoma” de uma sociedade regida pela lógica do capital.

Fazendo uma breve exegese do que foi exposto acima: Dejours deixa claro que seus objetivos se limitam ao aprimoramento da relação entre o trabalho e o funcionamento psíquico, e que a pesquisa-ação em psicodinâmica do trabalho visa a transformar os constrangimentos deletérios da organização do trabalho. De modo que é possível depreender que, a abordagem

proposta pelo autor tem como finalidade encontrar um meio-termo, um ponto de conciliação, que permita ao sujeito manter-se produzindo sem ter consequências danosas para sua saúde e relações sociais. E, ao focar os constrangimentos deletérios da organização do trabalho, a psicodinâmica de Dejours enfatiza as formas como o trabalho se reproduz socialmente no capitalismo, e não a forma como o trabalho existe estruturalmente – como trabalho assalariado, estranhado e fetichizado – como se fosse possível transformar o fenômeno apenas modificando a sua *aparência*, sem alcançar a sua *essência*.

Por fim, Dejours acredita que a sua Clínica do trabalho pode contribuir para a edificação de uma nova *política do trabalho* capaz de reaver o domínio sobre a organização do trabalho e fazer dela, novamente, um lugar de construção da saúde, de realização de si mesmo, de exercício da democracia e recomposição da solidariedade. Aqui fica claro, mais uma vez, que a perspectiva da psicodinâmica do trabalho é limitada à organização do trabalho – à sua transformação ou reconquista – recusando-se, deliberadamente, a apreender o *que é o ser* do trabalho no capitalismo. Para Dejours, aparentemente, a questão primordial é que a organização do trabalho foi capturada pelos preceitos neoliberais e as práticas gerencialistas quando, de fato, estas são apenas expressões fenomênicas da forma de *ser* do trabalho no capitalismo, esse sistema que se constitui, fundamentalmente, a partir da transformação do trabalho em mercadoria. Para nós, quando o autor fala em aprimorar as relações entre o trabalho o funcionamento psíquico ou em reconquistar a organização do trabalho por meio de uma nova política do trabalho, soa como mais uma tentativa de aprimorar o capitalismo, de promover reformas para tornar esse sistema mais humano, mais palatável. Falar em auto-realização, construção da saúde, solidariedade e, até mesmo de prazer no trabalho no interior desse sistema nada mais é, para nós, do que mais uma tentativa de conciliar o inconciliável.

Considerações Finais

Ao longo desta tese procuramos reconstruir o caminho trilhado por Christophe Dejours, ao longo de quase quatro décadas, que o levou da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Os conceitos de trabalho e centralidade do trabalho serviram como mote – e também como escolha metodológica – para resgatar o percurso teórico e histórico que conduziu o autor a uma nova inteligibilidade acerca da relação entre trabalho, saúde e subjetividade. A partir de uma análise da obra, como uma totalidade, buscou-se acessar os níveis ontológico e epistemológico, procurando identificar não apenas as dimensões do conceito trabalho em Dejours, mas também as suas lacunas, imprecisões, insuficiências e contradições.

A psicodinâmica do trabalho é uma abordagem teórico-metodológica consolidada e reconhecida internacionalmente, cujas contribuições são notórias, tanto para psicologia do trabalho, como para as ciências do trabalho. No Brasil, em particular, a psicodinâmica do trabalho tem subsidiado pesquisas em diversos cenários e contextos de trabalho, inclusive junto aos sindicatos e entidades de classe. Todavia, como todo projeto teórico, a psicodinâmica do trabalho apresenta suas fissuras e não habita “torre de marfim”, portanto, estando sujeita às críticas de quem se proponha a examiná-la com rigor e profundidade. Nesse sentido, a investigação teórico-conceitual se propõe a um olhar menos dogmático a respeito da teoria, de modo a contribuir com pesquisas e práticas menos ingênuas e pautadas em uma apropriação crítica dos conceitos e princípios da disciplina.

Em nossa pesquisa foi possível identificar que a confusão conceitual na psicodinâmica do trabalho é fruto, sobretudo, da pluralidade ontológica e epistemológica a partir da qual foi construída a referida abordagem. A diversidade de fontes ontológicas e epistemológicas tem como desdobramento ambiguidades teóricas que vão desde a concepção de sujeito até o conceito de

trabalho na psicodinâmica do trabalho. Aquilo que poderia ser tomado como riqueza teórica ou anti-ortodoxia conceitual acaba por constituir verdadeiros paradoxos ontológicos que colocam em suspeição o rigor lógico da teoria. Apesar das grandes contribuições e potencialidades da psicodinâmica do trabalho, esta não pode se colocar como “alérgica” à reflexão teórica e conceitual.

Com relação ao conceito de trabalho – conceito elementar, por suposto, de todas as clínicas do trabalho – foi possível constatar que, para além da confusão conceitual, existe um esvaziamento da categoria trabalho em favor da subjetividade. Ainda que o trabalho apareça, centralmente, ao longo de toda a obra dejouriana, em múltiplas dimensões, no sentido individual e coletivo, como substantivo e como verbo, é sobre a subjetividade que se debruça o olhar da psicodinâmica do trabalho. Seja sob a forma de sofrimento, sintoma, estratégia defensiva ou prazer no trabalho, é sobre o vivido subjetivo que se estrutura a pesquisa-intervenção em psicodinâmica do trabalho. Ao acessar a subjetividade dos trabalhadores no sentido de alcançar o real do trabalho, a psicodinâmica de Dejours opera uma inversão ontológica irreduzível.

Nesse sentido, acreditamos que toda e qualquer abordagem clínica do trabalho deve, antes, resgatar o trabalho real enquanto categoria primordial de análise. E mais, deve resgatar o trabalho enquanto categoria ontológica fundante do ser social e da sociedade. Deve também partir da existência abstrata do trabalho nos marcos da sociedade capitalista – como atividade estranhada, fetichizada e subsumida pelo capital. Qualquer projeto de emancipação, por sua vez, deve ter como referência a contradição fundamental entre capital e trabalho, e ter a consciência de que uma transformação efetiva na organização do trabalho só pode ocorrer com a superação do trabalho como mercadoria. Fora disso, as pequenas lutas do cotidiano – que sim, devem continuar sendo lutadas – se tornam apenas remendos para um bom funcionamento do sistema.

Referências

- Alves, G. (1999). *Trabalho e Mundialização do Capital – A nova degradação do trabalho na era da globalização* (2.ed). Práxis.
- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2 ed.). Práxis.
- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. Boitempo Editorial.
- Amaral, G. A., Mendes, A. M. B., Chatelard, D. S., & Carvalho, I. S. (2017). O lugar do conceito de sublimação na psicodinâmica do trabalho. *Revista Polis e Psique*, 7(3), 200-223.
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentili. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (pp. 9 - 23). Paz e Terra.
- Antunes, R. (2001). Introdução: a substância da crise. In I. Mészáros. *A crise estrutural do capital* (2 ed.). Boitempo editorial.
- Arendt, H. (2016). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras. (Publicado originalmente em 1963).
- Bellies, L. (2013). Ergonomie et Ergologie: les apports réciproques. *Ergologie*, 9, 133-163.
- Bendassolli, P. F. (2011). Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 75-84.
- Bendassolli, P. & Soboll, L. (Orgs.) (2011) *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. Editora Atlas.
- Bentham, J. (2014). *Deontology; or, The Science of Morality.: In two volumes*. Adegí Graphics LLC. (Publicado originalmente em 1834).

- Berthet, M., & Cru, D. (2003). Travail prescrit, travail réel et santé au travail: De nouveaux modes d'intervention ergonomique?. *Travail et emploi*, 96, 85-96.
- Billiard, I. (1996). Les conditions historiques et sociales d'apparition de la psychopathologie du travail en France (1920-1952). In Clot, Y. *Les histoires de la psychologie du travail: approche pluri-disciplinaire* (pp. 69-84). Octares.
- Billiard, I. (2001). Claude Veil, un pionnier de la psychopathologie du travail. *Travailler*, (1), 175-188.
- Billiard, I. (2002). Les pères fondateurs de la psychopathologie du travail en butte à l'énigme du travail. *Cliniques méditerranéennes*, (2), 11-29.
- Boell, S. K., & Cecez-Kecmanovic, D. (2014). A hermeneutic approach for conducting literature reviews and literature searches. *Communications of the association for information systems*, 34(1), 12.
- Böhle, F., & Milkau, B. (1998). De la manivelle à l'écran: l'évolution de l'expérience sensible des ouvriers lors des changements technologiques. Eyrolles.
- Campos, R. (2019). Psiquiatria, derecho y profilaxis del crimen: Apuntes sobre los casos de España, Francia y Bélgica (1920-1940). *Revista Estudos do Século XX*, (19), 29-42.
- Campos, E. & Abbad, G. (2015). Verbete: competência no trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Orgs.) *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações*. Casa do Psicólogo.
- Cassiers, I. (2005). De l'État providence à l'État social actif: quelles mutations sous-jacentes?. *Regards économiques*, 36, 1-13.
- Clot, Y. (2013). A contribuição de Tosquelles à clínica do trabalho. *Trabalho & Educação*, 22(1), 199-207.

- Cru, D. (2001a). Collectif et travail de métier: sur la notion de collectif de travail. In Dejours, C (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail: actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*. (4ème édition, pp. 43-50). CRNS. (Publicado originalmente em 1988)
- Cru, D. (2001b). Les règles du métier. In Dejours, C (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail: actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*. (4ème édition, pp. 29-42). CRNS. (Publicado originalmente em 1988)
- Cruz, R. Biografia científica e pesquisa teórica da historiografia da psicologia. (2016). In: Laurenti, C., Lopes, C., Araújo, S. *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP.
- Daniellou, F. (2002). Le travail des prescriptions. *XXXVème Congrès SELF*, 9-16.
- Daniellou, F. (2004). Questões epistemológicas levantadas pela ergonomia de projeto. In F. Daniellou (Org.). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*, (pp. 181-198). Editora Edgard Blucher.
- Daniellou, F., Laville, A., & Teiger, C. (1989). Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(68), 7-13.
- Danziger, K. (2002). *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Detienne, M., & Vernant, J. P. (1991). *Les ruses de l'intelligence. La mètis des Grecs*. Flammarion. (Publicado originalmente em 1974).
- Dejours, C. (1983). *Mental disorders related to work*. In: Rapport pour l'Organisation Mondiale de la Santé, (pp. 64-77).

- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, 14 (54), 7-11.
- Dejours, C. (1991). *Repressão e subversão em psicossomática: pesquisas psicanalíticas sobre o corpo*. Jorge Zahar. (Publicado originalmente em 1989)
- Dejours, C. (1992). *A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5 ed. ampliada). Cortez-Oboré (Publicado originalmente em 1980)
- Dejours, C. (1993a). Coopération et construction de l'identité en situation de travail. *Futur antérieur*, 16(2), 41-52.
- Dejours, C. (1993b). Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In Hirata, H (Org.), *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e relações de trabalho* (pp. 281-309). Edusp.
- Dejours, C. (1993c). Pour une clinique de la médiation entre psychanalyse et politique: la psychodynamique du travail. *Revue Trans*, 3, 131-156.
- Dejours, C. (1995a). Comment formuler une problématique de la santé en ergonomie et en médecine du travail?. *Le travail humain*, 1-16
- Dejours, C. (1995b). Doctrine et théorie en psychosomatique. *Revue française de psychosomatique*, 7(1), 59-79
- Dejours, C. (1995c). Le travail entre subjectivité et rapports sociaux. P. *COURS-SALIES*. pp. 45-70.
- Dejours, C. (1996a). Centralité du travail et théorie de la sexualité. *Adolescence*, 14(2), 9-29.
- Dejours, C. (1996b). Psychologie clinique du travail et tradition compréhensive. In Clot, Y. *Les histoires de la psychologie du travail: approche pluri-disciplinaire* (pp. 157-183). Octares.

- Dejours, C. (1997a). Conférence d'ouverture du Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail. In Dejours, C (Dir.). *Actes du Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail*, (pp. 1-11).
- Dejours, C. (1997). Le «choix de l'organe» en psychosomatique: une question périmée?. *Psychologie clinique et projective*, 3(1), 3-18.
- Dejours, C. (1998). Mai 68, travail et subjectivité: rendez-vous manqué ou détour nécessaire?. *Travailler*, (1), 123-136
- Dejours, C. (1999a). Homens, mulheres e suas relações de trabalho. *Dejours, C. Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (pp. 124-165). Edições Fundap.
- Dejours, C. (1999b). Psychanalyse et politique: science, sexe, travail. *Filigrane*, 8 (2), 6-20.
- Dejours, C. (1999c). Sofrimento, prazer e trabalho. *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (pp. 15-33). Edições Fundap.
- Dejours, C. (1999c). Violence et domination. *Travailler*, 3, 11-29.
- Dejours, C. (2000a). Psicodinámica del trabajo y vínculo social. *Actualidad Psicológica*, 24(274), 2-5.
- Dejours, C. (2000b). Travail, souffrance et subjectivité. *Sociologie du travail*, 2(42), 329-340.
- Dejours, C. (2001a). La méthodologie en Psychopathologie du Travail. In Dejours, C. (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail: actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*. (4ème édition, pp. 115-123). CRNS. (Publicado originalmente em 1988).

- Dejours, C. (2001b). Note de travail sur la notion de souffrance. In Dejours, C (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail: actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*. (4ème édition, pp. 115-123). CRNS. (Publicado originalmente em 1988).
- Dejours, C. (2001c). Souffrance et plaisir au travail: l'approche par la psychopathologie du travail. Dejours, C (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail: actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail* (4ème édition. pp. 15-28). CNRS (Publicado originalmente em 1988).
- Dejours, C. (2002). Les rapports domestiques entre amour et domination. *Travailler*, (2), 27-43.
- Dejours, C. (2003). *Le corps, d'abord: corps biologique, corps érotique et sens moral*. Paris: Éditions Payout & Rivage (Publicado originalmente em 2001).
- Dejours, C. (2004a). Activisme professionnel: masochisme, compulsivité ou aliénation?. *Travailler*, (1), 25-40.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2005a). Nouvelles formes de servitude et suicide. *Travailler*, (1), 53-73.
- Dejours, C. (2005b). *O fator humano* (5 ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2006). Aliénation et clinique du travail. *Actuel Marx*, (1), 123-144.
- Dejours, C. (2007a). *A banalização da injustiça social* (7ª ed.). Editora FGV. (Publicado originalmente em 1998).
- Dejours, C. (2007b). *Conjurer la violence: travail, violence et santé*. Éditions Payot & Rivages.
- Dejours, C. (2007c). La reconnaissance: introduction au dossier. *Travailler*, (2), 7-16.
- Dejours, C. (2007d). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: A. M. Mendes, S. C. C. Lima & E. P. Facas (Orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho* (pp. 13-26). Paralelo 15.

- Dejours, C. (2007e). Psychanalyse et psychodynamique du travail: ambiguïtés de la reconnaissance. *La quête de reconnaissance*, 58-70.
- Dejours, C. (2007f). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (3 ed., pp. 150-173). Atlas.
- Dejours, C. (2007g). Vulnérabilité psychopathologique et nouvelles formes d'organisation du travail: approche étiologique. *L'information psychiatrique*, 83(4), 269-275.
- Dejours, C. (2008). Avaliação do trabalho submetido à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação. In L.I. Sznelwar & F.L. Mascia (Orgs.) Trabalho, Tecnologia e Organização. *Cadernos de TTO*, n. 2. Blucher.
- Dejours, C. (2009a). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet, *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (1 ed., pp. 21-32). Atlas. (Artigo publicado originalmente em 1980).
- Dejours, C. (2009b). Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet, *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (1 ed., pp.33-43) Atlas. (Artigo publicado originalmente em 1982).
- Dejours, C. (2009c). Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (1 ed., pp.119-145) Atlas. (Artigo publicado originalmente em 1990).
- Dejours, C. (2009c). Trabalho e saúde mental: da pesquisa a ação. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet, *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da*

- relação prazer, sofrimento e trabalho* (1 ed., pp.45-65) Atlas. (Artigo publicado originalmente em 1989)
- Dejours, C. (2010a). Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. *Revista Cult*, 139(12), 49-53
- Dejours, C. (2010b). La clinique du travail entre vulnérabilité et domination. *Travail et santé: ouvertures cliniques, Toulouse, Erès*, 127-144.
- Dejours, C. (2010c). Le travail entre souffrance individuelle, intelligence collective et promesse d'émancipation (entretien avec Christine Delory-Momberge). *Le sujet dans la cité*, (1), 59-72.
- Dejours, C. (2011a). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In Lancman, S. & Sznelwar, L. (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ed., pp. 57-123). Paralelo 15. (Texto publicado originalmente em 1993)
- Dejours, C. (2011b). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In Lancman, S. & Sznelwar, L. (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ed., pp. 287-339). Paralelo 15. (Texto publicado originalmente em 1995).
- Dejours, C. (2011c). Entre o sofrimento e a reapropriação: o sentido do trabalho. In Lancman, S. & Sznelwar, L. (org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ed., pp. 433-448). Paralelo 15. (Texto publicado originalmente em 1994)
- Dejours, C. (2011d). Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho real. In Lancman, S. & Sznelwar, L. (org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ed., pp. 381-407). Paralelo 15. (Texto publicado originalmente em 1993)

- Dejours, C. (2011e). La psychodynamique du travail face à l'évaluation: de la critique à la proposition. *Travailler*, (1), 15-27.
- Dejours, C. (2011f). “Trabalhar” não é “derrogar”. *Laboreal*, 7(1), 1-7. (Publicado originalmente em 1998).
- Dejours, C., (2012a). Acidentes da sedução e teoria do corpo. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 393-401.
- Dejours, C. (2012b). *La panne – Repenser le travail et changer la vie*. Entretien avec Béatrice Bounioul. Bayard.
- Dejours, C. (2012c). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 363-371.
- Dejours, C. (2012d). Trabalho vivo - Tomo 1: sexualidade e trabalho (1ed.). *Paralelo 15*. (Publicado originalmente em 2009)
- Dejours, C. (2012e). Trabalho vivo - Tomo 2: trabalho e emancipação (1 ed.). *Paralelo 15*. (Publicado originalmente em 2009)
- Dejours, C. (2013). A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33(2), 9-28.
- Dejours, C. (2014). Work and self-development: the point of view of the psychodynamics of work. *Critical Horizons*, 15(2), 115-130.
- Dejours, C. (2015). O corpo inacabado entre fenomenologia e psicanálise: entrevista com Benoît Kanabus. *Psicologia USP*, 26(3), 328-339.
- Dejours, C. (2016). Organização do trabalho e saúde mental: quais são as responsabilidades do Manager. In K. Macêdo, J. Lima, A. Fleury, & C. Carneiro (Orgs.). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar* (pp. 317-331). Editora da PUC Goiás.

- Dejours, C. (2017a) *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos* (1 ed.). Dublinense.
- Dejours, C. (2017b) *Quand le travail perd la tête*. Transcrição de conferência realizada em março de 2017.
- Dejours, C. (2018). Sortir du travail aliénant (Entretien avec Christophe Dejours, propos recueillis par Bernard Granger). Editions Matériologiques: *PSN*, 16(3), 27-36.
- Dejours, C. (2019a) As doenças somáticas: com sentido ou sem sentido? In C. Dejours, *Psicossomática e teoria do corpo* (1 ed., pp. 31-54). Blucher. (Artigo publicado originalmente em 1989).
- Dejours, C. (2019b) Causalidade psíquica e psicossomática: da clínica à teoria. In C. Dejours, *Psicossomática e teoria do corpo* (1 ed., pp. 145-174). Blucher. (Artigo publicado originalmente em 1997).
- Dejours, C. (2019c). La folie de la norme: de la norme à la crise. *Le present de la psychanalyse*, (2), 121-140.
- Dejours, C. (2019d). La pratique de l'enquête-intervention: quelles inflexions dans le contexte d'aujourd'hui?. *Travailler*, (1), 87-95.
- Dejours, C. (2019e) Psicossomática e metapsicologia do corpo. In C. Dejours, *Psicossomática e teoria do corpo* (1 ed., pp. 113-143). Blucher. (Artigo publicado originalmente em 2008).
- Dejours, C (2019e) Trabajar hoy: Nuevas formas del sufrimiento y de acción colectiva. In Wlosko, M. & Ros, C. (Orgs.) *El trabajo: entre el placer y el sufrimiento* - Aportes desde la psicodinámica Del Trabajo (pp. 51-69). Ediciones de la UNLa.
- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (2010). La clinique du travail entre vulnérabilité et domination. *Travail et santé: ouvertures cliniques, Toulouse, Erès*, 127-144.
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer*. (1 ed.) Paralelo 15.

- Dejours, C., & Deranty, J. P. (2010). The centrality of work. *Critical Horizons*, 11(2), 167-180.
- Dejours, C., & Gernet, I. (2012a). Travail, subjectivité et confiance. *Nouvelle revue de psychosociologie*, (1), 75-91.
- Dejours, C., & Gernet, I. (2012b). *Psychopathologie du travail*. Elsevier Masson.
- Dejours, C., & Molinier, P. (1994a). De la peine au travail. *Autrement. Série mutations (1989)*, (142), 138-151.
- Dejours, C., & Molinier, P. (1994b). Le travail comme énigme. *Sociologie du travail*, 35-44.
- Dejours, C., Dessors, D., & Desriaux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de empresas*, 33(3), 98-104.
- Demaegdt, C., Rolo, D., & Dejours, C. (2013). Psychopathologie et psychodynamique du travail. *EMC-Pathologie professionnelle et de l'environnement*, 8(3), 1-11.
- Dias, M. C. L. C. (2015). O Direito e a ética em Bentham e Kant: uma comparação. *Trans/Form/Ação*, 38(1), 147-166.
- Duayer, M. (2012). Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (29), 35-48.
- Duayer, M., & de Araújo, P. H. F. (2015). Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 13(35), 15-36.
- Duayer, M., Escurra, M. F., & Siqueira, A. V. (2013). A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *Revista katálysis*, 16(1), 17-25.
- Falzon P. (1998). La construction des connaissances en ergonomie: éléments d'épistémologie. In M.F. Dessaigne & I. Gaillard (Cords.) *Des évolutions en ergonomie*. Octarès Editions.

- Fontes, F. F. & da Rocha Falcão, J. T. (2015). A psicologia teórica e filosófica como uma área de pesquisa acadêmica. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 9(1), 72-79.
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In S. Freud. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. 3. Imago. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (2004). Pulsões e destinos da pulsão. In S. Freud. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. 17 (pp. 133-173). Imago. (Texto original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010) O mal-estar na civilização. In S. Freud. Obras Completas, Vol. 18: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Companhia das Letras. (Texto publicado originalmente em 1930).
- Freud, S. (2016) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud. Obras Completas, Vol. 6: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. Companhia das Letras. (Texto publicado originalmente em 1905).
- Fridenson, P. (1987). Un tournant taylorien de la société française (1904-1918). *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 42(5), 1031-1060.
- Ganem, V., Gernet, I., & Dejours, C. (2008). Le travail: que signifie ce terme en clinique et psychopathologie du travail?. *L'information psychiatrique*, 84(9), 801-807.
- Gasparo, S. (2015) La place de l'activité dans l'analyse du travail: pour une ergonomie de l'activité de service. *Actes du Séminaire de Paris 1: L'activité en question*. s.p.
- Gernet, I., & Dejours, C. (2009). Évaluation du travail et reconnaissance. *Nouvelle revue de psychosociologie*, (2), 27-36.
- Guérin, F., Laville, A., Daniellou, Duraffourg, J. & F. Kerguelen, A., & (2001). *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. Editora Blucher.

- Honneth, A. (2003) *Luta por reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais* (1ª ed). Editora 34. (Publicado originalmente em 1992).
- Harvey, D. (2006). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Hays, D. G., & Singh, A. A. (2012). Qualitative research paradigms and traditions. In D. G Hays & A. A Singh (Orgs.), *Qualitative inquiry in clinical and educational settings* (pp. 32-66). Guilford Press.
- Henry, M. (2012). *Filosofia e fenomenologia do corpo: ensaio sobre a ontologia biraniana*. Realizações Editora. (Publicado originalmente em 1975);
- Hirata, H. (1995). Relações Sociais de Sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito trabalho. *Em Aberto* 15(65), 39-45.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2001). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In C. Dejours. *Plaisir et souffrance dans le travail – Actes du Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail* (4 ème. Édition, p. 131- 163). CNRS. (Texto publicado originalmente em 1988).
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Hubault, A. (1995). A quoi sert l'analyse de l'activité en ergonomie. *Performances Humaines & Techniques*, 79-85.
- Merrien, F. X. (2010). L'Etat providence, pourquoi. *Cahiers français - La protection sociale: quels débats? quelles réformes?*, 358(15), 3-9.
- Molinier, P., & Flottes, A. (2012). Travail et santé mentale: approches cliniques. *Travail et emploi*, (129), 51-66.

- La Boétie, E. (1999). *Discurso da servidão voluntária* (4 ed.). Brasiliense.
- Laville, A. (2004). Repères pour une histoire de l'ergonomie francophone. In P. Falzon (Dir.), *Ergonomie* (pp. 37-50). Presses Universitaires de France.
- Laurenti, C. (2012). Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou “perfumaria”? *Psicologia em Estudo*, 17(2), 179-181.
- Laurenti, C., Lopes, C. & Araújo, S. (2016). Introdução: a necessidade da pesquisa teórica em psicologia. In Laurenti, C., Lopes, C. & Araújo, S. (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos* (7-13). Hogrefe Editorial.
- Laurenti, C. Lopes, C. Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In Laurenti, C., Lopes, C. & Araújo, S. (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos* (41-69). Hogrefe Editorial.
- Le Guillant, L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hamsen, M., & Lebreton, F. (2006). A neurose das telefonistas. In M. E. A. Lima, *Escritos de Le Guillant – da ergoterapia à psicopatologia do trabalho* (pp. 175-188). Editora Vozes. (Texto publicado originalmente em 1956).
- Lhuillier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Éditions érès
- Lhuillier, D. (2012). Introduction à l'œuvre de Claude Veil. In C. Veil (Dir.), *Vulnérabilités au travail: naissance et actualité de la psychopathologie du travail* (pp. 99-51). Érès.
- Lopes, C. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In Laurenti, C., Lopes, C. & Araújo, S. (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos* (15-40). Hogrefe Editorial.
- Machado, A., Lourenço, O., & Silva, F. J. (2000). Facts, concepts, and theories: The shape of psychology's epistemic triangle. *Behavior and Philosophy*, 1-40.

- Marx, K. (2010). *O capital: crítica da economia política*. Boitempo editorial.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial.
- Mendes, A. M. (2007) Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho. In A.M. Mendes, (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. Casa do Psicólogo.
- Molinier, P. (2013). O trabalho e a psique - Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Paralelo 15.
- Molinier, P., & Flottes, A. (2012). Travail et santé mentale: approches cliniques. *Travail et emploi*, (129), 51-66.
- Nassif, L. E. (2005). Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX): uma abordagem histórica. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 8, 79-87.
- Oliveira Filho, J. J. (1976). Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. *Revista de História*, 54(107), 263-276.
- Orléan, A. (2013). Le néolibéralisme entre théorie et pratique. *Cahiers philosophiques*, (2), 9-20.
- Ota, N. K. (2014). Breve inventário francês do sofrimento social. *Psicologia USP*, 25(1), 51-62.
- Politzer, G. (1928). *Critique des Fondements de la psychologie: la psychologie et la psychanalyse*. Édition numérique hors-commerce.
- Pontalis, J. B., & Laplanche, J. (2000). *Vocabulário da psicanálise*. (2 ed.) Martins Fontes.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Zahar Editora.
- Roussin, P. (1988). Destouches avant Céline: le taylorisme et le sort de l'utopie hygiéniste.(Une lecture des écrits médicaux des années vingt). *Sciences sociales et santé*, 6(3), 5-48.

- Ruiz, V. S., Athayde, V., Nogueira Filho, I., Zambroni-de-Souza, P. C., & Athayde, M. (2013). François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica/Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 855-877.
- Sato, L., & Oliveira, F. D. (2008). Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, (27), 188-197.
- Sigaut, F. (1990). Folie, réel et technologie. *Techniques et culture*, 15, 167-179.
- Sivadon, P & Fernandez-Zoila, A. (1983). *Temps de travail, temps de vivre: analyses pour une psychopathologie du temps*. Editions Mardaga.
- Sznelwar, L. I., & Hubault, F. (2015). Un sujet, mais quel sujet? La question de la subjectivité en ergonomie. *Travailler*, (2), 53-74.
- Sousa, J. S. D. P. C. (1999). La crise de May 68 en France. *Série Estudos*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Tesi, F. (2008). Michelin et le taylorisme. *Histoire, économie et société*, 27(3), 111-126.
- Tonet, I. (2007). Ciência: quando o diálogo se torna impossível. In Tonet, I. *Democracia ou Liberdade?* (pp. 42-67). Editora da UFAL.
- Tonet, I. (2010). O pluralismo metodológico: um falso caminho. *Revista de Trabajo Social Plaza Pública*, 3(3), 1-27 (Texto publicado originalmente em 1995).
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. Instituto Lukács.
- Veil, C. La pensée de Paul Sivadon. In Dejours, C (Dir.). *Actes du Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail*, (pp. 201 - 208)

- Zambroni-de-Souza, P. C., & Athayde, M. (2006). A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 6-19.
- Zambroni-de-Souza, P. C., Athayde, M., da Silva Araújo, A. J., & de Souza, A. M. R. Z. (2009). O pioneirismo de Louis Le Guillant na reforma psiquiátrica e psicoterapia institucional na França: a importância do trabalho dos pacientes para a abertura dos hospícios. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 612-631.
- Wisner, A. (1994). Organização do trabalho, carga mental e sofrimento psíquico. In A. Wisner. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia* (pp.11-52). Fundacentro.
- Wisner, A. (1996). Itinéraire d'un ergonomiste dans l'histoire de la psychologie contemporaine. In Y. Clot (éd.), *Les histoires de la psychologie française* (pp. 99-111). Octarès.
- Wisner, A. (2004). Questões epistemológicas em ergonomia e em análise do trabalho. In F. Daniellou, *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos* (pp. 29-55). Editora Edgard Blücher. (Publicado originalmente em 1996).

Apêndice A

Livros

Ano de publicação	Ano da edição acessada	Título
1980	1992	A loucura do trabalho: ensaio de psicopatologia do trabalho
1989	1991	Repressão e subversão em psicossomática - Pesquisas psicanalíticas sobre o corpo
1995	2005	O fator humano
1998	2007	A banalização da injustiça social
2001	2003	Le corps, d'abord: corps biologique, corps érotique et sens moral.
2003	2008	Avaliação do trabalho submetido à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação
2007	2007	Conjurer la violence: travail, violence et santé.
2009	2010	Suicídio e trabalho: o que fazer
2009	2012	Trabalho Vivo - Sexualidade e Trabalho
2009	2012	Trabalho Vivo - Trabalho e Emancipação
2012	2012	Psychopathologie du travail
2012	2012	La panne: repenser le travail et changer la vie
2017	2017	Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos

Artigos e Capítulos de Livros

Ano de publicação	Ano da edição acessada	Título
1980	2009	A carga psíquica do trabalho.

1982	2009	Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho
1983	1983	Mental disorders related to work.
1986	1986	Por um novo conceito de saúde
1988	2001	La méthodologie en Psychopathologie du Travail.
1988	2001	Note de travail sur la notion de souffrance
1988	2001	Souffrance et plaisir au travail: l'approche par la psychopathologie du travail
1989	2019	As doenças somáticas: com sentido ou sem sentido
1989	2009	Trabalho e saúde mental: da pesquisa a ação
1990	2009	Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho
1990	2007	Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações.
1993	2011	Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho
1993	1993	Coopération et construction de l'identité en situation de travail
1993	2011	Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho real
1993	1993	Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção
1993	1993	Pour une clinique de la médiation entre psychanalyse et politique: la psychodynamique du travail
1994	2011	Entre o sofrimento e a reapropriação: o sentido do trabalho
1995	2011	Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem
1995	1995	Comment formuler une problématique de la santé en ergonomie et en médecine du travail?

1995	1995	Doctrines et théorie en psychosomatique.
1995	1995	Le travail entre subjectivité et rapports sociaux.
1996	1996	Centralité du travail et théorie de la sexualité.
1996	1996	Psychologie clinique du travail et tradition compréhensive.
1997	2019	Causalidade psíquica e psicossomática: da clínica à teoria
1997	1997	Conférence d'ouverture du Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail.
1997	1997	Le «choix de l'organe» en psychosomatique: une question périmée?
1998	1998	Mai 68, travail et subjectivité: rendez-vous manqué ou détour nécessaire?
1998	2011	“Trabalhar” não é “derrogar”.
1999	1999	Homens, mulheres e suas relações de trabalho
1999	1999	Psychanalyse et politique: science, sexe, travail
1999	1999	Sufrimento, prazer e trabalho
1999	1999	Violence et domination.
2000	2000	Psicodinámica del trabajo y vínculo social.
2000	2000	Travail, souffrance et subjectivité.
2001	2004	Subjetividade, trabalho e ação
2002	2002	Les rapports domestiques entre amour et domination.
2004	2004	Activisme professionnel: masochisme, compulsivité ou aliénation
2005	2005	Nouvelles formes de servitude et suicide.
2006	2006	Aliénation et clinique du travail

2007	2007	La reconnaissance: introduction au dossier
2007	2007	Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade
2007	2007	Psychanalyse et psychodynamique du travail: ambiguïtés de la reconnaissance
2007	2007	Vulnérabilité psychopathologique et nouvelles formes d'organisation du travail (approche étiologique)
2008	2019	Psicossomática e metapsicologia do corpo
2010	2010	Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho
2010	2010	Le travail entre souffrance individuelle, intelligence collective et promesse d'émancipation
2010	2010	La clinique du travail entre vulnérabilité et domination.
2011	2011	La psychodynamique du travail face à l'évaluation: de la critique à la proposition
2012	2012	Acidentes da sedução e teoria do corpo
2012	2012	Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução
2013	2013	A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho
2014	2014	Work and self-development: the point of view of the psychodynamics of work
2016	2016	Organização do trabalho e saúde mental: quais são as responsabilidades do Manager
2017	2017	Quand le travail perd la tête
2019	2019	La folie de la norme: de la norme à la crise.
2019	2019	La pratique de l'enquête-intervention: quelles inflexions dans le contexte d'aujourd'hui?
2019	2019	Trabajar hoy: Nuevas formas del sufrimiento y de acción colectiva.

Artigos com colaboradores

Ano de publicação	Ano da edição acessada	Colaboradores	Título
1984	1993	Dejours, C., Dessors, D., & Desriaux, F.	Por um trabalho, fator de equilíbrio.
1994	1994	Dejours, C. & Molinier, P;	De la peine au travail
1994	1994	Dejours, C. & Molinier, P	Le travail comme énigme
2008	2008	Ganem, V., Gernet, I., & Dejours, C	Le travail: que signifie ce terme en clinique et psychopathologie du travail?
2009	2009	Gernet, I., & Dejours,	Évaluation du travail et reconnaissance.
2010	2010	Dejours, C., & Deranty, J. P	The centrality of work
2012	2012	Dejours, C., & Gernet, I.	Travail, subjectivité et confiance
2013	2013	Demaegdt, C., Rolo, D., & Dejours, C	Psychopathologie et psychodynamique du travail

Entrevistas

Ano de publicação	Ano da edição acessada	Título
2010	2010	Le travail entre souffrance individuelle, intelligence collective et promesse d'émancipation (por Christine Delory-Momberger).
2015	2015	O corpo inacabado entre fenomenologia e psicanálise (por Benoît Kanabus).
2016	2016	A centralidade do trabalho para a construção da saúde (por Juliana de Barros e Selma Lancman).

2016	2016	Entre o legado e a criação (por Ana Cláudia Patitucci e colaboradores)
2018	2018	Sortir du travail aliénant (por Bernard Granger).

Apêndice B
Modelo de Fichamento

TESES PRIMÁRIAS (Referente às categorias trabalho e centralidade do trabalho)	Observações/ síntese
	O trabalho do ponto de vista da economia psíquica e somática
	O trabalho como experiência do real
	O trabalho como trabalho do psiquismo
	O trabalho como mediador na construção da identidade
	O trabalho como mediador do social e do político
	O trabalho como mediador das relações sociais de sexo

TESES SECUNDÁRIAS (Referentes à temas correlatos: organização do trabalho, sofrimento, mecanismos de defesa...)	Observações/ síntese
	Organização do Trabalho
	Sufrimento
	Estratégias defensivas
	Identidade
	Reconhecimento
	Normalidade
	Saúde
	Outros

ELEMENTOS DE CONTEXTO	Observações/ síntese

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO E RUPTURA DA PPT/PDT	Observações/ síntese

REFERÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS OU ONTOLÓGICAS	Observações/ síntese